



Revista do Mestrado em Estudos Linguísticos

Vitória, v.9, n.12 (2015)

Revista (Con)Textos Linguísticos
Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Línguas e Letras
Centro de Ciências Humanas e Naturais

Av. Fernando Ferrari nº 514
Goiabeiras – Vitória - ES
CEP: 29075910
Telefax: (27) 33352801
www.linguistica.ufes.br
contextoslinguisticos@hotmail.com.br

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

Revista (Con) Textos linguísticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. – v. 9, n. 12 (2015)- . – Dados eletrônicos. – Vitória: PPGEL-UFES, 2007-
Semestral.

ISSN 2317-3475

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos>>

1. Linguística – Periódicos. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Programa de Pós-graduação em Linguística. II. Universidade Federal do Espírito Santo.

CDU: 81(05)

Ficha catalográfica elaborada por:
Saulo de Jesus Peres
CRB6 – Reg. 676/ES

Universidade Federal do Espírito Santo

Reitor: Reinaldo Centoducatte

Vice-Reitora: Ethel Leonor Noia Maciel

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor: Neyval Costa Reis Junior

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Diretor: Renato Rodrigues Neto

Vice-Diretor: Júlio Bentivoglio

Departamento de Línguas e Letras

Chefe: Maria José Angeli de Paula

Subchefe: Paulo Roberto Sodré

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Mestrado em Estudos Linguísticos

Coordenadora: Micheline Mattedi Tomazi

Coordenador Adjunto: Lúcia Helena Peyroton da Rocha

Conselho Editorial

Alexsandro Rodrigues Meireles (UFES), Ana Cristina Carmelino (UFES), Edenize Ponzio Peres (UFES), Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (UNESP), Erasmo D'Almeida Magalhães (USP), Fernanda Mussalim (UFU), Gregory Riordan Guy (New York University), Hilda de Oliveira Olímpio (UFES), Ingedore Grunfeld Vilaça Koch (UNICAMP), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES), Janayna Bertollo Cozer Casotti (UFES), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), José Augusto Carvalho (UFES), José Olímpio de Magalhães (FALE/UFMG), Júlia Maria da Costa de Almeida (UFES), Juscelino Pernambuco (UNESP/UNIFRAN), Lilian Coutinho Yacovenco (UFES), Luciano Vidon (UFES), Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP), Maria Flavia de Figueiredo (UNIFRAN), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria da Penha Pereira Lins (UFES), Maria Sílvia Cintra Martins (UFSCAR), Marina Célia Mendonça (UNESP), Marta Scherre (UNB/UFES), Micheline Mattedi Tomazi (UFES), Virgínia Beatriz Baesse Abrahão (UFES), Lurdes de Castro Moutinho (Universidade de Aveiro), Pablo Arantes (UFSCAR), Carla Viana Coscarelli (UFMG), Antônio Simões (Kansas University), Rebeka Campos-Astorkiza (Ohio State University), Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG), Éric Guy Claude Laporte (Université Paris-Est Marne-La-Vallée), Marina Terkourafi (University of Illinois at Urbana-Champaign), Júlio Araújo (UFC), Donesca Cristina Puntel Xhafaj (UFSC), Renata Archanjo (UFRN), Ana Lúcia Tinoco Cabral (Universidade Cruzeiro do Sul), Jussara Abraçado (UFF), Luciane Corrêa Ferreira (UFMG), Sônia Benites (Universidade Estadual de Maringá), Maria Conceição Auxiliadora de Paiva (UFRJ), Luciana Lucente (UFAL), Luiz Francisco Dias (UFMG), José Magalhães (UFU), Isabel Roboredo Seara (Universidade Aberta de Lisboa), Gustavo Ximenes Cunha (UNIFAL), Ana Cláudia Peters Salgado (UFJF), Ana Zandwais (UFRGS), Ivo Costa Rosário (UFF), Hyléa de Camargo Vale (IBC), Antônio Suarez Abreu (UNESP), Leonor Werneck dos Santos (UFRJ), Carmelita Minélio Silva Amorim (UFES).

Comissão Editorial

Alexsandro Rodrigues Meireles (Editor-gerente), Carmelita Minélio Silva Amorim (Editora de Seção, Estudos analítico-descritivos), Edenize Ponzo Peres (Editora de Texto), Janayna Bertollo Cozer Casotti (Editora de Seção, Linguística Aplicada), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (Editora de Texto), Micheline Mattedi Tomazi (Editora de Seção, Texto e Discurso).

SUMÁRIO

<u>GÊNERO OU SUPORTE? O ENTRELAÇAMENTO DE GÊNEROS NO TWITTER</u> Ernani Cesar Freitas, Pedro Afonso Barth	PDF/A 08-26
<u>ALGUNS ASPECTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO DIGITAL EM CRIANÇAS EM FASE DE ALFABETIZAÇÃO</u> Flávia Girardo Botelho Borges	PDF/A 27-40
<u>ESTUDO VARIACIONISTA: APRESENTAÇÃO DE UM PROCEDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO</u> Flavio Biasutti Valadares	PDF/A 41-56
<u>MULTIMODALIDADE, TEXTO E CONTEXTO: CATEGORIAS ÚTEIS À ANÁLISE DA CHARGE</u> Graziela Frainer Knoll	PDF/A 57-74
<u>OS CONECTORES COMO SINALIZADORES DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO: UMA ABORDAGEM COGNITIVO-INTERACIONISTA</u> Janice Helena Chaves Marinho, Gustavo Ximenes Cunha	PDF/A 75-94
<u>PROCESSAMENTO DE PALAVRAS COMPLEXAS FORMADAS COM OS SUFIXOS -ÇÃO E -MENTO EM PORTUGUÊS BRASILEIRO</u> José Ferrari Neto, Alcir Dantas Dias	PDF/A 95-110
<u>SOBRE "VIRALISMO" E "PESSIMISMO": O DISCURSO DA INFERIORIDADE VOLUNTÁRIA DO BRASILEIRO NO ENTORNO DA COPA DE 2014</u> Júlia Almeida	PDF/A 111-123
<u>ANÁLISE MULTISSISTÊMICA DAS CONSTRUÇÕES APOSITIVAS EM ARTIGOS DE OPINIÃO</u> Lúcia Helena Peyroton da Rocha, Gesieny Laurett Neves Damasceno	PDF/A 124-148
<u>FORMAS NOMINAIS DESIGNATIVAS NA CONSTITUIÇÃO DO PERFIL FEMININO: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA</u> Luiz Francisco Dias, Eloisa Elena Resende Ramos da Silva	PDF/A 149-161
<u>CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM SUBJACENTE AOS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E LETRAMENTO DE SURDOS</u> Thiago Campos	PDF/A 162-181
<u>GÊNERO TEATRAL NO CADERNO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE À LUZ DA PERSPECTIVA SOCIODISCURSIVA BAKHTIANIANA</u> Maria Aparecida Resende Ottoni, Cleonice de Moraes Evangelista Leão, Dalma Flávia Barros Guimarães de Souza	PDF/A 182-198
<u>O ETHOS E A VERDADE SOBRE O EU NA RETÓRICA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA</u> Melliandro Mendes Galinari, Juliana Couto Santos	PDF/A 199-219
<u>A RELAÇÃO CONCLUSIVA NO PORTUGUÊS</u> Norma Barbosa Novaes-Marques	PDF/A 220-237
<u>"QUASE NÃO É LÁ": UMA ANÁLISE DA FORMULAÇÃO DE LUGAR PELA VIA DA CATEGORIZAÇÃO DE PERTENÇA NO EPISÓDIO DE CONFLITO INSTAURADO ENTRE PITY E ANITTA NO ALTA HORAS</u> Roberto Perobelli Oliveira	PDF/A 238-254
<u>SOTAQUE NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO: UMA QUESTÃO DE POLÍTICA LINGUÍSTICA</u> Socorro Cláudia Tavares de Sousa, Rafaela Cristina Oliveira de Andrade, Cynthia Israelly Barbalho Dionísio	PDF/A 255-273
<u>A CRIAÇÃO DE UM BANCO DE DADOS PARA PESQUISAS SOBRE APRENDIZAGEM VIA TELETANDEM INSTITUCIONAL INTEGRADO (TTDII)</u> Solange Aranha, Lidiane Hernandez Luvizari-Murad, Augusto César Moreno	PDF/A 274-293
<u>O SIGNO EM TRANSFORMAÇÃO NA TRADUÇÃO DE OS SERTÕES</u> Zelina Márcia Pereira Beato, Aryadne Bezerra de Araujo	PDF/A 294-309

APRESENTAÇÃO

É com prazer que publicamos mais um número da Revista *(Con)textos Linguísticos*. Com ele, além de promovermos o intercâmbio de pesquisadores e de novas ideias, em nível estadual, nacional e internacional, estamos consolidando o papel do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGEL – em fomentar a pesquisa linguística no Espírito Santo.

Compõem esta edição dezessete artigos de autoria de pesquisadores de diferentes universidades brasileiras: Ernani Cesar Freitas (PUC-RS), Pedro Afonso Barth (UPF), Flávia Girardo Botelho Borges (IFMT), Flávio Biasutti Valadares (IFSP), Graziela Frainer Knoll (UniRitter), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), Gustavo Ximenes Cunha (UNIFAL), José Ferrari Neto (UFPB), Alcimar Dantas Dias (UFPB), Júlia Almeida (UFES), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES), Gesieny Laurett Neves Damasceno (UFRJ), Luiz Francisco Dias (UFMG), Eloísa Elena Resende Ramos da Silva (IFTM), Thiago Campos (UFPI), Maria Aparecida Resende Ottoni (UFU), Cleonice de Moraes Evangelista Leão (SEDUC), Dalma Flávia Barros Guimarães de Souza (SEDUC), Melliandro Mendes Galinari (UFOP), Juliana Couto Santos (UFOP), Norma Barbosa Novaes-Marques (UNIESP), Roberto Perobelli Oliveira (UFES), Socorro Cláudia Tavares de Sousa (UFPB), Rafaela Cristina Oliveira de Andrade (UFPB), Cynthia Israelly Barbalho Dionísio (UFPB), Solange Aranha (UNESP), Lidiane Hernandez Luvizari-Murad (FATEC), Augusto César Moreno (UNESP), Zelina Márcia Pereira Beato (UESC), Aryadne Bezerra de Araujo (UESC).

O artigo “GÊNERO OU SUPORTE? O ENTRELAÇAMENTO DE GÊNEROS NO TWITTER” de Ernani Cesar Freitas, Pedro Afonso Barth analisa *twitter* com o intuito de investigar os gêneros que são mobilizados por seus usuários.

O artigo “ALGUNS ASPECTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO DIGITAL EM CRIANÇAS EM FASE DE ALFABETIZAÇÃO” de Flávia Girardo Botelho Borges objetiva descrever o processo de construção do letramento digital de crianças de escola pública e privada de Recife-PE, anteriormente e durante o processo de Alfabetização.

O artigo “ESTUDO VARIACIONISTA: APRESENTAÇÃO DE UM PROCEDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO” de Flávio Biasutti Valadares expõe um procedimento teórico-metodológico com base na Teoria da Variação e Mudança Linguística.

O artigo “MULTIMODALIDADE, TEXTO E CONTEXTO: CATEGORIAS ÚTEIS À ANÁLISE DA CHARGE” de Graziela Frainer Knoll analisa a verbo-visualidade de uma charge, a fim de verificar quais categorias são úteis à compreensão desse gênero textual.

O artigo “OS CONECTORES COMO SINALIZADORES DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO: UMA ABORDAGEM COGNITIVO-INTERACIONISTA” de Janice Helena Chaves Marinho e Gustavo Ximenes Cunha apresentam uma abordagem para o estudo dos conectores que os concebe como marcas cuja função é explicitar o trabalho do locutor em produzir um texto que seja aceito pelo interlocutor como satisfatório ou adequado para o desenvolvimento do processo de negociação.

O artigo “PROCESSAMENTO DE PALAVRAS COMPLEXAS FORMADAS COM OS SUFIXOS -ÇÃO E -

MENTO EM PORTUGUÊS BRASILEIRO” de José Ferrari Neto e Alcimar Dantas Dias realiza um experimento para saber como palavras complexas formadas com os sufixos –ção e –mento são processadas no português brasileiro (PB).

O artigo “SOBRE “VIRALATISMO” E “PESSIMISMO”: O DISCURSO DA INFERIORIDADE VOLUNTÁRIA DO BRASILEIRO NO ENTORNO DA COPA DE 2014” de Júlia Almeida analisa a reparação do discurso da inferioridade voluntária do brasileiro e a circulação de termos, como “pessimismo”, que lhe parecem associados.

O artigo “ANÁLISE MULTISSISTÊMICA DAS CONSTRUÇÕES APOSITIVAS EM ARTIGOS DE OPINIÃO” de Lúcia Helena Peyroton da Rocha e Gesieny Laurett Neves Damasceno investiga a relevância da aposição na construção dos significados dos textos.

O artigo “FORMAS NOMINAIS DESIGNATIVAS NA CONSTITUIÇÃO DO PERFIL FEMININO: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA” de Luiz Francisco Dias e Eloísa Elena Resende Ramos da Silva busca um aprofundamento no conceito de formas nominais designativas proposto por Dias (2013) enfatizando as formas que regem as construções designativas referentes às mulheres em cenas distintas.

O artigo “CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM SUBJACENTE AOS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E LETRAMENTO DE SURDOS” de Thiago Campos discorre sobre a concepção tradicional de linguagem que subjaz ao processo de escolarização e de ensino de língua portuguesa, abordando suas possíveis consequências no trajeto de letramento de alunos surdos.

O artigo “GÊNERO TEATRAL NO CADERNO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE À LUZ DA PERSPECTIVA SOCIODISCURSIVA BAKHTIANIANA” de Maria Aparecida Resende Ottoni, Cleonice de Moraes Evangelista Leão e Dalma Flávia Barros Guimarães de Souza analisa uma aula relativa ao gênero teatro disponível no Caderno Educacional – material de apoio da rede estadual de educação de Goiás.

O artigo “O ETHOS E A VERDADE SOBRE O EU NA RETÓRICA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA” de Melliandro Mendes Galinari e Juliana Couto Santos interroga sobre como, de fato, a enunciação de um texto confere à sua instância de produção um “caráter”, para além da análise estrita de dados linguístico-discursivos, o que implica levar em consideração, durante a investigação, o auditório, seus valores e sua conjuntura cultural.

O artigo “A RELAÇÃO CONCLUSIVA NO PORTUGUÊS” de Norma Barbosa Novaes-Marques analisa a relação conclusiva que se realiza por meio das tradicionalmente denominadas conjunções.

O artigo ““QUASE NÃO É LÁ”: UMA ANÁLISE DA FORMULAÇÃO DE LUGAR PELA VIA DA CATEGORIZAÇÃO DE PERTENÇA NO EPISÓDIO DE CONFLITO INSTAURADO ENTRE PITY E ANITTA NO ALTAS HORAS” de Roberto Perobelli Oliveira versa sobre algumas noções da etnometodologia que se destacam na interação entre duas cantoras, Pity e Anitta, em dezembro de 2014, no Programa

Altas Horas da Rede Globo de Televisão, cujo tema era o papel da mulher na sociedade.

O artigo “SOTAQUE NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO: UMA QUESTÃO DE POLÍTICA LINGUÍSTICA” de Socorro Cláudia Tavares de Sousa, Rafaela Cristina Oliveira de Andrade e Cynthia Israelly Barbalho Dionísio aborda os sotaques na televisão brasileira a partir da perspectiva da política linguística de Spolsky (2004; 2009; 2012), que a compreende em três dimensões inter-relacionadas: as práticas, as crenças e a gestão linguística.

O artigo “A CRIAÇÃO DE UM BANCO DE DADOS PARA PESQUISAS SOBRE APRENDIZAGEM VIA TELETANDEM INSTITUCIONAL INTEGRADO (TTDII)” de Solange Aranha, Lidiane Hernandez Luvizari-Murad e Augusto César Moreno se caracteriza como um relato de experiência a respeito da construção de um banco de dados de interações online por meio de ferramentas de áudio e vídeo, em contexto de ensino aprendizagem de línguas estrangeiras via Teletandem Institucional Integrado, bem como por textos escritos trocados entre os participantes deste contexto e demais documentos que compõem este ambiente de aprendizagem multifacetado.

O artigo “O SIGNO EM TRANSFORMAÇÃO NA TRADUÇÃO DE OS SERTÕES” de Zelina Márcia Pereira Beato e Aryadne Bezerra de Araujo articula uma reflexão que envolve a leitura derridiana do conceito saussuriano de signo e o exame de duas traduções para o inglês d’Os sertões de Euclides da Cunha.

Esperamos que a leitura desses trabalhos amplie nossos conhecimentos e possibilite uma ampla discussão acadêmica sobre a estrutura das línguas naturais e o processamento da linguagem humana.

A Comissão Editorial

GÊNERO OU SUPORTE? O ENTRELAÇAMENTO DE GÊNEROS NO *TWITTER*

Ernani Cesar Freitas *

Pedro Afonso Barth **

Resumo: O presente estudo pretende analisar o *Twitter* com o intuito de investigar os gêneros que são mobilizados por seus usuários. O *Twitter* é uma mescla de rede social e *microblogging* e, aparentemente, os tweets são constituídos por resquícios de diversos gêneros como notícia, bilhete, propaganda, citação, que foram modificados para atender as necessidades de comunicação encontradas na rede social. O objetivo do trabalho é verificar se os textos produzidos podem ser considerados um novo gênero, ou os *tweets* seriam apenas um suporte para a veiculação de gêneros já existentes. O referencial teórico deste estudo está ancorado em Bakhtin (2003), Bazerman (2007), Marcuschi (2008) e Xavier (2011). A pesquisa desenvolvida é descritiva, bibliográfica, com abordagem qualitativa. A partir da análise de *tweets* coletados no dia 22 de fevereiro de 2014, chegou-se à conclusão de que, por mobilizar características do mais variados gêneros e por passar por uma adequação de estilo e de formato, podemos considerar o *tweet* como um gênero híbrido que circula no suporte de comunicação *Twitter*.

Palavras-Chave: Gênero. *Twitter*. Suporte. *Tweet*.

Abstract: This study analyzes the *Twitter* in order to investigate the genres that are mobilized by its users. *Twitter* is a mixture of social networking and *microblogging* and, apparently, tweets made up of bits of several genres like news story, leaflet, advertising, citation, which were modified to suit the needs of communication found in social networking. The objective of this work is to verify whether the texts produced can be considered a new genre, or whether the tweets would be a support for the placement of existing genres. Bakhtin (2003), Bazerman (2007) Marcuschi (2008) and Xavier (2011) are the principal theoretical referents of this study. The developed research is descriptive, bibliographic with a qualitative approach. From the analysis of tweets collected on February 22, 2014, we came to the conclusion that, by mobilizing the various features and genres, and by going through a style and format adaptation, we can consider the tweet a hybrid genre that is published on *Twitter* communication.

Keywords: Genre. *Twitter*. Support. *Tweet*.

Introdução

O presente artigo elege o *Twitter* como objeto de estudo. No *Twitter*, cada usuário pode fazer uso de apenas cento e quarenta caracteres (tamanho médio de uma mensagem de celular) para expressar opiniões, interagir com outros usuários, comentar uma notícia ou

* Doutor em Letras (PUCRS) com pós-doutorados em Linguística aplicada e estudos da linguagem (PUC-SP/LAEL); Professor do PPG em letras da Universidade de Passo Fundo (UPF). Passo Fundo, Brasil, ecesar@upf.br

** Mestrando do PPG de letras da Universidade de Passo Fundo (UPF) na linha Leitura e Formação do leitor. Bolsista FAPERGS/CAPES, Passo Fundo, Brasil, pedroabarth@hotmail.com

expressar o que quiser. É o chamado *tweet* ou tuíte. Os *tweets*, aparentemente, são constituídos por características de diversos gêneros como notícia, conversa informal, bilhete, citação etc., que foram modificados para atender às necessidades de comunicação encontradas na rede social. Além disso, o texto do *Twitter* mobiliza imagens, símbolos e *links*.

A presente pesquisa justifica-se devido à pertinência da discussão sobre os gêneros digitais, que, nos últimos anos, vêm conquistando espaço nas mais diversas esferas sociais. No caso do *Twitter*, é inegável a importância – inclusive política - que a rede social galgou nos últimos anos. O *Twitter* deixou de ser apenas uma rede social de interação, para ser uma plataforma de influências, pois marcas, políticos e celebridades utilizam o site com o intuito de interagir e influenciar seus interlocutores.

Procuramos investigar, neste trabalho, o seguinte problema de pesquisa: os textos veiculados e produzidos no *Twitter* caracterizam um novo gênero discursivo? Ou o *tweet* é um gênero? Partimos da hipótese de que, apesar de apresentarem algumas características de um suporte, os textos produzidos no *Twitter* têm uma composição, um conteúdo temático e um estilo próprios e, dessa maneira, configuram um gênero digital híbrido diferenciado, cuja característica principal é a de possibilitar novos formatos de comunicação em um suporte específico, que congrega discursos de usuários de diferentes estratos sociais e profissionais.

O objetivo que norteia a pesquisa é o de compreender o funcionamento social do gênero – ou dos gêneros - na rede social *Twitter*. A metodologia que permeou este estudo se dá por meio de uma pesquisa descritiva, bibliográfica com abordagem qualitativa. O *corpus* principal da pesquisa constituiu-se pela seleção de alguns *tweets* de alguns usuários do site *Twitter*.

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira, descrevemos brevemente o funcionamento do *site Twitter*. Na segunda, recorremos a Bakhtin (2003), Marcuschi (2008), Bazerman (2007) e Xavier (2011) para conceituar o que são gênero textuais e discursivos¹. Nessa seção, também, discutiremos sobre os gêneros que eclodiram no meio digital e traçaremos as diferenças entre os conceitos de suporte e gênero. Finalmente, na última parte, faremos a análise de *tweets*.

Twitter: o pássaro azul que conquistou o mundo

¹ Nesse trabalho, o conceito de gênero do discurso de Bakhtin é posto ao lado do conceito de gênero textual, adotado por Marcuschi (2008). Não é o nosso objetivo fazer um aprofundamento teórico acerca das diferenças teórico-metodológicas entre as nomenclaturas, portanto, neste artigo, ao tratar de gênero, utilizamos o termo gênero textual-discursivo.

Na presente seção, procuramos caracterizar o funcionamento do *Twitter*. O *Twitter* é um *site* que permite postagens de no máximo 140 caracteres. Também chamado de *microblogging*², conquistou milhões de adeptos do mundo inteiro e grande popularidade e é também considerado um dos “gêneros emergentes” no contexto digital (MARCUSHI, 2008). Um *microblogging* é uma ferramenta que permite atualizações rápidas e curtas e, se possível, a partir de uma multiplicidade de suportes diferentes. Pode-se atualizar o *Twitter* tanto pelo *site* na *web*, como por aplicativos no celular. Dessa maneira, a rede incorporou características de dois gêneros anteriores: *blog* e mensagens de texto veiculado no celular – SMS - *short message service* ou serviço de mensagem curta. Apesar de mais antigos, também são gêneros digitais com características próprias. Assim como em um *blog*, no *Twitter* é possível compartilhar impressões pessoais. Porém, a limitação de caracteres e a velocidade de envio de uma mensagem instantânea aproximam os *tweets* da configuração de um SMS.

O *Twitter* é comumente considerado uma rede social, como o *facebook*, já que ambos são *sites* utilizados para diversos objetivos comunicativos de usuários e também como suporte para a circulação de diversos gêneros. Segundo Cardozo (2009), é controverso definir o *Twitter* como uma rede social, pois seu objetivo não é o de servir como uma ferramenta de comunicação. O *Twitter* é um lugar de autopublicação, em que pessoas colocam *links*, falam de seus projetos, divulgam notícias. Não existem regras definidas, há usuários que falam sobre sua vida, sobre suas preferências e postam *links*; alguns divulgam produtos, outros encontram outras utilidades. Mesmo assim, o presente trabalho considera *Twitter* como uma rede social por ter a característica de conectar pessoas, apesar de entender que não é esta sua característica mais proeminente.

Os usuários dispõem de alguns recursos que os auxiliam na interação com outros usuários, que os seguem ou não em seu perfil. A rede de um usuário inscrito no *site Twitter* é composta por dois grupos: *follower* e *following*, que, na versão do *site* em português, correspondem respectivamente a *seguidores* e *seguindo*. O primeiro grupo é composto pelos perfis que seguem determinado usuário, e o segundo grupo corresponde aos usuários que são seguidos pelo usuário. Cada usuário escolhe quem seguir, e não é necessário integrar em sua rede aquele que seguir. Um dos recursos existentes no *site* é o *retweet*, também denominado como RT. O recurso possibilita a ação de reproduzir o *tweet* de outro usuário, isto é, de publicar a mensagem de outro membro sem alterá-la. Outra forma de realizar essa ação é

² *Microblogging* é uma forma de publicação de *blog* que permite aos usuários que façam atualizações breves de texto (geralmente com menos de duzentos caracteres).

escrever a sigla RT seguida de @ e do nome de usuário do autor do *tweet* antes de colar o texto da mensagem e, então, submetê-lo como um *tweet* comum. (BARROS; COSTA, 2013).

A rapidez com que a interação ocorre no Twitter, a curta extensão formal dos *tweets* e a rapidez com que as mensagens são comentadas – por meio do recurso responder – ou republicadas – por meio do recurso *retweetar*– por outros usuários são fortes indícios de que no *Twitter* são produzidos textos cujo consumo é imediato. Diferente de redes sociais, como *facebook* e a maioria dos *blogs* em que as publicações têm maior “vida útil”, no *Twitter*, o tempo imediato é fundamental para a interação entre usuários. Desse modo, o tempo da enunciação parece ser compartilhado entre os interlocutores que fazem uso do *site*.

As postagens no *Twitter* podem ser de diferentes naturezas, de acordo com os propósitos comunicativos. Dessa maneira, há usuários comuns que conversam entre si, reproduzindo um bate-papo informal, bem como há usuários que representam instituições e empregam uma linguagem mais formal e culta. Também há perfis de notícias que publicam manchetes e informações. Ou seja, vários gêneros parecem conversar e convergir na rede social, tornando impreciso definir o texto produzido no *Twitter* como um gênero textual-discursivo ou como um suporte para outros gêneros.

Porém, antes de apontarmos as diferenças entre gênero e suporte, convém conceituar gênero, e, por isso, na próxima seção, nos ancoraremos em Bakhtin (2003) para definirmos as principais características de um gênero.

De gêneros do discurso de Bakhtin à ascensão dos gêneros digitais: evolução do conceito de gênero

Na presente seção, nos reportaremos a Bakhtin (2003) para iniciar uma discussão sobre o conceito de gênero. Bakhtin (2003, p. 261) ressalta que “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana”. Portanto, segundo o autor, somente nos comunicamos, falamos e escrevemos por meio de gêneros do discurso formados por enunciados que são reflexos das condições específicas de determinado campo de comunicação. Os enunciados com um formato “relativamente estável” e determinado sócio-historicamente resultariam em gêneros do discurso. Mas o que seria o “formato relativamente estável” de um enunciado? O autor russo pontua a existência de alguns elementos que estruturam os gêneros e os constituem. Seriam apenas três: conteúdo temático, estilo e

construção composicional. A construção composicional, também denominada composição, refere-se ao aspecto formal do gênero. Seria o elemento que rege o formato dos enunciados. O conteúdo temático refere-se às escolhas do autor e os seus propósitos comunicativos em relação à abordagem do assunto. Já o estilo diz respeito ao modo que o conteúdo é apresentado (formal, informal), traduzido no plano composicional do gênero por meio de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua.

Os gêneros vão sofrendo modificações ao longo do tempo, de acordo com o momento histórico e social em que estão inseridos. Cada situação social origina um gênero, com suas características que lhe são peculiares. Dessa maneira, também é possível observar o entrelaçamento de vários gêneros. Ao pensarmos a infinidade de situações comunicativas e que cada uma delas só é possível graças à utilização da língua, podemos perceber que infinitos também serão os gêneros, como pontua Bakhtin (2003, p. 262): “a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana”. Além disso, cada campo da atividade humana possui uma gama diversificada de gêneros que podem sofrer modificações conforme o desenvolvimento e a complexificação da atividade.

Brait e Pistori (2012) destacam que os atuais pesquisadores de gêneros textuais e discursivos precisam ter o cuidado metodológico de evitar que o conceito de gênero seja entendido como uma fórmula mágica, reduzida exclusivamente aos três elementos apontados por Bakhtin (2003): composição, conteúdo temático e estilo. Segundo as autoras, há uma banalização do conceito de gênero. Há o distorcido entendimento que apenas a “fórmula” daria conta da compreensão e ensino de gêneros e também da leitura e produção de textos. “O que se desconsidera [...] é que tanto os textos de forma geral, quanto o conceito de gênero produzido pelo pensamento bakhtiniano, são frutos de um contexto, de uma época” (BRAIT; PISTORI, 2012, p. 374). Consoante a essa questão, na obra *Problemas da poética de Dostoievski*, Bakhtin (2008, p.340) afirma que

ao nascer, um novo gênero nunca suprime nem substitui quaisquer gêneros já existentes. Qualquer gênero novo nada mais faz que completar os velhos, apenas amplia o círculo de gêneros já existentes. Ora, cada gênero tem seu campo predominante de existência em relação ao qual é insubstituível [...] Ao mesmo tempo, porém, cada novo gênero essencial e importante, uma vez surgido, influencia todo o círculo de gêneros velhos: o novo gênero torna os velhos, por assim dizer, mais conscientes, fá-los melhor conscientizar os seus recursos e limitações, ou seja, superar a sua ingenuidade (BAKHTIN, 2008, p. 340).

Tal reflexão pode ser tomada como um importante ponto de partida para a análise de novos gêneros, como o *blog*, o *e-mail*, e os *chats*, pois permite que o novo gênero, além de ser analisado, levando em conta a sua atualidade e inovação, possa ser confrontado com a tradição ligada a outros gêneros como correspondência e/ou diário íntimo e/ou público (BRAIT; PISTORI, 2012). Os novos gêneros analisados de forma isolada podem até ser entendidos a partir de sua estrutura, do seu suporte. Porém, somente analisados levando em conta o corpo da tradição a que pertencem, que a riqueza de sentidos será melhor percebida: “certamente dirão mais sobre os sujeitos que os utilizam e neles se constituem, sobre a sociedade atual e suas formas de enfrentar a vida” (BRAIT; PISTORI, 2012, p. 377).

Segundo Brait e Pistori (2012), considerar gênero enquanto enunciado em sua totalidade, com dupla orientação na realidade, significa que devemos entender a palavra como fato, como um feito histórico, que determina os gêneros. Além disso, é preciso compreender que cada gênero é capaz de somente dominar alguns aspectos da realidade. Esses aspectos seriam o tema de cada gênero. Assim, “[...] essa dimensão do gênero constitui-se com a ajuda de elementos semânticos da língua, pois é com a ajuda da língua que dominamos o tema, mas que este transcende a língua” (BRAIT; PISTORI, 2012, p. 384).

Bazerman (2007) define gêneros como sendo formas de comunicação reconhecíveis e autorreforçadoras de atos de fala. Tal conceito é ancorado na noção de que “cada texto se encontra encaixado em atividades sociais estruturadas e depende de textos anteriores que influenciam a atividade e organização social” (BAZERMAN, 2007, p. 22). Para o referido autor, cada texto bem sucedido criaria um fato social para seus leitores. Fato social consiste em uma ação social significativa realizada pela linguagem, definidos por Bazerman (2007) como atos de fala. E são os atos de fala que dão origem aos gêneros, pois são realizados por formas textuais padronizadas, relacionados a outros textos e gêneros que ocorrem em circunstâncias semelhantes.

Bazerman (2007), no entanto, aponta o perigo de ver os gêneros apenas como uma coleção de elementos característicos. Cada gênero é realmente estruturado por características comuns, porém eles tipificam muitas coisas além da forma textual, pois “são parte do modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais” (BAZERMAN, 2007, p. 32). Por esta razão, analisar gêneros selecionando apenas características regulares que percebemos e descrever a razão de tais características, tendo por base o conhecimento de mundo, é absolutamente limitador.

O uso da internet e de redes sociais diversas criaram novas situações comunicativas e modificaram a forma que as pessoas lidam com a linguagem. Novos gêneros textuais e

discursivos passaram a existir, pois novas demandas sociais fazem-se presentes. Atualmente, há muitas possibilidades de interação e, graças a isso, surgiram, para os usuários, situações comunicativas inéditas que, por sua vez, geraram demandas de gêneros específicos para cada uma delas (XAVIER, 2006). A proliferação do hipertexto, o surgimento de redes sociais, entre outros fatores, pressionaram os usuários a usar a língua de certa forma e não mais de outra.

Novos gêneros discursivos e textuais nasceram (ou se modificaram) para atender à diversidade de demandas comunicativas que surgiram no novo suporte. Por exemplo, a presença de *links* que apontam para novos conteúdos nos textos virtuais, denominados como hipertexto. Lévy (1999, p. 33) define hipertexto como sendo um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser tanto palavras como páginas, imagens ou gráficos, bem como documentos complexos, sequências sonoras que podem ser eles mesmos hipertextos. Segundo Xavier (2006, p. 122), “a internet como um microcosmo virtual do mundo real reflete essa pluralidade de contextos comunicacionais” e, assim, oferece as condições sociotécnicas para a emergência de novos gêneros textuais e formas alternativas de utilização das convenções da escrita. Os novos gêneros, que emergem das tecnologias da informação e da comunicação criadas, misturam/hibridizam gêneros: fazem uma composição de características de certo gênero com a possibilidade técnica de efetivar uma determinada ação antes impossível. Um possível exemplo dessa relação de proximidade e transformação/adaptação de gêneros é a carta e o *e-mail*, o *chat* e a conversa, os *blogs* e diários.

Uma das principais características dos gêneros digitais apontadas por Marcuschi (2008) é a dinamicidade da interação *on-line*. Os gêneros textuais e discursivos já têm caráter evolutivo, porém esse processo se torna ainda mais acelerado na comunicação virtual que, ao contrário do suposto isolamento do indivíduo, permite uma interação bastante participativa e interligada. Além disso, há uma influência considerável nas relações com a oralidade e a escrita, pois a maioria das relações interpessoais em ambientes não virtuais são orais, enquanto que em um *chat* as relações são construídas pela escrita, porém com funcionalidades típicas da oralidade.

Uma discussão necessária é a diferenciação de gênero e suporte, principalmente, ao levarmos em conta que o suporte serve de modo de transporte, fixação e exibição do gênero. No meio digital, suporte e gênero podem ser confundidos. Apesar de ser consenso geral que todo gênero é vinculado a um suporte, a distinção entre os dois conceitos não é muito clara. Marcuschi (2008, p. 174-175) alerta que suporte não é algo neutro, e o gênero não fica indiferente a ele. O autor apresenta o seguinte comentário:

DEFINIÇÃO DE SUPORTE: *entendemos aqui como suporte de um gênero um locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto.* Pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física de formato específico que suporta, fixa e mostra um texto. Essa ideia comporta três aspectos:
a) suporte é um lugar (físico ou virtual);
b) suporte tem formato específico;
c) suporte serve para mostrar e fixar o texto.
(MARCUSCHI, 2008, p. 174-175, grifo do autor)

Ou seja, segundo Marcuschi (2008), suporte é sempre algo material - que pode estar no meio virtual -, e apresenta um formato específico - que pode ser um livro, um site, um jornal – visto que foi comunicativamente produzido para portar textos. Porém, há de se destacar que a distinção entre suporte gênero pode ser imprecisa, já que alguns suportes podem ser influenciados pelo gênero e vice-versa. Marcuschi exemplifica a questão com o caso do *Outdoor*, que já foi considerado um gênero, mas hoje é tido como um suporte para determinados gêneros, especialmente gêneros de um domínio discursivo ligado à publicidade, como anúncios, propagandas, convites e editais. Porém, um suporte tem limitações em relação aos gêneros que pode conter, por exemplo, seria inadequado a veiculação de uma receita médica em um *outdoor*.

Marcuschi (2008) divide os suportes em dois tipos: convencionais e incidentais. Os suportes convencionais são aqueles elaborados exclusivamente para portarem e fixarem textos como livros, jornais, revistas, entre outros. Já os suportes incidentais são aqueles eventuais, os quais servem de base para o texto apenas ocasionalmente, como roupas, corpo humano, muros etc. Marcuschi acrescenta que os gêneros digitais e a evolução da sociedade trouxeram consigo outro conceito, o serviço que seria um aparato específico que permite a realização ou veiculação de um gênero em algum suporte. O autor classifica como serviço – e não como gênero ou suporte - os sistemas de correios, os programas de e-mail, as malas diretas e as *home pages*. Um mesmo texto, pertencente a um mesmo gênero, pode ser veiculado por diferentes suportes. Por exemplo, uma notícia pode ser veiculada tanto em um jornal impresso, como em um site de notícias, ou então, ser veiculada em uma rede social. Marcuschi (2008) aponta para o fato de que um texto, ao ser transportado de um suporte para outro, não altera o entendimento da leitura do sujeito, mas apenas a sua relação com o texto.

Levando em conta o conceito de suporte, podemos pontuar que o *Twitter*, como site, pode ser considerado um suporte, pois ele é um *locus* virtual que serve para a materialização de textos de cento e quarenta caracteres: os *tweets*. No próximo tópico empreenderemos a

análise de alguns *tweets*, com o objetivo de chegar a uma conclusão: *tweets*, textos produzidos no *Twitter*, podem ser considerados um gênero?

Análise do estilo, composição e conteúdo temático de *tweets*

Nesta seção, empreenderemos a análise de *tweets*. O objetivo é analisar a construção de textos no *Twitter*, para identificar características comuns e compreender se o *tweet* é um suporte para os mais variados gêneros ou se configura um gênero digital. Foram selecionados cinco usuários da rede social. Para a seleção dos *tweets*, um dia aleatório foi escolhido, no caso, o dia 22 de fevereiro de 2014.

A escolha dos usuários teve estreita relação com os objetivos da pesquisa. Como temos o objetivo de compreender o funcionamento social dos gêneros mobilizados na construção de textos no *Twitter*, selecionamos usuários representativos de diferentes propósitos comunicativos em uma rede social. Desta maneira, pretende-se mostrar a influência de diversos gêneros no contexto textual-discursivo dos *tweets*, de acordo com as motivações comunicativas de cada usuário. Foram selecionados quatro usuários, @silviorogério, @UniversidadeUPF; @pontofrio e @dilmabr que são, respectivamente, um usuário comum, um perfil institucional, um usuário representante de uma marca que se preocupa com a venda e marketing de produtos e um perfil de humor.

A análise tem como referência a perspectiva bakhtiniana de gênero (BAKHTIN, 2003), além das contribuições de Bazerman (2007) e Marcuschi (2008). Ao mesmo tempo, Xavier (2006) e Marcuschi (2008) são importantes para ancorar a análise do *tweet* como gênero digital com características muito próprias. Na análise, o foco será a constituição dos *tweets*: uso de abreviações, presença de figuras de linguagem, a variante linguística que os usuários utilizam na própria formatação escolhida no *tweet* e, assim, serão descritos os procedimentos linguístico-discursivos utilizados pelos *twitteiros* para a composição de um texto com apenas cento e quarenta caracteres. Em suma, buscaremos um denominador comum entre os *tweets* para caracterizar o estilo, a composição e o conteúdo temático dos *tweets* como gênero híbrido.

As características analisadas partem do pressuposto bakhtiniano de que todo gênero corresponde a um enunciado que se estabiliza (BAKHTIN, 2003). É preciso ressaltar que o *Twitter* impõe algumas limitações na composição dos *tweets*, por exemplo, o fato de apenas

serem disponíveis cento e quarenta caracteres, as formas de *retweetar*, a configuração dos usuários em *followers* e *followings*.

Na Figura 1, temos o *tweet* de @silviorogério, um usuário comum, que não possui nenhuma vinculação com empresas, *sites* ou propagandas publicitárias. Podemos observar, no *tweet*, a abreviação (vc), o uso dos cento e quarenta caracteres, a coloquialidade (num), a ausência de pontuação, a clareza e concisão da mensagem. O usuário escreveu o *tweet* de forma funcional e esquemática, pois, de acordo com Xavier (2011), os usuários da internet precisam de agilidade do manuseio do teclado e, por isso, as abreviações tornam-se regras:



Figura 1 – Tweet de @Silviorogério

Percebe-se também que o usuário escreve para ser lido por outros usuários que estão familiarizados com as abreviações e com a linguagem virtual. Podemos afirmar isso por meio do termo “likes”. Usuários de redes sociais, como *Facebook* e *instagram*, *conhecerão o uso do termo “like”* como uma ferramenta cuja função seria a de indicar que as fotos postadas foram apreciadas. Talvez, fora do meio virtual, a frase tivesse de ser reelaborada para ser compreendida. Os *twitteiros* necessitam adequar-se ao fato de que têm a sua disposição apenas cento e quarenta caracteres, e, desta maneira, é preciso sintetizar ideias, usar uma linguagem precisa e objetiva, sem rebuscamento. Ou seja, os usuários do *Twitter* precisam manobrar o que é definido por Bakhtin (2003) como o formato relativamente estável do gênero.

Na Figura 2, observamos uma sequência de *tweets* da @UniversidadeUPF:



Figura 2 – Sequência de *Tweets* de @UniversidadeUPF

O usuário representa a Universidade de Passo Fundo e, portanto, estabelece interações muito diferentes das de um usuário comum. Verificamos nos *tweets* a ausência de abreviações, o predomínio da linguagem culta. Porém, os cento e quarenta caracteres limitam a extensão do texto, tornando a mensagem concisa. Entretanto, é possível observar que a imposição da limitação de espaço é transgredida com o uso de *links*, de hipertextos. No segundo *tweet*, o usuário fala em intercâmbio acadêmico e, obviamente, o espaço dos 140 caracteres impede que ele seja descrito. Por isso, o *tweet* traz em sua composição um *link* que direciona quem clicar para a página da Universidade Passo Fundo, que possui maiores informações sobre esse intercâmbio. Algo semelhante ocorre no terceiro *tweet*. O perfil @UniversidadeUPF faz uma pergunta retórica – Já conhece todos os cursos da UPF? – para, em seguida, direcionar os usuários até a página do site da Universidade, que possui as informações sobre todos os cursos.

Podemos afirmar que as perguntas que iniciam o segundo, o terceiro e o quarto *tweet* da Figura 2 são retóricas, pois, provavelmente, o objetivo de @UniversidadeUPF não tenha sido a interação de outros usuários, mas que o *link* contido no *tweet* seja clicado. Provavelmente, a maioria dos usuários do *Twitter* sabe que o objetivo é não estabelecer contatos informais, já que nenhum dos *tweets* da @UniversidadeUPF recebeu uma resposta. No quarto *tweet*, o termo ELO tem destaque. O termo está, provavelmente, em maiúsculo para identificar que se trata de um dos programas da Universidade de Passo fundo. Porém, os usuários do *Twitter* só saberão após clicar no *link*. Todos esses *links* podem ser considerados hipertextos, visto que, conforme Lévy (1999, p. 33), são um conjunto de nós ligados por

conexões. O usuário que clicar nos links não abandonará, necessariamente, o site *Twitter*. Provavelmente, abrirá outra janela de conteúdo de forma concomitante ao *microblogging*.

Partindo do pressuposto bakhtiniano de que todo gênero textual-discursivo é caracterizado por exercer uma função social específica, no concernente ao *Twitter*, a característica mais marcante não é a manutenção das relações sociais, mas o compartilhamento de informações e a instauração de efeitos de sentido de acordo com o projeto de dizer do usuário e o contexto sócio-histórico no qual ele se encontra. Sendo assim, a característica mais marcante do *Twitter* é mais próxima dos *blogs* do que do *Facebook*, mais *microblogging* do que rede social.

A partir dessa análise, torna-se possível concluir que o hipertexto e o uso de *links* também são características marcantes da estrutura composicional do gênero *tweet*. Podemos observar, na Figura 3, o uso de abreviações, de hipertextos e de concisão. O usuário é @pontoFrio e representa uma empresa que tem por objetivo divulgar e vender os seus produtos. O perfil oficial da empresa assume a identidade de um pinguim. Para atrair consumidores, o perfil tenta aproximar-se da linguagem de um usuário comum, coloquial, impregnada de traços de oralidade – *pros, correeeee, pra-*, ao mesmo tempo em que constrói uma identidade.



Figura 3 – *Tweets do Ponto Frio*

Na Figura 3, podemos perceber o uso de neologismos, como o da palavra *Píncriveis*, que seria a união de pinguim + incríveis. Essa seria uma estratégia de personalização do perfil do Ponto Frio para chamar a atenção dos usuários: para a empresa conseguir destaque não basta apenas a divulgação dos produtos, mas também um trato diferenciado da linguagem. Assim, observa-se a utilização de abreviações ou termos modificados como o *correeeee*. É preciso pontuar que, para alcançar os seus objetivos de divulgação da marca e produtos, o espaço de cento e quarenta caracteres é restrito. Portanto, a utilização de *links*/hipertextos é necessária.

No primeiro *tweet*, podemos inferir que o produto anunciado é um fritadeira. No segundo *tweet*, verificamos o uso da expressão “aqui você também”. O “aqui”, certamente, faz referência ao site do Ponto Frio, representado pelo perfil do *Twitter*; O “você” refere-se aos usuários que seguem e leram o *tweet*. Já o “também” traz a ideia de que a maioria das pessoas não esperaria encontrar no Ponto Frio produtos automotivos.

Em ambos os *tweets*, podemos constatar a presença de termos que, de certa maneira, convidam os usuários a clicarem nos *links*. No primeiro, o já mencionado *correeeee* e, no segundo, *Vem conferir*. A ênfase ao ato de clicar no *link* pode indicar que o objetivo do perfil @pontofrio não é de buscar uma interação com os usuários, e sim que os *links* sejam clicados e seu *site* visitado. As abreviações e neologismos indicam que o perfil tenta aproximar-se ao máximo da linguagem empregada pelos usuários comuns. Provavelmente, tal recurso é empregado, porque os usuários comuns são o público alvo da empresa Ponto Frio.

Na sequência, usamos as Figuras 4, 5 e 6 para analisar mais detalhadamente o estilo e o conteúdo temático do gênero *tweet*. No dia 22 de fevereiro de 2014, o aplicativo para *smartphones*, o *whatsapp*³, parou de funcionar por algumas horas. O *Twitter* repercutiu intensamente as notícias e fatos de forma praticamente simultânea à sua ocorrência, e foi isso que aconteceu naquele momento. Grande parte dos usuários comentou ou manifestou-se ao mesmo tempo sobre a ausência de serviço do aplicativo. Porém, cada usuário comentou o fato de acordo com os objetivos que o seu perfil no site apresenta. Por exemplo, o usuário @silviorogério - Figura 4 - deu *retweet* em um *tweet* que fez uma paródia com a música *As quatro estações*, da dupla *Sandy & Junior*. Já o usuário @pontofrio utilizou o fato para atrair a atenção para os seus produtos e, para isso, faz uso dos *links*, sendo que mais uma vez é possível perceber o uso da coloquialidade e abreviações.



Figura 4 – *Retweet* do usuário @silviorogério

³ *Whatsapp messenger* é um aplicativo de mensagens multiplataforma que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar por SMS.



Figura 5 – Tweets do @pontofrio sobre a queda do Whatsapp

Na Figura 4, observamos um enunciado que, provavelmente, visa fazer piada, extrair humor. O usuário elenca *sites* que “caem”, ou seja, os seus serviços são interrompidos por alguns momentos. Logo depois, introduz o termo amor, afirmando que ele não cai, pois é imortal. Essa sentença final apresenta uma intertextualidade com a canção *As quatro estações*, de *Sandy e Junior*. Na música, existe o seguinte verso: “No outono é sempre igual/ As folhas caem no quintal/ Só não cai o meu amor/Pois não tem jeito, não/É imortal”, em que há uma interessante relação intertextual utilizada com o intuito de provocar humor, e concomitantemente, o usuário do *Twitter* tece um comentário sobre o fato que estava acontecendo no momento da escrita do *tweet*. Podemos pontuar que o *tweet* não busca informar, nem vender produtos, nem é uma resposta a uma interação específica de algum usuário: é apenas uma tentativa de fazer rir por meio do contexto imediato dos demais usuários do site.

Conforme a Figura 5, verificamos que @pontofrio utiliza as mesmas estratégias já analisadas na Figura 3, clareza na linguagem e destaque para o *link*. Como o perfil busca uma aproximação com o usuário comum, poderíamos afirmar que ele utiliza o assunto que está em destaque no *Twitter* com o intuito de chamar a atenção para seus produtos. Assim, os *tweets* são construídos com duplos sentidos. O verbo cair, que, no caso do *Whatsapp*, significa a interrupção dos serviços, nos *tweets*, indica uma queda de preços em determinados produtos.

Para compreendermos a Figura 6, torna-se necessária uma pequena contextualização. O perfil @dilmabr ou Dilma Bolada é uma personagem virtual que faz uma paródia da presidenta Dilma. Por meio do humor, o perfil *fake*⁴ faz-se passar pela Presidenta, assumindo sua identidade e comentando as notícias a respeito de Dilma, para defender suas ideias e programas, mas sempre com um tom debochado e exagerado. Por essas razões, o perfil possuía no dia sete de abril de 2014 cerca de cento e oitenta e quatro mil seguidores, e é muito popular no site. Para entender e interpretar os *tweets* do usuário Dilma Bolada, o interlocutor

⁴ No *Twitter* são abundantes os perfis falsos de celebridades e personalidades. Alguns são feitos com intenções criminosas, sem a autorização das personalidades reais. Alguns são assumidamente *fakes* e têm o objetivo de produzir humor, parodiar ou até satirizar a personalidade alvo.

precisa entender a natureza *Fake* do perfil e reconhecer a paródia do perfil oficial da Presidenta da República, além de compreender a relação de intertextualidade que o perfil faz com partidos políticos rivais, no caso dos *tweets* analisados, o PSDB.

As características elencadas permitem que façamos uma conexão com o que é comentado por Marcuschi (2008), em relação aos gêneros textuais no contexto digital. Esse linguista explicita que os gêneros digitais oferecem possibilidades de rever alguns conceitos tradicionais a respeito de textualidade, além de mudar sensitivamente nossa relação com a oralidade e a escrita, o que nos obriga a repensá-la. No caso do *tweets* do perfil Dilma Bolada, é importante destacar que a linguagem empregada é muito próxima da oralidade. O contexto do *microblogging* permite afirmar que a personagem *fake* tenta uma aproximação com os usuários comuns, tenta tornar a figura da presidenta acessível, mais corpórea e real. Pela linguagem, Dilma Bolada reconstrói a figura real da presidente Dilma, dando-lhe uma nova personalidade, mais debochada, mais combativa, mais agressiva e, de certa forma, arrogante.

É possível perceber na Figura 9 o modo com que o perfil utilizou a notícia da queda do serviço do *whatsapp*, em benefício comunicativo próprio:



Figura 6 – Sequência de *tweets* da Dilma Bolada sobre a queda do *Whatsapp*

Os três *tweets* da Figura 6 tratam da queda do aplicativo *whatsapp*. No primeiro *tweet*, observamos o uso da palavra *ocêis*, provavelmente inspirado no fato de Dilma ser mineira. Também percebemos o uso da *hashtag* #PSDBnuncamais. As *hashtags* assumem uma função anafórica no *Twitter*, pois remetem a situações ou informações externas. No caso do *tweet*, a referência direta que podemos identificar é aos anos que o Brasil foi governado pelo partido PSDB.

Dilma Bolada assume a personalidade de uma líder, chefe de estado e, talvez, por isso, o tom afirmativo de seus textos no *Twitter*. No segundo *tweet*, ela não se limita a comentar, mas fala algo que pode fazer para contornar a crise encadeada pela queda do aplicativo, que seria a criação de um aplicativo brasileiro com o nome de “Aplicativo O que” (tradução de *whatsapp*). Novamente, verificamos que o sentido dos dêiticos é negociado pelos enunciados (BARROS; COSTA, 2013), já que o pronome demonstrativo “esse” apenas tem sentido no contexto do *tweet*. O pronome remete ao aplicativo citado pela Dilma Bolada. No terceiro *tweet*, há a menção a outro aplicativo que tem uma função parecida com o *whatsapp*: *viber*. *Viber* seria uma alternativa a ser utilizada no caso da queda do *whatsapp*, mas que é sumariamente descartada pelo usuário @dilmabr por meio da expressão fática “Que inferno!”. Tal expressão, além de ser coloquial, é absolutamente inusitada ao imaginarmos que foi, supostamente, uma presidente que a proferiu.

Bakhtin (2003) define que o conteúdo temático diz respeito às escolhas do autor e os seus propósitos comunicativos em relação à abordagem do assunto. No *Twitter*, podemos observar que os propósitos comunicativos são muito diversificados. O perfil do usuário é determinante para o conteúdo temático dos *tweets*. Assim, um usuário comum pode tratar de uma gama ilimitada de assuntos. Porém, um usuário que representa uma entidade ou um usuário que representa uma empresa possui uma limitação temática. No caso do @pontofrio, é esperado que seus *tweets* tenham como principal objetivo a divulgação e venda de produtos e, para isso, pode fazer o uso de diferentes estratégias, como o humor. Porém, dificilmente comentará assuntos aleatórios que não possam ser vinculados a algum dos produtos e/ou à divulgação da marca. Em relação ao perfil @UniversidadeUPF, observamos que há uma limitação temática ainda maior. Como o perfil do *Twitter* representa uma entidade, seria inadequado utilizar uma linguagem coloquial e/ou discorrer sobre qualquer assunto. O @UniversidadeUPF apenas produz enunciados que possuem relação com notícias e informações da Universidade.

O estilo, como elemento constitutivo do gênero, é definido por Bakhtin (2003) como sendo o modo como o conteúdo é apresentado, ou em um formato formal, ou informal e como os recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua são manifestados no plano composicional. Na escrita de *tweets*, da mesma forma que o conteúdo temático, o estilo é determinado pelo usuário. O estilo pode ser marcado por escolhas muito pontuais como as do perfil Dilma Bolada, cujos *tweets* parodiam uma personagem real.

Após analisarmos as diferenças de estilo, conteúdo temático e composição dos *tweets*, podemos considerar o *tweet* como um gênero? Podemos, com total segurança, a partir dos

conceitos de Marcuschi (2008) caracterizar o *Twitter* como um suporte, pois ele é um suporte material – mesmo que virtual – que fixa os textos, os *tweets*. Porém, é necessário levar em conta que ele não fixa qualquer texto, é preciso que os enunciados façam parte de toda uma configuração específica como a situação comunicativa. Assim, mesmo que exista uma variação muito grande do estilo e dos temas dos *tweets*, podemos considerá-los, sim, como um gênero híbrido e não textos de diferentes gêneros sendo vinculados pelo mesmo suporte.

Na análise, verificamos que os *tweets* apresentam muitas diferenças em relação ao conteúdo temático e ao estilo. Porém, isso não descaracteriza o *tweet* como gênero. Isso porque, segundo Brait e Pistori (2012), os novos gêneros só podem ser analisados levando em conta a tradição a que pertencem e assim a riqueza de sentidos será percebida. No caso do gênero digital *tweet*, é imprescindível perceber como ele se apropria de outros gêneros que existem e circulam na sociedade. Bazerman (2007) apresenta uma visão convergente ao apontar razões plausíveis para evitar a análise de um gênero, tendo como ponto de partida único a análise de características comuns. O autor destaca que é preciso levar em conta que gêneros são flexíveis em qualquer instância, e qualquer característica apontada pode mudar com o passar do tempo.

Como vimos em Bakhtin (2003), quando nasce um novo gênero nunca suprime ou substitui qualquer gênero, e que qualquer gênero novo nada mais faz do que completar os velhos. Verificamos nos *tweets* analisados diversos gêneros textuais coexistindo, resignificando-se. Observamos que alguns gêneros foram sendo resignificados, como, por exemplo, o gênero publicitário nos *tweets* do @pontoFrio, o gênero conversa nos *tweets* do @silviorogério, o gênero piada/paródia nos *tweets* da Dilma Bolada e o gênero notícia/comunicado nos *tweets* do @UniversidadeUPF. A análise dos *tweets* deixa esse ponto muito claro: não são apenas os cento e quarenta caracteres disponíveis que farão que o usuário utilize o *Twitter* de determinada forma. Os fatores mais determinantes na sua escrita são o perfil do usuário e os seus propósitos comunicativos. Porém, é necessário ressaltar que não são apenas as características formais que definem um gênero e, sim, sua localização em um sistema de relações de gêneros.

Considerações finais

No presente artigo procuramos estabelecer uma reflexão sobre gêneros digitais, especialmente o *Twitter*. Revisitamos diferentes conceituações de gênero – tanto gêneros

discursivos, como gêneros textuais – e para tanto nos reportamos aos estudos de Bakhtin (2003), Bazerman (2007) Marcuschi (2008), e Xavier (2011). Procuramos responder ao seguinte problema: os textos veiculados no *Twitter* caracterizam um novo gênero discursivo? Ou o *Twitter* seria um suporte para os mais diversos gêneros? A hipótese que tínhamos era de que, apesar de apresentar algumas características de um suporte, os textos produzidos no *Twitter* têm uma composição, um conteúdo temático e um estilo próprios e, dessa maneira, configuram um gênero digital diferenciado, cuja característica principal é a de unificar diversas esferas sociais. Durante a análise, confirmamos nossa hipótese ao ressaltar que há uma diversidade de temas e estilos, porém o formato dos 140 caracteres e as particularidades da veiculação de uma mensagem do *Twitter* demonstra que estamos diante de um gênero e não de um suporte.

O objetivo que norteou a pesquisa foi o de compreender o funcionamento social do gênero *tweet*. Alcançamos esse objetivo, no sentido de que apontamos a forma que a linguagem é utilizada pelos *twitteiros*, e a forma que características de diferentes gêneros se entrelaçam para alcançar os propósitos comunicativos dos usuários. Porém, o presente trabalho tem suas limitações devido ao recorte teórico-metodológico estabelecido. Portanto, acreditamos que há muito mais a analisar e descrever sobre o gênero. Tal recorte - muito específico - fez-se necessário devido à enormidade de questões que os gêneros digitais suscitam. Nessa perspectiva, o estudo deixa como sugestão, às futuras leituras, uma proposta de aprofundamento dos estudos sobre o *Twitter* e sobre a hibridização de gêneros observada na rede social.

O *Twitter* apresenta possibilidades infinitas para observar como os percursos de escrita e de leitura em meio digital se constituem, e de como a linguagem se adapta a um novo meio de propagação. Os *tweets* são textos integrantes de uma prática social e a reflexão sobre o gênero torna-se uma reflexão sobre as relações sociais e a modernidade. Quando analisamos um gênero digital, estamos nos debruçando sobre a capacidade infindável de transformação da linguagem humana e essa é a riqueza das possibilidades contemporâneas de comunicação social que instigam e desafiam seus usuários.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAZERMAN, Charles. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividade: como os textos organizam atividades e pessoas In: BAZERMAN, Charles; HOFFNAGEL, Judith Chambliss;

DIONISIO, Ângela Paiva (Coord.). *Escrita, gênero e interação social*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 19-46.

BARROS, Alana Kercia; COSTA, Maria Helenice. Oralidade e escrita: o hibridismo no Twitter. *Entrepalavras*, Fortaleza, ano 3, v.3, n.1, p. 98-108, jan./jul. 2013.

BRAIT, Beth; PISTORI, Maria Helena Cruz. A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e o Círculo. *ALFA*, Revista de Linguística, São José do Rio Preto, v. 56, n. 2, p.371-401, maio/ago. 2012.

CARDOZO, Missila Lourdes. Twitter: microblog e rede social. *Caderno.Com*, São Caetano do Sul, v. 4, n. 2, p. 24-38 , jul./dez. 2009.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad. de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. Parábola Editorial, 2008.

TWITTER DILMA BOLADA. Disponível em: <<https://Twitter.com/diImabr>> Acesso em: 22 fev. 2014.

TWITTER PONTO FRIO. Disponível em: <<https://Twitter.com/pontofrio>> Acesso em: 22 fev. 2014.

TWITTER SILVIO ROGÉRIO. Disponível em: <<https://Twitter.com/silviorogério>> Acesso em: 22 fev. 2014.

TWITTER UNIVERSIDADE UPF. Disponível em: <<https://Twitter.com/UniversidadeUPF>> Acesso em: 22 fev. 2014.

XAVIER, Antonio Carlos. Reflexões em torno da escrita nos novos gêneros digitais da internet. *Investigações*, Recife, v. 18, p. 115-129, 2006.

_____. Letramento digital: impactos das tecnologias na aprendizagem da Geração Y. *Calidoscópio*, Unisinos, São Leopoldo, vol. 9, n. 1, p. 3-14, jan./abr. 2011.

Artigo recebido em: 25.12.2014

Artigo aceito em: 16.06.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

ALGUNS ASPECTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO DIGITAL EM CRIANÇAS EM FASE DE ALFABETIZAÇÃO

Flávia Girardo Botelho Borges*

Resumo: Este artigo objetiva descrever o processo de construção do letramento digital de crianças de escola pública e privada de Recife-PE, anteriormente e durante o processo de Alfabetização. Baseando-se nas perspectivas de Xavier (2007), Lankshear e Knobel (2008), Palfrey e Gasser (2011) e Santaella (2004 e 2008), foi elaborado um conjunto de testes baseados nas habilidades linguístico-cognitivas envolvidas na construção do letramento digital. A partir dos dados, dividiu-se o corpus de análise em duas partes, sendo o primeiro referente a seis domínios do letramento digital que contemplavam as habilidades para sua construção. A partir dos resultados nestes testes, foram elaborados os perfis de letramento digital, que corresponderam ao segundo nível de análise. Os perfis descritos foram nomeados de errante, passageiro, navegante e guia, numa ordem crescente dos graus de letramento digital. Em síntese, pode-se destacar que as habilidades envolvidas na construção do letramento digital entrelaçavam-se umas às outras, em um *continuum* e que o desempenho dos sujeitos no mundo virtual dependia da experiência e do domínio do código alfabético, todavia, na ausência deste, outros códigos eram acionados. Por fim, ressaltou-se que todas as crianças do estudo apresentaram melhores resultados no segundo ano da pesquisa, fornecendo autoridade para afirmar que a relação entre avanços na escolaridade, idade e experiências na hipermídia tendem a fomentar eventos de letramento digital.

Palavras-chave: Letramento digital. Alfabetização. Práticas sociais.

Abstract: This article is intended to describe the development process of digital literacy of state and private run schoolchildren in Recife – PE, before and after their literacy development. Based on the perspectives of Xavier (2007), Lankshear and Knobel (2008), Palfrey and Gasser (2011) and Santaella (2004 and 2008), a set of tests was based on cognitive-linguistic abilities involved in the acquisition of digital literacy. Based on the data, the corpus of analysis was split in two parts. The first was referred to the six domains of digital literacy, which comprise the necessary abilities for its acquisition. From the results of these tests, digital literacy profiles were devised which, then, corresponded to the second level of analysis. The profiles described were named errant, passenger, navigator and guide, in an increasing order of digital literacy levels. In short, it was possible to highlight that the abilities involved in the acquisition of digital literacy were intertwined, in a sort of continuum, and the performance of these subjects in the virtual world depended on experience and alphabetic decoding. However, lacking these, other decoding abilities were set in motion. In conclusion, it was emphasized that all children in the study exhibited improved results during the second year of research, conferring authority to assert that the relation among formal education, age and hipermidiatic experiences tend to promote digital literacy events.

Keywords: Digital literacy. Literacy. Social practices.

* Professora Doutora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Cuiabá, MT, Brasil, flavia2b@gmail.com

Introdução

É fonte comum de notícias na mídia o fato de as crianças pequenas já cultivarem o hábito de se sentarem em frente a um computador, clicarem com o *mouse*, se engajarem em jogos digitais interativos, com sons, movimento, mensagens hipertextuais, navegar em *sites* e, em alguns casos, até manter páginas pessoais em *sites* de relacionamento, com auxílio de adultos. Todavia, elas ainda não foram formalmente alfabetizadas, isto é, ainda não se apropriaram das relações do sistema alfabético, mas já realizam atividades com ferramentas digitais com base em outras habilidades linguístico-cognitivas.

Dito isso, muitas questões a este respeito surgem, como: como se configura o letramento digital em crianças ainda não letradas? Em que proporção as práticas de letramento digital influenciam a apropriação do letramento? A partir dessas delimitações, este artigo tomou como objetivo descrever um recorte do processo de aquisição do letramento digital de crianças, anteriormente e durante o processo de Alfabetização. Para tanto, delimitou-se um grupo de quatro crianças (escola pública e privada) e um conjunto de testes que compreendiam as habilidades linguístico-cognitivas para a construção do letramento digital.

Letramento digital

A perspectiva do letramento incorpora à vida social dos sujeitos a necessidade de dominar as práticas de leitura e escrita com o risco de, não as dominando, encontrar dificuldade de identificação e integração àquela comunidade, sociedade. Neste caso, Xavier (2007) explica que o letramento digital

Considera a necessidade dos indivíduos dominarem um conjunto de informações e habilidades mentais que devem ser trabalhadas com urgência pelas instituições de ensino, a fim de capacitar o mais rápido possível os alunos a viverem como verdadeiros cidadãos neste novo milênio cada vez mais cercado por máquinas eletrônicas e digitais. (XAVIER, 2007, p. 133)

No mesmo sentido, estudiosos holandeses, Veen e Vrakking (2009), defendem que a aprendizagem das crianças da era digital se realiza de maneira muito diferente daquela conhecida anteriormente. Para estes autores, “a geração da rede difere de qualquer outra do passado porque cresceu em uma era digital” (VEEN; VRAKING, 2009, p. 29).

Os autores norte-americanos Knobel e Lankshear¹ desenvolveram, a partir do conceito

¹ No cenário internacional, o termo letramento digital é também objeto de pesquisa de vários grupos de estudo, como École Normale Superior, em Cachan, na França e pelo grupo de estudos de I. Snyder, na Austrália. Privilegiamos, aqui, as discussões realizadas por Knobel e Lankshear (2008), na perspectiva de letramentos

proposto por Street (1984) para letramentos, estudos sobre os novos letramentos. Para estes autores, há duas interpretações para o conceito de letramento digital. A primeira interpreta o fenômeno como parte de um conjunto de ideias, focado nos aspectos cognitivos e sócio-emotivos envolvidos nas atividades em ambiente digital. Já a segunda, como um conjunto de habilidades e técnicas específicas necessárias para qualificar o indivíduo como letrado digitalmente.

Sobre os dois conceitos, a dupla norte-americana propõe que os letramentos digitais representam diversas formas de prática social veiculadas por computador conectado (ou não) à internet, o que habilita os indivíduos a lidar com novas e variadas informações de diferentes fontes e se comunicarem.

Neste caso, adotamos como conceito que o letramento digital refere-se ao conjunto de conhecimentos envolvidos em práticas linguístico-sociais realizadas por mídias digitais. Estas práticas, por sua vez, envolvem, além de habilidades técnicas, habilidades de leitura, modos de interagir, comunicar, compartilhar e compreender o sistema de mídias como constituintes de mundo contemporâneo e de suas práticas sociais. Sendo formado por um conjunto de elementos, estes pressupõem seu desenvolvimento em um *continuum*, que envolve diversos fatores, como maturidade biológica e cognitiva, ambiente socioeconômico propício, momento histórico-cultural atualizado e interações com modos de ser digitalizados.

Em complementaridade, entendemos que este conceito implica um sujeito que viva e compartilhe de seu mundo de forma digital e que, mesmo que o ambiente digital e seus equipamentos não estejam acessíveis, ele entenda o sistema de mídias como parte de como as coisas funcionam no mundo.

Metodologia

Para avaliar e compreender o processo de construção do letramento digital, foi elaborado um conjunto de testes² contextualizado tanto para a realidade brasileira quanto para a idade e momento da alfabetização dos sujeitos do estudo. Além disso, os testes estavam focados em demonstrar as habilidades linguístico-cognitivas envolvidas no processo de aquisição e construção do letramento digital, tais como: a habilidade de nomear e identificar

digitais.

² Baseamos-nos nos questionários elaborados pelo governo francês que avaliam o domínio de habilidades digitais, o brevê de informática e internet, cujo objetivo era especificar um conjunto significativo de competências no domínio da tecnologia da informação e comunicação e certificar a proficiência dos alunos (de escolas de ensino fundamental, médio, faculdades e escolas técnicas) em informática, com um diploma.

com léxico apropriado os equipamentos de informática, habilidade de realização de multitarefas, habilidades icônicas, habilidade de se conectar. Por conseguinte, as práticas linguístico-sociais realizadas por mídias digitais traduzem-se em diversas habilidades, localizamos e traduzimos estas em seis domínios:

1. Do ambiente de Informática (Reconhecimento dos equipamentos de informática e seu funcionamento);
2. Das habilidades icônicas (Leitura de ícones e links de internet)
3. Do ambiente de conexão (Como realizar a conexão com a internet e navegar)
4. Da realização de múltiplas tarefas (Distribuir atenção entre três mídias diferentes)
5. Da alfabetização e do letramento digital (Digitação e uso de atalhos ou operadores do software)
6. Da comunicação na internet (e-mail, identificar e enviar novas mensagens)

Esclarecemos que a divisão em seis domínios exerce apenas uma função didática, pois os testes e seus resultados entrelaçam estes conhecimentos, já que não é possível conectar-se na internet sem reconhecer um ícone de navegador, por exemplo. Dessa forma, dividimos os domínios para organizarmos os testes, mas não pretendemos, com esta divisão, compartimentalizar o conhecimento dos sujeitos e seu letramento digital. Destes domínios, cada qual com suas habilidades específicas, escolhemos apresentar as seguintes: habilidade da iconicidade e habilidade de se conectar.

Os resultados dos testes nos auxiliaram a formular e descrever os perfis de letramento digital. Assim, o desempenho de cada sujeito foi mensurado para atribuir-lhe um grau de letramento digital. Como sujeitos do estudo, foram selecionadas quatro crianças, sendo duas provenientes de escola pública (GLE e MOI) e duas de escola privada (CLA e GAB). Para não haver disparidades quanto à alfabetização, utilizamos como critérios as fases de aquisição da escrita de Ferreiro e Teberosky (1985).

Neste tocante, as crianças selecionadas para o primeiro momento da coleta dos dados foram categorizadas como pré-silábicas e no segundo momento, em 2011, as crianças foram categorizadas na fase alfabética, pois já realizavam a correspondência entre fonemas (som) e grafemas (letras); ainda escreviam como falavam, mas já possuíam os princípios alfabéticos.

Os testes foram filmados tanto por uma câmera digital quanto pelo software *CamStudio*, que é uma interface baseada em captura de movimentos via webcam, registrando o trajeto feito pela criança para realizar os testes e localizar informações.

Graus e Perfis de Letramento

Após a realização dos testes, passamos à avaliação e análise. Para tanto, primeiramente categorizamos o que cada criança conseguiu realizar, somando seus acertos em cada tarefa. Depois atribuímos a cada acerto, um grau de letramento, que correspondia a valores crescentes para a tarefa, de acordo com o grau de dificuldades. Assim, chegamos a um modelo de graus de letramento que corresponde a uma relação entre os conhecimentos e a performance nos testes, e a partir deste traçamos o perfil de cada sujeito do estudo com tarefas em quatro valores, somamos os acertos em cada valor e com este resultado, determinamos a que perfil de letramento digital pertencia aquele sujeito naquele domínio.

Acreditamos que as crianças poderiam transitar entres os perfis, alcançando melhores resultados em algumas tarefas e ainda se desenvolvendo em outras. Este *continuum* respeita a relação entre escolaridade, idade e desenvolvimento das atividades da criança. Repetimos o mesmo procedimento nos dois momentos do estudo. Dessa forma, elaboramos os seguintes perfis de letramento digital:

Errante: estado ou condição do sujeito que conhece os meios digitais, consegue nomear boa parte deles, num ambiente de informática, mas não tem conhecimentos a respeito de sua funcionalidade, não sabe manejá-los. Pelo seu parco convívio com as ferramentas digitais, este sujeito tem medo de tocar os equipamentos de informática, não sabe para o quê servem e tem noções muito escassas a respeito das ferramentas digitais. Este sujeito ainda não é capaz de digitar seu nome com autonomia e tem muita dificuldade com o vocabulário específico e apropriado aos meios digitais, por muitas vezes o desconhecendo por completo. Por seu desconhecimento frente aos caminhos para navegar, o errante tem medo, não arrisca muito, mantém-se mais à deriva do processo.

Passageiro: estado ou condição do sujeito que conhece os meios digitais, consegue nomeá-los, num ambiente de informática e conhece sua funcionalidade, sabendo, portanto, manejá-los. Pelo seu mediano convívio com as ferramentas digitais, este sujeito tem conhecimentos a respeito de digitação, dos botões do *mouse* e da funcionalidade de seguir links do hipertexto. Também tem noções mais aprofundadas sobre o processo de conexão e internet, inclusive sobre o gênero e-mail. É um sujeito já capaz de digitar seu nome, mesmo que com alguma dificuldade e domina algumas das funcionalidades dos documentos eletrônicos, bem como seu vocabulário. O detalhe mais importante da sua condição é que, com interação, este sujeito consegue navegar, se arrisca e explora a navegação.

Navegante: estado ou condição do sujeito que sabe navegar nos meios digitais, pois consegue nomear os equipamentos de informática e conhece sua funcionalidade, sabendo, portanto,

manejá-los. Pelo seu convívio com as ferramentas digitais, este sujeito tem bons conhecimentos a respeito de digitação, dos botões do *mouse* e de outras funcionalidades do hipertexto, como encontrar o mapa do site e ver suas ramificações internas e potencial rizomático externo. Também tem noções mais aprofundadas sobre o processo de conexão, navegadores de internet, inclusive sobre o gênero e-mail, possuindo sua própria conta. É um sujeito já capaz de digitar seu nome, com autonomia, domina com tranquilidade as funcionalidades dos documentos eletrônicos, bem como seu vocabulário.

Guia: estado ou condição do sujeito que navega sem mapas, por já conhecer o caminho. É capaz de navegar sozinho, sabendo, inclusive, guiar outros no processo. É um sujeito que conhece os meios digitais, consegue nomeá-los, num ambiente de informática e conhece sua funcionalidade, sabendo, portanto, manejá-los. Pelo seu alto convívio e imersão com as ferramentas digitais, este sujeito tem amplos conhecimentos a respeito de digitação, do uso do *mouse*, da produção e postagem de conteúdos em forma de hipertexto, sobre navegadores, conexão e uso de contas de e-mail. Também tem noções mais aprofundadas sobre o processo de navegação na internet, sabendo acessar sites específicos. É um sujeito já capaz de digitar seu nome, com autonomia, domina com tranquilidade as funcionalidades dos documentos eletrônicos, bem como seu vocabulário e acrescenta detalhes ao seu uso de documentos eletrônicos.

Resultados

Selecionamos, como exemplos dos resultados, os testes realizados sobre os domínios das habilidades icônicas e do ambiente de conexão. Neste sentido, os testes sobre a habilidade de reconhecer os ícones utilizados no ambiente digital se preocuparam em checar se as crianças conseguiam navegar na página *web* utilizando a barra de rolagem e os ícones da página inicial, bem como se eram capazes de voltar e seguir um *hiperlink*. Para tanto foi selecionado um site³ infantil, com conteúdo baseado em ícones, para a realização das tarefas. O quadro 1 a seguir sintetiza o desempenho⁴ de cada criança, durante os dois momentos do estudo.

Entendemos que o letramento digital requer a habilidade cognitiva de ler o “alfabeto do ciberespaço”. Este alfabeto é composto por ícones e *hiperlinks* que representam as ações no ato de navegar. Assim, em todos os *browsers* de navegação na *web*, há certos ícones que

³ O site em questão foi o <http://www.smartkids.com.br/>.

⁴ Sendo “X” o acerto e “-” representa que não fez a atividade ou não conseguiu o resultado esperado.

representam ações, como a casa (página inicial) e as setas (voltar ou avançar). Pode-se perceber que a seta de voltar à página anterior, localizada no navegador, foi a menos utilizada pelas crianças. Isso pode demonstrar que as crianças ainda não dominam a estrutura do navegador para se movimentar na *internet*. Assim como o ícone da página inicial, também localizado no navegador.

Outro item de grande importância são os *hiperlinks*, entendidos como ponto de conexão com outro documento hipertextualizado para dentro da mesma página da web ou para fora dela. São atalhos, caminhos, em forma de texto ou imagem, clicáveis, que transportam o usuário a outras partes do documento ou outras páginas na rede, ao acioná-los.

QUADRO 1: TESTES DE INCONICIDADE

Sujeitos	Ano	Página inicial	Seta de voltar	Barra de rolagem	Seguir hiperlinks
CLA	2010	X	-	-	X
	2011	-	-	X	-
GAB	2010	-	X	X	X
	2011	-	X	X	X
GLE	2010	X	-	X	-
	2011	X	-	X	-
MOI	2010	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-

Segundo Xavier (2009, p. 193), os *links* “são elos que vinculam mútua e infinitamente pessoas e instituições, enredando-as em uma teia virtual de saberes com alcance planetário a qualquer hora do dia”. É através da ativação destes que se constrói a leitura não linear da rede mundial de computadores, pois o entendimento de navegar ou "surf" nesta é exatamente seguir uma sequência de *hiperlinks*.

Com este grupo de testes exigimos das crianças atenção a seus próprios movimentos de navegação, interpretação do ícones e execução das ações propostas. A primeira tarefa era clicar sobre um *hiperlink* assim que iniciassem a navegação, como o que acionava “JOGOS”. A tentativa era perceber se as crianças entendiam a ação de clicar no ícone ou na frase para acionar um *link*.

Percebemos que, para as crianças da escola pública, o ato de apontar com o dedo ainda substituía o clicar com o *mouse* para consignar tal ação. Isto é, estas crianças ainda não haviam construído o entendimento de que, no ambiente digital, o gesto de apontar com dedos não surte nenhum efeito prático, já que o instrumento adequado para se comunicar, neste ambiente, é o cursor do *mouse*. Elas ainda não haviam internalizado a informação de que o instrumento adequado para aquela atividade era a utilização do *mouse* (e do teclado).

As crianças da escola pública conseguiram realizar a tarefa só depois de serem solicitadas a clicar com o *mouse* e assim cumprir a atividade. Portanto, o ato de clicar com o *mouse* não era a primeira opção para aquelas crianças quando, durante a navegação, precisavam acionar um determinado *hiperlink*.

Já para as crianças da escola particular, ao serem solicitadas a fazer a mesma tarefa, a primeira atitude era ajustar o *mouse* à mão e posicionar seu cursor sobre o *hiperlink* para nele clicar. Elas já percebiam que o instrumento adequado para aquele contexto era o *mouse*. Dessa forma, elas demonstraram terem adquirido essa habilidade dentre as outras que compõem o letramento digital.

A segunda tarefa, interligada à primeira, a ser realizada pelas crianças era a de, após clicar em algum *hiperlink*, voltar à página anterior. Para tanto, os sujeitos⁵ utilizaram duas estratégias para atender à tarefa proposta: clicar no ícone da própria página que correspondia à página inicial, que, na tarefa, correspondia à página anterior ou pela seta, no navegador, que indica voltar à página anterior. Esta atividade ilustrou as alternativas de navegação para a resolução de um problema, já que as crianças investigadas tinham um problema inicial que era retornar à página anterior e os caminhos para a resolução desse problema eram vários, desde reconhecer o ícone “Página Inicial” do *site*, conhecer o *link* do navegador (a seta para a esquerda que corresponde a voltar), redigitar o endereço do *site*, entre outras.

O processo de navegação segue um protocolo que, parte de um estado inicial, envolvendo um conjunto de operadores⁶ de navegação, e, para tanto, a compreensão e manipulação desses operadores, como consequência, possíveis mudanças de estados, que são resultado da manipulação dos operadores. Outro operador utilizado foi a barra lateral para se movimentar durante a navegação, como mostra o trecho de 2011:

P: Isso. E para jogar agora nesse site? Onde que vai para jogar?

GAB: Jogar... (procurando na página). Deixa eu abaixar. Deixa eu ver, eu não vi aqui (enquanto rolava a barra lateral – menu do site, ele lê atentamente). Vídeos. Achei.

Para navegar, as crianças contam com seu conhecimento e intuição a respeito dos operadores para encontrar os caminhos para a resolução das tarefas. Em algumas situações, utilizavam o caminho conhecido para navegar, como foi a alternativa de utilizar a barra lateral, para subir ou descer a página.

Reconhecemos que, para a construção do letramento digital, é inegável a importância

⁵ Com exceção de MOI, que não realizou a atividade, em 2010, e não conseguiu êxito em 2011

⁶ Para Santaella (2004), o termo “operador” evoca além do processo técnico, as operações mentais que realizamos ao navegarmos. Um operador é uma notação formal (palavras, ícones, índices, barras, diagramas) que corresponde a uma regra heurística que utilizamos para passar de um estado a outro no processo de navegação.

da leitura de ícones, visto que eles envolvem uma lógica de representação de caracteres, tanto no computador quanto na *internet*. Segundo autores como Cope, B., Kalantzis, M., & Lankshear, C. (2008) estamos atravessando um momento marcante da comunicação humana, no qual

Estamos testemunhando uma grande virada nos afastando do domínio da linguagem alfabética; e do privilégio da linguagem escrita isolada, rumo ao visual. Esta virada rumo ao visual pode ser parcialmente entendida em termos do fato de que no contexto atual da globalização, quando as línguas não são mutuamente inteligíveis, você tem que levar as coisas visualmente. [Atualmente] uma porção de textos, como o manual de instrução para uma câmera digital ou os sinais em torno de um aeroporto, envolvem o significado ser realizado por ícones. Esta é uma tentativa de reduzir alguns aspectos da linguagem de esquemas visuais⁷. (COPE, B., KALANTZIS, M., & LANKSHEAR, C., 2008, p. 258)

A leitura de ícones precede a leitura alfabética e temos, com a linguagem icônica da *internet*, percebemos um retorno a este tipo de leitura. Nesta, o processo de ler se realizaria através de um sistema de símbolos sofisticados e com propósitos comunicativos, que podem conduzir a experimentação, inovação e criatividade. Neste tocante, este teste desafiou todas crianças a lerem ícones que conduziam ao movimento no durante a navegação no browser.

Gestos de conexão

Sobre os gestos necessários para a conexão e navegação, avaliamos a habilidade de se conectar, conhecer e escolher um navegador de *internet*, acessar *sites* específicos no ciberespaço. Para tanto, neste teste, as crianças foram questionadas a respeito de seus conhecimentos sobre conexão, além de avaliadas em relação aos gestos que executaram para se conectar.

A tarefa consistia que as crianças olhassem para a tela do computador, que estava ligado e conectado à *internet*, e respondessem à questão: “Olhando para essa tela, você sabe me dizer se este computador está conectado na *internet*?”. A ideia era de que os sujeitos investigados identificassem os mecanismos de conexão, como os ícones de iniciar a conexão (na bandeja) ou cabos para que esta se realizasse. Mantínhamos a hipótese de Palfrey e Gasser (2011) de que:

⁷ Tradução nossa do original: “We are witnessing a huge turn away from the dominance of alphabetical language; a turn away from privileging isolated written language; and a turn towards the visual. This turn towards the visual can partly be understood in terms of the fact that in the current context of globalization, when languages are not mutually intelligible, you have to carry things visually. [Currently] a lot of text, like the instructional manual for a digital camera or the signs around an airport, involves the meaning being carried by icons. This is an attempt to reduce some aspects of language to visual schemas”.

Os nativos digitais passam grande parte da vida online, sem distinguir entre o *online* ou *offline*. Em vez de pensarem na sua identidade digital e em sua identidade no espaço real como coisas separadas, eles têm apenas uma identidade (com representações em dois, três ou mais espaços diferentes). (PALFREY e GASSER, 2011, p. 14)

Sendo assim, esperávamos que as respostas às tarefas propostas correspondessem a esta visão de sujeito que constrói sua identidade em consonância com o digital. Entretanto, não foram estes os resultados que encontramos. As respostas foram variadas, desde não está conectado a está conectado porque está ligado, como no exemplo:

P: Olhando para essa tela, você sabe me dizer se este computador está conectado na internet?

GAB: Está.

P: Como que você sabe?

GAB: Porque ele está ligado.

A conexão com a *internet* que no início se dava via *modem*, cabos e sons estranhos, hoje parece invisível aos olhos do usuário comum. Com a *internet* sem fio (*wireless*), muitos computadores não apresentem nenhum dispositivo conectado a eles para a conexão. Outro fator de invisibilidade é a conexão automática do computador, que se conecta tão logo seja ligado, assim não há operadores ou programas para acionar a conexão.

Acreditamos que sejam esses os motivos que guiam as crianças na assunção de que o computador está conectado porque está ligado ou mesmo que não há o que explicar, pois a conexão é automática.

Em seguida, solicitávamos que as crianças iniciassem o processo de navegação. A intenção era identificar os caminhos que elas trilhariam para “entrar na *internet*”. Havia a possibilidade de que elas reconhecessem os ícones dos navegadores como *hiperlinks* para a navegação. Por isso, perguntávamos: “como que entra na *internet*?”.

P: Como que entra na internet?

CLA: (Aponta na tela para o ícone do Internet Explorer). Por aqui.

P: Como que entra na internet?

GAB: Internet, tem que ir aqui e clicar aqui (no navegador) ou pode clicar, não já está aqui.

P: Qual que você vai? (Apontando para a tela do computador).

GLE: (Aponta para o ícone do Mozilla Firefox na tela do computador).

P: Tem algum lugar que aperta? Tem?

MOI: (Faz não com a cabeça).

Com exceção de MOI, que não soubera realizar a tarefa nos dois momentos do estudo, as outras crianças entendiam que o caminho para a navegação se dava por meio dos

operadores, no caso, os ícones dos navegadores de *internet*. Assim, como a tela mostrava os ícones de cinco navegadores de *internet* (*Internet Explorer*, *Google Chrome*, *Mozilla Firefox*, *Safari* e *Opera*), elas reconheceram mais o navegador *Mozilla Firefox* e *Internet Explorer*. Podemos perceber que tais resultados mostram que efetivamente as crianças têm conhecimentos a respeito do mundo digital, da conexão com a *internet* e dos caminhos que são necessários para a navegação online. Todavia, no tocante às diferenças entre crianças da escola pública e privada, mesmo persistindo, mostraram-se menor, já que todas as crianças demonstraram algum tipo de conhecimento checado pelos testes.

Entendemos que aos 6 ou 7 anos de idade, as crianças estão no final de seu processo pré-operatório, de acordo com a classificação de Piaget, e ainda não desenvolveram todas as habilidades motoras. Mesmo já tendo adquirido a linguagem escrita, por vezes, ainda estão desenvolvendo a coordenação motora fina, o que lhes permite movimentos mais precisos ao utilizarem objetos como lápis, caneta, *mouse*, teclado, controles de videogames (e seus conjuntos diferenciados de botões). Estes resultados nos permitiram inferir que, progressivamente, as crianças podem desenvolver habilidades para se conectar ou não, já que sabem como fazê-lo, estando num ambiente apropriado.

Conclusão

Este artigo mostrou uma parte dos resultados de um estudo sobre a construção do letramento digital entre crianças de escolas pública e privada, de Recife-PE. Uma parte do estudo foi realizada antes do processo de Alfabetização destas crianças e outra durante esse processo. Os dois grupos de escolares tomados como sujeitos informantes da pesquisa foram selecionados por vivenciarem praticamente a mesma fase de aquisição da alfabetização, nos dois momentos de coleta dos dados nas escolas-campo.

Podemos destacar que as crianças da escola privada (CLA e GAB), por possuírem computador em suas residências, mantiveram práticas de atividades digitais, como jogar e acessar páginas da *internet*, monitoradas por adultos. Diferentemente, as crianças da escola pública (GLE e MOI), entre as quais, apenas GLE manteve o hábito de frequentar *lan house* para a prática das mesmas atividades, todavia não acompanhada por adultos. Tais resultados corroboraram com os perfis de letramento digital que construímos para os sujeitos do estudo, pois as mesmas crianças que tinham acesso à tecnologia, em casa ou não, são aquelas que obtiveram melhor desempenho nos testes realizados. Isso nos mostrou que a prática de atividades digitais incrementa diretamente o seu grau de letramento digital. Contudo,

diferentemente dos outros sujeitos, MOI não possuía computador em casa e não frequentava *lan house*. O fato de não experienciar as práticas digitais em outros ambientes e, por consequência, a falta de familiaridade com os equipamentos, contribuiu para o seu desempenho comparativamente fraco nos testes.

Sobre os perfis de letramento digital dos sujeitos, foi possível visualizar seus diferentes perfis de letramento digital. Numa ordem crescente, o perfil de letramento de MOI caracterizou-se como *errante*, por revelar-se uma criança que ainda não dominava os processos de navegação no ambiente hipermídia. Também não lhe foi familiar o comportamento e os gestos necessários para conectar-se à grande rede. Pelo seu parco convívio com as ferramentas digitais, este sujeito demonstrou medo de tocar os equipamentos de informática, além de parecer não saber para quê eles serviriam, além de demonstrar noções muito escassas a respeito das ferramentas digitais.

Em seguida, o desempenho de GLE pode ser caracterizado como de *passageira*. GLE demonstrou que, com auxílio, consegue realizar as atividades digitais, navegando com certa desenvoltura no ambiente hipermídia. Revelou-nos dominar alguns nomes dos equipamentos e suas funcionalidades. Possuía uma experiência mediana com as ferramentas digitais, conduzindo relativamente bem aspectos relativos à conectividade, à identificação do significado dos ícones e ao uso dos links da hipermídia.

Já CLA demonstrou dominar o ambiente digital, caracterizando-a como uma *navegante*. Ela sabe navegar nos meios digitais, pois conhece os equipamentos de informática, podendo nomeá-los e indicar sua funcionalidade. Apresentou bom convívio com as ferramentas digitais, a respeito de digitação, dos botões do *mouse* e de outras funcionalidades do hipertexto, seguir links e ler ícones.

Por fim, GAB mostrou-se como um *guia*, um sujeito com mais experiência com o ambiente hipermídia, que dominava os nomes e as funções dos equipamentos. Utilizava o *mouse* e o teclado com mais propriedade. Sabia os caminhos para conexão com a internet, acesso a sites específicos, por meio de hiperlinks. Engajou-se nas atividades propostas e demonstrou domínio sobre os operadores necessários à realização das atividades sugeridas durante a aplicação dos testes. Demonstrou não ter medo de se arriscar no ambiente digital, pois pareceu já entender os processos de navegação na web.

Enfim, foi possível afirmar que as habilidades linguístico-cognitivas envolvidas na aquisição do letramento digital entrelaçam-se umas às outras, o que foi notado quando as crianças observadas utilizaram o *mouse* e o teclado como meios para a expressão linguística no ambiente hipermídia. Sem o domínio do clique do *mouse*, não havia o processamento das

múltiplas semioses envolvidas na linguagem do ciberespaço, como ícones e links. Com efeito, observamos que as habilidades perpassam o domínio dos gestos necessários à conexão com a internet, a partir da leitura dos ícones dos navegadores e da utilização do *mouse* para acessá-los. Essas habilidades também lidam com o processamento de informações provenientes de mídias diferentes tornando o usuário apto a distribuir sua atenção entre elas.

Aprendemos também que o domínio da linguagem alfabética tende a melhorar as interações das crianças com o ambiente hipermídia, auxiliando-as a realizar melhor e com mais segurança as atividades digitais. No entanto, na ausência deste sistema, outros domínios entram em ação (como o visual, o sonoro), subsidiando o usuário no processo de navegação no ciberespaço ou no processamento de documentos eletrônicos.

Como todas as crianças do estudo apresentaram melhor desempenho quanto à aquisição de habilidades relativas à alfabetização e ao letramento digital, no segundo ano da coleta de dados, isto nos permite afirmar que há uma relação diretamente proporcional entre o avanço no nível da escolaridade e o aumento do domínio das ferramentas digitais, sendo o inverso igualmente verdadeiro. Essa correlação diretamente proporcional entre o progresso na alfabetização e letramento com aumento de letramento digital e vice-versa, agindo em um *continuum* de forças que vão e vêm progressivamente de modo pendular, ampliando cada vez mais o alcance do pêndulo, parece habilitar ininterruptamente seres digitais com mais habilidades para enfrentar os desafios do mundo pós-moderno.

Referências

- COPE, Bill; KALANTZIS, Mary e LANKSHEAR, Colin. **A Contemporary Project**: an interview. *E-Learning and Digital Media*, Volume 2 Number 2, 2005.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999. (Publicada originalmente em 1985).
- LANKSHEAR, Colin e KNOBEL, Michele. **Digital Literacies**: concepts, policies and practices. New York: Peter Lang Publishing, 2008.
- PALFREY, J.; GASSER, U. **Nascidos na era digital**: entendendo a primeira geração de nativos digitais. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço**. O perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo, Paulus, 2004.
- VEEN, W; VRAKKING, B. **Homo Zappiens**: Educando na Era Digital. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.
- XAVIER, A. C. **A era do hipertexto**: linguagem e tecnologia. Recife: Editora Universitária –

UFPE, 2009.

_____. Letramento digital e ensino. In: SANTOS, Carmi Ferraz e MENDONÇA, Márcia. **Alfabetização e letramento**: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Artigo recebido em: 05.03.2015

Artigo aceito em: 02.07.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

ESTRANGEIRISMOS: UM ESTUDO SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA DA VARIÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA

Flavio Biasutti Valadares*

Resumo: O artigo apresenta um estudo sobre usos de estrangeirismos no Português do Brasil com base na Teoria da Variação e Mudança Linguística. Tem como objetivo apresentar dados analisados sobre os estrangeirismos utilizados no Português Brasileiro com vistas à comprovação de implementação de variação e mudança linguística, contemplando um modelo quantitativo-qualitativo em que a análise busca a interpretação dos dados coletados. Conclui que as palavras estrangeiras usadas na mídia impressa evidenciam processos de variação e mudança, propiciando análises mais consistentes em relação à descrição do Português do Brasil.

Palavras-chave: Sociolinguística. Mudança Linguística. Estrangeirismos.

Abstract: The paper exposes a study of loanwords uses in Portuguese from Brazil based on the Theory of Linguistic Change and Variation; it aims to present data analyzed on the loanwords used in Brazilian Portuguese with a view to proving implementation of linguistic change and variation, contemplating a quantitative-qualitative model in which the analysis seeks to interpret the collected data. It concludes that the foreign words used in print show processes of variation and change, providing more consistent analysis of the description of the Portuguese from Brazil.

Keywords: Sociolinguistics. Linguistic Change. Loanwords.

Introdução

Em tese de Doutorado, recentemente defendida, adotamos, como aporte teórico, William Labov, Marvin Herzog e Uriel Weinreich, para uma análise via Teoria da Variação e Mudança Linguística, e Ieda Maria Alves, Maria Tereza Camargo Biderman e Nelly Carvalho, para recobrir os aspectos referentes à Lexicologia, a fim de desenvolver uma pesquisa sobre o uso de estrangeirismos no Português do Brasil.

Este artigo propõe-se a expor um estudo sobre usos de estrangeirismos no Português do Brasil, com o objetivo de propiciar a pesquisadores da área um norteamento para a

* Doutor em Língua Portuguesa/PUC-SP, Pós-Doutorado em Letras/Mackenzie-SP, Docente: IFSP/Campus São Paulo, São Paulo/SP, Brasil, flaviovaladares2@gmail.com e flaviusvaladares@ifsp.edu.br

produção de análises, com base no modelo proposto, que ultrapassa o aspecto meramente quantitativo em dados variacionistas e incorpora abordagens qualitativas, principalmente em se tratando de palavras estrangeiras.

Metodologia: apresentação de um modelo²

No capítulo III da tese, elaboramos como procedimento na descrição metodológica, para a análise e discussão dos dados, um agrupamento de palavras estrangeiras, subdivididas em menor e maior ocorrência, sua dicionarização ou não, sua origem e sua classe gramatical. Além disso, buscamos averiguar a ocorrência de ampliação semântica e, em caso afirmativo, em que estágio de implementação de mudança linguística o termo importado estaria.

O levantamento de ocorrências de uso de palavras estrangeiras no Português do Brasil foi feito com base em uma seleção de edições das revistas *Época*, *Isto É* e *Veja*, visto que as três revistas selecionadas para a construção do *corpus* de pesquisa são de circulação nacional e de tiragem semanal, com cerca de, juntas, 3 milhões de exemplares semanais. Outro aspecto considerado foi o de apresentarem propósitos semelhantes, como tratar das questões mais polêmicas e atuais no país e no mundo, assim como uma grande variedade de assuntos, desde política até cultura, passando por economia, esportes e saúde.

Para a seleção do *corpus*, foram utilizadas edições referentes a quatro semanas do mês de setembro de 2011, totalizando doze volumes. Com isso, a coleta garantiu dados quantitativos para a análise e integrou uma abordagem percentual a uma discussão qualitativa dos dados, possibilitando uma descrição mais consistente do Português do Brasil.

Como procedimento para o levantamento das ocorrências, foram selecionadas todas as palavras em grafia estrangeira, independente da origem, e restritas a termos simples, termos com hífen e termos com o auxílio de preposição (caso das palavras de origem latina), tendo sido desprezadas, para análise, palavras híbridas, expressões e termos compostos. Com isso, no *corpus* utilizado, foi incluída toda e qualquer palavra que não fizesse parte da língua portuguesa em sua forma vernácula. Também, foram desconsideradas palavras que representassem reprodução de fala, bem como aquelas palavras inseridas em anúncios publicitários.

Para melhor apresentar a análise, reduzimos o *corpus* àqueles termos classificados no âmbito de uso tecnológico, quando o termo estrangeiro é utilizado por causa do

² Cf. VALADARES, Flavio Biasutti. *Uso de estrangeirismos no Português Brasileiro: variação e mudança linguística*. 190p. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo/SP, 2014.

desenvolvimento científico, de uma nova tecnologia e do próprio contexto de globalização, sobretudo quando veiculadas em língua inglesa, por ter os Estados Unidos, na atualidade, o *status* de força hegemônica global, e em âmbito sociocultural, selecionados termos estrangeiros utilizados devido às trocas e aos contatos linguísticos, independentemente do país. Como critério para classificar e selecionar termos do âmbito em sociocultural, foi utilizada a procedência da palavra a partir de áreas como esporte, moda, publicidade, música, arte, culinária e economia.

Cabe destacarmos que a base da análise contou com a estatística/probabilidade para se chegar aos resultados, tendo sido definido que o número superior a 25 ocorrências indicaria ocorrência alta, enquanto a média ficou determinada na faixa entre 6 e 24 e a baixa em 5 ou menos ocorrências. Para a composição do *corpus*, as ocorrências foram classificadas a partir de levantamento estatístico/teoria da probabilidade, em que padronizamos o cálculo do número de palavras em cada uma das revistas selecionadas. Com essa totalização, procedemos à análise, chegando-se ao número de 191 termos estrangeiros com 1.157 ocorrências destes nas revistas pesquisadas: *Época* (492 – 42,5%), *Isto É* (346 – 29,9%) e *Veja* (319 – 27,6%). A partir desse quantitativo, traçamos a análise específica dos dados, considerando sempre a relação *type-token*³ (191-1.157) e o número de ocorrências.

A análise do *corpus*

Os dados demonstraram que há um total de 151 palavras estrangeiras utilizadas de 1 a 5 vezes dentre as 191 palavras, na relação *type-token* (191-1.157), ou seja, 79,05%, que figuraram nas revistas pesquisadas. Isso indicou ocorrência baixa, embora não significasse que seu uso fosse de pouca frequência no Português do Brasil, pois, conforme Labov (2008, p. 355), “mudanças linguísticas incipientes raramente atingem o nível do comentário social em seus estágios iniciais, e nem todas as mudanças se tornam foco da atenção consciente mesmo em seus estágios avançados”. As palavras com baixa ocorrência nas revistas situaram-se, então, entre uma tentativa de implementação inicial para uso efetivo pela comunidade linguística e a aceitação, de fato, por parte dessa comunidade, o que, no decorrer de seu uso, pode levar à adoção por outros estratos sociais.

³ Conceito adaptado de Williamson (2009): a relação *type/token* – número dos diferentes itens lexicais produzidos dividido pelo total de itens lexicais – é uma medida da produção linguística para estimar o estágio de uso do termo estrangeiro, ou seja, uma forma de verificar a entrada ou a variedade de diferentes palavras utilizadas pelas revistas pesquisadas.

Das 151 palavras estrangeiras cuja ocorrência foi baixa, 69 (45,6%) estão dicionarizadas no Aurélio e 59 (39%) no Houaiss, o que sugeriu, inicialmente, que a aceitação como modismo ainda poderia ser um aspecto atribuído a essas palavras. Todavia, o fato de tais palavras apresentarem uma ocorrência baixa não pode levar à inferência de que a frequência também o seja, como fora o caso de *blockbuster*, *bluetooth*, *bullying*, *business*, *e-commerce*, *mashup*, *nerd*, *netbook*, *single* e *stand-up*, que, em ambos os dicionários pesquisados, ainda não figuram; no entanto, em função de alta frequência de uso, sua dicionarização pode, em breve, ser feita.

Sobre a origem das palavras estrangeiras tomadas por empréstimo, ressaltamos que o maior percentual, nos dados, foi proveniente da língua inglesa, devido ao aumento da influência internacional dos Estados Unidos a partir da 2ª metade do século XX. Este fenômeno imprime, no uso da língua, aspectos de cultura, moda, esporte, tecnologia, entre outros. Das 151 palavras estrangeiras com menor ocorrência, 95 são da língua inglesa, representando 62,9% do total de menor ocorrência e 48,7% do total global. As demais línguas foram francês (7,94%), latim (5,96%), alemão (1,3%), italiano (1,3%), espanhol (0,65%), persa (0,65%), chinês (0,65%), japonês (0,65%) e sânscrito (0,65%)⁴.

Apesar de constatararmos um percentual relativamente alto de palavras provenientes da língua inglesa, termos como *ego*, *vide*, *in vitro*, *portfolio*, *campus/campi* e *per capita*, de origem latina, embora com baixa ocorrência, permanecem em uso constante e estão dicionarizados. Isso denota a importância que a tradição de uso, muitas vezes, impõe e que, mesmo com outras demandas tecnológicas, a comunidade linguística “decide” manter esses usos em vez de substituí-los ou mesmo aportuguesá-los, motivo pelo qual, reiteramos, foi mantida a opção metodológica de considerar os termos latinos como palavras estrangeiras. De outra forma, palavras de origem francesa parecem não ter mais a mesma influência existente até a 1ª metade do século XX, quando eram comuns as importações de palavras da língua francesa pelos brasileiros, por influência cultural, principalmente.

Outro aspecto da análise refere-se à classe gramatical: normalmente, não é feito o importe de palavras funcionais (preposição e conjunção, por exemplo), mas sim, de nomes e verbos, isto é, não existe uma importação de palavras estrangeiras que afete o léxico de maneira a alterá-lo tão significativamente, pois os estrangeirismos não evidenciam o acolhimento de palavras gramaticais, apesar de ter detectado, principalmente em comércio, o uso de *in* ou *off* com valor adjetivo e de *by* como preposição.

⁴ Não conseguimos obter a origem da palavra *ashtanga*, mas optamos pela origem sânscrita, por sua associação com a palavra *ioga*.

Destacamos, também, os casos de palavras estrangeiras em função adjetiva: *cruise, cult, diet, fashion, fast-food, gospel, grunge, high tech, laser, light, modellhut, noir, nonsense, off-label, pulp, soft, stand-up* e *trouvé*, que analisamos e interpretamos como importações que mantiveram sua base morfossintática e não sofreram adaptações semânticas ao uso no Português do Brasil.

Um outro objetivo de pesquisa foi analisar a ampliação semântica de palavras estrangeiras, a fim de comprovar um processo de variação e mudança linguística, configurando-o como um estágio final de implementação da mudança. No caso das palavras com menor ocorrência, ao considerá-las como implementação em um estágio inicial, a identificação de ampliação semântica, em nossa coleta, localizou-se em relação a alguns termos estrangeiros com maior frequência que ocorrência: *boom, pizza, round* e *top*.

Constatamos, por exemplo, que o termo *boom* não foi utilizado em sua rubrica originalmente importada, ligada à economia no sentido de “alta súbita na cotação de valores (p. ex., títulos, ações) ou mercadorias”, de acordo com Houaiss. Desse modo, confirmamos que houve ampliação semântica do termo estrangeiro, passando este a designar outros conceitos no Português Brasileiro, como sinônimo de “estourar”.

No caso da palavra *pizza*, a ocorrência de ampliação semântica não apareceu nos dados, apesar de seu verbete no Houaiss apresentar outra possibilidade, como em “acabar em pizza” no sentido de “ficar sem punição”, frequentemente utilizado pela mídia brasileira em relação a casos políticos de corrupção que não recebem punição. De modo análogo, identificamos a palavra *round*, cuja ocorrência de ampliação semântica não apareceu nos dados, mas que também traz em seu verbete outras possibilidades. Para a palavra *top*, a ocorrência de ampliação semântica figurou nos dados.

Isso denotou que os termos estrangeiros, logo que são dicionarizados, costumeiramente assumem seu significado original na língua de empréstimo, para depois, conforme a aceitação e o uso, chegarem à possibilidade de ampliação semântica, como ocorre com os termos citados. No entanto, a própria dinâmica da língua e de seus usuários pode levar a ampliações de sentido mesmo antes da dicionarização. Nesse aspecto, a ampliação semântica justifica a hipótese de implementação da variação e mudança linguística em estágio final, sem a necessidade de seu aportuguesamento, em razão de a variável estável, com uso frequente pela comunidade linguística, ter-se ampliado para outros sentidos e consequentes usos.

A fim de esclarecermos a adoção do termo “variável estável”, citamos Tarallo (1997, p. 8): “em toda comunidade de fala são frequentes as formas linguísticas em variação. [...] a

essas formas de variação dá-se o nome de variantes”. Em sua visão, variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. Nesse ponto, cumpre-nos expor que, no *corpus* utilizado, há palavras estrangeiras que se mantiveram em grafia original, sem adoção de um outro termo, e há as que mantiveram o termo importado mais alguma forma aportuguesada ou análoga; assim, consideramos variável estável o termo estrangeiro, e o conjunto de variantes outro(s) termo(s) em uso além da palavra estrangeira. Assim, nossa análise seguiu o conceito de que “a um conjunto de variantes dá-se o nome de variável linguística”, conforme explicita Tarallo (1997, p. 8).

No *corpus* analisado, verificamos que o uso de 74% das palavras com menor ocorrência foi feito em um contexto específico, isto é, pelo uso, podemos comprovar que há uma tendência à implementação do termo novo com vistas à variação e mudança linguística. Contudo, nos casos em que há maior frequência que ocorrência quantitativa, alguns termos estrangeiros, apesar da ocorrência baixa, configuraram-se em um estágio avançado de implementação de variação e mudança linguística, ou seja, tais termos circulam pela comunidade linguística como variável estável.

Isso porque alguns termos vêm acompanhados de uma explicação do seu significado, o que conduz ao entendimento de que haveria uma intenção de entrada do elemento estrangeiro no Português do Brasil, como em *accountability*, que figura com uma explicação de seu significado no trecho em que aparece – “O ponto incontestado é que os representantes numa democracia devem responder continuamente e de forma clara aos representados – é o conceito de *accountability*.” (ÉPOCA, nº 697, de 26.set.2011, p. 58). Esse recurso indicaria, então, um processo inicial de inserção do conceito e, conseqüentemente, do termo estrangeiro ao léxico nacional. Outros casos figuraram na coleta: *coaches*, *e-book* e *e-reader*.

Além disso, identificamos casos como o de *baccalauréat*, com a respectiva tradução em seguida: “E há cursos que levam ao *baccalauréat* (bacharelado), com vários sabores: os futuros poetas evitam as matemáticas, outros chafurdam nas equações, uns são mais difíceis, outros menos recheados de teorias.” (VEJA, edição 2235, ano 44, nº 38, 21.set.2011, p. 98), o que indicia tão-somente uma questão de estilo do produtor do texto jornalístico. No caso de *baccalauréat*, a análise não corrobora uma tentativa de inserção do conceito, já existente e aportuguesado, mas sim, uma espécie de “retomada histórica” do termo estrangeiro, quando ainda era utilizado em épocas nas quais a língua francesa fora a que mais oferecia importes ao Português do Brasil, principalmente no século XIX.

É importante salientarmos que cerca de 26% das palavras mantiveram frequência considerável de uso, como: *air bag*, *bike*, *blitz*, *blockbuster*, *bluetooth*, *boeing*, *book*, *bullying*,

business, chip, closet, cult, diet, experts, fashion, fast-food, glamour, hacker, high-tech, laptops, light, nerd, netbook, outdoor, piercing, pizza, resort, round, royalties, shopping, single, skate, slogan, smoking, socialites, stand-up, talk-show, test drive e workshops, o que se torna um indicativo bastante plausível de que são termos em um estágio final de implementação e entrada no léxico do Português do Brasil.

Também, destacamos outros termos estrangeiros, como *chic, ketchup, scanner e stress*, que figuraram nas revistas em grafia original apesar de estarem aportuguesados nos dicionários Aurélio e Houaiss. Nesses casos, as análises indicam termos em concorrência, em que um deles possivelmente permanecerá como variante da variável que vier a ser implementada. Seguindo Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 125), a mudança linguística “começa quando a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada”, o que se coaduna com a hipótese de que ocorre em função da opção de grafar os termos *chic, ketchup, scanner e stress* em sua língua original, e não na forma aportuguesada. Dessa maneira, haveria a ratificação do importe com a adoção da variável em grafia estrangeira.

Outro critério da descrição metodológica foi classificar as áreas de uso em âmbito tecnológico e em âmbito sociocultural, a fim de expor o modo como foi utilizado o termo estrangeiro. Na coleta das palavras estrangeiras com menor ocorrência, constatamos que 134 foram utilizadas em âmbito sociocultural e 17 em tecnológico. Isso reforçou a hipótese de que as palavras estrangeiras com menor ocorrência apresentam uma flutuação de uso em conformidade com as escolhas feitas pela comunidade linguística, indicando que o âmbito sociocultural é responsável pela maior frequência de uso em grafia original, enquanto, em boa parte dos casos, a importação de termos estrangeiros para o âmbito (universo de discurso) tecnológico demonstra, em seu processo, uma tendência ao aportuguesamento e dicionarização com mais rapidez.

Evidentemente, em alguns casos, podem ser encontradas palavras/termos em uso no âmbito tecnológico em estágio inicial de variação com vistas à implementação, como é o caso de *laptops* e *netbook*, de recente entrada no Português do Brasil; outras já apresentam aportuguesamento, com dicionarização, no âmbito tecnológico principalmente, mas ainda são utilizadas na grafia original – *scanner/escâner* (entrada em 1964, HOUAISS).

Na parte, considerada para a análise, de palavras com maior ocorrência, mantivemos o mesmo procedimento e categorias de análise, qual seja: sua dicionarização ou não, sua origem e sua classe gramatical, ocorrência de ampliação semântica e em que estágio de implementação de mudança linguística. Reiteramos o uso da mesma abordagem de análise

para as palavras com maior ocorrência que a usada na seção “menor ocorrência” da tese, visto que havia a necessidade de o procedimento ser mantido para a coerência na análise ficar resguardada cientificamente e ter a possibilidade de comprovar que os dados propiciaram o entendimento de que a maior ocorrência, basicamente, conduz a uma implementação de variação e mudança linguística em um estágio final.

Assim, das 40 palavras estrangeiras com maior ocorrência quanto à dicionarização, apenas 5 – *coach*, *e-reader*, *skinhead*, *smartphone* e *tablet* – (12,5%) não constam no Dicionário Houaiss, versão eletrônica de 2009. *Coach* designa um conceito para o qual o português apresenta um termo bastante disseminado – treinador, o que restringe o termo em inglês para a área específica de negócios, reduzindo as chances de sua popularização e, conseqüentemente, sua dicionarização.

No caso de *skinhead*, o fato de ainda não constar em dicionário sugere que este é um termo referente a um grupo bastante restrito que só eventualmente aparece na mídia. *E-reader* é um termo recente que insere uma nova tecnologia, talvez ainda sem a popularidade necessária de uso para chegar à dicionarização. *Smartphone* e *tablet* são importes a ponto de, em um primeiro momento, terem uma entrada como nome próprio, mas, com a popularização da tecnologia, passaram a ser empregados como sinédoque, o que torna tais termos simples, sendo um possível motivo de sua entrada no dicionário ainda não ter ocorrido.

Dos 87,5% dos termos do universo pesquisado que estão dicionarizados, *blog*, *deficit* e *rock* estão aportuguesados (8,57%) – *blogue*, *déficit* e *roque*. Nesse caso, ressaltamos que o aportuguesamento não exclui o uso do termo importado, isto é, um uso que delimita a variante e propicia ao usuário fazer sua escolha. Isso se verificou no caso de *deficit* que, com entrada na língua portuguesa em 1820, conforme o Houaiss, fora aportuguesado, mas que, eventualmente, tem seu uso em grafia original. No entanto, *blog* e *rock* ainda figuram na forma importada, de acordo com os dados.

Dessa forma, 91,43% dos termos estrangeiros dicionarizados não estão aportuguesados, figurando no dicionário Houaiss em sua grafia original, embora um dos critérios para que um estrangeirismo seja identificado como um empréstimo seja a adaptação gráfica, correlacionada à adaptação fonética. Alves (2002) salienta que muitas unidades lexicais entram no sistema português já assimiladas tais como *abajur* e *xampu*. Todavia, algumas formas ortográficas incorporadas concorrem com o elemento grafado de acordo com a língua de origem, como *stress*, que se mantém muito próxima à forma original e a unidade lexical **estresse**, que já foi adaptada ao sistema fonológico do português, como constata Carvalho (2002). Ao nível escrito, as duas formas estão sendo usadas no português brasileiro,

em co-variação. Sobre a origem dos termos estrangeiros de maior ocorrência, no *corpus* analisado, verificamos que a língua inglesa é a mais recorrente, ou seja, das 40 palavras estrangeiras com maior ocorrência, 36 (90%) são provenientes do inglês, 03 (7,5%) do latim e 01 (2,5%) do francês.

Nos dados, basicamente, como já explicitado em relação às palavras com menor ocorrência, as palavras importadas são nomes (substantivos e adjetivos), o que é corroborado quanto ao que Fiorin (2001, p. 115) indica como “a gramática não se encontra ameaçada por empréstimos estrangeiros”. Entretanto, há termos estrangeiros, como *gay*, *pop*, *punk* e *skinhead* que apresentaram ora função substantiva ora adjetiva, diferentemente de *on-line*, que teve 9 ocorrências totais, sempre como adjetivo. Isso se mostrou fundamental para a tese de que as palavras importadas, normalmente, com exceção de *in* e *off*, por exemplo, mantêm sua classificação gramatical original. Contudo, do ponto de vista do uso, em casos como *skinhead*, pressupostamente, seria apenas como substantivo, se se seguisse o importe tal como chegou ao português brasileiro, mas a utilização adjetiva demonstra a dinâmica do uso que a comunidade linguística pode fazer, bem como a liberdade para adaptações, caso que ocorreu também com a palavra *sexy*, importada como adjetivo, mas com uso substantivo.

No caso de *gay*, *pop* e *punk*, é previsto que seu uso seja mais em função substantiva que adjetiva devido ao importe ter sido por essa via; contudo, elas figuraram como adjetivo em 57,1% (*gay*), 40,74% (*pop*) e 36,36% (*punk*). Já *skinhead* apresenta uma diferença quanto à classe gramatical, uma vez que não se pensaria em seu uso como adjetivo, mas, na matéria analisada, esse uso ocorreu, o que ratifica a noção de que termos importados podem sofrer adaptações morfossintáticas sem, com isso, alterar-se semanticamente, em um primeiro momento.

Quantitativamente, as palavras com maior ocorrência podem se caracterizar também com frequência considerável. Com isso, o fato de 36 palavras (90%) serem dicionarizadas contribui para a hipótese de que a dicionarização pode ser uma via de aceite do importe pela comunidade linguística em função de sua representatividade para a língua. Verificamos, também, que 90% são de origem inglesa, o que pode explicar a “sensação” de que estaríamos sendo bombardeados por uma invasão de vocábulos de origem inglesa, porém, como explicita Torii (2007, p. 12): “as palavras novas entram porque a sociedade receptora as requer. Onde não há necessidade, não haverá empréstimos. Se existem empréstimos, é porque houve necessidade. Esse fenômeno linguístico deve ser tomado como um resultado positivo do intercâmbio internacional”.

Quanto às importações, com base no *corpus* de análise, a classe gramatical predominante é a dos nomes⁵, o substantivo, na relação de 41 palavras (95,1%), é a classe gramatical de maior importe em grafia original; entretanto, a dinâmica no uso pode ocorrer em relação às alterações sintagmáticas a fim de que o termo seja usado como adjetivo, atendendo à posição prevista na língua portuguesa, como é o caso dos termos *funk* (66,66% – adjetivo e 33,34% – substantivo), *gay* (57,14% – adjetivo e 42,86% – substantivo), *pop* (40,74% – adjetivo e 59,26% – substantivo), *punk* (36,36% – adjetivo e 63,64% – substantivo) e *skinhead* (15,38% – adjetivo e 84,62% – substantivo).

No caso das palavras com maior ocorrência, quanto à ampliação semântica, seguimos o procedimento também com base no Dicionário Houaiss para tratar dos casos de palavras já dicionarizadas. Nos dados, das palavras com maior ocorrência, as que apresentaram ampliação semântica foram: *game*, *miss* e *show*. *Game* figurou com o sentido de jogo digital, criado a partir do desenvolvimento de tecnologias nesse âmbito. Nesse ponto, observamos que houve a ampliação semântica, uma vez que o dicionário Houaiss ainda traz a acepção ligada apenas ao esporte. Isso indica que essa ampliação semântica denota a variável estável – sentido de esporte – com a ampliação de sentido, o que configura que o termo estrangeiro foi absorvido pela comunidade linguística e encontra-se sedimentado no uso do Português do Brasil.

No caso da palavra *miss*, não ocorreu um uso diferente da acepção de concurso; no entanto, o dicionário Houaiss registra uma extensão de sentido por derivação, atribuindo o sentido de “moça bonita e vistosa”, o que agregaria sentido ao originalmente colocado na 1ª acepção do dicionário, configurando uma ampliação semântica. Para a palavra *show*, o dicionário Houaiss apresenta algumas acepções; contudo, a maioria dos usos foi relacionada à 1ª acepção, com o sentido de espetáculo. Há, entretanto, 1 caso no qual a ampliação semântica “fazer escândalo” ocorreu, comprovando que seu uso, de fato, comporta tal ampliação e ratifica a variação e mudança linguística nesta perspectiva, com a estabilidade da variável: “O **MAGNATA** russo da comunicação Alexander Lebedev, dono do jornal *The Independent* e de outras publicações no Reino Unido, deu show de selvageria em um programa de TV da Rússia.” (ÉPOCA, nº 697, de 26.set.2011, p. 17).

Dessa maneira, procuramos demonstrar como o processo de variação e mudança linguística pode ocorrer, de maneira a receber o termo estrangeiro, incorporá-lo, adotá-lo e passar a seu uso na grafia original, caracterizando a variação com mudança e consequente

⁵ É importante evidenciarmos que verbos têm uma importação em número bastante razoável, mas tendem a um aportuguesamento mais rápido, quase imediato, antes mesmo de um uso via mídia impressa, de modo que não entraram na forma estrangeira nos dados – lembrando que a seleção focou termos estrangeiros em grafia original.

estabilidade da variável. Nesse caso, a mudança é ratificada no momento em que o dicionário inclui o termo em grafia original em detrimento de seu aportuguesamento, possível variação existente.

Além disso, ao considerar que a variável em língua estrangeira, ou seja, a palavra importada, já esteja estável, as análises apontam que houve a variação com uma mudança implementada, principalmente em razão de haver a variável aportuguesada e não ter ocorrido, na concorrência entre as variantes, a possível variação aportuguesada. Dessa forma, identificamos um processo recorrente pelo que a palavra estrangeira foi importada, passa ao uso, dissemina-se e é aceita para uso pela comunidade, configurando as fases inicial e final de implementação.

Foram classificadas, também, a área de uso quanto às maiores ocorrências, em âmbito tecnológico e em âmbito sociocultural. Das palavras estrangeiras com maior ocorrência (40 *types*), 10 foram utilizadas em âmbito estritamente tecnológico e 30 no sociocultural. No entanto, 3 – *blog/blogs*, *e-books* e *e-reader* – transitaram com utilização mista, ou seja, demonstram que a circulação de uso ultrapassou o âmbito originalmente esperado para elas, quando da entrada no léxico do Português do Brasil.

É importante salientarmos que as palavras estrangeiras *blog*, *e-books* e *e-reader* poderiam ser consideradas, em princípio, apenas de uso em âmbito tecnológico, já que se trata de uma nova tecnologia; nos dados, ocorreu também uso no âmbito sociocultural, uma vez que houve a apropriação de sentido equivalente em língua portuguesa e não uma menção literal à tecnologia: *blog*/diário; *e-books*/livros em formato digital; *e-reader*/leitor de livro em formato digital.

A partir disso, a frequência e a alta ocorrência propiciaram o entendimento de que o estágio de implementação da variação em direção à mudança linguística ocorreu com efetividade, compondo o acervo lexical da língua e, possivelmente, uma integração tal que o usuário desses termos não os identifica como estrangeiros, mas sim, como da língua em uso no Brasil. Essa perspectiva fica clara no quadro explicativo abaixo, sobre o processo de variação e mudança linguística, com a consequente implementação, em termos de uso da variável em situação estável:



Fonte: QUADRO EXPLICATIVO (VALADARES, 2014, p. 102)

Por fim, em nosso *corpus*, fizemos a análise dos casos de alta ocorrência: *e-mail*, *internet*, *ranking*, *show* e *site*. Esses termos apresentaram um total de 438 ocorrências, representando 37,85% do total de ocorrências, numa relação *type-token* (191-1.157). Coincidentemente, todas as palavras que apresentaram alta ocorrência são de origem inglesa e estão ligadas à área de cultura e/ou à de tecnologia. Outro aspecto metodológico, nesta fase da análise, refere-se ao não aportuguesamento, apesar de haver/ter havido essa possibilidade: correio eletrônico (adotado institucionalmente pelos órgãos públicos), rede mundial/internacional (uma aproximação possível mantendo o mesmo sentido), posição/posicionamento, espetáculo e sítio (adotado, por exemplo, no Português de Portugal e, no Brasil, institucionalmente pelos órgãos públicos).

Sobre esse aspecto, Labov (2008, p. 290) afirma que “de fato, valores sociais são atribuídos a regras linguísticas somente quando há variação. Os falantes não aceitam de imediato o fato de que duas expressões diferentes realmente ‘têm o mesmo significado’”. Isso nos conduz ao entendimento de que a mudança linguística ocorre pela preferência quanto à manutenção das formas estrangeiras em detrimento da possibilidade de um termo em Português, ou mesmo, do aportuguesamento dos importes.

Com isso, os casos de alta ocorrência, *e-mail*, *internet*, *ranking*, *show* e *site*, indicam que a implementação ocorreu e que seu estágio já se configura como variável estável, que abarca a aceitação de uso pela comunidade linguística, com sua adoção indiscriminada em qualquer contexto de uso; em outras palavras, os termos com alta frequência indicam que o processo de variação e mudança linguística encontra-se em um estágio avançado, podendo ser apontado como já incorporadas ao Português do Brasil, uma vez que são palavras de uso irrestrito pela comunidade linguística, independente de fatores sociais e/ou geográficos, como é o caso de *blog* que está dicionarizado em inglês e aportuguesado, mas que não teve nenhuma ocorrência em forma aportuguesada nas revistas pesquisadas. Além deste exemplo, *internet* e *site* são outros que denotam a circulação dos termos estrangeiros em grafia original indistintamente nos grupos sociais, apesar de o Manual de Redação da Presidência trazer sítio para *site*.

Não verificamos o uso em língua portuguesa nas revistas pesquisadas da palavra sítio, bem como *internet* escrita como “rede mundial”, não tendo sido indicada a ocorrência dos termos estrangeiros com alta ocorrência com esses recursos gráficos, isto é, todos foram escritos como se fossem uma palavra de língua portuguesa, sem qualquer distinção visual das demais. Tem-se, então, a ratificação de que os termos com alta ocorrência já integram o léxico do português utilizado no Brasil, como termos de nossa língua, independente de sua origem, e mais, como variável estável que já passou pelo processo de variação e mudança linguística.

Conclusão

Dessa maneira e segundo a proposta da pesquisa, foi importante ter verificado e confirmado a adequação dos pressupostos utilizados no arcabouço teórico, o que levou à comprovação de que a mudança linguística começa quando a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade linguística toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada, caso das palavras estrangeiras com maior ocorrência no universo pesquisado.

Diante das conclusões, foi possível formularmos um conceito para estrangeirismo, conceito linguístico em cuja base está o compartilhamento de conhecimento, seja científico, seja sociocultural: *palavras, efetivamente, oriundas de outro sistema linguístico, tomadas por empréstimo para suprir alguma necessidade conceitual, de ordem tecnológica, ou para a*

expressão de elementos socioculturais, referentes às trocas de ordem linguístico-cultural entre comunidades falantes de idiomas diversos. (VALADARES, 2014, p. 111)

Dessa forma, com os dados coletados, comprovamos que a incidência de empréstimos linguísticos no português brasileiro é considerável e que isso não afeta, como amplamente atesta a literatura sociolinguística, o sistema da língua. Além disso, por meio do levantamento, foi proposta uma análise em direção à implementação de mudança linguística em progresso, ora em estágio inicial, ora em estágio final, o que ficou comprovado em relação às palavras estrangeiras que compuseram nosso *corpus* de análise.

A partir disso, ratificamos que, para explicar a mudança, é preciso dizer o que aconteceu (fatos) e por quê (princípios), como observam Coan e Freitag (2010, p. 178). No *corpus* que utilizamos, está claro que as palavras com alta ocorrência já se encontram em um processo final de implementação da variação em direção à mudança linguística, com a adoção do termo estrangeiro sem seu aportuguesamento, ou seja, a variável estável é a palavra importada. Dos dados analisados, são exemplos as palavras *e-mail*, *internet*, *ranking*, *show* e *site* que, juntas, representam 438 ocorrências, ou seja, 37,85% de toda a coleta. Isso confirma que essas palavras estrangeiras passaram por um processo de variação e mudança linguística, tendo sido adotadas pela comunidade linguística, independentemente da área.

Outro processo verificado relaciona-se às palavras de baixa ocorrência, mas com alta frequência de uso, ou seja, termos estrangeiros comumente observados em usos pela mídia, mas que nas revistas pesquisadas não figuraram com ocorrência alta. Nesse caso, *blitz*, *closet*, *diet*, *fashion*, *gospel*, *grid*, *laptop*, *light*, *outdoor*, *pizza*, *soft* e *workshop* exemplificam esse ponto, denotando que alguns termos importados passam também ao uso pela comunidade linguística e permanecem como variável estável. Dessa forma, o fato de terem sido dicionarizadas demonstra a sua atual estabilidade na língua.

Um outro ponto refere-se à ampliação semântica, o que leva a entender que um outro processo se verificou, ao existir uma ampliação de sentido para um termo estrangeiro, após sua permanência na língua e conseqüente inserção como variável estável. Isso corrobora a análise de que a implementação cumpriu seu ciclo no uso pelos falantes, possibilitando tal ampliação, como é o caso dos termos estrangeiros *game*, *miss* e *show*.

Assim, evidenciamos que o *corpus* coletado demonstrou ser bastante fecundo para que a análise pudesse encontrar a cientificidade necessária, a fim de garantir a evidência dos processos de variação e mudança, como afirmam Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 17), exemplificados por meio dos dados: na caracterização de mudanças e condicionantes possíveis: *internet* e *site*; nas razões para mudanças ocorrerem em certa língua numa dada

época: *e-mail*/carta (a partir do novo suporte, vem ocorrendo a transferência do uso); nos efeitos da mudança sobre a estrutura e o uso da língua: *link* (ligação entre documentos na *internet* – entrada original na língua – ou união de ideias – ampliação semântica); nos estágios intervenientes entre dois estados da língua: *déficit/déficit*; no entrelaçamento das mudanças com outras que ocorrem na estrutura linguística e na estrutura social: *stress*/estresse. (VALADARES, 2014, p. 108)

Nesse ponto, como assevera Camacho (2013, p. 146), “a análise da variação sociolinguística se ocupa, assim, das escolhas que fazem os falantes entre as alternativas disponíveis independentemente da proveniência estrutural dessas escolhas”.

Referências

- ALVES, I. M. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 2002.
- ALVES, I. M. *et al.* Estrangeirismos de origem inglesa no português brasileiro: do mito à realidade. *Estudos Linguísticos*: Campinas/SP, v. 33, pp. 116-123, 2004.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CAMACHO, R. G. *Da Linguística formal à Linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.
- CARVALHO, N. *Empréstimos linguísticos*. São Paulo: Ática, 2002.
- CARVALHO, N. Empréstimos linguísticos e identidade cultural. In: ALVES, I. M. *et al* (orgs.). *Os estudos lexicais em diferentes perspectivas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009. v. 1, 255p.
- COAN, M. e FREITAG, R. M. K. Sociolinguística variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. *Domínios da Linguagem*, Volume 4, nº 2 – 2º Semestre 2010. p. 173-194.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FIORIN, J. L. (org) *Introdução à linguística — objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2001.
- HOUAISS, A. e VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*. Oxford: Blackwell, 1994. v. 1.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sócio-linguística*. São Paulo: Ática, 1997.

TORII, R. *Os processos de integração dos empréstimos linguísticos no Português*. 2007. 184f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). UNESP/Araraquara, São Paulo/SP, 2007.

VALADARES, F. B. *Uso de estrangeirismos no Português Brasileiro: variação e mudança linguística*. 2014. 190f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo/SP, 2014.

WEINREICH, U.; LABOV, W. e HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

WILLIAMSON, G. *Type-Token Ratio*. Speak Therapy Information and Resources – STIR, 2009.

Artigo recebido em: 15.09.2014

Artigo aceito em: 08.06.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

MULTIMODALIDADE, TEXTO E CONTEXTO: CATEGORIAS ÚTEIS À ANÁLISE DA CHARGE

Graziela Frainer Knoll*

Resumo: Nos meios de comunicação, o extenso uso da linguagem visual destaca a importância da compreensão dos aspectos multimodais dos textos. O objetivo deste trabalho é analisar a verbo-visualidade de uma *charge*, a fim de verificar quais categorias são úteis à compreensão desse gênero textual. Empregamos os seguintes conceitos: contexto de cultura e contexto de situação, segundo Halliday (1989); textualidade, segundo Beaugrande e Dressler (1981); multimodalidade, saliência, processos narrativos e processos conceituais, segundo Kress e van Leeuwen (1996). Como um gênero textual multimodal, a *charge* é um texto que contém um ponto de vista social ou político cuja significação se apoia na verbo-visualidade. A análise demonstra como cada aspecto coopera na construção de uma paisagem semiótica que abrange o potencial crítico do texto.

Palavras-chave: Multimodalidade. Letramento visual. Texto. Contexto. *Charge*.

Abstract: In the media, the large use of visual language highlights the importance of understanding the multimodal aspects of texts. The objective of this study is to analyse the verbal visuality of an editorial cartoon, in order to verify which categories are useful to comprehend that genre. We use the following concepts: context of culture and context of situation, according to Halliday (1989); textuality, according to Beaugrande and Dressler (1981); multimodality, salience, narrative processes and conceptual processes, according to Kress and van Leeuwen (1996). As a multimodal genre, an editorial cartoon is a text that contains some social or political point of view whose meaning is based on the verbal visuality. The analysis shows how each aspect cooperates in building a semiotic landscape that embodies the critical potential of the text.

Keywords: Multimodality. Visual literacy. Text. Context. Editorial cartoons.

Introdução

Nos meios de comunicação, o extenso uso de imagens enfatiza a importância de compreendermos como atuam os aspectos multimodais na construção dos sentidos no texto. A multimodalidade, característica dos textos que abarcam dois ou mais códigos sígnicos, por exemplo, palavras e imagens, requer um enfoque que abranja a linguagem visual (KRESS; van LEEUWEN, 1996).

* Doutora em Letras, Estudos Linguísticos, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Colaboradora Pós-Doc no Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter – Laureate International Universities), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista PNP/DCAPES. E-mail: grazi_ead@yahoo.com.br.

No âmbito escolar, Kleiman (2004) considera que o texto é habitualmente tratado como mero depósito de mensagens ou como um conjunto de elementos gramaticais. Essa visão inicia na escola e é estendida a outros contextos e práticas sociais, o que gera produtores e leitores que não compreendem as particularidades de cada gênero textual, não dão atenção ou cuidado às escolhas das linguagens ou, até mesmo, não visualizam a relação de dupla via entre o texto (tecido discursivo) e o contexto social.

A interpretação de um texto multimodal é um processo complexo, uma vez que abrange diferentes modos de significação e uma multiplicidade de aspectos que compõem um universo sociocultural. Por isso, há a relevância de estudos que contribuam para que o leitor seja capaz de compreender e de interagir em diferentes linguagens e contextos.

O objetivo central deste trabalho é analisar a verbo-visualidade de uma *charge*, a fim de verificar quais categorias se mostram úteis à compreensão desse gênero textual. Para tanto, são empregados os seguintes conceitos: contextos da cultura e da situação, segundo Halliday (1989); textualidade, segundo Beaugrande e Dressler (1981); multimodalidade, saliência, processos narrativos e processos conceituais, segundo Kress e van Leeuwen (1996).

Em relação a pesquisas anteriores sobre o tema, a *Gramática do Design Visual* tem sido uma referência utilizada na análise de textos publicitários, a exemplo de Peterman (2006) e Segatto e Knoll (2013). Também Ferraz (2009) demonstrou a utilidade dos parâmetros de multimodalidade ao aplicá-los à análise de *cartuns*. Já Teixeira e Angelo (2010) realizaram uma proposta didática sobre o uso do gênero *charge* no letramento escolar.

A partir do momento em que o texto é compreendido não só como produto material, mas como acontecimento cuja existência depende da realidade da interação social, as múltiplas linguagens não só representam, mas constroem o mundo em significado.

Multimodalidade e letramento visual

As representações visuais têm feito parte do aparato comunicacional humano desde os primórdios, a julgar pelas inscrições pictóricas em cavernas e pelo fato de que, antes mesmo de começarmos a ler e a escrever, passamos a desenhar ou rabiscar quando crianças (DONDIS, 1997). Entretanto, ainda que pareça uma capacidade natural, existe certa dificuldade na interpretação de imagens, o que justifica a necessidade do letramento visual.

A leitura é uma atividade historicamente situada, ou seja, a depender da finalidade da leitura, do gênero de texto, dos sujeitos leitores e do meio sociocultural circundante, serão

mobilizadas diferentes estratégias e sistemas de conhecimento. Conforme pondera Lima (2007, p. 123), “cada instituição e situação faz circular gêneros e atitudes de leitura próprios”.

O letramento é definido por Soares (2010, p. 145) como “o estado ou a condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participam competentemente de eventos de letramento”. Fischer (2008) conceitua o letramento como a fluência em maneiras particulares de pensar, agir, fazer, ler e escrever em relação a contextos sociais específicos. Isso implica o desenvolvimento de habilidades de interação que contemplem as finalidades próprias de determinado domínio discursivo.

Na esfera dos meios de comunicação, há uma profusão de discursos e textos que requerem novas habilidades de leitura e escrita, uma vez que o surgimento de novas mídias tem ocasionado novas textualidades e, com elas, diferentes maneiras de respondermos e agirmos por meio dos textos. Para Dondis (1997, p. 2), por ser a linguagem “um recurso de comunicação próprio do homem que evoluiu desde sua forma auditiva, pura e primitiva, até a capacidade de ler e escrever”, o leitor também precisa evoluir e tornar-se visualmente letrado. O letramento visual, segundo a autora, envolve o olhar sobre o texto constituído por elementos verbais e não verbais, tais como: perceber, compreender, contemplar, observar, descobrir, reconhecer, visualizar, examinar, ler, olhar.

Ao encontro dessa perspectiva, Kress e van Leeuwen (1996) propõem um ferramental teórico-analítico da multimodalidade, a *Gramática do Design Visual*, a partir do princípio de que as estruturas visuais constroem significados tanto quanto as estruturas linguísticas, porém de forma distinta. Apesar de fazerem um intercâmbio entre teorias semióticas e a Linguística Sistemico-Funcional, os autores explicam que não se trata da simples incorporação de teorias linguísticas ao campo imagético, pois as estruturas verbais e as visuais realizam sistemas de significação fundamentais à nossa cultura, mas cada uma a seu próprio modo (KRESS; van LEEUWEN, 1996, p.17). A saliência, por exemplo, é o fator que determina os pontos de atração do olhar do espectador na imagem. Os elementos mais salientes geralmente destacam-se conforme o tipo de imagem, o tamanho, as cores, o ângulo ou a perspectiva com que foram esboçados. Assim, um elemento posicionado no centro da página é denominado elemento central, enquanto que situados nas bordas ou nos cantos da imagem estão os elementos marginais.

Outro aspecto fundamental para a leitura dos textos multimodais são as cores, fatores que interagem com o aparelho ótico humano e despertam funções cognitivas no cérebro, ao

mesmo tempo em que carregam informações culturais, uma vez que se associam a crenças, usos, mitos, ritos, etc. Por essa razão, consideramos que as cores possuem “significados associativos e simbólicos” (DONDIS, 1997, p. 64-65).

A classificação das imagens quanto aos processos que realizam é outra categoria analítica. Para Kress e van Leeuwen (1996, p. 43-44), as representações dividem-se em dois grupos fundamentais: as representações narrativas e as representações conceituais. A representação narrativa descreve os participantes em movimento, durante uma ação ou em eventos de transformação, já a representação conceitual descreve os participantes de maneira estática, o que representa modos de ser e estados. Os processos narrativos e os processos conceituais podem ser verificados da seguinte forma (Quadro 1):

Processos narrativos	
Processos de ação (a partir dos vetores)	
	Processo de ação transacional
	Processo de ação não-transacional
Processos reacionais (a partir da linha do olhar do representado)	
	Processo reacional transacional
	Processo reacional não-transacional
Processos conceituais	
Processo conceitual classificatório	
Processo conceitual analítico	
Processo conceitual simbólico	
	Processo conceitual simbólico atributivo
	Processo conceitual simbólico sugestivo

Quadro 1. Processos narrativos e conceituais.

Nessa perspectiva teórico-analítica, os vetores são linhas oblíquas que esboçam uma ação, conectando um participante (ator) a outro (meta). No processo de ação, o ator pode se configurar em uma proposição narrativa visual transacional (quando há meta visível na imagem) ou não transacional (quando não há meta visível na imagem).

Já os processos conceituais não são definidos por vetores, mas por mecanismos de classificação, estruturação ou simbolização (KRESS; van LEEUWEN, 1996, p. 79). Assim, os processos conceituais podem ser: classificatórios (quando organizam elementos visuais em grupos, classes ou taxonomias), analíticos (quando representam os participantes em uma estrutura parte-todo, isto é, detalhando partes da imagem) ou simbólicos (quando descrevem o que o participante significa). Dentre os processos conceituais simbólicos, há ainda os simbólicos atributivos (em que há um elemento simbólico que transfere significado aos outros elementos) e os simbólicos sugestivos (em que o significado é atribuído não por um elemento simbólico, mas pelas cores e saturações da imagem, por exemplo).

Essas são estruturas visuais que, quando articuladas com as estruturas verbais, atuam na composição do texto multimodal. Portanto, a combinação de todos os elementos e códigos, bem como as relações que os elementos estabelecem entre si (complementaridade ou contrariedade, por exemplo) são fatores geradores de sentido, principalmente ao considerarmos que cada texto opera em um contexto determinado. Texto e contexto são noções tratadas na sequência.

Texto e contexto

Em relação ao conceito de texto, Bakhtin (2010, p. 307) o define como um conjunto coerente de signos, a unidade de manifestação do enunciado. Ainda no paradigma dialógico, Koch, Bentes e Cavalcante (2008, p. 9) explicam que fazem parte de um texto “outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que ele retoma, a que alude ou aos quais se opõe”. Em outras palavras, o texto é como um intertexto que se relaciona dialogicamente com outras produções.

O texto aparece tal como Bakhtin o entende: tecido polifonicamente por fios dialógicos de vozes que polemizam entre si, se complementam ou respondem umas às outras. Afirma-se o primado do intertextual sobre o textual: a intertextualidade não é mais uma dimensão derivada, mas, ao contrário, a dimensão primeira de que o texto deriva (BARROS, 2003, p. 4).

Segundo Koch (1997), o texto é um ato de comunicação unificado que integra o complexo universo das ações humanas e está inserido em atividades interativas de produção e compreensão. Dessa forma, os sentidos são construídos não na materialidade, mas na interação. Esse processo depende tanto da organização dos elementos textuais na superfície do texto, quanto da “mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia) e sua reconstrução no interior do evento comunicativo”, o que significa que o texto não é um artefato dado, mas construído (KOCH, 1997, p. 17).

Por esse prisma, o texto não tem uma existência exterior às condições de produção e recepção, pois é visto como uma atividade global de comunicação que se organiza de diferentes modos. Sendo assim, o texto serve para designar “toda e qualquer manifestação de capacidade textual do ser humano, [...] qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos” (FÁVERO; KOCH, 1994, p. 25).

O que define um texto e o diferencia de um aglomerado de frases é um conjunto de características denominado textualidade (COSTA VAL, 1991). Beaugrande e Dressler (1981) elencam como critérios de textualidade fatores de ordem linguística e extralinguística:

- Fatores linguísticos (formais), que concernem às relações sintático-semânticas no nível textual - a coerência, a coesão e a intertextualidade;
- Fatores extralinguísticos (pragmáticos), que concernem aos elementos que circundam o texto, como o produtor, o leitor e a situação - a intencionalidade, a aceitabilidade, a informatividade e a situacionalidade.

No primeiro grupo, a coerência é responsável pelo sentido do texto, envolve fatores lógico-semânticos e cognitivos, além de depender do conhecimento de mundo compartilhado pelos participantes da interação. A coesão é composta por mecanismos lexicais e gramaticais de construção e diz respeito às relações lógico-semânticas expressas na superfície textual, ou seja, no modo de organização do texto. E a intertextualidade compreende as relações dialógicas com outros textos, haja vista que um texto se constrói nas relações com o “já dito”.

No segundo grupo, a intencionalidade consiste na intenção ou no propósito comunicativo de quem elabora o texto. A aceitabilidade diz respeito ao contrato de cooperação estabelecido entre os interlocutores, que se manifesta na construção de um texto que atenda às expectativas comunicacionais do leitor. Já a informatividade corresponde ao grau mínimo ou mediano de informação que todo texto deve ter para suscitar o interesse do leitor. Por fim, a situacionalidade consiste na maneira como o texto se adequa ao contexto comunicacional (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981).

Na perspectiva de Halliday (1998), o texto compreende produto e processo, e a linguagem é vista por um viés sociosemiótico, nunca restrito às estruturas linguísticas, mas integrado às condições sociais de produção de significados em que texto e contexto se inter-relacionam. As linguagens são assim consideradas sistemas de significação que integram um contexto de cultura, e os significados são criados a partir de escolhas motivadas socialmente.

Texto e contexto são aspectos do mesmo processo: o texto é a “instância de uso da linguagem viva que está desempenhando um papel em um contexto da situação” (HALLIDAY, 1989, p. 10). Por essa razão, o autor considera que todo texto possui uma configuração contextual que possibilita aos interlocutores o reconhecimento das condições em que o texto foi produzido (campo), as relações que se estabelecem entre os interlocutores (relações) e as estratégias linguísticas utilizadas na produção da linguagem (modo). “O contexto de situação está contido no texto através de uma relação sistemática entre o contexto

social de um lado e a organização funcional da linguagem de outro lado” (BARBISAN, 1995, p. 54). Assim, o texto é um acontecimento interativo e uma instância de significado que tem relação com determinado contexto de situação.

Em suma, o contexto de situação é o cenário imediato da interação, constituído pelas variáveis: campo, relações e modo. Já o contexto de cultura é mais amplo, pois envolve o conjunto compartilhado de contextos de situação, formado por significados compartilhados, ou seja, é onde se encontram as generalizações a respeito da interação e do gênero textual realizado. O gênero textual e as especificidades do gênero *charge* serão abordados no próximo tópico.

O gênero textual *charge*

Gêneros e práticas se constituem mutuamente. Isso significa que, assim como os gêneros determinam os discursos ou as práticas sociais, os discursos determinam os gêneros. Cada esfera de uso da linguagem possui seu repertório de gêneros discursivos, que são “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2010, p. 262), ou seja, tipificações no uso da linguagem que são essenciais à comunicação. Nesse sentido, o enunciado está relacionado às condições específicas e às finalidades de cada campo, o que se reflete não só no seu conteúdo e nos recursos formais (lexicais, fraseológicos, gramaticais) que constituem o estilo, mas também na sua construção composicional.

A língua está à disposição de uma coletividade. Porém, o que o sujeito faz a partir desse dado, o modo como ele manuseia esse código é uma escolha, em certo grau, única. Assim, no plano da expressividade, são consideradas as ações do sujeito sobre a língua, escolhas que têm como base a intenção discursiva. A partir do projeto comunicativo e das possibilidades oferecidas pelo código linguístico, realizamos nossas escolhas iniciais (por meio de recursos linguísticos a serem empregados e gênero discursivo a ser constituído) com vistas ao objeto do sentido que caracteriza o enunciado pretendido. As escolhas subsequentes (referentes ao estilo e à composição) são determinadas pelo que Bakhtin (2010) chama de *necessidade de expressividade*, a conter os juízos de valores que o sujeito realiza. Essas escolhas não são arbitrárias, porque o horizonte social, o auditório, as estruturas sociais e o próprio projeto discursivo intervêm.

Com base no propósito comunicativo e na maneira como o enunciado é organizado, somado aos fatores situacionais, sociais e culturais, é engendrado um ou outro gênero, uma

vez que, segundo Bakhtin (2010, p. 266), “uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo geram determinados gêneros”.

Portanto, os gêneros são cultural e historicamente constituídos, ou seja, não podem ser pensados fora da noção de contexto. Somente é compreendido como um gênero textual ou discursivo aquilo que os sujeitos reconhecem como tal em determinado contexto sócio-histórico, pois eles são apreendidos na realidade social da interação.

Bazerman (2005) define os gêneros textuais como fatos (acontecimentos) sociais reconhecíveis, uma vez que baseados em recorrências (quanto à forma e, principalmente, à função) que organizam atividades e pessoas. Nas palavras do linguista norte-americano, os gêneros “emergem nos processos sociais em que pessoas tentam compreender umas às outras suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos” (BAZERMAN, 2005, p. 31). Assim, eles tipificam muito além da forma textual, pois englobam o modo como configuramos as práticas sociais.

Conforme salienta Ferraz (2009, p. 73), “a mídia impressa é muito heterogênea do ponto de vista dos gêneros discursivos e dos recursos humorísticos”. Essa diversidade de gêneros compreende, por exemplo, cartuns, tiras, histórias em quadrinhos, caricaturas e *charges*. Tais gêneros textuais são frequentemente confundidos, uma vez que compartilham alguns aspectos, como o tom humorístico, a verbo-visualidade e o traço caricaturesco.

Em relação ao humor, Possenti (1998) considera os textos humorísticos infinitamente profícuos do ponto de vista da produção de sentidos e da veiculação de discursos socialmente controversos. Para o autor, o humor acontece quando o locutor tem em vista produzir determinado sentido e, conforme a diversidade da potencialidade semântica, o sentido interpretado é outro.

O humor tende a desencadear o riso como reação humana involuntária e não verbal. Apesar de ser um tema que interessa aos estudos da filosofia, da psicologia, da psicanálise e da fisiologia, Possenti (2000) considera que importa ao linguista compreender como o riso é linguisticamente provocado e não os motivos inconscientes subjacentes a ele, haja vista que o riso surge em uma situação enunciativa.

Uma das formas encontradas na expressão do humor é a ironia. Segundo Brait (1996), a ironia não está restrita a um gênero discursivo específico, pelo contrário, pode ser detectada nos mais diversos textos, tanto naqueles tradicionalmente humorísticos, como as anedotas, piadas e caricaturas, quanto nos mais sérios ou formais, como as páginas de um jornal.

Para que funcione como recurso de linguagem, é necessário que a ironia seja percebida e interpretada pelo leitor: “a ironia não é ironia até que seja interpretada como tal – pelo menos por quem teve a intenção de fazer ironia, senão pelo destinatário em mira. Alguém atribui à ironia; alguém faz a ironia ‘acontecer’” (HUTCHEON, 2000, p. 22). De tal modo, não se trata de uma figura retórica estática, mas que emerge “nas relações entre significados e também entre pessoas e emissões e, às vezes, entre intenções e interpretações” (HUTCHEON, 2000, p. 30).

Na concepção de Brait (1996, p. 34), “a *charge* se expressa pela ironia, cuja prática humorística se esteia na crítica política. No humor caricatural habita o riso e a violência. O riso está na ambiguidade propositalmente contraditória entre o que é dito e o sentido que se quer passar”. Assim, a *charge* é um gênero textual cujo propósito comunicativo é satirizar um fato da atualidade, adicionando tom humorístico e crítica social ou política.

Trata-se de um “cartum cujo objetivo é a crítica humorística imediata de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política. O conhecimento prévio por parte do leitor do assunto de uma *charge* é, quase sempre, fator essencial para sua compreensão” (RABAÇA; BARBOSA, 1987, p. 126). As categorias empregadas na análise desse gênero textual são explicitadas a seguir.

Aspectos metodológicos

A seleção do exemplar a ser analisado seguiu os seguintes critérios: a) que fosse um texto do gênero *charge*; b) que contivesse, além de imagens, texto verbal; c) que tivesse sido publicado em jornal *online*; d) que tivesse sido publicado nos últimos seis meses. Dessa forma, optamos por fazer a análise da tira intitulada “Seca em São Paulo”, publicada em 28 de outubro de 2014, no *Jornal de Brasília* (<http://www.jornaldebrasil.com.br/charges/229/falta-de-agua-em-sao-paulo/>).

A partir da perspectiva da multimodalidade de Kress e van Leeuwen (1996) e da Semiótica Social de Halliday (1998), são relevantes para a análise tanto o texto, quanto o contexto. Interessa ao presente estudo verificar quais categorias mostram-se úteis para a análise de um exemplar do gênero textual *charge*, a fim de verificarmos como a verbo-visualidade atua na construção dos sentidos no texto.

Com isso em perspectiva, foram definidas as categorias de análise já discutidas nas seções anteriores:

- Contexto – a partir dos conceitos de contexto de cultura e contexto de situação (campo, relações e modo) de Halliday (1989);
- Critérios de textualidade – intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, coesão, coerência e intertextualidade, segundo Beaugrande e Dressler (1981);
- Multimodalidade, saliência, processos narrativos (transacionais e não-transacionais) e processos conceituais – a partir do ferramental elaborado por Kress e van Leeuwen (1996);

Primeiro, foram abordados os contextos da situação e da cultura, para, posteriormente, ser dada sequência à análise textual multimodal.

A charge analisada

A multimodalidade, definida por Kress e van Leeuwen (1996) como a combinação de dois ou mais códigos de linguagem na composição de um texto, é uma abordagem que considera que “cada elemento que constitui uma imagem possui um significado em si, e que juntos produzem o significado que pretendemos transmitir” (PETERMANN, 2006, p. 2). Com isso em perspectiva, nesta etapa, a *charge* (Fig. 1) é analisada como texto multimodal por meio da contemplação dos seguintes aspectos: tema, contexto, texto (critérios de textualidade), estrutura multimodal e potencial crítico, a começar pela abordagem dos aspectos contextuais.



Figura 1. Charge de NEF para o *Jornal de Brasília* (28 out. 2014)¹. Fonte: <http://www.jornaldebrasil.com.br/charges/229/falta-de-agua-em-sao-paulo/>. Acesso em: 01 nov. 2014.

¹ A charge, devidamente creditada, foi cedida para o presente artigo pelo veículo, *Jornal de Brasília*, para uso exclusivo de análise multimodal.

Quanto à análise contextual, devemos abranger o contexto de cultura e o contexto de situação. O contexto de cultura nos dá a informação de que o gênero textual *charge* corresponde a um texto de curta extensão (geralmente um quadro), desenhado por um chargista, a fim de fazer uma crítica referente a fatos ou assuntos da atualidade, comumente de cunho político ou social. Quando inserido em um jornal, trata-se de um texto dependente da linha editorial da publicação.

O contexto de situação está relacionado ao contexto de cultura e corresponde às variáveis: campo, relações e modo. Por se tratar de uma *charge* veiculada em um jornal *online*, tais variáveis são assim definidas:

- a) Campo – o objetivo (finalidade) da *charge* analisada é satirizar uma situação ou um fato ocorrido no Estado de São Paulo, a saber, a seca vivenciada naquela região;
- b) Relações (participantes da interação) – a *charge* foi desenhada por um chargista que pode ou não ter formação jornalística, cuja autoria é identificada pela sigla *NEF*. De tal forma, o autor é o chargista, o veículo é o *Jornal de Brasília*, e os leitores presumidos são os leitores da edição *online* do jornal;
- c) Modo – o meio é icônico e escrito; o canal é gráfico; o meio de circulação é o jornal *online* intitulado *Jornal de Brasília*, e a linguagem é constitutiva.

Realizadas essas considerações sobre o contexto de situação, prosseguimos com a análise dos aspectos verbo-visuais. A peça selecionada (Fig. 1) é da autoria de *NEF*.² e foi publicada em vinte e oito de outubro deste ano, no *Jornal de Brasília* (<http://www.jornaldebrasil.com.br>), publicação exclusivamente eletrônica disponibilizada pelo *Portal iG*. Apesar de esse jornal ter como eixo central as notícias referentes à cidade de Brasília (DF), sua publicação diária na rede viabiliza o acesso de leitores de qualquer parte do Brasil e do mundo. Assim, em seu conteúdo, são tratadas questões que afetam diferentes partes do país, como o tema da *charge* selecionada, o qual consiste na seca do Estado de São Paulo, fato que recentemente tem atingido aquela região. O tema está explícito no título da *charge*, situado no canto superior direito, onde lemos: “Seca em São Paulo”.

Na imagem, não há representação humana. Entretanto, percebemos vultos humanos no interior da representação de um ônibus, bem como um diálogo entre duas pessoas. As duas pessoas que dialogam correspondem a pai e filho, o que comprovamos por meio do uso dos vocativos, pai e filho, marcas linguísticas presentes em: “Já chegamos, *pai*?” e “Não, *filho*!”

² Identificação utilizada pelo chargista (não há referência a seu nome completo na publicação).

Aqui é São Paulo!”. Como os balões de fala, os quais indicam processos verbais, apontam para o interior da ilustração do ônibus, compreendemos que pai e filho são passageiros do veículo em que consta a palavra “Transnordeste”.

O ônibus está representado em uma posição central, enquanto os outros elementos situam-se nas margens da figura, principalmente na margem superior, e o veículo com a inscrição “transnordeste” é o elemento de maior saliência. Há um processo narrativo de ação não transacional em que o ônibus é o ator, representado em um ângulo de perspectiva, ou seja, desloca-se sobre uma estrada contínua, sem meta representada nos limites da imagem. A meta não está representada, mas é compreendida pela interpretação do texto. Dessa forma, pela complementaridade entre imagem e linguagem verbal, entendemos que o ônibus se desloca de São Paulo para o Nordeste, conduzindo pai e filho, dentre outros passageiros.

Além disso, há um processo conceitual simbólico sugestivo constituído pela paisagem árida do local, em que é visto o traçado de um solo marrom trincado. A cor marrom e o traço trincado atribuem o significado de seca à paisagem representada. Associada à cor marrom, predomina no quadro a cor cinza em diferentes tonalidades: aplicada na estrada, no veículo, nos vultos dentro do veículo e na fumaça que sai do cano de escapamento do ônibus. O cinza e o marrom estão culturalmente associados à poluição, à sujeira e à sobriedade, o que colabora para a caracterização do cenário urbano da *charge* como um ambiente desprovido de cor e de vida.

Como é característica das regiões de seca o solo sem vegetação, animais ou outra forma de vida, o menino fica em dúvida se já chegaram ao Nordeste. O pai esclarece, então, que ainda se encontram em São Paulo. Temos, portanto, dois participantes do gênero masculino que compartilham um vínculo familiar, representados em uma situação de viagem do Sudeste para o Nordeste. A seca de São Paulo é o motivo da confusão expressa pelo menino.

Essa temática subjacente à *charge* tem relação direta com o contexto atualmente vivenciado em São Paulo. Como mencionado anteriormente, o jornal eletrônico em que foi veiculada a peça é uma publicação intitulada *Jornal de Brasília*, mas que, dada a ampla circulação na rede, abrange assuntos de interesse social que concernem aos leitores brasileiros de maneira geral. Sendo assim, há uma relevância social e contemporânea do tema abordado, como é característica desse gênero: “qualquer tentativa de interpretar uma *charge* vai exigir do leitor o estabelecimento de uma relação estrita entre a imagem, o escrito (se houver) e, é claro, o acontecimento atual” (BIDARRA; REIS, 2013, p. 160), uma vez que os assuntos

tratados na *charge* geralmente dialogam com o momento histórico, político, social e cultural de uma comunidade.

A seca em São Paulo coincide com um problema que, historicamente, era tratado como exclusividade do Nordeste brasileiro. Nos últimos meses, porém, esse problema climático tem afetado o Sudeste, especialmente o Estado de São Paulo, devido a fatores como: a falta de chuvas, a seca do maior reservatório natural de água daquela região (Cantareira), a interferência do ser humano no ambiente, os efeitos da urbanização sem o planejamento necessário e o desperdício de água. Os efeitos da seca são percebidos tanto na mudança de costumes dos habitantes, que agora precisam racionar o uso da água, quanto na paisagem, que começa a mudar conforme seca o solo. Isso é evidenciado pela *charge* e especialmente expresso na dúvida do passageiro, que acreditava já ter chegado ao Nordeste devido à aridez da paisagem.

Também podemos interpretar o deslocamento de pai e filho de duas maneiras distintas: como uma simples viagem, ou como uma migração sintomática ocasionada pela seca. Conforme sabemos, é tradicionalmente intenso o movimento migratório de pessoas do Nordeste para o Sudeste, com vistas às condições melhores de vida e à fuga da seca na sua terra de origem. Porém, é representado na *charge* um movimento migratório contrário ao habitual: pai e filho saem do Sudeste e têm como ponto de chegada o Nordeste, o que podemos interpretar como um deslocamento sintomático das dificuldades climáticas vivenciadas em São Paulo neste momento.

A fim de compreender as diferentes leituras levantadas pela *charge*, é necessário que o leitor tenha em perspectiva um conhecimento prévio depreendido da leitura de outros textos jornalísticos referentes ao panorama contextual da seca em São Paulo, recentemente noticiada. Da mesma maneira, essa *charge* poderá servir futuramente como referência ao panorama vivenciado em determinada unidade espaço-temporal, pois o texto representa com humor um momento histórico específico.

Portanto, a *charge* dialoga com outros textos veiculados pelo *Jornal de Brasília*, assim como por outros veículos jornalísticos. O intertexto, referente às notícias da seca em São Paulo, encontra-se explícito no título da *charge* e é acionado como conhecimento prévio, que assim favorece a interpretação textual. Sem recuperar o intertexto, o leitor poderia pensar que o chargista se equivocou ao representar a paisagem do Sudeste como árida ou ao representar o deslocamento de pai e filho no sentido Sudeste-Nordeste. Devido ao conteúdo temático da *charge*, há uma dependência do texto à situacionalidade ou ao contexto de sua produção.

O que faz da *charge* um texto e não apenas um aglomerado de imagens e palavras é a textualidade. Aplicando os critérios de textualidade (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981) à *charge*, temos:

- a) Intencionalidade – é o modo como o chargista usa a criação verbo-visual para alcançar determinados propósitos comunicativos, os quais, tipicamente na *charge*, consistem em gerar o humor mediante a crítica social e a representação de fatos do contexto contemporâneo;
- b) Aceitabilidade – depende da visão do leitor, que interpretará e aceitará (ou não) o sentido produzido pela *charge*;
- c) Situacionalidade – é vínculo estabelecido entre a representação da *charge* e a situação histórica e social atualmente vivenciada, ou seja, o contexto é um elemento constitutivo da *charge*;
- d) Informatividade – é o grau de previsibilidade da informação contida na *charge*, o que corresponde ao grau mediano no texto analisado, pois as informações contextuais estão explícitas no título e implícitas no restante da cena representada, o que deve ser acionado por meio do intertexto e do conhecimento prévio;
- e) Coesão – é o fator responsável pela tessitura do texto verbal na *charge*, é o que une os segmentos do diálogo estabelecido entre o pai e o filho, compondo uma conversa coesa em que um pergunta e o outro responde;
- f) Coerência – é a coerência entre os conceitos e as relações estabelecidas pelo chargista, o que gera um sentido possível e coerente, isto é, compatível com o conhecimento de mundo do leitor;
- g) Intertextualidade – é a relação dialógica que a *charge* estabelece com outros textos, por exemplo, com as notícias e reportagens sobre a seca em São Paulo.

Com base nos critérios de textualidade, podemos compreender a *charge* como um texto, uma vez que ela é um construto de linguagem verbo-visual produzida com determinada intenção e impregnada por certas informações e por intertextos que cooperam na construção dos sentidos.

A fim de ser estabelecida a textualidade da *charge*, são fundamentais os aspectos visuais e, quando existentes, os aspectos verbais. O componente visual é essencial porque não existe *charge* sem imagem, já o contrário, isto é, *charge* sem o componente verbal, é possível. Entretanto, a peça analisada é multimodal, pois combina representações visuais e linguagem

verbal (escrita) em sua composição. Como esse construto verbo-visual foi veiculado em um jornal *online*, o canal de comunicação é gráfico e digital.

Além disso, as representações visuais compreendem uma cena única que contém as seguintes imagens: um ônibus em movimento, indicado pela fumaça que sai pelo cano do veículo e pelos traços horizontais que imprimem a sensação de deslocamento; uma estrada cinza sobre a qual o ônibus está situado; vultos de cabeças humanas dentro do ônibus, indicando que o veículo encontra-se lotado; e um solo arenoso, marrom e trincado representado em primeiro plano. Já a linguagem verbal está presente no título da *charge*, situado à direita da parte superior do quadro, “Seca em São Paulo”, no rótulo “Transnordeste” na lateral do ônibus (mas no centro da *charge*), bem como no diálogo existente no interior dos três balões de fala ilustrados.

A relação entre as linguagens é de complementaridade, pois a imagem e a linguagem verbal dialogam e se completam mutuamente, união que é essencial para a construção dos sentidos no exemplar analisado. O poder de argumentação da *charge* se sustenta nessa relação multimodal. A ironia pretendida pelo chargista ao representar dois participantes em deslocamento rumo ao Nordeste a fim de saírem do terreno árido e seco de São Paulo não seria alcançada sem a associação do texto verbal com o texto visual.

O desenho não pode ser considerado caricaturesco porque não estão visíveis na imagem participantes humanos ou humanizados. Sabemos que pai e filho são participantes humanos pela leitura do texto verbo-visual em sua totalidade e pela coerência entre o conhecimento de mundo do leitor e a situação representada: um diálogo verbal no interior de um ônibus somente seria possível entre sujeitos humanos. O traço do chargista é o traço característico das histórias em quadrinhos.

A análise também evidencia o potencial crítico da *charge*, fato que está tipicamente presente nesse gênero textual. Faz parte da função do chargista estabelecer pontos de diálogo entre o texto e a realidade concreta que vivemos no contexto social, a fim de conduzir o leitor a pensar sobre questões contemporâneas. O humor é provocado pelo efeito irônico produzido: ao invés de uma migração no sentido Nordeste-Sudeste visando à fuga da seca, é a seca do Sudeste que impele o deslocamento representado ou que funciona como pano de fundo para a situação representada. O sentimento de estranheza é produzido no leitor diante da confusão do menino: como as paisagens se igualaram devido à falta de água, o passageiro não sabe se já chegou ao Nordeste ou se continua em São Paulo.

Considerações finais

O conjunto coerente de signos compõe um texto, a partir do momento em que constitui uma unidade significativa que não só representa o mundo, mas também estabelece a interação social. Como argumentam Kress e van Leeuwen (1996), os textos multimodais requerem um aparato de análise que oportunize o letramento visual e, especialmente, a compreensão de como as estruturas da linguagem visual dialogam com os componentes verbais, formando uma unidade significativa articulada.

A interação social realizada nas situações de uso das linguagens estabelece um acontecimento em que produtores e leitores (ou ouvintes) significam textos, pessoas e práticas sociais, interagindo dialogicamente. Dessa forma, ao abordarmos textos que circulam socialmente, como a *charge* publicada em um jornal *online*, é possibilitado o reconhecimento de estruturas e construtos socioculturais, políticos e ideológicos que perpassam a constituição de discursos da atualidade.

Como é característica desse gênero textual, a *charge* analisada provoca no leitor a reflexão sobre aspectos ambientais, sociais, políticos e ideológicos, uma vez que, diante da seca, os dilemas e dramas vividos pelo Sudeste e pelo Nordeste tendem a se equiparar sob determinado ângulo. Trata-se da interpretação do chargista sobre um fato momentâneo da realidade social que, ao ser construído na linguagem verbo-visual e veiculado por um jornal em um *site*, conduz o leitor a interpretar e a refletir sobre o contexto social.

Por fim, mostram-se úteis à análise da *charge* as categorias que foram empregadas, a saber: contexto de situação e de cultura, critérios de textualidade, multimodalidade, saliência, processos narrativos e processos conceituais. Ao depreendermos os significados dos elementos verbo-visuais, construímos e interpretamos os sentidos do texto.

Referências

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. do russo: Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BARROS, D. L. P. de. Dialogismo e enunciação. In: BARROS, D. L. P. de; FIORIN, J.L. (Orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: Em torno de Bakhtin*. 2. ed. São Paulo: Editora USP, 2003.

BARBISAN, L. Texto e contexto. *Organon*, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 53-62, 1995.

- BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. V. *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman, 1981.
- BIDARRA, J.; REIS, L. da S. Gênero *charge*: construção de significados a partir de uma perspectiva interdisciplinar e dinâmica. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 64, p. 150-168, jan./jun. 2013.
- BRAIT, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.
- COSTA VAL, M. G. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- DONDIS, D. A. *Sintaxe da linguagem visual*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. *Linguística textual: uma introdução*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- FERRAZ, M. M. S. *Curvas Perigosas: a representação da subjetividade nos cartuns de Maitena*. 2009. Tese (Doutorado em Letras)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.
- FISCHER, A. Letramento Acadêmico: uma perspectiva portuguesa. *Rev. Acta Scientiarum - Language and Culture*, Maringá, v. 30, n. 2, p. 177-187, jul./dez. 2008.
- HALLIDAY, M. A. K. Part A. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, Context, and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- _____. *El lenguaje como semiótica social*. La interpretación social del lenguaje e del significado. Bogotá, Colômbia: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- HUTCHEON, L. *Teoria e política da ironia*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- KLEIMAN, A. B. *Leitura: Ensino e pesquisa*. São Paulo: Pontes, 2004.
- KOCH, I. G. V. *O texto e a construção de sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- KRESS, G; van LEEUWEN, T. *Reading Images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 1996.
- LIMA, M. L. C. A leitura como atividade interdisciplinar e a formação do professor. In: MATTE, A. C. F. (Org.). *Lingua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática*. vol. 2. Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte, MG: FALE/UFMG, 2007. p. 122-135.

MACHADO, I. Gêneros discursivos. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 151-166.

NEF. *Seca em São Paulo. charge* publicada em: 28 out. 2014. Disponível em: <http://www.jornaldebrasil.com.br/charges/229/falta-de-agua-em-sao-paulo/>. Acesso em: 01 nov. 2014.

PETERMANN, J. Imagens na publicidade: significações e persuasão. *UNirevista*, São Leopoldo, v. 1, n. 3, jul. 2006. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Petermann.PDF. Acesso em: 12 mar. 2015.

POSSENTI, S. Humor de circunstância. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 9, p. 333-344, 2007.

_____. Os humores da língua: análises linguísticas de piadas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. *Dicionário de comunicação*. São Paulo: Ática, 1987.

SEGATTO, L. S.; KNOLL, G. F. Análise dos recursos multimodais em texto publicitário impresso. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 64, p. 66-83, jan./jun. 2013.

SOARES, M. *Letramento*. Um tema em três gêneros. 4. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

TEIXEIRA, M. C.; ANGELO, C. M. P. O gênero jornalístico *charge* no letramento escolar. *Língua & Literatura*, Frederico Westphalen, v. 12, n. 19, p. 89-107, dez. 2010.

Artigo recebido em: 01.05.2015

Artigo aceito em: 02.06.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

OS CONECTORES COMO SINALIZADORES DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO: UMA ABORDAGEM COGNITIVO-INTERACIONISTA

Janice Helena Chaves Marinho¹
Gustavo Ximenes Cunha²

Resumo: Neste trabalho, apresentamos uma abordagem para o estudo dos conectores que os concebe como marcas cuja função é explicitar o trabalho do locutor em produzir um texto que seja aceito pelo interlocutor como satisfatório ou adequado para o desenvolvimento do processo de negociação. Defendemos que os conectores atuam principalmente na sinalização das escolhas do produtor do discurso quanto à maneira por ele considerada mais adequada de negociar com o outro o desenvolvimento da interação ou de gerir o processo de negociação. Verificamos o alcance e a aplicabilidade de nossa proposta com o estudo de um exemplar do gênero artigo de opinião.

Palavras-chave: Conectores. Processo de negociação. Artigo de opinião.

Abstract: In this paper, we present an approach to the study of connectors that conceives them as markers whose function is to clarify the speaker's efforts to produce a text that can be accepted by the interlocutor as satisfactory or appropriate for the development of the discursive negotiation process. In questioning postulates taken by the Geneva Model of Discourse Analysis, we propose that connectors play a role mainly at signaling the discourse producer's choices regarding the manner he considers more appropriate to negotiate with the other the development of the interaction or to manage the negotiation process. We verify the scope and applicability of our proposal by studying an example of an opinion text.

Keywords: Connectors. Discursive negotiation process. Opinion text.

Introdução

Neste trabalho, desenvolvemos um estudo dos conectores concebendo-os como itens linguísticos cuja função é sinalizar manobras discursivas realizadas por interactantes, ao participarem de uma situação de comunicação. Na perspectiva aqui adotada, os conectores se constituem em sinalizadores da gestão do processo de negociação que subjaz a toda produção textual.

No diálogo face a face, uma pergunta feita por um dos interactantes constitui o elemento necessário para que o ouvinte reaja, produzindo uma resposta. Essa reação, por sua

¹ Professora Doutora da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, janicehelenachaves@gmail.com.

² Professor Doutor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Alfenas, Minas Gerais, Brasil, ximenescunha@yahoo.com.br.

vez, permite ao outro agradecer essa resposta, apresentar uma objeção ou pedir um esclarecimento, revelando sua gratidão, seu desacordo ou sua incompreensão. O mesmo processo de negociação discursiva também ocorre por meio dos textos escritos. Em ambiente de trabalho, uma pergunta do chefe enviada por e-mail a um funcionário leva-o a reagir, enviando a resposta em outro e-mail. Da mesma forma, uma reportagem veiculada em um jornal pode motivar a produção de cartas de leitores.

No desenvolvimento do processo de negociação entre os interactantes, os textos produzidos raramente são simples, sendo uma exceção aqueles formados por um só enunciado. Afinal, na interação, somos levados a realizar diferentes manobras discursivas, ou porque desejamos ser suficientemente claros ou porque queremos modificar o conjunto de crenças e saberes do nosso interlocutor, por exemplo. São manobras complexas realizadas com o fim de indicar para o outro nosso desejo de produzir um texto adequado para o processo de negociação instaurado.

Por se tratar de manobras discursivas, a sua realização deixa traços ou marcas linguísticas, das quais fazem parte os conectores. É, então, nessa perspectiva que pretendemos explorar a função dos conectores no discurso. Defendemos que eles devem ser entendidos como sinais empregados pelo locutor para explicitar seu esforço em produzir um texto que seja aceito pelo interlocutor como satisfatório ou adequado para o desenvolvimento do processo de negociação. Compreendemos os conectores, assim, numa perspectiva interacionista e, portanto, diversa daquela de abordagens para as quais o interesse pelos conectores está, sobretudo, no fato de apresentarem um conteúdo instrucional ou procedural/procedimental.

Para desenvolver nossa hipótese, apresentamos, inicialmente, o modelo teórico que fornecerá as bases de nossa proposta, o Modelo de Análise Modular do Discurso. Feita essa apresentação, expomos ressalvas relativas à forma como essa abordagem concebe e estuda os conectores. Embora as bases epistemológicas do modelo modular sejam cognitivo-interacionistas, o modelo os considera de um ponto de vista basicamente instrucional ou procedural, ponto de vista que, a nosso ver, pode ser reformulado.

Visando ultrapassar essa perspectiva instrucional e, ao mesmo tempo, contribuir para um estudo mais adequado dos conectores no modelo modular, apresentamos, em seguida, uma maneira alternativa de entender os conectores no quadro do próprio modelo. Em nossa proposta, os conectores atuam, como defende o modelo modular, na marcação da relação de discurso e na indicação do estatuto (principal ou subordinado) do constituinte textual que introduz, mas atuam ainda e principalmente na sinalização das escolhas do produtor do

discurso quanto à maneira por ele considerada mais adequada de negociar com o outro o desenvolvimento da interação ou de gerir o processo de negociação.

Por fim, verificamos o alcance e a aplicabilidade de nossa proposta com o estudo de um exemplar do gênero artigo de opinião.

O estudo dos conectores no Modelo de Análise Modular do Discurso

No Modelo de Análise Modular do Discurso³, as relações discursivas e sua eventual marcação por conectores são estudadas na forma de organização relacional. A base do estudo dessa forma de organização são as informações do módulo hierárquico, que trata do processo de negociação e da estrutura hierárquica do texto. Por isso, vamos nos deter na apresentação desse módulo, antes de explicarmos como as informações resultantes de seu estudo se combinam com as dos módulos lexical e referencial, no estudo da forma de organização relacional.

No módulo hierárquico, considera-se que “toda intervenção linguageira (cumprimento, pedido, asserção etc.) constitui uma PROPOSIÇÃO, que desencadeia um processo de negociação entre os interactantes” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 57). Assim, um diálogo formado por uma pergunta (Que horas são?), por uma resposta (São nove horas.) e por um agradecimento (Obrigado.) evidencia um processo de negociação em que uma proposição (a pergunta) desencadeia uma reação (a resposta), que motiva uma ratificação (o agradecimento).

O desenvolvimento e o encerramento desse processo de negociação se ligam a dois tipos de restrições: a de completude dialógica e a de completude monológica.

A primeira restrição, a de completude dialógica, diz respeito ao alcance do duplo acordo. Conforme Roulet (ROULET *et al*, 1985, p. 15), “toda negociação tem sua origem em um problema que dá lugar a uma *iniciativa* do locutor; essa iniciativa pede uma *reação*, que pode ser favorável ou desfavorável, do interlocutor. Se ela é favorável, o locutor pode encerrar a negociação, exprimindo, por sua vez, seu *acordo*”. Com esse acordo, os

³ O Modelo de Análise Modular do Discurso é uma abordagem para o estudo da complexidade do discurso como um todo e não apenas para o estudo da articulação textual. Assim, em linhas bastante gerais, para esse modelo, o discurso resulta da inter-relação de informações provenientes de três dimensões: linguística, textual e situacional. Cada dimensão compreende módulos responsáveis pela descrição de subdomínios do discurso. Assim, a dimensão situacional abarca os módulos referencial e interacional, a dimensão textual, o módulo hierárquico, e a dimensão linguística, os módulos sintático e lexical. Na produção e na compreensão do discurso, as informações modulares se combinam em formas de organização, tais como a relacional, a sequencial, a enunciativa e a operacional. Para uma compreensão aprofundada do modelo, ver Roulet, Fillietaz e Grobet (2001), Marinho (2004) e Cunha (2014).

interactantes concordam com o encerramento do processo de negociação. Assim, essa restrição “estipula que uma negociação só pode acabar se os interactantes manifestam reciprocamente um acordo recaindo sobre seu encerramento (restrição do ‘duplo acordo’)” (FILLIETTAZ, 2004, p. 82).

Porém, a reação do interlocutor pode ser desfavorável, se este, por exemplo, considera a intervenção inicial do locutor pouco clara ou inadequada para o desenvolvimento do processo de negociação. Nesse caso, a negociação não pode ser encerrada pelo locutor, já que a completude dialógica não foi alcançada. Verifica-se, então, que o processo de negociação não deve satisfazer apenas a restrição de completude dialógica. Para que a negociação possa se desenvolver, os interlocutores devem satisfazer ainda outra restrição, a de completude monológica.

Essa restrição diz respeito à necessidade de que cada fase do processo de negociação – proposição, reação ou ratificação – seja elaborada de modo suficientemente claro e completo, para que seja possível o desenvolvimento da negociação. Conforme Filliettaz (2004, p. 83), essa restrição “estipula que toda intervenção deve ser avaliada como satisfazendo os planos comunicativo e ritual, a fim de contribuir de modo eficaz para o processo de negociação”.

Mas vale destacar que o julgamento sobre a completude de uma intervenção não é feito pelo próprio locutor ou com base nas propriedades informacionais e estruturais da intervenção, de forma descontextualizada. Como aponta Roulet (ROULET *et al*, 1985, p. 17), a completude monológica “pode ser definida somente em relação ao interlocutor em uma situação de comunicação dada”. Para ele, o contexto e o cotexto ajudam o locutor a construir uma intervenção que, do seu ponto de vista, seja completa para o desenvolvimento do processo de negociação. Mas cabe ao interlocutor avaliar, julgar se essa intervenção, de fato, lhe permite produzir uma reação. “Somente este [o interlocutor] pode julgar, em último caso, se a intervenção do locutor lhe fornece todos os elementos necessários para que ele possa tomar posição, exprimir seu acordo ou seu desacordo” (ROULET *et al*, 1985, p. 17).

Assim, a busca por alcançar a completude monológica pode fazer com que as negociações entre os interactantes apresentem configurações bastante complexas, já que uma proposição considerada pouco clara, por exemplo, pode propiciar negociações secundárias, motivadas pela necessidade de esclarecimentos. Da mesma forma, as hipóteses do locutor sobre a quantidade de conhecimentos partilhada com o interlocutor podem fazer com que ele produza uma intervenção repleta de informações e estruturalmente complexa, para que o outro não sinta necessidade de esclarecimentos e inicie negociações secundárias.

O processo de negociação é representado por meio do seguinte esquema:

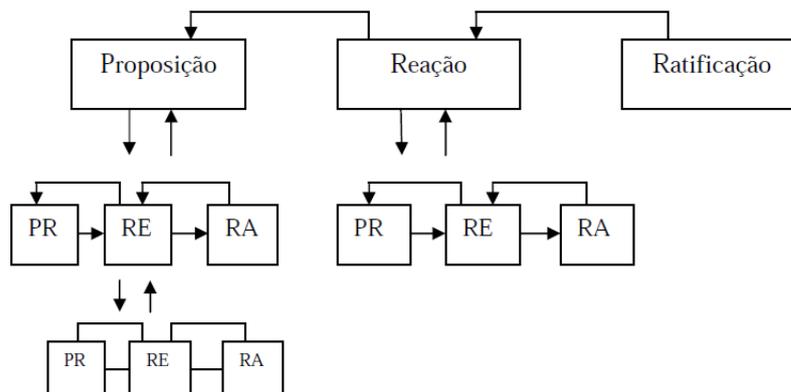


Figura 1: Representação do processo de negociação (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 57)

No módulo hierárquico, a representação desse processo de negociação é feita por meio das estruturas hierárquicas. Essas estruturas são formadas pelos três tipos de constituintes que os interactantes produzem em toda interação verbal: trocas, intervenções e atos.

- Troca: unidade textual máxima, que é formada por intervenções que refletem as várias proposições, reações e ratificações de uma negociação.
- Intervenção: unidade constitutiva da troca, que pode ser formada por apenas um ato, mas que costuma apresentar uma configuração complexa, da qual participam outras intervenções, atos e até mesmo trocas.
- Ato: unidade textual mínima, que constitui a menor unidade delimitada por uma e outra passagem da memória discursiva⁴.

Com a estrutura hierárquica, é possível a descrição das hierarquias e das relações existentes entre os constituintes do texto. Essas relações são de três tipos: *dependência* (a presença de um constituinte textual está ligada à presença do outro), *interdependência* (um constituinte não pode existir sem o outro, como ocorre, por exemplo, em uma troca formada por pergunta e resposta) e *independência* (a presença de um constituinte não está ligada à presença de outro).

Como dissemos, o estudo do modo como os constituintes textuais se estruturam hierarquicamente é a base da forma de organização relacional. Nessa forma de organização, as informações do módulo hierárquico são combinadas com informações do módulo lexical, que

⁴ A memória discursiva diz respeito ao “conjunto de saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores” (BERRENDONER, 1983, p. 230).

esclarece os sentidos procedurais dos conectores, e do módulo referencial, que trata dos conhecimentos de mundo dos interactantes e contribui para a interpretação das relações não marcadas.

Um dos objetivos do estudo dessa forma de organização é identificar as relações ilocucionárias e interativas genéricas entre os constituintes da estrutura hierárquica e informações da memória discursiva⁵. A identificação dessas relações se baseia em uma lista reduzida de categorias, as quais são consideradas suficientes para descrever todas as formas de discurso, tanto dialogal como monologal. As relações ilocucionárias são as que ocorrem entre as informações no nível da troca, enquanto as interativas são as que ocorrem entre informações no nível da intervenção.

As relações ilocucionárias caracterizam as intervenções que constituem as trocas. Essas relações podem ser iniciativas ou reativas, dependendo do lugar em que ocorre a intervenção na estrutura hierárquica. Distinguem-se três categorias genéricas de relações ilocucionárias iniciativas (interrogação, pedido e informação) e duas categorias genéricas de relações ilocucionárias reativas (resposta e ratificação). Já as relações interativas podem ser de argumento, contra-argumento, reformulação, comentário, topicalização, sucessão, preparação e clarificação (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Para o modelo modular, essas categorias de relações são genéricas, na medida em que abarcam um conjunto de relações específicas. O modelo propõe que se possa utilizar, por exemplo, a noção de argumento para recobrir as relações denominadas de causa, explicação, justificação, consequência, finalidade, implicação, etc. Já a noção de contra-argumento recobriria as relações de contraste, oposição, concessão, etc.

A descrição da organização relacional de um texto permite a confecção da estrutura hierárquico-relacional, útil para a elucidação de sua interpretação e obtenção de seu perfil relacional, onde se evidenciam as relações textuais genéricas dominantes no interior de sua organização.

Na organização relacional, os conectores exercem papel de destaque. O modelo considera que os conectores empregados em um texto são elementos importantes, por explicitarem a relação interativa entre um constituinte do texto e uma informação previamente estocada na memória discursiva. Assim, as instruções fornecidas pelo conector auxiliam o analista a interpretar a

⁵ A forma de organização relacional tem também como finalidade determinar a relação específica entre um constituinte em particular e uma informação da memória discursiva, por meio de um cálculo inferencial, que evidencia os processos cognitivos desencadeados pela atuação dos conectores. Neste trabalho, tendo em vista nossos objetivos, não vamos nos ocupar dessa determinação. Para uma descrição desse estudo, ver Marinho (2002) e Cunha (2012).

relação de discurso. Caso esse elemento esteja ausente, o analista vai lançar mão do instrumento heurístico que consiste na inserção de um conector no trecho estudado, para, assim, interpretar a relação (ROULET, 2003).

Os conectores também são importantes por oferecerem indicações quanto à hierarquia dos constituintes por eles articulados. Como postula o modelo modular, os conectores que explicitam uma relação argumentativa do tipo causal ou explicativa ou de justificativa introduzem constituintes subordinados. Os que expressam uma relação argumentativa do tipo conclusiva ou consecutiva introduzem constituintes principais. Os conectores contra-argumentativos do tipo *mas* introduzem um constituinte principal, e os do tipo *embora*, um constituinte subordinado. Os conectores reformulativos introduzem sempre constituintes principais, e os de topicalização, constituintes subordinados.

Para certas relações, como as de comentário e preparação, não existiriam marcadores específicos. Nesse caso, considera-se que uma relação interativa é de preparação quando o constituinte subordinado preceder o principal, e de comentário quando o constituinte subordinado suceder o principal⁶.

Como se pode notar, o modelo modular estuda os conectores com o fim de descrever o seu funcionamento na marcação da estrutura do texto, bem como os processos cognitivos que desencadeiam.

Esse modo de estudar os conectores nos parece restringir seu papel no funcionamento do discurso, dizendo pouco sobre o modo como os interlocutores deles se valem para participar do processo de negociação. Afinal, para o modelo, os conectores são, sobretudo, marcas que carregam instruções de processamento que permitem ao ouvinte/leitor especificar a relação de discurso entre informações do texto ou instruções para a compreensão da função e do estatuto (principal ou subordinado) de um segmento linguístico (ROULET, 2003, 2006). Em outros termos, os conectores, no modelo, são “marcas que servem para especificar uma relação interativa *via* mecanismos inferenciais, dando indicações ainda sobre o estatuto principal ou subordinado do constituinte que introduz” (CUNHA, 2013, p. 249).

Crítica semelhante é feita por Rossari (2001, p. 67-68), para quem, no modelo, os conectores são “marcas cuja significação é instrucional” ou “ferramentas para caracterizar as relações de discurso”. Em consequência, isso faz com que o conector seja entendido como um elemento capaz de especificar a função de um constituinte textual, quase que independentemente das informações veiculadas por esse constituinte, o que para a autora é inadequado.

⁶ Marinho (2002, p. 183) propõe que o conector relativo, que retoma uma informação X dada, explícita ou implicitamente, em contexto anterior, seja considerado um marcador da relação de comentário.

Assim, independentemente do texto em que ocorre e das informações que articula, o conector *mas* introduziria sempre um constituinte principal que funcionaria como um contra-argumento para uma informação previamente estocada na memória discursiva. Nesse sentido, esse conector seria apenas um item que carrega instruções de natureza procedural sobre a forma como articular as informações, bem como indicações sobre o estatuto principal do constituinte que introduz.

Esse modo de considerar o papel dos conectores nos parece problemático por, pelo menos, dois motivos. Em primeiro lugar, conceber os conectores como simples marcas procedurais significa tratar a compreensão de um texto como mero processamento de informações, concepção que vai contra a própria orientação dialógica e interacionista do modelo modular (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001) e que pode conduzir a uma análise mecanicista dos conectores utilizados em uma dada produção discursiva.

Em segundo lugar e em decorrência do primeiro motivo, esse modo de entender os conectores não permite compreender o papel que exercem no processo de negociação entre os interlocutores. Afinal, mais do que simples marcas procedurais, os conectores revelam ou explicitam as manobras que realizamos para que o outro nos compreenda e possa reagir, na expectativa de que não sejam necessárias negociações secundárias com função de esclarecimento. Ou seja, a escolha e o emprego dos conectores numa determinada produção discursiva se devem ao outro, à imagem que dele construímos, aos percursos interpretativos que queremos que ele realize, enfim, ao processo de negociação que com ele travamos (CUNHA, 2010).

Por esses motivos, consideramos que a concepção de conector adotada no modelo, reduzida ao estudo da forma de organização relacional, poderia ser reconsiderada. No próximo item, apresentamos uma concepção alternativa, cujo fim é superar, no quadro do próprio modelo modular, os problemas discutidos.

O papel dos conectores na gestão do processo de negociação

Como exposto no item anterior, o processo de negociação que se estabelece entre os interlocutores é representado, no modelo modular, pela estrutura hierárquica. Assim, uma troca espelha o processo por meio do qual os interactantes iniciam proposições, reagem a elas e as ratificam, buscando alcançar o duplo acordo e finalizar a interação (completude dialógica). Da mesma forma, cada etapa desse processo precisa ser formada por uma intervenção que seja avaliada pelo outro como suficientemente completa para o desenvolvimento da interação (completude monológica). Caso o outro avalie que a

intervenção não é suficientemente adequada, porque, por exemplo, faltam informações, trocas secundárias com função de esclarecimento são abertas para que a completude monológica seja alcançada e o processo de negociação possa avançar (ROULET *et al*, 1985, FILLIETTAZ, 2004).

Neste trabalho, defendemos a hipótese de que os conectores desempenham papel de primeira importância na sinalização do processo de negociação que se instaura entre os interlocutores. Segundo essa hipótese, os conectores sinalizariam a forma como os interactantes escolheram fazer a gestão do desenvolvimento do processo de negociação, tendo em vista a situação de comunicação em que se encontram. Em outros termos, os conectores, ao marcarem a estrutura do texto, teriam um papel não apenas na explicitação da relação de discurso e na indicação do estatuto do constituinte textual que introduzem, mas principalmente na sinalização das escolhas do produtor do discurso quanto à maneira por ele considerada a mais eficaz de gerir, de negociar com o outro, o desenvolvimento da interação.

Nessa perspectiva, os conectores são vistos não apenas como itens portadores de instruções procedurais capazes de especificar ou explicitar relações de discurso, mas também como elementos que funcionam como sinalizadores da gestão do processo de negociação, porque indicam as manobras discursivas que o produtor do discurso realiza para produzir uma intervenção que seja avaliada pelo outro como suficientemente completa e adequada para a interação. Defendemos, então, que os conectores devem ainda ser concebidos como sinais da nossa tentativa de alcançar a completude monológica, de fazer com que a intervenção que produzimos seja avaliada como satisfatória para contribuir de modo eficaz com o processo de negociação, permitindo ao interlocutor reagir e se posicionar favorável ou desfavoravelmente.

A grande complexidade da maior parte das intervenções se deve à busca do produtor do discurso por satisfazer a restrição de completude monológica. Nessa busca, ele pode realizar diferentes manobras que correspondem às relações de discurso: argumentar, comentar, reformular, contra-argumentar, etc. (ROULET, 2003). Assim, se ele estabelece uma relação de argumento ou de comentário entre um constituinte textual e uma informação da memória discursiva, seu objetivo é o de construir uma intervenção que seja avaliada pelo outro como suficientemente completa para o processo de negociação, isto é, que satisfaça a restrição de completude monológica. Afinal, o produtor do discurso apresenta argumentos para sustentar um ponto de vista ou comentários para avaliar uma ideia com o fim de produzir uma intervenção que permita ao interlocutor concordar com ele ou, ao menos, entender seu posicionamento, para, na sequência, reagir, expressando sua concordância ou sua discordância.

Um conector que marque a relação de argumento, como o *porque* ou o *portanto*, deve ser compreendido, então, como uma indicação explícita dada ao interlocutor de que o produtor do discurso busca satisfazer a restrição de completude monológica. Ele constitui um sinalizador de uma manobra discursiva (argumentar) realizada pelo produtor do discurso, manobra que este considera necessária para que o interlocutor possa reagir, sem a necessidade de negociações secundárias.

Para verificar o alcance e a aplicabilidade dessa hipótese, vamos analisar no próximo item o papel de conectores na gestão do processo de negociação que ocorre por meio do gênero artigo de opinião. Escolhemos um gênero monológico para ilustrar nossa proposta, a fim de deixar mais evidente o fato de que a noção de processo de negociação, tal como concebida pelo modelo modular, subjaz às produções discursivas de modo geral e não apenas às dialogais.

O papel dos conectores em um artigo de opinião

Neste item, começamos por especificar as informações hierárquicas, referenciais e lexicais que, a nosso ver, precisam ser mobilizadas para a compreensão do papel dos conectores na gestão do processo de negociação que ocorre por meio de artigos de opinião. Em seguida, analisamos um trecho de um artigo.

Do ponto de vista hierárquico, as produções discursivas pertencentes ao gênero artigo de opinião não se configuram explicitamente como dialogais, não sendo representadas por meio de estruturas de trocas, porque não são produzidos por dois interactantes. Para o modelo modular, os discursos dessa natureza, isto é, os monológicos, correspondem a uma das fases do processo de negociação entre autor e leitor. Dessa forma, a atividade linguageira que envolve a produção de um artigo de opinião é motivada por um fato (proposição) que desencadeia uma reação (artigo de opinião), que poderá conduzir a um acordo para o fechamento da negociação (ratificação). Defendemos, assim, a hipótese de que cada artigo de opinião corresponde a uma fase de reação do processo de negociação discursiva.

Participando desse processo de negociação com o leitor, o autor deve, então, produzir uma intervenção, o próprio artigo, que seja aceita ou avaliada pelo leitor como atendendo à restrição de completude monológica. Assim, essa intervenção deve ser considerada suficientemente completa, para permitir que o outro reaja, produzindo uma nova intervenção (carta ou e-mail) e contribuindo para o desenvolvimento do processo de negociação. Por isso, a estrutura hierárquica dos exemplares desse gênero costuma exibir bastante complexidade,

sendo formada por uma grande intervenção composta por várias outras intervenções, atos e até mesmo por trocas, naqueles artigos em que o articulista constrói diálogos no interior de seu texto.

Do ponto de vista referencial, a situação que se materializa por meio do artigo de opinião engaja dois agentes, autor e leitor, os quais assumem posições ou status sociais diferentes e assimétricos. Nessa interação, o autor assume o status de autoridade em dado assunto, de figura de prestígio no espaço social, cujo saber é endossado e validado pela instituição (política, jornalística, industrial, acadêmica) que representa. Já o leitor assume o status de cidadão geralmente integrante da classe média, que busca no autor a interpretação, a análise de um fato ocorrido no espaço social (RODRIGUES, 2005). Por esse motivo, o gênero artigo de opinião materializa uma relação dialógica entre alguém que está institucionalmente autorizado a emitir o seu ponto de vista, o autor, e alguém que, desprovido dessa chancela institucional, busca um conhecimento, uma análise supostamente mais esclarecida, o leitor.

Nessa interação, o universo temático é preenchido por fatos recentemente ocorridos na esfera social, os quais interferem na vida do cidadão de modo geral e colocam parcelas da população em posições divergentes e antagônicas. Em outros termos, o universo temático do gênero artigo de opinião é povoado por fatos atuais e polêmicos. Por essa razão, autor e leitor dialogam sobre um “já-dito” (RODRIGUES, 2005), sobre um fato que, após ter sido abordado pelo noticiário, mobilizou a atenção da opinião pública e agora pede que os veículos de comunicação apresentem as análises “esclarecidas” de especialistas da área em que o fato se deu.

Dada a natureza polêmica do fato a comentar, propiciando a manifestação de opiniões divergentes, mas igualmente esclarecidas em diferentes veículos, a relação assimétrica entre autor e leitor não garante a adesão deste às proposições defendidas no artigo. A incerteza quanto ao efeito alcançado junto ao leitor é a responsável pela dimensão argumentativa do artigo de opinião. Embora a credibilidade do autor esteja pressuposta e não precise ser construída por meio de sua performance discursiva, o autor não pode se limitar a simplesmente explicitar o seu ponto de vista. Mais do que isso, o autor precisa buscar modificar a visão de mundo do leitor, convencendo-o da consistência de suas opiniões, dado o diálogo implícito ou explícito que mantém com opiniões adversárias.

Do ponto de vista lexical, essa “disputa” pelo leitor faz com que, nos exemplares desse gênero, ocorra um conjunto de recursos microlinguísticos especializados na busca por direcionar a interpretação e sinalizar as manobras do autor na tentativa de convencê-lo, tais como conectores, operadores, modalizadores, desinências verbais e pronomes de 1ª pessoa

etc. Como marcas de superfície, esses recursos são importantes, porque sinalizam as diferentes manobras que o autor realiza ao articular as porções discursivas que compõem o artigo, manobras que exercem papel fundamental nas estratégias de defesa de um dado ponto de vista e que dizem respeito à maneira como o autor escolheu fazer a gestão do processo de negociação.

A combinação dessas informações hierárquicas, referenciais e lexicais permite compreender que os conectores, como marcas de superfície, ajudam o articulista a sinalizar para o leitor a sua tentativa de produzir uma intervenção que seja aceita ou avaliada como satisfatória para o desenvolvimento do processo de negociação. Por isso, em artigos de opinião, o autor emprega os conectores como sinalizadores de diferentes manobras necessárias à construção de uma intervenção que atenda à restrição de completude monológica, manobras tais como tentar convencer o leitor de um dado ponto de vista, antecipar possíveis objeções ou dúvidas, rejeitar pontos de vista contrários por meio de contra-argumentos, reformular ideias, tornando-as mais claras para o leitor, etc. Em suma, os conectores, a nosso ver, dão indicações da busca do articulista por alcançar a completude monológica.

Vejamos como isso ocorre neste trecho de um artigo de opinião⁷.

Algo de errado

(01) **Além da** morte e dos impostos, (02) **como** é o caso para o resto da humanidade, (03) existe no Brasil uma terceira grande certeza: (04) obras públicas jamais são entregues no prazo. (05) **Também** podem não ser entregues nunca; (06) é comum que, (07) **uma vez** concluídas, (08) estejam entre as de pior qualidade que a engenharia mundial consegue produzir (09) **e** sempre, em todos os casos, acabam custando muito mais caro do que deveriam. (10) **Mas** é o atraso na entrega, sem dúvida, a marca que mais distingue as obras públicas brasileiras de quaisquer outras. (11) **Na verdade**, nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo – (12) do trem-bala ao mais reles abrigo para um ponto de ônibus. ((13) Esse trem bala, **aliás**, promete. (14) Ainda não foi colocado um único metro de trilho no chão, (15) **mas** o preço estimado da obra já passou de 18 para 33 bilhões de reais.) (16) Nada mais natural, **assim**, do que o anúncio segundo o qual não serão terminadas a tempo as majestosas obras de nove dos treze aeroportos que servem a cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014.

(Revista *Veja* – 27/04/2011)

Com esse artigo, o autor participa do processo de negociação, produzindo uma intervenção em que critica o anúncio feito pelo então governo federal de que as obras de nove dos treze aeroportos que serviriam a cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014 não seriam terminadas a tempo. Assim, o artigo constitui uma intervenção em relação a um fato anterior e, ao mesmo tempo, uma proposição em relação à qual o leitor pode reagir produzindo, por exemplo, uma carta para ser publicada na seção “Carta do leitor” ou mesmo um e-mail

⁷ A numeração indica que o trecho foi segmentado em atos, e os conectores foram por nós destacados.

pessoal para o autor. Esse processo de negociação pode ser representado por meio desta estrutura de troca.

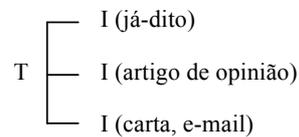


Figura 2: estrutura de troca

Na troca, o autor busca construir uma intervenção que possa ser aceita pelo outro como adequada para o desenvolvimento de uma negociação acerca da suposta ineficiência do governo na gestão de obras. Em outros termos, o articulista procura produzir uma intervenção que não dê margem a trocas subordinadas com função de esclarecimento⁸.

Para isso, o articulista produz uma intervenção complexa, a qual é resultante de manobras discursivas que têm como fim permitir ao leitor reagir a favor ou contra as ideias apresentadas. Caso se limitasse a apresentar seu ponto de vista (o governo é ineficiente na gestão de obras), sem o apoio de argumentos, comentários e contra-argumentos, o autor não poderia nutrir qualquer expectativa acerca da possível adesão do leitor a esse ponto de vista, nem mesmo da sua compreensão do texto. Por isso, o articulista é levado a expressar a ideia que defende apenas ao final do trecho considerado, no ato (16), depois de apresentar uma série de argumentos. É o que mostra a seguinte estrutura hierárquico-relacional desse texto.

⁸ No gênero artigo de opinião, trocas esclarecedoras imediatas são impossíveis, já que autor e leitor não dialogam face a face. Mas o leitor poderia, em momento posterior, enviar e-mail com pedidos de esclarecimentos. Da mesma forma, o leitor/editor do jornal poderia devolver o artigo, solicitando ao articulista que desenvolva ou elimine trechos que considera confusos ou pouco claros. Em textos monológicos escritos, é possível entender que trocas como essas materializam negociações subordinadas com função de esclarecimento.

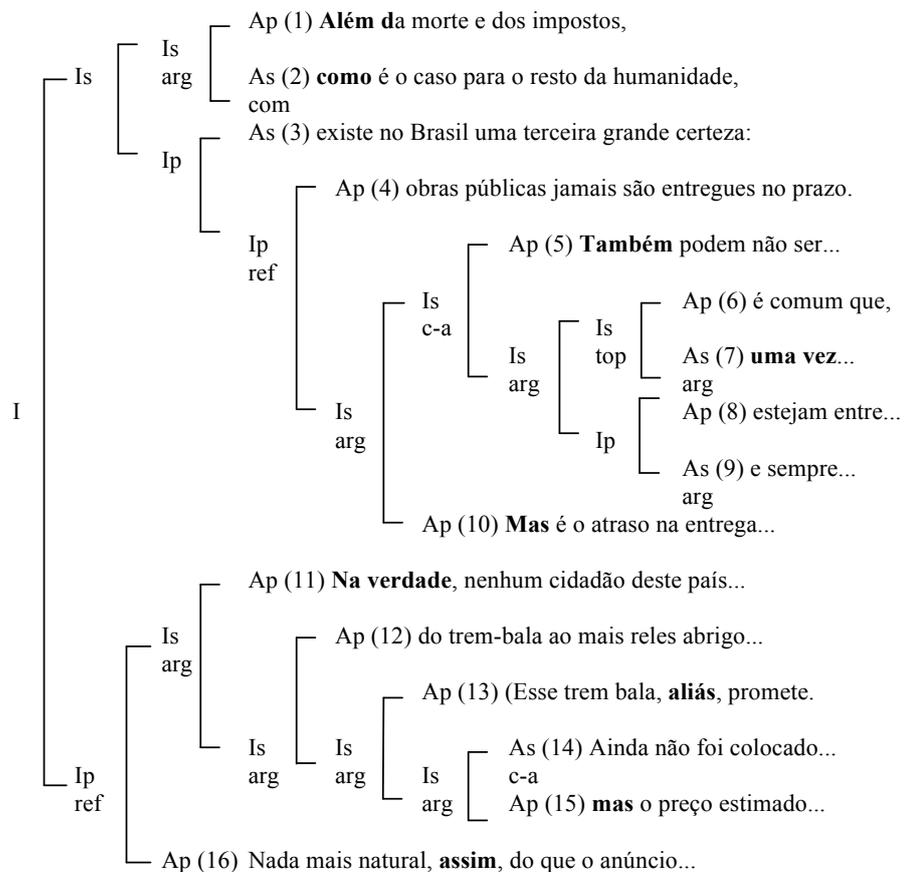


Figura 3: estrutura hierárquico-relacional

O último ato, o (16), é aquele em que o autor traz a informação central do trecho, segundo a qual é natural que as obras de nove dos treze aeroportos que serviriam a cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014 não seriam terminadas a tempo. Por isso, esse ato ocupa o nível hierárquico mais alto, já que é o ato principal de intervenções principais. No diálogo que estabelece com o leitor, o articulista poderia se limitar à proposição dessa informação. Mas, se ele assim procedesse, o leitor poderia julgar que essa proposição não atende à restrição de completude monológica, porque não seria acompanhada de argumentos que a sustentem, de objeções que enfraqueçam possíveis contra-argumentos, de explicações relativas às ideias apresentadas, etc. Essa proposição, assim, não permitiria ao leitor reagir, fazendo avançar o processo de negociação. Consequentemente, ele seria obrigado a abrir trocas subordinadas com função de esclarecimento.

Então, para evitar que sua proposição seja avaliada como insatisfatória para o processo de negociação, o autor é levado a anteceder seu ponto de vista por uma série de argumentos.

Na construção desses argumentos, os conectores vão exercer papel fundamental na indicação de sua busca por evidenciar que a intervenção que produz, para ele, atende à restrição de completude monológica.

Dessa forma, ele inicia o texto afirmando que, no Brasil, obras públicas jamais são entregues no prazo (ato 04). Para que o leitor fique convencido dessa afirmação, o autor a define como uma certeza tão evidente como a da morte e a dos impostos (atos 01-03). Os conectores *além de* e *como*, nos atos (01) e (02) respectivamente, têm como fim indicar ao leitor que ele deve considerar a informação de que obras públicas jamais são entregues no prazo como um pressuposto, como um fato que não pode ser colocado sob suspeita. Com esses conectores, o autor indica que o leitor deve entender o atraso na entrega das obras públicas como fatos inquestionáveis. Agindo dessa forma, o autor começa a preparar o leitor para a ideia (irônica), expressa no último ato, de que é natural que as obras de nove aeroportos não seriam terminadas até o início da Copa do Mundo de 2014.

Caso a apresentação dessas informações centrais do texto ocorresse nos primeiros atos, o leitor poderia contra-argumentar, defendendo que o atraso na entrega das obras não é um problema tão grave, se estas forem entregues, se forem bem feitas e se a verba a elas destinada for empregada de modo transparente e honesto. Antecipando-se a objeções dessa ordem, o autor, na intervenção formada pelos atos (05-09) e introduzida pelo conector *também*, apresenta outros problemas que envolvem as obras públicas, como a não realização, a má qualidade na execução e o superfaturamento: “(05) *Também* podem não ser entregues nunca; (06) é comum que, (07) *uma vez* concluídas, (08) estejam entre as de pior qualidade que a engenharia mundial consegue produzir (09) e sempre, em todos os casos, acabam custando muito mais caro do que deveriam.”

Introduzindo a intervenção (05-09), o conector *também* constitui um sinal explícito de que o articulista traz informações que possam funcionar como argumentos para enfrentar possíveis objeções do leitor. Nesse sentido, esse conector atua como um sinal da busca do autor por produzir um artigo que, atendendo à restrição de completude monológica, possa ser avaliado pelo leitor como adequado para o processo de negociação.

Porém, o objetivo do autor, como esse artigo, não é criticar a execução de todas as obras do governo federal, mas apenas ou principalmente o atraso na entrega dos aeroportos, crítica que, como já dito, será feita apenas ao final do texto, no ato (16). Por isso, o autor subordina os problemas apresentados na intervenção (05-09) ao ato (10), em que defende: “*Mas* é o atraso na entrega, sem dúvida, a marca que mais distingue as obras públicas brasileiras de quaisquer outras”.

Nesse ato, o conector *mas* evidencia claramente a tentativa do autor de convencer o leitor de que o problema mais grave envolvendo a gestão de obras públicas é o atraso na sua entrega. Nota-se que o articulista traz esse contra-argumento para que o leitor não tenha dúvidas (e, se possível, não discorde) da gravidade que é o atraso na entrega de obras públicas. Assim, mais do que uma simples marca explicitando uma relação de contra-argumento ou indicando o estatuto principal da intervenção que introduz, o *mas* funciona como um sinal da busca do autor por construir uma intervenção que deixe bem claro o quão grave é o atraso na entrega dessas obras.

A partir do ato (11), o articulista propõe uma releitura dos dez primeiros atos, ao dizer: “(11) *Na verdade*, nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo”. Com esse ato, ele reforça a ideia já defendida de que as obras públicas jamais são entregues no prazo, ideia expressa no ato (04), mas, ao mesmo tempo, impõe uma mudança de perspectiva enunciativa. Se, antes, ele não havia especificado os leitores a quem direciona seus argumentos, agora ele redefine ou reformula sua postura, informando que seus argumentos se dirigem não a qualquer leitor, mas apenas aos cidadãos deste país. Do ponto de vista argumentativo, esse recurso é bastante interessante, porque força o leitor a concordar com o autor, se quiser fazer parte da categoria dos cidadãos deste país. Afinal, defende o autor que nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo. Então, se o leitor concorda com o ponto de vista o autor, é cidadão. Se não concorda, não é cidadão.

Essa mudança de perspectiva é sinalizada pela expressão conectiva *na verdade*. Por meio dela, o autor indica ao leitor que vai modificar o estado de informação fornecido pelo contexto esquerdo, por meio da introdução de um ponto de vista com estatuto de fato novo. A novidade introduzida é, como vimos, a especificação dos leitores a quem os argumentos se dirigem ou para os quais esses argumentos devem fazer sentido. É com os cidadãos que o articulista dialoga. É com eles que estabelece um processo de negociação. Nessa perspectiva, o emprego do conector funciona como um sinal bastante relevante das propriedades situacionais da interação, porque ele explicita uma manobra realizada pelo autor para especificar qual deve ser o status social assumido pelo leitor.

Portanto, objeções ou pedidos de esclarecimentos por parte daqueles que discordam do autor e que são favoráveis ao governo não serão ouvidos ou considerados pertinentes para a abertura de trocas subordinadas com função de esclarecimento. Assim, a intervenção introduzida por *na verdade* bloqueia discussões motivadas por outros pontos de vista. É como

se o autor dissesse: “Se você, leitor, discorda de mim e é favorável ao governo, então você não é meu interlocutor, porque não pode ser considerado um cidadão”.

Porque a intervenção introduzida por *na verdade* promove uma mudança de perspectiva, ela deve ser entendida como sendo mais importante para o processo de negociação do que a intervenção formada pelos dez primeiros atos. Por isso, ela tem o estatuto de principal.

Na Ip (11-16), o autor faz menção ao trem-bala no ato (12). Essa menção o leva a introduzir uma intervenção subordinada a esse ato, a qual é formada pelos atos (13-15): “((13) Esse trem bala, *aliás*, promete. (14) Ainda não foi colocado um único metro de trilho no chão, (15) *mas* o preço estimado da obra já passou de 18 para 33 bilhões de reais.)” Reforçando para o leitor a ideia de que as obras públicas não são entregues no prazo e são superfaturadas, o autor fornece nesses atos um exemplo para comprovar a informação, dada em (11), de que nenhum cidadão deste país acredita que alguma coisa feita pelo governo possa ficar pronta no prazo.

É importante chamar a atenção para o fato de que essa intervenção ocorre entre parênteses e é introduzida pelo conector *aliás*. Como sinais de pontuação, os parênteses, entre outras funções, atuam como “hierarquizadores discursivos” (DAHLET, 2006, p. 179), indicando que o segmento que cercam funciona como argumento suplementar, exemplo ou comentário para as informações que o antecedem. É o que ocorre na intervenção formada por (13-15). Nesse segmento, o autor toma o trem-bala, mencionado em (12), como um exemplo concreto de que as obras do governo nunca ficam prontas no prazo.

Como conector argumentativo, o *aliás* indica que o segmento por ele introduzido traz uma digressão em relação às informações dadas no segmento anterior (LUSCHER, 1994). Promovendo uma aparente mudança de tópico, esse conector indica que o argumento que traz constitui uma prova suplementar em relação ao cotexto, prova que não deve ser considerada necessária ou fundamental para a argumentação construída, já que outras provas poderiam igualmente ser apresentadas (MAINGUENEAU, 1997). Esse é o funcionamento do *aliás* que encabeça a intervenção (13-15). Nela o articulista menciona o atraso e o superfaturamento das obras de construção do trem-bala para dar ao leitor apenas um exemplo ou uma prova das várias obras do governo que, segundo o autor, não são geridas de forma eficaz e competente.

O emprego conjunto do *aliás* e dos parênteses no trecho considerado permite ao articulista fazer da intervenção (13-15) uma peça importante no processo de negociação que instaura com o leitor. Até o ato (12), ainda poderia haver dúvidas por parte do leitor quanto à ineficácia do governo na gestão de obras, já que, até esse ato, nenhum exemplo concreto havia

sido fornecido pelo autor. Para garantir que essas dúvidas sejam eliminadas de vez, ele fornece, então, o exemplo de que o leitor tem necessidade, mas apresenta esse exemplo entre parênteses e o marca com *aliás*. Com esses recursos, o autor consegue criar o efeito de que os exemplos disponíveis de má gestão de obras públicas são tantos que o trem-bala é apenas mais um e de que esse exemplo nem é tão necessário, já que ele dialoga com o cidadão deste país, ou seja, com alguém que sabe que nenhuma obra feita pelo governo pode ficar pronta no prazo (ato 11).

É somente depois de realizar todas essas manobras que o autor se sente seguro para dizer, no ato (16): “Nada mais natural, *assim*, do que o anúncio segundo o qual não serão terminadas a tempo as majestosas obras de nove dos treze aeroportos que servem a cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014”. Não por acaso, o autor emprega nesse ato o conector *assim*, indicando ao leitor que todas as informações dadas de (11) a (15) devem ser entendidas como argumentos empregados para convencê-lo de que é natural o anúncio do atraso na entrega das obras dos aeroportos. Esse conector funciona, então, como um sinal dado ao leitor de que, com o ato (16), ele conclui a proposição ou a primeira fase do processo de negociação e de que, a partir desse momento, o leitor pode reagir da forma como preferir, por meio de carta, de e-mail, etc, desenvolvendo o processo de negociação.

Considerações finais

Neste trabalho, nosso objetivo foi apresentar uma abordagem dos conectores como sinalizadores da forma como os interactantes desenvolvem o processo de negociação discursiva. Para isso, apresentamos, inicialmente, o modo como o Modelo de Análise Modular do Discurso estuda os conectores na forma de organização relacional. Nessa apresentação, fizemos ressalvas à maneira como os conectores são entendidos nesse modelo, que os considera sob um prisma instrucional ou procedural. Em seguida, apresentamos uma proposta alternativa para entender o funcionamento dos conectores no quadro do próprio modelo modular.

Na perspectiva que propusemos, ganha destaque a noção de processo de negociação, oriunda do módulo hierárquico. Nessa perspectiva, os conectores trazem indicações sobre a gestão do desenvolvimento do processo de negociação. Os conectores, então, teriam um papel não somente na marcação das relações de discurso e na indicação do estatuto do constituinte textual que introduzem, como proposto pelo modelo modular. A sua função mais importante seria a indicação das escolhas do produtor do discurso quanto à maneira por ele considerada a

mais adequada de negociar com o outro o desenvolvimento da interação. Os conectores seriam, assim, sinais importantes da gestão do processo de negociação. Afinal, eles sinalizam as manobras que o produtor do discurso realiza para alcançar a completude monológica, para fazer com que a intervenção que produz seja avaliada pelo outro como satisfatória para contribuir com o processo de negociação.

Com essa abordagem, mantemos os postulados básicos do modelo modular, segundo os quais o estudo das relações de discurso e de sua eventual marcação por conectores se faz por meio da combinação de informações hierárquicas, referenciais e lexicais, no interior da forma de organização relacional. Mas buscamos imprimir a esse estudo uma perspectiva cognitivo-interacionista, mais de acordo com as bases epistemológicas do modelo (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, MARINHO, 2004).

O alcance e a aplicabilidade de nossa proposta foram verificados com o estudo de um exemplar do gênero artigo de opinião. Com esse estudo, vimos que a proposta delineada, de fato, permite uma análise que não se reduz a uma identificação estéril e mecanicista de relações discursivas, de hierarquias textuais e de instruções inferenciais ligadas aos conectores. A análise se concentra principalmente em fazer emergir, por meio do estudo das manobras discursivas e dos conectores escolhidos para sinalizá-las, o jogo que se instaura entre os interlocutores ao conduzirem a gestão do processo de negociação.

Referências

BERRENDONER, A. “Connecteurs pragmatiques” et anaphore. *Cahiers de linguistique française*, v. 5, p. 215-246, 1983.

CUNHA, G. X. A função de conectores argumentativos no texto da proposta curricular de Minas Gerais. *Alfa*, v. 54, p. 203-222, 2010.

CUNHA, G. X. A articulação discursiva do gênero artigo de opinião à luz de um modelo modular de análise do discurso. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 14, p. 73-97, 2012.

CUNHA, G. X. *A construção da narrativa em reportagens*. 601f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CUNHA, G. X. *Para entender o funcionamento do discurso: uma abordagem modular da complexidade discursiva*. Curitiba: Appris, 2014.

DAHLET, V. *As (man)obras da pontuação: usos e significações*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2006.

FILLIETTAZ, L. Négociation, textualisation et action: le concept de négociation dans le modèle genevois de l'organisation du discours. In: GROSJEAN, M.; MONDADA, L. (Org.) *La négociation au travail*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2004, p. 69-96.

LUSCHER, J. M. Les marques de connexion: des guides pour l'interprétation. In: MOESCHLER, J. (Org.) *Langage et pertinence: référence temporelle, anaphore, connecteurs et métaphore*. Nancy: Presses universitaires de Nancy, 1994, p. 175-227.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

MARINHO, J. H. C. *O funcionamento discursivo do item "onde": uma abordagem modular*. 2002. 305f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MARINHO, J. H. C. Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso. *Revista da Anpoll*, v. 16. p. 75-100. 2004.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.) *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 152-183.

ROSSARI, C. Les relations de discours: approches rhétoriques, approches pragmatiques et approches sémantiques. *Verbum*, n. 1. 2001, p. 59-72.

ROULET, E. Une approche modulaire de la problématique des relations de discours. In: MARI, H. et alii. *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003, p. 149-178.

ROULET, E. The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. In: FISCHER, K (Ed.). *Approaches to discourse particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006, p. 115-131.

ROULET, E. et al. *L'Articulation du discours en français contemporain*. Berne: Lang, 1985.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.

Artigo recebido em: 15.11.2014

Artigo aceito em: 15.04.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

Processamento de Palavras Complexas Formadas com os Sufixos -ção e -mento em Português Brasileiro

José Ferrari Neto¹
Alcimar Dantas Dias²

Resumo: Usando um paradigma experimental conhecido como decisão lexical, realizou-se um experimento para saber como palavras complexas formadas com os sufixos *-ção* e *-mento* são processadas no português brasileiro (PB). O objetivo foi verificar se existem regras que licenciam determinados sufixos e impedem outros em determinadas formações. Por exemplo, dizemos *pensamento* e não **pensação*; dizemos *casamento*, mas não dizemos **casação*. Por outro lado dizemos *eleição*, mas não dizemos **elegimento*; dizemos *explanação*, mas não dizemos **explanamento*. Porém, as regras para usar *-ção* e *-mento* não parecem claras. O que é que determina o uso de um desses sufixos em detrimento do outro? Desejamos saber o que impede o falante do (PB) de criar nomes a partir de combinações entre bases verbais e determinados sufixos que teoricamente têm a mesma função como é o caso dos sufixos *-ção* e *-mento*. Uma análise teórica dos modelos de Siegel (1974), Marantz (1997) e de Hay (2002) é feita e em seguida é sugerido um modelo misto de processamento (MMP) que implica na influência de fatores como a frequência das bases, a semântica lexical e o grau de transparência semântica dos sufixos na seleção e análise dos sufixos *-ção* e *-mento*.

Palavras-chave: Sufixação. Processamento lexical. Representação lexical. Palavras complexas. Morfologia.

Abstract: Using an experimental paradigm known as Lexical Decision, this experiment conducted research on how complex words formed with the suffixes *-ção* and *-mento* are processed in Brazilian Portuguese (BP). The goal was to verify if there are and what are the rules that license certain suffixes and constrain others in certain formations. For example, we say *pensamento* but not *pensação**; we say *casamento*, but do not say *casação**. On the other hand, we say *eleição*, but do not say *elegimento**. We can say *explanação* but we do not say *explanamento**. However, the rules for using *-ção* and *-mento* does not seem clear. What determines the use of one of these suffixes and constrains the other? We would like to know what prevents the Brazilian Portuguese speakers (PB) to create names from certain combinations of suffixes and verbs they theoretically have the same function as in the case of the suffixes *-ção* and *-mento*. A theoretical analysis of models of Siegel (1974), Marantz (1997) and Hay (2002) was made and then we suggested a mixed model processing (MMP) which implies the influence of factors such as the frequency of bases, the lexical semantics and the degree of transparency of suffixes in the selection and analysis of the suffixes *-ção* and *-mento*.

Keywords: Suffixation. Lexical Processing. Lexical Representation. Complex Words. Morphology.

¹ Doutor em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil (2008) Professor Adjunto II da Universidade Federal da Paraíba. joseferrarin@ibest.com.br.

² Mestre em Linguística. Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba. alcidantas@gmail.com.

Introdução

O estudo da estrutura morfológica nas palavras complexas tem se tornado uma interessante área da investigação psicolinguística nas últimas décadas. Saber como a estrutura das palavras pode iniciar sua representação e/ou processamento tem sido o interesse de muitos linguistas (Kiparsky, 1983; Dominiek, 1994; Spencer, 1994; Embick, & Marantz, 2008). Questões sobre os princípios e mecanismos que restringem as propriedades combinatórias de afixos são comuns em línguas com morfologia derivacional rica como o português. Em geral, são debates em torno do que pode restringir o uso de certos sufixos em detrimento de outros que, em tese, exercem a mesma função. Um caso exemplar é o dos afixos que possuem a função de formar nomes a partir de verbos, gerando substantivos mais conhecidos como deverbais.

Em português brasileiro (PB), os sufixos *-ção* e *-mento* são usados para formar novos nomes a partir de verbos. Teoricamente, pode-se usar qualquer um dos dois para formar um nome. No entanto, quando se observam alguns dados, esses sufixos parecem estar em alternância. Por exemplo, dizemos *endividamento* e não **endividação*; dizemos *casamento*, mas não dizemos **casação*. Por outro lado, dizemos *eleição*, mas não dizemos **elegimento*; dizemos *explicação*, mas não dizemos **explicamento*. As regras para usar *-ção* e *-mento* não parecem claras. O que é que determina o uso de um desses sufixos em detrimento do outro?

O presente trabalho tem por objetivo prover evidências acerca dos fatores que regem a criação de nomes a partir de combinações entre verbos e determinados sufixos que teoricamente têm a mesma função, como é o caso dos sufixos *-ção* e *-mento*. Como observado por Oliveira (2007), o *-ção* e o *-mento* se alternam na mesma palavra como no exemplo de *internação* e *internamento*, como formas sinônimas que exprimem o mesmo sentido “ato ou efeito de internar(se)” (Dicionário Aurélio, 1999, p.1126). Interessa-nos igualmente, neste artigo, conhecer como os falantes do PB representam e processam os sufixos deverbais *-ção* e *-mento* quando se alternam em diferentes bases verbais e porque certas bases verbais (como, por exemplo, *internar*, *ligar* e *aparecer*) podem se combinar tanto com o *-mento* quanto com o *-ção* sem alterar o sentido das nominalizações.

Estudos sobre as nominalizações em PB:

Três trabalhos recentes em PB apresentam a questão do uso do *-ção* e do *-mento*. O artigo de Santos (2006) objetivou o aprimoramento e atualização da obra dicionarística. Esse trabalho fundamentou-se na Morfologia Construcional de Corbin (1987) para examinar os sufixos *-ção* e *-mento* num corpus de 1.225 palavras do Dicionário Aurélio e do Dicionário

Houaiss da Língua Portuguesa. O trabalho mostra que os sufixos *-ção* e *-mento* constroem nomes deverbais com sentido intrínseco de ação ou processo do verbo, respectivamente, e a escolha de um ou do outro sufixo vai depender da subcategorização da base verbal, que pode levar o resultado da derivação a assumir novas nuances de sentido. Mas, destaca-se a falta de consenso entre os estudiosos da área sobre a identidade formal desses sufixos, chegando a ser postulado que a escolha de um ou do outro sufixo seja devida a arbitrariedade ou concordância morfofonológica. De acordo com a autora, alguns lexicógrafos estão preocupados com as necessidades da taxonomia linguística e outros estão preocupados em atender às necessidades do dicionário social.

Já os estudos de Lemle (2002) e Oliveira (2007) estão fundamentados no quadro teórico da Morfologia Distribuída (Marantz, 1997), e associam o sufixo *-ção* a nomes que tem causa externa, enquanto o *-mento* é associado a nomes que tem causa interna. Por exemplo, a palavra *endividamento* pressupõe que alguém se endividou e não que alguém endividou o outro. Já no caso da palavra *agitação*, o sentido é agentivo, ou seja, pressupõe que alguém ou algo agitou alguma coisa. Esses estudos propõem uma sufixação dirigida pelas características das bases verbais usadas no processo de nominalização.

A sufixação dirigida pelas bases tem início com as ideias de Marantz (1997), propondo que a derivação é processada por princípios sintáticos que respeitam as limitações impostas pelas propriedades das bases e não dos sufixos. Essa proposta é seguida por Lemle (2002), no qual se assume que “*a morfologia derivacional é sintaxe, e nada tem de especial em sua computação que a distinga, como sintaxe intralexical, da sintaxe supralexical*”. De acordo com essa proposta, os sufixos *-ção* e *-mento* não possuem traços semânticos que possam influenciar na sua escolha durante o processo de nominalização. Esse princípio é aplicável somente para os verbos terminados em *-ece-* e *-izar-*, com a ressalva de que o que influencia na seleção desses sufixos é o Princípio da Projeção Extentida (EPP) da categoria verbal pura. A ideia é de que a palavras como *aparecimento* tem o traço inceptivo positivo, porque o aparecimento é processual, enquanto *aparicação* tem o traço inceptivo negativo porque sugere um ato repentino. Esses traços da base verbal satisfazem o EPP na forma verbal pura. Além disso, o verbo aparecer exige uma causa externa em ambos os exemplos de nominalização.

Embora o traço inceptivo (positivo ou negativo) possa explicar a escolha do *-ção* e do *-mento* em verbos como *aparecer*, parece não funcionar para verbos como *lavar* onde as duas formas (*lavamento* e *lavação*) são licenciadas no uso da língua portuguesa para se referir a uma mesma ação temporal sem a característica inceptiva. São casos onde os sufixos *-ção* e *-mento* parecem se alternar na mesma palavra de acordo com certa arbitrariedade de escolha do

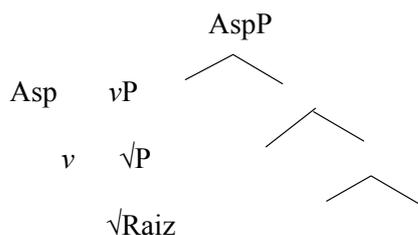
falante sem alterar o sentido da sentença. Para outros exemplos, como *desmatamento*, existe o uso paralelo de *desmatação*; para *encanamento* existe a concorrente *encanação*. O uso dessas palavras em produção espontânea do discurso informal atesta a alternância tanto do *-ção* como do *-mento*.

O trabalho de Oliveira (2007), por seu turno, propõe que as peculiaridades dos sufixos nominalizadores - *ção* e - *mento* nas derivações formadas a partir da adjunção destes morfemas a uma base verbal sofrem restrições de cunho aspectual impostas pela raiz, que vão permitir ora a adjunção da base verbal ao sufixo *-ção*, ora ao sufixo *-mento*. Isso acontece porque as raízes verbais estão classificadas em v1 e v2. A categoria v1 projeta um agente externo, como no exemplo do verbo *destruir*, enquanto a categoria v2 não precisa de um agente externo, como no exemplo do verbo *crescer*.

De acordo com a Morfologia Distribuída as raízes não possuem categoria morfológica. Elas precisam ser concatenadas com núcleos funcionais para receberem uma categoria. Quando as raízes se concatenam com núcleos verbais elas formam os verbos e quando se concatenam com nomes elas formam substantivos. Os afixos determinam a classe gramatical nas palavras quando se juntam diretamente às raízes.

Conforme citado por Oliveira (2007), Embick (2000, p.217) postula a existência de uma conexão direta entre as propriedades aspectuais implícitas nas nominalizações e as propriedades da estrutura funcional, conforme ilustrada no exemplo (1):

Ex.01



O núcleo *v* refere-se à agentividade/causatividade e eventividade/ estatividade. *Asp* é o aspecto e se refere às propriedades dos núcleos funcionais. Tomados juntos (*Asp* e *v*) carregam informações aspectuais básicas sobre eventividade ou estatividade. Citando Said Ali (2001, p.180), Oliveira (2007) argumenta que os sufixos nominais *-ção* e *-mento* podem ser adjungidos somente a temas verbais (tema = raiz + vogal temática) e têm como resultado nomes abstratos: *armação*, *laminação*, *fundição*, *punição*, *rendição*, *reparação*, *agradecimento*, *andamento*, *atrevimento*, *sentimento*, *sofrimento* etc. Certos substantivos com sentido concreto, como *documento*, *monumento*, etc., vieram com sentido especializado do

latim para o português. Depois de expor exemplos de nominalizações com o uso do *-mento* e do *-ção*, Oliveira (2007) chega a algumas conclusões, entre elas:

a) Os verbos que se adjungem ao sufixo nominalizador *-ção* denotam um evento não causado internamente, o que implica em causa externa ou agente, e tem como resultado uma forma derivada que denota o resultado da ação ou da agentividade;

b) Já os verbos que se adjungem ao sufixo *-mento* denotam mudança de estado causada internamente, o que implica em causa interna, e tem como resultado uma forma derivada que denota mudança de estado; estrutura [raiz + sufixo nominalizador]; portanto, nas formações derivadas há restrições semânticas por parte da raiz, já que nessas formações interagem as propriedades aspectuais da forma verbal e do morfema;

c) Verbos causativos não podem passar a verbos de mudança de estado com causadores internos: **administramento/*nomeamento*; e nem verbos não-causativos podem passar a verbos de mudança de estado com causadores externos: **enriquecimento/*envelhecimento* etc.

Oliveira (2007) também cita o caso de palavras como *internação* e *internamento* como formas derivadas da adjunção de *-ção* e *-mento* ao verbo *internar*, constituindo, assim, uma rara exceção. Ambas as formas são sinônimas e exprimem “ato ou efeito de internar(se)” (Dicionário Aurélio, 1999, p.1126). Essa comprovação levanta a questão sobre o porquê de algumas bases verbais determinarem a escolha e uso de somente um dos sufixos (*-ção* ou *-mento*), como no caso da palavra *casar* ou *explicar*, enquanto outras bases verbais como *internar* e *ligar* parecem não exercer nenhuma restrição ao uso de um ou do outro sufixo. Será que existe alguma restrição causada pelos sufixos?

Sufixação dirigida por níveis dos sufixos.

Siegel (1974) introduziu na Gramática Gerativa a noção de morfologia organizada por níveis. Essa noção foi adotada por Kiparsky (1982) que fez uma distinção entre sufixação primária e secundária e apresentou uma Morfologia organizada em níveis lexicais para tentar explicar que as propriedades dos sufixos quando ocorrem relacionados com outros sufixos, respeitam certos limites entre si. Nesse modelo, o léxico tem uma estrutura em camadas e essa estrutura determina grande parte das propriedades combinatórias de afixos. Por exemplo, considerações fonológicas em inglês motivam a distinção entre sufixos primários e sufixos secundários. Sufixos primários (nível 1) são aqueles que formam palavras diretamente com as raízes, enquanto os sufixos secundários (nível 2) embora também possam formar palavras diretamente ligados a raiz, terão que ceder seu lugar quando a formação comportar um segundo sufixo. Os exemplos em inglês: "Shakespearian", onde o sufixo *-ian* é primário. Na formação *Shakespearianism* o sufixo *-ism* jamais poderia anteceder o *-ian*, ou seja

*Shakespearismian** é uma formação agramatical. Em português acontece o mesmo. Veja-se o exemplo da formação aceita no português *conexionismo* derivada do substantivo *conexão* que, por sua vez, é derivada do verbo *conectar*. Já a formação *conexismoion** não é reconhecida como palavra boa no Português. O sufixo *-ion* é um alomorfe do sufixo *-ção* em Português e é considerado um sufixo primário de alta produtividade.

De acordo com a proposta do modelo de sufixação motivada por níveis, os sufixos que pertencem a um nível compartilham semelhantes propriedades que os distinguem dos sufixos pertencentes ao outro nível. Os sufixos do nível primário tendem a ser de origem latina enquanto os sufixos do nível secundário são de origem germânica. Os sufixos primários mudam a sílaba tônica da palavra enquanto os secundários não o fazem. Contudo, o problema desse modelo é que ele não diz nada sobre combinações possíveis e não possíveis entre sufixos pertencentes ao mesmo nível ficando muitos dados sem explicação. Outro problema da teoria é que não deixa claro quais são as propriedades que fazem com que um dado sufixo faça parte de um determinado nível. Uma explicação poderia ser a etimologia dos sufixos, mas a seleção e uso de determinadas combinações feitas por falantes nativos de uma língua não exige conhecimento etimológico específico.

Modelo Misto de Processamento (MMP)

O processamento de palavras complexas formadas com os sufixos *-ção* e *-mento* pode ser explicado por meio de um modelo onde a listagem plena coexiste com a computação morfêmica. A nossa proposta nesse trabalho é que a sufixação é motivada por um modelo misto de processamento (MMP), ora havendo restrições ao sufixo *-mento*, ora havendo restrições ao sufixo *-ção* por parte de bases tais como *casar*, *explicar*, etc., devido à alta frequência do uso dessas formações (*casamento*, *explicação*). Tais formações se tornaram cristalizadas no léxico mental com o alto grau de ocorrência e por isso bloqueiam o uso de um sufixo concorrente. Com respeito a bases como *internar* e *ligar*, não se pode garantir que haja uma ou outra forma cristalizada. Assim, como o uso de uma e da outra forma sufixal pode ser facilmente aceita no uso espontâneo da fala, somos levados a concluir que se trata de derivações feitas por computação e tais palavras são guardadas no léxico mental através dos seus constituintes internos.

O MMP se baseia nas ideias de Hay (2000, 2002), sustentando que o processamento proíbe a escolha de determinados sufixos assim como permite o uso de outros. O argumento geral é que afixos podem ser escolhidos ao longo de uma hierarquia de complexidade, tendo afixos mais desmontáveis versus afixos menos desmontáveis. Alguns afixos são altamente analisáveis e as palavras formadas com esses afixos tendem a ser acessadas via seus

constituintes internos na percepção da fala. Outros afixos são menos desmontáveis e as palavras formadas com esses afixos tendem a ser acessadas por inteiras.

O MMP está relacionado com o efeito de frequência que as bases exercem como sendo uma forte influência na seleção e na análise dos sufixos. Sustentamos que as formações com sufixos de nível 1 são armazenadas por inteiro no léxico mental. Já as formações com sufixos de nível 2 estão guardadas no léxico mental em parte por inteiras e em parte através dos seus constituintes internos uma vez que a percepção visual dos leitores rastreia mais facilmente a presença dos sufixos.

Formações morfológicas envolvendo os sufixos *-ção* e *-mento* implicam na classificação apresentada por Siegel (1974) que divide os sufixos em níveis 1 e 2. Palavras como: *oração, canção, atenção, momento, tormento e cimento* são compostas por uma base + (*-ção* ou *-mento*). Esse tipo de formação caracteriza os sufixos do nível 1 os quais nunca podem ser movidos para outra posição no interior da mesma palavra. Facilmente se observa que, se houver uma decomposição nessas palavras a base fica totalmente desprovida de representação semântica como no Ex 02.

Ex. 02

Ora + ção	Mo+mento
Can + ção	Tor+mento
Aten + ção	Ci+mento

De acordo com Rocha (1998), quando uma mesma sequência de letras como *-ção* e *-mento* se repetem em diferentes palavras, pode ser considerada um morfema. Isso pode ser observado nas palavras dos exemplos 01 e 02. Outras formações como *ligação, explicação, dedicação, acabamento, casamento e entendimento* caracterizam sufixos do nível 2 porque podem ser retirados ou movidos das suas bases sem prejudicar a representação semântica das bases, como no Ex.03.

Ex. 03

Liga + ção	Acaba + mento
Explica + ção	Casa + mento
Dedica + ção	Entendi + mento

Embora os sufixos sejam os mesmos nos exemplos 01 e 02, Aronoff (1976) assume que eles pertencem tanto ao nível 01 como ao nível 02 por se comportarem de modo diferente em cada nível. A ideia é que afixos derivacionais estão divididos em duas classes em relação

ao lugar que ocupam na estrutura interna da palavra. As raízes são a-categoriais e os afixos de classe I são os que se unem diretamente às raízes para formar palavras, enquanto os afixos da classe II são aqueles que se unem a bases categoriais já formadas para realizar uma derivação que resulta em mudança de categoria.

Assumimos nesse trabalho que as formações usando sufixos do nível I devem ficar armazenadas no léxico mental por inteiras enquanto as formações usando sufixos do nível II são armazenadas pelos seus morfemas. O armazenamento dos constituintes em separado produz a economia da representação lexical das palavras complexas formadas por sufixos que pertencem ao nível II, mas têm um maior custo computacional. Já as palavras complexas formadas com sufixos do nível I não têm custo computacional, porém ocupam mais espaço na memória lexical.

A proposta

Retomando a questão básica sobre o que restringe o uso de um sufixo e licencia o uso de outro, ou seja, por que dizemos *casamento* e não *casação**? Por que dizemos *explicação* e não *explicamento**? A nossa proposta é que a frequência de uso das bases verbais usadas nos processos de nominalização impede ou licencia o uso de um determinado sufixo. Quanto mais uma forma nominalizada for usada mais ela será preferida. Além disso, a semântica lexical pode exercer grande influência na seleção e/ou análise dos sufixos *-mento* e *-ção* durante o processo de formação de palavras derivadas de bases verbais por causa da alternância causativa no traço aspecto dos verbos. As frases em (1) mostram a influência do contexto semântico na seleção e escolha do sufixo onde em (1a) a sufixação é licenciada enquanto em (1b) é rejeitada.

- (1) a. O pedreiro terminou a construção da casa. O *acabamento* ficou bem feito.
b. O pedreiro terminou a construção da casa. A *acabação* ficou bem feita.

Para os casos de palavras como *internação/internamento*, *ligação/ligamento*, *salvação/salvamento*, o que pode influenciar o uso de uma ou de outra forma é o efeito do gênero do determinante. O sufixo *-ção* marca as nominalizações como femininas. Ex. *a explicação*, *a educação*, *a conclusão*, etc. Já o sufixo *-mento* combina com um determinante no masculino. Ex. *O casamento*, *o aproveitamento*, *o ligamento*, etc.

Experimento

Objetivo

Saber como os sujeitos falantes do português brasileiro (PB) formam palavras complexas terminadas em *-ção* e *-mento*. Desejamos saber se os falantes usam regras para

selecionar e analisar tais sufixos ou se o que determina a escolha de um ou de outro sufixo é a frequência de uso das bases.

Participantes: 20 alunos de ambos os sexos. Todos alunos de graduação de diferentes cursos da Universidade Federal da Paraíba. Todos com boa visão e destros.

Variáveis independentes: As variáveis independentes são o tipo de sufixo (*-ção* e *-mento*) distribuídos nas condições de baixa e alta frequência. A frequência das palavras usadas no experimento foi controlada por consulta ao “Corpus do Português” através do site <http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>, que tem um registro de 45 milhões de ocorrência de palavras do português brasileiro. 80 palavras foram escolhidas do corpus sendo metade terminadas em *-ção* e metade terminadas em *-mento*. As palavras terminadas em *-ção* foram divididas em dois grupos sendo um grupo com alta frequência, com uma média de 1050 ocorrências e outro grupo com uma média de 52. As palavras terminadas em *-mento* também foram divididas em dois grupos sendo um grupo com média de 950 e outro grupo com média de 49 ocorrências no corpus de 45 milhões.

Variáveis dependentes: O tempo de escolha de um dos sufixos apresentados na tela de um computador junto com a base verbal na qual se espera que seja jungido o sufixo escolhido para formar um substantivo. Esse tempo de análise e escolha do sufixo será medido em milésimos de segundo. A segunda variável independente será a análise dos erros e acertos na escolha do sufixo.

Condições experimentais: O experimento tem quatro (04) condições em torno da frequência das palavras: a) Palavras terminadas em *-ção* com baixa frequência (BFC); b) Palavras terminadas em *-ção* com alta frequência (AFC); c) Palavras terminadas em *-mento* com baixa frequência (BFM) e d) Palavras terminadas em *-mento* com alta frequência (AFM), conforme o Ex. 03:

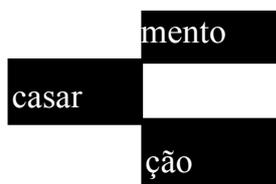
Ex. 04

SUFIXOS	BAIXA FREQUÊNCIA	ALTA FREQUÊNCIA
-ção	Apelação (BFC)	Educação (AFC)
-mento	Ciframento (BFM)	Sentimento (AFM)

Técnica experimental e procedimento: Usando a técnica conhecida como julgamento lexical, o experimento foi organizado da seguinte maneira: Uma mensagem de bem vindos foi mostrada na tela de um computador. Em seguida foi mostrada outra tela contendo instruções de como realizar a tarefa. O participante foi orientado a clicar com o mouse logo que estivesse pronto para iniciar o experimento. Ao clicar com o mouse, aparecia uma pequena cruz (por

4000 ms) no centro da tela para fixar a atenção do participante e em seguida aparecia o primeiro verbo na forma infinitiva (p.ex: CASAR) seguido pelos dois sufixos (-ção e -mento), conforme exemplo 05 abaixo:

Ex.05

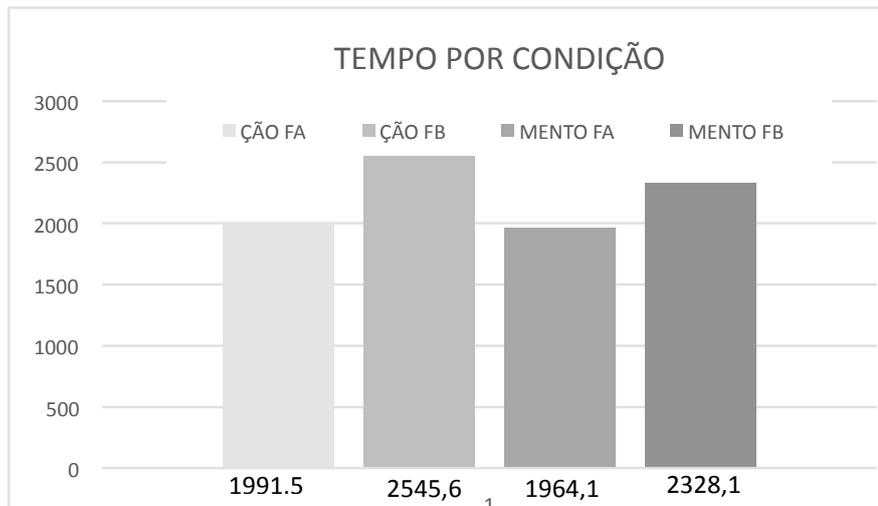


A tarefa do participante era ler o verbo que aparece à esquerda no exemplo 04 e escolher um dos sufixos que aparecem à direita (-mento ou do -ção) com o uso do mouse, para formar um substantivo. Imediatamente após a escolha aparecia uma mensagem de *feedback* informando se o participante errou ou acertou. Foram apresentados um total de 80 verbos distribuídos de forma randomizada entre as quatro condições. Os estímulos foram apresentados na tela de um notebook Toshiba 15,6 polegadas, num sistema Windows 8 e foi usado o programa *Paradigm Experiments*.

Resultados e Discussão

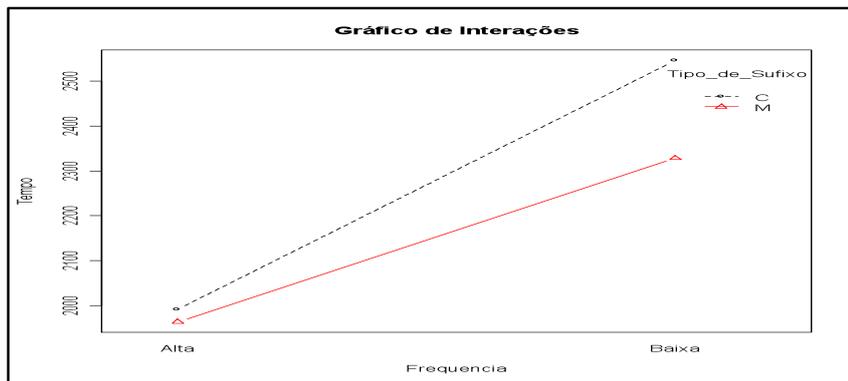
Os resultados mostraram que a frequência das bases exerceu significativo efeito na escolha dos sufixos. Os participantes acertaram mais e foram mais rápidos tratando com bases que têm maior frequência de uso. As bases verbais consideradas de baixa frequência tinham uma média de valor 50 e as bases verbais consideradas de frequência alta tinham um valor médio de 950 em um corpus de 45 milhões de ocorrência. Foi usado o pacote estatístico ANOVA para fazer a análise dos dados. O gráfico 01 abaixo mostra as médias gerais do tempo que os participantes gastaram para formar as palavras em cada condição. Uma análise estatística usando o ANOVA apresentou um p-valor de 0,049 para interação entre as quatro condições.

Gráfico 01.



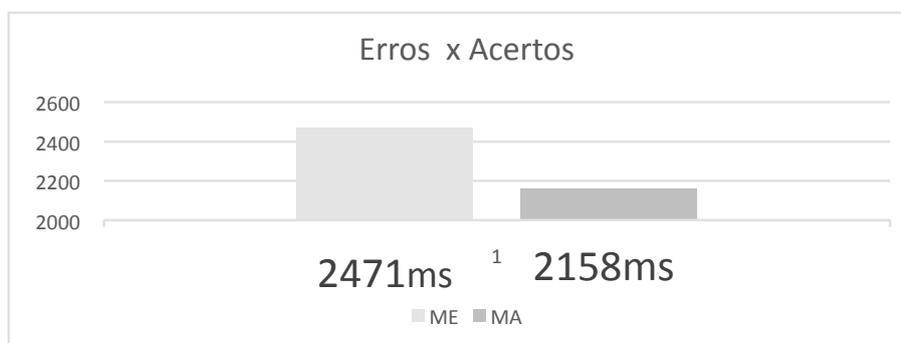
Os resultados estatísticos revelaram um efeito principal de frequência ($F(1,19) = 69,5$, $p < 0.05$), indicando que uma diferença entre os tempos de resposta das condições com baixa frequência (ÇÃO FB e MENTO FB) e as com alta frequência (ÇÃO AB e MENTO AB). Um teste comparativo de médias (teste-t pareado) foi aplicado, apontando que as condições com baixa frequência foram mais lentas que as de alta frequência. O cálculo estatístico para η^2 (eta-quadrado) relativo à frequência apontou um valor de 0.89, significando que 89% da variação total observada deveu-se à variável frequência das palavras. A medida de tamanho do efeito aplicada aos dados (d de Cohen) revelou uma diferença de tempo de processamento entre frequência alta e baixa no valor 459,3 msec, ou seja, palavras com alta frequência são processadas, em média, 459 msec mais rapidamente que as menos frequentes. Não foi observado efeito principal da variável tipo de sufixo, o que sugere que os sufixos *-ção* e *-mento* levam o mesmo tempo para serem processados independentemente de estarem na condição de alta frequência ou na de baixa frequência. O η^2 para tipo de sufixo foi igual a 0.06, ou 6% da variação total. Um efeito de interação entre as variáveis frequência e tipo de sufixo foi registrado, apresentando-se um p -valor de 0,049 para interação entre as variáveis. Esse resultado indica que quando a frequência diminui os falantes gastam mais tempo para processar o *-ção* do que o *-mento*, de acordo com o gráfico 02:

Gráfico 02



A análise dos dados prosseguiu com a observação das palavras que foram combinadas com o sufixo trocado (o *-ção* pelo *-mento* e o *-mento* pelo *-ção*) revelando uma média de tempo em 2471 msecs comparada com uma média geral de acertos em 2158 msgs. Foram cometidos 38 trocas no total de 800 combinações na condição frequência alta e 98 trocas na condição frequência baixa. Os participantes gastaram mais tempo para usar um sufixo trocado do que para acertar as combinações, conforme aparece no gráfico 03.

Gráfico 03



Conclusão.

O que se pode concluir a partir dos resultados obtidos nesse primeiro experimento é que palavras complexas formadas por nominalização com o uso dos sufixos *-ção* e *-mento* recebem um alto efeito da frequência de uso das bases verbais, como também da frequência de uso dos resultados. Isso significa que quanto mais frequente são essas nominalizações mais rápidas e mais automaticamente são usadas no dia-a-dia.

Provavelmente esses sufixos estão listados na mente dos falantes do português tanto de forma isolada como nas palavras em que fazem parte como constituintes internos. Na forma

isolada como sufixos do nível 02 porque são acessados para formar palavras novas do vocabulário e também percebidos durante o processo de leitura como constituintes internos de formações já existentes. Enquanto sufixos do nível 01 essas morfemas são guardados junto com as formações das quais não podem mais ser afastados, visto que são formadores de palavras com bases presas, *no caso de palavra como elemento, segmento, tormento, etc.*

Efeitos de frequência há muito são observados e apontados na pesquisa psicolinguística acerca do acesso e representação de itens no léxico mental (cf. Garman, 1990; Levelt, 1989). Trata-se, pois, de um fator que não pode ser desconsiderado na formulação de modelos formais de competência morfológica, desde que se pretenda articular teorias linguísticas sobre o léxico com teorias psicolinguísticas acerca do léxico mental. Mais do que prover uma descrição gramatical da estrutura das palavras morfológicamente complexas e sua relação com o sentido que expressam (como, de resto, vem sendo feito por várias teorias sobre a morfologia, como a Morfologia Distribuída, por exemplo), é preciso considerar não apenas o modo como as unidades lexicais por elas levadas em conta são representadas cognitivamente, mas também a maneira elas como são acessadas e recuperadas durante o processamento *on-line*, sejam essas unidades traços morfossintáticos, sejam elas morfemas.

Propriedades morfossintáticas de afixos e bases certamente concorrem para o processamento de palavras morfológicamente complexas, e os modelos aqui apresentados e discutidos têm contribuído significativamente para a determinação e caracterização dessas propriedades. Pode-se dizer que tais propriedades concernem ao nível linguístico no qual a questão do processamento de palavras derivadas com os sufixos *-ção* e *-mento* é tratada. Entretanto, colocada em um nível mais procedimental, a questão aponta para a atuação de outros fatores, mais ligados ao próprio modo de funcionamento do aparato processador, e que são concernentes à organização da memória lexical, à percepção das unidades morfológicas, às intenções do falante/ouvinte, e muitas outras. Somente uma perspectiva articulada entre esses níveis poderá, em nossa visão, conferir um tratamento mais amplo à questão.

Sendo a frequência um dos fatores relativos ao processamento de palavras derivadas, é mister apontar o modo como ela atua no reconhecimento da estrutura morfológica subjacente a essas formas lexicais. Nesse sentido, o presente trabalho procurou prover algumas evidências a respeito. Mas outros fatores intervenientes ainda requerem maior consideração, como a semântica dos afixos, das bases e dos produtos da derivação. Por hora, podemos dizer que a frequência tem um papel de destaque no processo, ainda que algumas outras questões acerca do que rege a escolha de um ou outro sufixo na formação de palavras derivadas permaneça em aberto.

Outros dois experimentos serão feitos para fortalecer o nosso estudo sobre os sufixos *-ção* e *-mento*. Um experimento usando leitura monitorada para testar palavras como *ligação/ligamento*, *aparicação/aparecimento*, *fração/fragmento*, etc. O objetivo será a verificação de outros possíveis fatores que funcionam como regras que impedem o uso de um determinado sufixo numa formação. No segundo experimento usaremos a técnica de *eye tracking* para verificar se os leitores processam palavras que contém sufixos do nível 01 da mesma forma que processam palavras que contém sufixos do nível 02.

Além disso, é do nosso interesse conhecer o processamento de nominalizações que tanto podem ocorrer com o *-mento* quanto com o *-ção*. Por exemplo, palavras como *internação/internamento*, *aparicação/aparecimento*, *encanação/encanamento*, revelam alternância do *-ção* e do *-mento* nas mesmas bases verbais. Desejamos saber por que o uso de um sufixo não bloqueia o uso do outro. Será que existe alguma regra implícita no uso dessas palavras? Será que o contexto frasal induz a preferência de um ou do outro? Esse será o fundamento do nosso próximo experimento.

Referências

ARONOFF, M. **Word Formation in Generative Grammar**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1976.

DOMINIEK, S. **The morphology of the Mental Lexicon: Internal Word Structure Viewed from a Psycholinguistic Perspective**. LANGUAGE AND COGNITIVE PROCESSES, 9 (3) 227-269, 1994.

EMBICK, D. MARANTZ, A. **Architecture and blocking** -Linguistic Inquiry, 39, 1-53. 2008.

HAY, J.; PLAG, Ingo. **What constrains possible suffix combinations?**- On the interaction of grammatical and processing restrictions in derivational morphology. Natural Language & Linguistic Theory, v. 22, n. 3, p. 565-596. 2004.

KIPARSKY, P. **Word-formation and the lexicon. In: Proceedings of the 1982 mid-America linguistics conference**. Lawrence, Kansas: Department of Linguistics, University of Kansas. 1983.

LEMLE, M. **Sufixos em verbos: onde estão e o que fazem**.Revista Letras, Curitiba, n. 58, p. 211-223. Editora UFPR jul./dez. 2002.

MARANTZ, A. **No Escape from Syntax: Don't Try Morphological Analysis in the Privacy of Your Own Lexicon**. In: Dimitriadis, A.; Siegel, L.; Surek-Clark, C.; Williams, A. (eds.) Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistic Colloquium, U Penn Working Papers in Linguistics, Philadelphia, Penn Linguistics Club, v. 4, n. 2, p. 201-225. 1997.

OLIVEIRA, S. M. **Os sufixos nominalizadores –ção e –mento***. Estudos Linguísticos XXXVI (1), p. 87 / 96. 2007.

ROCHA, L.C. A. **Estruturas Morfológicas do Português**. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

SANTOS, C. M. B. **Os sufixos –ção e –mento na construção de nomes de ação e de processo: contribuições à prática lexicográfica**. Porto Alegre RS. 2006

SPENCER, Andrew. **Morphological theory and English**. Links & Letters, p. 71-84. University of Essex. 1994.

ANEXO 01 -Lista de palavras

Palavras terminadas em –ção.

PALAVRA	FREQ.	PALAVRA	FREQ.
cubar	02	alienar	119
agregar	68	adicionar	207
ajeitar	50	depor	228
alocar	33	aplicar	1516
conciar	05	apresentar	1188
embirrar	28	aprovar	1105
emular	66	apurar	360
Sedar	08	associar	2844
calibrar	16	citar	456
cavar	85	colocar	471
curtir	88	combinar	608
implicar	35	limitar	233
datar	75	computar	225
declinar	87	corrigir	647
deduzir	99	importar	435
depilar	09	estimar	172
conotar	63	definir	1098
apelar	59	educar	3710
arrumar	83	doar	223
anular	99	realizar	347

Palavras terminadas em –mento.

PALAVRA	FREQ.	PALAVRA	FREQ.
aclarar	01	sentir	2821

<u>amolecer</u>	23	mapear	235
aninhar	01	recrutar	164
acabar	89	prolongar	154
encantar	91	licenciar	152
condicionar	89	escoar	150
mandar	81	arrepender	121
enriquecer	76	sofrer	847
estrangular	71	pagar	1772
acanhhar	34	pensar	2801
aniquilar	34	funcionar	1104
arejar	11	melhor	186
apoderar	21	conhecer	3584
arbitrar	26	esquecer	498
cifrar	04	envolver	480
avexa	04	abastecer	446
<u>agravar</u>	98	entender	711
estica	47	fechar	225
acabar	89	casar	4027
tranca	01	atender	705

Consulta feita no site <http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>) no dia 01 de Maio de 2014, às 12:29 pm.

Artigo recebido em: 30.03.2015

Artigo aceito em: 13.07.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

SOBRE “VIRALATISMO” E “PESSIMISMO”: O DISCURSO DA INFERIORIDADE VOLUNTÁRIA DO BRASILEIRO NO ENTORNO DA COPA DE 2014

Júlia Almeida¹

Resumo: O entorno discursivo da Copa do Mundo no Brasil traz às mídias a expressão “complexo de vira-latas” e a discussão sobre a capacidade dos brasileiros no âmbito da organização desse evento. Partindo de um *corpus* de textos da *Folha de S. Paulo*, de *blogs* e de jornais digitais, pretendemos analisar a reaparição do discurso da inferioridade voluntária do brasileiro e a circulação de termos, como “pessimismo”, que lhe parecem associados. Embora não tivéssemos de saída a pretensão de apreender essas expressões como “fórmulas”, no sentido de Krieg-Planque (2011), isto é, como formulações que se tornam passagens obrigatórias em relação às quais os locutores são constrangidos a tomar posições e a fazê-las circular, a ambientação conceitual dessa noção nos serviu como aporte fundamental. Examinando a circulação dessas expressões no período de realização da Copa do Mundo de 2014, percebe-se como o conceito de complexo de vira-latas retorna fortemente marcado por polarizações entre grupos políticos e sociais, como objeto de polêmica, ficando seu uso crítico restrito a *blogs* e *sites online*, e cabendo à grande mídia replicar o “clima de pessimismo” e seu léxico, sem incorporar a crítica que foi levantada sobre seu papel na disseminação do sentimento de inferiorização do brasileiro.

Palavras-chave: Fórmulas discursivas. Complexo de vira-latas. Copa do Mundo de 2014. Identidade nacional.

Abstract: The media discourse in the context of World Cup in Brazil brings the term "mutts complex" and the discussion on the ability of Brazilians in organizing this event. Starting from a *corpus* of texts of *Folha de São Paulo*, blogs and digital newspapers, we intend to analyze the reappearance of the discourse of the Brazilian voluntary inferiority and the circulation of terms such as "pessimistic" that seem associated with it. Even though they are not perceived as “formulas” in the sense of Krieg-Planque (2011); as formulations that become binding passages for which the speakers are forced to take positions and make them circulate, the conceptual setting of that notion served us as a fundamental contribution. Examining the circulation of such expressions during the World Cup 2014, one can see how the concept of “mutts complex” returns strongly marked by polarization between political and social groups, as controversial object, with critical use restricted to blogs and online newspapers, while the mainstream media reverberates the pessimistic atmosphere and its lexicon, without incorporating the criticism that has been raised about its role in the spread of the Brazilian sense of inferiority.

Keywords: Discursive formulas. Mutts complex. World Cup 2014. National identity.

¹ Professora Doutora do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, Espírito Santo, Brasil. Email: almeidajulia@terra.com.br

O momento da realização da Copa Fifa de 2014 traz às mídias nacionais e internacionais a discussão sobre a capacidade dos brasileiros, sobretudo no âmbito da organização da Copa do Mundo, em que se coloca em pauta nossa habilidade de planejamento e execução das tarefas complexas exigidas pelo evento, tratando-se das dimensões de um país continental e da preparação de doze cidades-sede para receber o torneio. O setor do futebol, aquele em que pela primeira vez se falou em complexo de vira-latas na crônica de Nelson Rodrigues, de 1958, ficou mais imune à pendulação ao pessimismo e, apesar do resultado negativo do Mundial para o futebol brasileiro, o “viralatismo” não foi diretamente associado à derrota, bem ao contrário, houve quem excluísse o complexo das motivações do mal resultado nos dois últimos jogos².

Nos meses que antecedem à Copa, vimos, assim, reacender essa longa batalha discursiva em torno das nossas habilidades como brasileiros, ventilada pela circulação da expressão “complexo de vira-latas”, que de certa forma se popularizou nas redes sociais. Tomando essa expressão, e também “pessimismo”, como chaves de consulta ao *site* do acervo da *Folha de S. Paulo*³ e a artigos de opinião e comentários em *blogs*, *sites*, rádios e jornais *online*, veiculados sobretudo entre maio e julho de 2014, nosso primeiro intuito foi acompanhar sua circulação, com a hipótese inicial de que a maior densidade no uso dessas expressões poderia indiciar a reatualização dos discursos de identificação (e desidentificação) com o nacional que esses termos outrora ajudaram a construir.

Pressupostos teóricos e históricos

Encontramo-nos necessariamente em meio às teorias do discurso, e embora não tivéssemos de saída a pretensão de apreender essas expressões como fórmulas, no sentido de Krieg-Planque (2011), isto é, como formulações que se tornam passagens obrigatórias em relação às quais os locutores são constrangidos a tomar posições e a fazê-las circular, a ambientação conceitual dessa noção nos serviu como aporte fundamental. Coube-nos indagar, a partir desse recorte, se não como essas palavras se impõem como “solução” para mídia em geral, como sua curiosa ocorrência e distribuição em meios e grupos diferenciados acabam tornando-as “o instrumento e o lugar [...] das divisões e das junções que fundam o espaço público (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 13).

² Ver, por exemplo, Entrevista a Eduardo Giannetti, no jornal *Folha de S. Paulo* de 13/07/2014.

³ *Acervo Folha*, disponível para consulta no endereço: www.acervo.folha.com.br

Em uma retomada à categoria de fórmula de Krieg-Planque (2010), deve-se considerar a relação entre quatro propriedades como condição para o estatuto formulaico de uma sequência verbal: seu caráter cristalizado, isto é, sua inscrição numa forma significativa relativamente estável, que se reinscreve em paráfrases e variantes; seu caráter discursivo, que se apresenta numa “série de usos particulares, por meio dos quais a sequência assume um movimento, torna-se um jogo de posições, é retomada, comentada, para de funcionar no modo ‘normal’ das sequências que nomeiam pacificamente e que usamos sem mesmo nos dar conta delas” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 82); seu caráter de referente social, sua imposição como função de enquadramento do debate, cuja notoriedade pode ser constatada pelo “aumento da frequência desse signo, observado ao longo do tempo num *corpus* estável” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 92), acompanhado pela produtividade lexicológica ou produção de derivados e compostos; por fim, seu caráter polêmico, pois “é portadora de um valor de descrição dos fatos políticos e sociais” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100), e, logo, objeto de polêmicas, conflitos, negociações. É em uma função dessas propriedades que pretendemos analisar a circulação desses termos eleitos como índices de uma questão que está posta no contexto de realização da Copa no Brasil: a capacidade do brasileiro diante do mundo.

Essa discussão sobre nossas capacidades teve como marco o conceito de Nelson Rodrigues de “complexo de vira-latas”, assim definido pelo autor: “por ‘complexo de vira-latas’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol” (RODRIGUES, 1958, p. 2). Se analisada hoje à luz dos estudos culturais e pós-coloniais, essa definição se alinharia aos esforços de explicitação do processo de internalização de uma diferença negativa em face do colonizador, experimentada pelos povos colonizados e pós-coloniais que, em publicação original de 1961, Frantz Fanon (2005) tratou mais amplamente como formação de um sujeito prensado, cindido pelas sujeições da situação colonial. Ambos constituem uma crítica ao modo eurocêntrico de objetivação do diferente e um gesto para sua superação, para que desaprendamos esse modo de subjetivação internalizado.

No começo da crônica de 1958, escrita dias antes da Copa do Mundo na Suécia, afirma Nelson Rodrigues (1958, p. 1): “o Brasil vacila entre o pessimismo mais obtuso e a esperança mais frenética. Nas esquinas, nos botecos, por toda parte, há quem esbraveje: “O Brasil não vai nem se classificar!” Duas particularidades de sua formulação inicial são importantes: primeiro, a definição do complexo como pendulação entre “pessimismo obtuso” e “esperança frenética”; o pessimismo como “disfarce de um otimismo inconfesso” (RODRIGUES, 1958, p. 1). Assim entendido, o campo lexical do pessimismo está

intimamente ligado ao discurso “complexado”, daí nosso interesse pelo termo. Segundo: na crônica, o “complexo” está “por toda parte”, indistintamente distribuída por classes sociais. Será essa a compreensão do presente?

“Complexo da vira-latas”: frequência, enquadre e polêmica

Se, como afirma Ruy Castro⁴, a expressão de Nelson Rodrigues seguiu enterrada até a virada do século XXI quando se integrou ao pensamento brasileiro, o momento de realização Copa de 2014 marca certamente um período de maior circulação do termo. No *site Acervo Folha*, que nos permite pesquisar nas edições completas do jornal *Folha de S. Paulo* desde 1960, verificamos que a frequência do termo “complexo de vira-latas” aumenta significativamente a partir de 2007, ano em que o Brasil foi escolhido para sediar o Mundial: até então em geral com menos de cinco ocorrências anuais, o termo alcança sete registros em 2007, 13 em 2008, 11 em 2009, 6 em 2010, 12 em 2011, 18 em 2012, 8 em 2013 e 22 em 2014, ano de realização da Copa. É digno de nota que nesse período o termo circule nos mais variados cadernos da *Folha* (Primeiro Caderno, Cotidiano, Ilustrada etc.), inclusive alcance posições de destaque em 2014 em chamadas de primeira página e editorial (nas edições de 13 e 15 de agosto) e em alguns títulos.

Em 2014, que é nosso foco, encontramos o complexo associado a diversas editorias da *Folha*: desde o futebol (“[...] torcer para seus algozes é o cúmulo do complexo de vira-lata, viva a Argentina”, em 13/07/2014), a ciência (“[...] complexo de vira-lata da comunidade científica brasileira”, em 13/08/2014), o gosto por vinhos (“Afetações de um vira-lata”, em 23/06/2014), entre outros. Se o aumento de frequência é pequeno para atestar sua imposição no domínio jornalístico, é suficiente para registrar uma maior notoriedade desse enquadre de interpretação em debates sobre o país. Notoriedade que lhe outorga derivações e tons acusatórios na mídia alternativa, que circulam em *blogs*, *sites* e redes sociais: “viralatice”, “viralatismo”, “vira-lata!”.

Mas é seu caráter polêmico que irá barrar a expansão do termo como um enquadre mais amplamente disponível para a grande mídia corporativa. E esse caráter polêmico é dado

⁴ Informação oral dada no Documentário *O Complexo de Vira-Latas*, direção de Leandro Caproni (2014). Disponível em: <http://www.geledes.org.br/complexo-de-vira-latas-como-elite-brasileira-enfiou-isso-na-sua-cabeca/#axzz3CjQi0lhX> Acesso em: 17 jul 2014.

pelo fato de o termo estar associado a afirmações de integrantes do governo petista, a quem a mídia reputa sua reaparição:

15/07/2010 – Luiz Fernando Vianna – Somos idiotas⁵

Se o presidente Lula disser que não é justo nos comparar à Inglaterra estará sendo contraditório. Ele não se orgulha de fazer do Brasil um protagonista da política e da economia internacionais, livrando-nos do complexo de vira-lata, assim batizado por Nelson Rodrigues. Então por que, em vez de preparar uma Copa exemplar, os responsáveis públicos não fizeram praticamente nada desde 2007 [...]?

12/06/2014 – Eliane Brum – Orgulho de vira-lata

O conceito do genial cronista Nelson Rodrigues tem estado mais presente do que chicabon na boca de integrantes do atual governo, como a própria presidente Dilma Rousseff e o ministro Gilberto Carvalho. Parece só haver uma interpretação possível. Acredita que Manaus tem enormes carências, mas não precisa de estádio? Complexo de vira-lata. Critica atraso ou cancelamento das obras de infraestrutura? Complexo de vira-lata [...].

Assim, o uso do termo pela mídia, especialmente se condicionado pela temática da preparação e realização da Copa, não significa uma adesão ao termo e ao conteúdo de denúncia e superação formulados por Nelson Rodrigues. Nos dois textos acima, encontramos um uso distanciado da expressão, em que se atribui ao governo petista sua enunciação, considerada de alguma forma questionável. No caso do texto de Brum, de “conceito genial” a “conceito-chicabon”, o complexo de vira-latas teria se tornado expressão de um “vazio interpretativo”, como escreve a jornalista mais adiante, vazio em que se debateriam governo e parte da sociedade, incapazes de ver as mudanças do país, a partir de junho de 2013, e de construir sentidos para essas mudanças. Tomado como um objeto de polêmica, que é introduzido para melhor afastar sua ameaça (MAINGUENEAU, 2008), recusa-se sua capacidade de descrever os fatos políticos e sociais do presente, como fizera no passado, em outro contexto histórico. Sem dúvida, o artigo de Eliane Brum, veiculado no dia da abertura da Copa, responde à efervescência dos debates ao longo do mês anterior, em que diversos artigos da mídia alternativa, de *blogs* e *sites* de jornais *online* não alinhados com a grande mídia, acompanharam a Presidente Dilma Rousseff na interpretação de fatos e no uso do complexo de vira-latas como enquadre de interpretação, sobretudo, quando rebateu, no final de maio, as afirmações do ex-jogador Ronaldo, que disse se sentir envergonhado com os atrasos para os preparativos do Mundial. Na sequência das afirmações da Presidente, publicam-se em *blogs* textos que comentam claramente o episódio pela ótica do complexo:

⁵ Como o site *Acervo Folha* não disponibiliza *links* individualizados para as edições citadas, optamos por apresentar os dados completos no corpo do texto, de forma que possam ser acessados no endereço <http://acervo.folha.com.br> em pesquisa às expressões “complexo de vira-latas” ou “pessimismo”.

26/05/2014 – Davis Sena Filho – O complexo de vira-lata de Ronaldo e o narcisismo às avessas de Veja e Época - Vai ter Copa!⁶

Às vésperas de se abrirem as portas para a maior Copa do Mundo, o povo brasileiro tem de aturar um monte de bocas malditas que odeiam o Brasil e que não querem que este País e sua população se desenvolvam (grifos nossos).

29/06/2014 Jornalismo Wando – O *modus operandi* do viralatismo brasileiro⁷

[...] Mas a literatura do viralatismo nacional é farta. Os inúmeros problemas ocorridos durante a construção dos estádios foram martelados pelos noticiários e jogados na conta da nossa brasilidade. Acompanhamos uma exaltação diária dos nossos fracassos com os inúmeros problemas decorrentes das obras: atrasos, morte de operários, valores muito acima do previsto, processos e problemas de infraestrutura. ‘Ah, só podia ser no Brasil mesmo!’ [...]” (grifo do autor).

No pronunciamento que fez em cadeia nacional, no dia 10 de junho, logo antes da Copa, a presidente Dilma Rousseff deu mais claro contorno à figura dos então considerados “pessimistas” contra o qual o trabalho do povo brasileiro (e de seu governo) se colocariam: “no jogo, que começa agora, os pessimistas já entram perdendo. Foram derrotados pela capacidade de trabalho e a determinação do povo brasileiro, que não desiste nunca [...]”⁸. Ao que foi respondida por comentários, como os de Rogério Gentile em artigo na *Folha de S. Paulo*, que rebate a crítica da Presidente com uma suposta evidência baseada em fatos:

12/06/2014 – Rogério Gentile – Na torcida

[...] do jeito que as coisas vão, o risco de a imagem do Brasil sair chamuscada da Copa é maior do que a seleção de Felipão perder o torneio. Embora a presidente Dilma reclame de pessimismo, está mais do que evidente que o país não se preparou adequadamente para o evento.

Os excertos de textos aqui apresentados delineiam, assim, dois grupos claramente em confronto no cenário de forças no país: governo petista e grande mídia, ou governo e oposição (se consideramos que a grande mídia fez oposição clara ao governo). O complexo de vira-latas não deixa de ser uma fronteira entre essas duas forças operando no país e, no debate polarizado, tende a circular entre os partidários do governo com força crítica e tom acusatório, e entre seus oponentes com sua força interpretativa questionada e seu

⁶ Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/141191/O-complexo-de-vira-lata-de-Ronaldo-e-o-narcisismo-%C3%A0s-avessas-de-veja-e-%C3%89poca---Vai-ter-Copa!.htm> Acesso em: 12 ago. 2014.

⁷ Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/blogs/jornalismo-wando/o-modus-operandi-viralatismo-brasileiro-113538162.html> Acesso em: 12 ago. 2014.

⁸ Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-de-radio-e-televisao-sobre-a-copa-do-mundo-2014> Acesso em: 12 ago. 2014

sentido esvaziado. É o questionamento à interpretação “viralatista” do governo que permite à mídia recusar a crítica que lhe é dirigida, mas sobretudo adotar como estratégia geral a incorporação de um tom pessimista, que se explicita pelo uso disseminado de expressões como “pessimismo”, “clima de pessimismo” e “mal-humor” – esses sim, candidatos mais efetivos à condição de fórmula no contexto da mídia corporativa.

“Pessimismo” e variantes: circulação formulaica e naturalização

É o campo lexical do “pessimismo” e a circulação de expressões como “péssimo”, “clima de pessimismo” e “mal-humor”, inscritas na matriz semântica do complexo de viralatas, mas que atenuam sua força de denúncia, que vão oferecer à grande mídia os meios para impor no debate seu posicionamento em relação à preparação da Copa. Inserido num cenário político de polarização entre governo e oposição, o momento de realização da Copa não deixa de reacender um dispositivo descrito entre os feitos e os malfeitos nacionais (LESSA, 2004, p.44-46). Enquanto o governo e os intelectuais petistas convergem esforços na defesa da realização da Copa como grande feito do país, do governo e do povo, a oposição, representada pela grande mídia, se empenha por explicitar os malfeitos e uma “insatisfação generalizada” contra os feitos do governo e do país.

Um eco às manifestações de 2013 pode ser percebido em diversos textos da grande mídia, mas é claríssima no comentário de Arnaldo Jabor à CBN “País está unido em uma insatisfação generalizada”⁹, em que o autor, ao mesmo tempo em que aplaude a “insatisfação generalizada”, envergonha-se da imagem de um indígena brasileiro flechando a polícia em Brasília, a circular pelo mundo. Neste e em outros comentários de Jabor, fica patente uma visão pessimista, inferiorizante e descompromissada com a luta das populações mais vulneráveis do país, cuja finalidade é disseminar uma ideia de incompetência e ingovernabilidade através de um léxico “complexado”:

27/05/2014 – Arnaldo Jabor – Essa será a Copa do medo¹⁰

⁹ Postado no *site* da CBN em 03/06/2014. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2014/06/03/PAIS-ESTA-UNIDO-EM-UMA-INSATISFACAO-GENERALIZADA.htm> Acesso em: 12 ago. 2014

¹⁰ Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2014/05/27/ESSA-SERA-A-COPA-DO-MEDO.htm> Acesso em: 12 ago. 2014.

[...] estamos vivendo uma mutação histórica, o mais claro sinal de que vivemos essa mutação é a Copa do medo [...] há um suspense se haverá um vexame internacional que já nos ameaça ou não, será péssimo para tudo, para a economia, transações políticas, se ficar visível com clareza sinistra a nossa incompetência endêmica e secular” [...].

Como parte desse léxico de matriz pessimista, as expressões “será péssimo para tudo”, “vexame internacional” e “incompetência endêmica” agudizam o sentimento de incapacidade. Arnaldo Jabor mereceu inclusive o artigo “O Anti-Nelson Rodrigues: Arnaldo Jabor e sua luta para que o brasileiro se sinta um derrotado”, do jornalista Paulo Nogueira¹¹, por, no entendimento do autor, fazer o oposto do que fazia o dramaturgo: enquanto este teria se esmerado em combater o que cunhou como “patologia nacional”, aquele luta para depreciar o Brasil, gotejando o seu desconforto sobre o seu povo, assim referido por Jabor no comentário de 3 de junho acima citado: “passividade doentia de vira-latas conformados”.

De maneira menos contundente, mas não menos eficaz do que os comentários de Arnaldo Jabor à CBN, os grandes jornais de oposição ao governo petista usam estratégia semelhante, de adoção de uma posição pessimista e de seu léxico em relação à preparação da Copa. A edição do jornal *Folha de S. Paulo*¹², do dia 12 de junho de 2014, data de início da Copa do Mundo, pode ser lida como um dossiê das tensões pré-Copa que atravessam o jornalismo dominante brasileiro, desde a manchete de primeira página “Copa começa hoje com seleção em alta e organização em xeque” e a chamada “Brasil é favorito ao título. Gastos bilionários e obras inacabadas geram desconfiança”. Sobre o sentimento de insatisfação gerado a partir das manifestações de junho de 2013, considerado legítimo, o Editorial, intitulado “Vai ter Copa”, afirma: “o conjunto da sociedade revelou sua insatisfação com os serviços públicos: transporte, saúde, educação, segurança, saneamento [...] Os protestos catalisaram a exasperação com a corrupção, com a inflação, com o crescimento pífio da economia” (p. A4), apoiando os atos de protestos durante a Copa – “desde que pacíficos”. Outro excerto do texto de Rogério Gentile que citamos mais acima é também explícito no léxico pessimista: “se é verdade que a torcida influencia o resultado das partidas, o brasileiro precisa torcer muito para que, fora dos gramados, tudo dê mais ou menos certo, sem grandes vexames” (p. A4).

Se quantificarmos no *site Acervo Folha* o número de ocorrências da expressão “pessimismo”, encontraremos em 2014 o número mais alto de ocorrências (243) da série que

¹¹ Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-anti-nelson-rodrigues-arnaldo-jabor-e-sua-luta-para-que-o-brasileiro-se-sinta-um-derrotado/> Acesso em: 12 ago. 2014.

¹² A edição completa pode ser consultada pelo *site Acervo Folha*: Disponível em: <http://acervo.folha.com.br> Acesso: 08 ago. 2014.

se inicia em 2009, com 143, a segunda mais alta. Os meses de junho, julho e agosto de 2014 apresentam os índices mais altos de ocorrência no ano, os únicos acima de 30: 31, 35 e 39, respectivamente. É fato que o termo “pessimismo” não circule no período apenas no setor da Copa e do futebol: é bem mais freqüente sua associação com questões econômicas (crescimento da economia, consumo, mercado) e políticas (crise de representação, eleições). Poucos textos, na amostra entre junho e julho resultante da pesquisa no *site*, trazem a palavra “pessimismo” associada à preparação da Copa, inclusive alguma margem de erro nessa busca deve ser considerada, pois o texto de Rogério Gentile acima comentado, de 12 de junho, não é apresentado no resultado e contém a palavra “pessimismo”.

Em 22 de junho, dez dias depois do início da Copa, uma matéria na seção “A Copa como ela é”, intitulada “Prenúncio de que a Copa seria o ‘fim do mundo’ não aguentou três dias”, de Nelson de Sá (p. A10), tem como chamada: “Início do Mundial no Brasil reverteu expectativa da mídia internacional de que o evento seria desastroso para o país”. A expressão “pessimismo” surge num *box* intitulado “O que disseram sobre a Copa”, em que se apresenta uma nota de que revista alemã teria estampado “pessimismo” na capa e outra sobre o *New York Times* ter negado o “horror anunciado”. O pessimismo fica, assim, no entender do jornal, circunscrito à mídia internacional. Em 28 de junho, Ruy Castro em artigo intitulado “Não ia ter Copa” traz o que seria o *mea culpa*, agora sim, da própria mídia: “Nós, da mídia, fomos essenciais para esse pessimismo [...]. O “Imagina na Copa”, que começou como brincadeira, tornou-se a sentença para a nossa inabalável vocação para o subdesenvolvimento” (p. A2). Aqui quase se revela, no espaço da grande mídia, a cumplicidade negada entre o pessimismo e o (denunciado) viralatismo, justamente na voz de quem ajudou a difundir o conceito e o texto fundador de Nelson Rodrigues. Mas Castro não invoca, sobre a mídia, o complexo, mas sua (quase) paráfrase: “nossa inabalável vocação para o subdesenvolvimento”. Este rasgo de autocrítica não ganha repercussão no jornal, e no dia seguinte, em 29 de junho, a *Folha* volta ao seu consagrado refrão, em texto de Jânio de Freitas (p. A9):

A imprensa, a TV, as rádios que tocam notícia não deixam que nos enganemos: o nosso desânimo é total, o pessimismo nos imobiliza, o desemprego nos alarma, estamos todos reduzidos a desastres humanos e o país chafurdado na vergonha de seu fracasso [...]. Aí vem uma pesquisa internacional, a Gallup World [...] e traz essa conclusão: pela oitava vez consecutiva, o Brasil “está no topo” em satisfação com a vida nos futuros cinco anos.

Ao desencontro entre esses dois países (um otimista e um pessimista), o jornalista responde com seu cansaço interpretativo. No mesmo dia, em outra parte do jornal, é a vez de

Persio Arida: “apesar do pessimismo que vigora hoje em dia” (p. B5). Eis que o termo vai ganhando em naturalização, não se exigem mais suas credenciais (setor de aplicação, pesquisas que o comprovem, fatos que o justifiquem); a repetição faz dele um velho conhecido: sabemos todos do que se trata. Assim é o efeito de fórmula com se apresenta à medida que se torna mais e mais repetido, mais e mais assumido como lugar discursivo, isto é, “materialidades nas quais os comentadores se apóiam para atribuir posições, a si mesmo e aos outros” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 23). Julho virá com outras tantas ocorrências que já encontram o solo preparado para sua repetição *tout court*, ainda que o sucesso da realização da Copa seja uma evidência mundial.

Ao governo caberá denunciar o que chamou de “pessimismo da imprensa”, em reunião após o encerramento do Mundial¹³ e também alertar para uma transferência de setor do pessimismo: “o mesmo pessimismo que ocorreu com relação à Copa está havendo com relação à economia. E com a economia é mais grave, porque a economia é feita de expectativa”, teria afirmado a Presidente Dilma em “sabatina” retomada por jornalistas da *Folha* em matéria de 29 de julho (p. A2), intitulada “Pessimismo que antecedeu a Copa agora afeta economia”. Em 31 de julho, na seção Eleições 2014 da *Folha*, esse mesmo ponto de vista da Presidente Dilma é introduzido pelo verbo “martelar”, consolidando a representação padrão que se faz da opinião da Presidente: “[...] Dilma voltou a martelar que há ‘surtos’ injustificados de pessimismo, que têm atrapalhado o desempenho do país” (p. A4)¹⁴. Assim, aos poucos o contexto pré-eleitoral vai incorporar ao debate os termos, as fórmulas e a polarização que o período de realização da Copa prenunciaram:

09/08/2014 – Cristina Camargo – Aécio critica Dilma e diz que maioria é pessimista
Em resposta ao discurso da Presidente Dilma Rousseff de que “a verdade vai vencer o pessimismo”, o presidente Aécio Neves (PSDB) disse nesta sexta (8) que a maioria da população é pessimista. [...] é bom que fique claro que o pessimismo não é com o Brasil, mas com relação ao governo. A este governo que fracassou [...].

Mas vai exigir que se separe aquilo que por tantos meses permaneceu ambíguo no discurso da mídia: é preciso salvar o país e deixar como alvo apenas o governo. Essa é outra batalha discursiva, que nossa pesquisa por hora não tem por objetivo alcançar.

¹³ Ver matéria de Tai Nalon e Filipe Coutinho, *Folha* de S. Paulo, 15 jul. 2014, p. D2.

¹⁴ Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=pessimismo&site=&periodo=acervo&x=0&y=0>
Acesso em: 15 dez 2014.

Palavras finais

Se os discursos anti-discriminatórios, embora tenham sido menos estudados da perspectiva da Análise Crítica do Discurso, seriam, nas palavras de van Dijk¹⁵, idealmente aqueles que tenderiam a enfatizar as qualidades positivas dos grupos inferiorizados e também realçar as qualidades negativas dos discriminadores, revertendo a polarização discriminatória entre grupos (VAN DIJK, 2012), isto é, produzem e divulgam crenças alternativas às que são hegemonicamente compartilhadas sobre o Nós/Eles, a partir justamente da perspectiva e dos valores dos grupos inferiorizados, nossa conclusão é de que as afirmações que criticam a inferiorização voluntária do brasileiro cumprem esse papel de um discurso de resistência ao que estaríamos massivamente expostos quando ouvimos e lemos a grande mídia noticiar o país, com ênfase nos nossos defeitos e incapacidades (autodepreciação) e todo um aparato discursivo próprio, cujo léxico pudemos apontar.

A realização bem-sucedida da Copa no Brasil teve, assim, o mérito de permitir um debate atualizado em torno das nossas capacidades de realização em face do mundo e uma evidência empírica de que fomos capazes, como brasileiros, de planejar e executar as tarefas complexas exigidas pelo megaevento. O complexo de vira-latas, como enquadre interpretativo crítico ao modo como a mídia hegemônica narrou a preparação e realização da Copa, saiu fortalecido, na medida em que as tantas “evidências” que foram apresentadas como motivos para o pessimismo caíram por terra com o sucesso de evento. Mas, esse enquadre, que cobra da mídia uma participação mais efetiva na construção de uma visão positiva das capacidades dos brasileiros – para o qual o pessimismo é um eufemismo para viralatismo, tão inadequado quanto este para descrever a capacidade do brasileiro – foi rechaçado pelo discurso blindado da grande mídia, que encontrou justamente na circulação e naturalização do seu léxico o elo para a narrativa dos fatos: entre o contexto das manifestações, a realização da Copa e as eleições, o pessimismo do brasileiro é o fato comum a ser “registrado”, e não reforçado, reinvestido.

No entanto, o debate polarizado entre enunciadores pró e contra governo permaneceu distante de outro debate que os Comitês Populares da Copa propuseram sobre a capacidade de o Brasil ser um bom anfitrião para si mesmo, para sua população, especialmente para as populações mais vulneráveis, um outro viés da crítica ao complexo de vira-latas. A luta desses

¹⁵ Informação oral obtida de Teun A. van Dijk obtida durante o evento *I Encontro em texto e discurso: discurso, mídia e conhecimento*, realizado em 3 de dezembro de 2013, na Universidade Federal do Espírito Santo, organizado pelo GEDIM - Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático.

movimentos populares, que esteve no bojo das manifestações de 2013, foi silenciada e esvaziada quando não se deu espaço discursivo – nem a oposição nem o governo – para a questão da violação de direitos humanos, amplamente documentada através de documentos como o *Dossiê Megaeventos e violação de direitos no Brasil*¹⁶, preparado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, e de livros (PAULA; BARTELT, 2014) visando a um público internacional, mas que não deixaram de reverberar o discurso dos Comitês Populares nacionais e dos atingidos.

Considerando a afirmação de Foucault (1985, p. 96-97) de que “[...] os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas”, fica-nos a impressão de que os discursos polarizados entre governo e oposição no campo da representação da capacidade dos brasileiros, podem, do ponto de vista das estratégias e táticas dos movimentos populares neste evento, serem lidos como táticas contraditórias de uma mesma estratégia de silenciamento desse outro debate de caráter popular que esses discursos ou se apropriaram indevidamente, como fizeram a oposição e a grande mídia, ou não deram ouvidos, como fizeram o governo e a imprensa petista. Esse outro debate permanece na pauta das Olimpíadas em 2016, esperando que as condições de audição e resposta aos seus anseios se façam mais presentes na sociedade brasileira.

Referências

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

KRIEG-PLANQUE, Alice. 2011. Entrevista com Alice Krieg-Planque. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 11-40.

_____. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. São Paulo: Parábola, 2010.

LESSA, Carlos. *Auto-estima e desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

¹⁶Disponível em:

http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=198:dossi%C3%AA-nacional-de-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos Acesso em: 15 jul. 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008.

PAULA, M.; BARTELT, D. D. (Orgs.). *Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha*, 2014. Disponível em: http://br.boell.org/sites/default/files/copa_para_quem2_web_boll_brasil.pdf Acesso em: 16 out. 2014.

RODRIGUES, Nelson. Complexo de vira-latas. 1958. Disponível em: http://www.releituras.com/nelsonr_viralatas.asp Acesso em: 15 set. 2013.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2012.

Artigo recebido em: 30.04.2015

Artigo aceito em: 02.06.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

ANÁLISE MULTISSISTÊMICA DAS CONSTRUÇÕES APOSITIVAS EM ARTIGOS DE OPINIÃO

Lúcia Helena Peyroton da Rocha*
Gesieny Laurett Neves Damasceno**

Resumo: O processo conhecido como aposição é formado pela unidade A, base, e pela unidade B, apositiva, e tem sido tratado como uma relação gramatical constituída, predominantemente, por sintagmas nominais – embora possa se realizar como aposição não nominal e oracional. Neste trabalho, investigou-se a relevância da aposição na construção dos significados dos textos. Para dar conta dessa proposição, empreendemos uma descrição que buscou investigar o modo como as estruturas apositivas são ativadas em textos pertencentes ao gênero artigo de opinião e os sentidos que são construídos a partir dessas codificações. Para tanto, consideramos a correlação existente entre os sistemas gramatical, semântico e discursivo, vistos aqui como um complexo independente, porém não estanque. Os preceitos fundamentais do funcionalismo linguístico e os postulados da teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista constituíram-se como aportes teóricos das discussões instauradas aqui. Quanto ao objeto de investigação desta pesquisa, buscamos suporte nas proposições teóricas da Linguística Sistêmico-Funcional e no referencial analítico desenvolvido por Meyer (1992) e por Nogueira (1999). O *corpus* do trabalho foi formado por 55 ocorrências de aposições, extraídas de quatro artigos veiculados na revista *Veja*, no período de maio de 2007 a dezembro de 2008. As análises feitas quanto à frequência das codificações dos sistemas semântico, gramatical e discursivo entre as unidades em aposição permitiram ratificar a ideia de que as estruturas apositivas auxiliam, de maneira significativa, na construção dos sentidos dos textos, contribuindo para o cumprimento dos propósitos sócio-comunicativos dos gêneros textuais.

Palavras-chave: Funcionalismo linguístico. Aposição. Artigo de opinião.

Abstract: Apposition is a process whereby two elements (the basic, A, and the appositive, B) are placed side by side, and this process has been generally viewed as a grammatical construction primarily formed by noun phrases – though the process may be realized through non-nominal and sentence apposition. This study investigated the role of apposition in making meaning from texts. For this, opinion articles were analyzed in order to understand how appositive structures are activated in this genre and to which extent they contribute to the meanings generated. In this sense, the correlations between the grammatical, semantic and discourse systems were seen as an independent complex system, though a non-isolated one.

* Professora Doutora do Departamento do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo. UFES, Vitória, ES, Brasil, e-mail: lhpr@terra.com.br

** Doutoranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, e-mail: gesieny@yahoo.com.br

The *theoretical basis* for this study was grounded on the principles of functional linguistics and the multisystem functional-cognitive theory, under the analytical framework developed by Meyer (1992) and Nogueira (1999). Our corpus was composed by 55 occurrences of appositions from 4 articles published by *Veja*, a weekly news magazine, covering the period from May 2007 to December 2008. The frequency analysis of the semantic, grammatical and discourse system codifications between the units of apposition lend support to the strong role appositive structures play in the meaning making of texts, thus contributing to identifying the socio-communicative goal of a given genre.

Keywords: Functional linguistics. Apposition. Opinion articles.

Introdução

O processo conhecido como aposição é formado pela unidade A, base, e pela unidade B, apositiva, e tem sido tratado como uma relação gramatical constituída, predominantemente, por sintagmas nominais – embora possa se realizar como aposição não nominal e oracional. Para a tradição gramatical, a unidade B da aposição, isto é, o elemento sintático denominado *aposto*, refere-se a um elemento secundário, adicional e não fundamental para o entendimento do enunciado. Diferentemente dos chamados Termos Integrantes, que são exigências para que a oração tenha sentido completo, os Termos Acessórios, dentre os quais se encontra o aposto, têm efeito meramente informativo, e apesar de trazerem um dado novo à oração, não são indispensáveis à compreensão do texto (PINHEIRO, 1990; CUNHA, 1979).

Como já é sabido, os estudos tradicionais, não raro, misturam, indiscriminadamente, critérios sintáticos e semânticos em suas descrições e veiculam definições que, do ponto de vista do uso efetivo da linguagem, não abarcam a verdadeira relevância discursiva dos elementos linguísticos. Assim sendo, com vistas a investigar de forma mais sistemática a relevância da aposição na construção dos significados dos textos, empreendemos aqui uma descrição que objetiva investigar o modo como as estruturas apositivas são ativadas em textos pertencentes ao gênero artigo de opinião, e os sentidos que são construídos a partir dessas codificações. Para tanto, consideramos a correlação existente entre os sistemas gramatical, semântico e discursivo, vistos aqui como um complexo independente, porém não estanque, uma vez que funcionam juntos e articulados na língua.

Constituem-se aporte teórico das discussões instauradas aqui os preceitos fundamentais do funcionalismo linguístico e os postulados da teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista. Quanto ao objeto de investigação desta pesquisa, buscamos suporte nas proposições teóricas da Linguística Sistêmico-Funcional e no referencial analítico desenvolvido por Meyer (1992) e por Nogueira (1999). Em termos de categorização, adotamos o conceito de aposição proposto por Halliday e Matthiessen (2004), para quem tal construção se enquadra no tipo de relação lógico-semântica de Expansão por Elaboração, em que a cláusula secundária não introduz um elemento novo para o fato, mas fornece uma melhor caracterização para um que já está lá, reformulando-o, especificando-o, comentando-o, fornecendo-lhe exemplo, ou, ainda, adicionando-lhe atributo.

A amostra desta pesquisa é formada por 55 (cinquenta e cinco) construções apositivas retiradas do gênero jornalístico *artigo de opinião*. Os textos analisados foram publicados na revista *Veja*, no período de 09 de maio de 2007 a 31 de dezembro de 2008. O percentual de ocorrências das formas sintáticas, das relações semânticas e das funções textual-discursivas foi quantificado, a fim de que fosse possível estabelecer uma correlação entre a repetição desses fatores e as intenções comunicativas do gênero em questão.

Preceitos fundamentais do funcionalismo linguístico e da abordagem multissistêmica

Apesar de não se tratar de um bloco homogêneo, a concepção funcionalista da linguagem pode ser resumida nas seguintes premissas com que Givón (1995, p. 09) a caracteriza: a linguagem é uma atividade sociocultural; a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas; a estrutura é não arbitrária, motivada e icônica; mudança e variação estão sempre presentes; o sentido é contextualmente dependente e não atômico; as categorias não são discretas; a estrutura é maleável e não rígida; as gramáticas são emergentes; as regras de gramática permitem algumas exceções. O estudo acerca das estruturas apositivas que apresentamos aqui se enquadra na vertente funcionalista de análise linguística pelo fato de, entre outros aspectos, (i) investigar a correlação entre forma e função das unidades, ou seja, verificar o modo como os usuários da língua adaptam a estrutura linguística às suas intenções comunicativas; (ii) priorizar o estudo da língua no seu contexto real de uso e (iii) considerar as categorias a partir de um *continuum* de realização.

Na avaliação de Givón (2001), o método descritivo mais utilizado na análise gramatical tem sido, ao longo dos anos, o estudo de sentenças isoladas fora do contexto

comunicativo. Para ele, como qualquer outro método, este possui pontos positivos e negativos: na vertente negativa, se a gramática é de fato usada para codificar a coerência inter-oracional, este método desconsidera justamente os dados que podem ajudar a estabelecer a função pragmática dos morfemas e das construções. Na vertente positiva, Givón (2001) esclarece que não poderíamos iniciar uma análise do discurso natural sem ter antes obtido algum conhecimento preliminar sobre a estrutura da palavra (morfologia) e a estrutura da oração. De acordo com o autor, sem esses estudos, não saberíamos por onde começar e como segmentar o fluxo da fala natural.

Diferentemente das abordagens formalistas, que tendem a estudar as línguas como um objeto autônomo, a corrente funcionalista preocupa-se em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. Na análise de base funcionalista, os enunciados são relacionados às funções que desempenham na comunicação interpessoal. Dessa forma, os funcionalistas procuram trabalhar com dados reais da interação comunicativa, evitando analisar frases construídas, dissociadas do contexto efetivo de interação.

Segundo Furtado da Cunha (2009), o modelo funcionalista de análise linguística caracteriza-se por dois pressupostos fundamentais: (i) a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si; (ii) as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico. Assim sendo, conforme explica a pesquisadora, para os funcionalistas, a língua não é vista como um conhecimento autônomo, independente do comportamento social; ao contrário, reflete uma adaptação, pelo falante, às diferentes situações comunicativas.

Para a abordagem multissistêmica, a língua é constituída por quatro sistemas, a saber: o sistema semântico, o sistema gramatical, o sistema lexical e o sistema discursivo (CASTILHO, 2010). Todos os sistemas da língua são conceituados por essa abordagem em sua independência uns em relação aos outros, ou seja, apesar de as interfaces serem consideradas, não existem regras de dependência. Em outras palavras, o léxico não governa a gramática, esta não governa a semântica ou o discurso, e assim sucessivamente.

A teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista pode ser definida pelos seguintes postulados (CASTILHO, 2010, p. 69):

1. *A língua se fundamenta num aparato cognitivo*: as línguas naturais representam em suas estruturas as categorias cognitivas de pessoa, coisa, espaço, tempo, movimento, visão, qualidade, quantidade, entre outras. A representação linguística dessas categorias muda de

língua para língua, ou no interior de uma mesma língua, ao longo de seu percurso histórico. Mas as categorias cognitivas permanecem, pois integram os atributos da raça humana.

2. *A língua é uma competência comunicativa*: entende-se por competência comunicativa a habilidade de veicular conteúdos informativos, exteriorizar sentimentos pessoais e expressar instruções que devem ser seguidas.

3. *As estruturas linguísticas não são objetos autônomos*: as estruturas linguísticas, por não serem objetos autônomos, podem ser descritas e interpretadas a partir das seguintes propriedades: (i) as estruturas são flexíveis e permeáveis às pressões do uso, combinando-se a estabilidade dos padrões morfossintáticos cristalizados com as estruturas emergentes; (ii) as estruturas não são totalmente arbitrárias; (iii) as estruturas são dinâmicas e sujeitas a reelaboração constante, através do processo de gramaticalização.

4. *As estruturas linguísticas são multissistêmicas, ultrapassando os limites da gramática*: a língua-enquanto-produto é um conjunto de categorias agrupadas em quatro sistemas: léxico, discurso, semântica e gramática. Esses sistemas são considerados autônomos uns em relação aos outros, ou seja, não se admite que um sistema derive de outro, nem se propõe uma hierarquia entre eles, rejeitando-se que haja relações de determinação entre eles.

5. *A explicação linguística deve ser buscada numa percepção pancrônica da língua*: a pancronia está ligada diretamente aos usos que fazemos das línguas. E como os usos se entroncam em práticas sociais, antropológicas, eles arrastam o passado para o presente. A explicação linguística, portanto, deve levar em conta os usos socialmente configurados.

6. *Um dispositivo sociocognitivo ordena os sistemas linguísticos*: a articulação dos processos e dos produtos linguísticos captados pelos sistemas do léxico, do discurso, da semântica e da gramática se dá ao abrigo do chamado dispositivo sociocognitivo, explicável por meio dos princípios de ativação, desativação e reativação de propriedades. Os princípios sociocognitivos gerenciam os sistemas linguísticos, garantindo sua integração para os propósitos dos usos linguísticos, para a eficácia dos atos de fala. De acordo com esse dispositivo, o falante ativa, reativa e desativa propriedade lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais no momento da criação de seus enunciados, constituindo as expressões que pretende “pôr no ar”.

Tendo em vista esses apanhados teóricos, buscamos, por intermédio deste estudo, observar o modo como as estruturas apositivas são ativadas no interior dos sistemas

gramatical, semântico e discursivo¹, a fim de que os propósitos comunicativos dos artigos de opinião sejam mais eficazmente alcançados. O dispositivo sociocognitivo pode ser observado, por exemplo, no modo como os articulistas introduzem o referente no discurso (princípio da ativação), na forma como esse objeto discursivo é reelaborado, por meio da unidade B da aposição (princípio da reativação). O princípio de desativação pode ser percebido, a título de exemplificação, por intermédio dos argumentos sentenciais vazios, conforme ocorre no fragmento a seguir:

[1] A “Chimérica” – a relação simbiótica entre a China e os Estados Unidos – não apenas sobreviveu à crise, como [Ø] ganhou com isso (VEJA, Edição 2093).

Como o foco deste estudo é a aposição, concentramos nossos esforços em descrever os mecanismos de ativação e reativação referencial, por meio do dispositivo sociocognitivo.

A aposição na perspectiva funcionalista da linguagem

O quadro analítico das aposições à luz das premissas funcionalistas ainda não é muito expressivo, o que dificulta o estabelecimento de um panorama de como esse fenômeno é realmente visto pelos teóricos dessa corrente linguística. Para este trabalho, conforme foi mencionado, acolhemos as definições de Halliday e Matthiessen (2004) e os pressupostos metodológicos de Meyer (1992) e de Nogueira (1999), visto serem esses alguns dos expoentes no que tange ao tratamento desse fenômeno linguístico.

Apesar de restringirem suas análises às orações complexas, os postulados de Halliday e Matthiessen (2004) forneceram a este estudo o conceito de aposição, a partir de uma perspectiva funcionalista da linguagem.

Ao tratarem das orações complexas, Halliday e Matthiessen (2004, p. 373) argumentam que dois sistemas básicos determinam como uma cláusula é interligada à outra: o grau de interdependência e a relação lógico-semântica. No que diz respeito ao grau de interdependência, os autores dizem que as orações podem estar interligadas por *parataxe* ou *hipotaxe*. Halliday e Matthiessen (2004) denominam *parataxe* a relação entre dois elementos de *status* igual e, em contrapartida, a relação entre elementos de *status* diferente, um dependente e um dominante, eles chamam de *hipotaxe*.

¹ Por estar mais estreitamente vinculado ao processo de formação de palavras, não incluímos, neste artigo, a análise do sistema lexical.

Quanto ao sistema lógico-semântico, os autores expõem que, apesar de haver diferentes tipos de relações lógico-semânticas entre dois termos, é possível agrupá-las em um número pequeno de tipos gerais com base em duas relações fundamentais: a *projeção* e a *expansão*. A projeção ocorre quando a cláusula secundária se projeta através da cláusula principal que a apresenta como uma locução ou uma ideia. Por outro lado, ocorre a expansão quando a cláusula secundária expande a cláusula principal.

A expansão pode instanciar-se em uma *elaboração*, uma *extensão* ou um *realce*, conforme definição a seguir:

1. *Elaboração*: uma cláusula expande o significado de outra, especificando-o, comentando-o, reformulando-o, ou ainda, apresentando exemplos. A elaboração pode referir-se à primeira oração como um todo ou somente a parte dela.

2. *Extensão*: uma cláusula estende o significado de outra, adicionando a esta algum elemento novo, como uma exceção ou uma alternativa.

3. *Realce*: uma cláusula realça o significado de outra, fornecendo características circunstanciais de tempo, lugar, causa ou condição.

Halliday e Matthiessen (2004) resumem as ideias apresentadas acima no seguinte esquema:

Elaboração	=	(‘igual’)
Extensão	+	(‘adicionado à’)
Realce	x	(‘multiplicado por’)

Segundo esses estudiosos, a aposição enquadra-se no tipo de relação lógico-semântica de expansão por elaboração (=), em que, como foi dito, a cláusula secundária não introduz um elemento novo para o fato, como ocorre na relação por extensão (+), mas fornece uma melhor caracterização para um que já está lá, reformulando-o, especificando-o, comentando-o, fornecendo-lhe exemplo, ou, ainda, adicionando-lhe atributo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 395).

A elaboração tanto pode ser por *parataxe* como por *hipotaxe*. Em termos de significado, a elaboração por parataxe e a elaboração por hipotaxe são largamente complementares, abrangendo os diferentes aspectos da elaboração. A elaboração por parataxe pode ser subdividida em três tipos, a saber: *exposição*, *exemplificação* e *elucidação*.

No tipo *exposição*, a cláusula secundária reafirma, com outras palavras, a tese da cláusula principal. Pode apresentá-la a partir de outro ponto de vista, ou apenas reforçar a

mensagem. Na *exemplificação*, a cláusula secundária desenvolve a tese da cláusula principal, tornando-a mais específica, muitas vezes citando um exemplo. Já na *elucidação*, a cláusula secundária esclarece a tese da cláusula principal, apoiando-se com algum tipo de explicação ou comentário explicativo. Na categorização proposta pelos autores, a elaboração por exposição e a elaboração por exemplificação podem ser representadas como aposição entre cláusulas.

Para a análise apresentada, estendemos o conceito de aposição proposto Halliday e Matthiessen (2004) (i) às aposições nominais, em que as unidades A e B são codificadas por sintagmas nominais; (ii) às aposições com sintagma nominal em uma das unidades e oração na outra; e (iii) às aposições não nominais, em que as duas unidades apositivas são constituídas por orações.

A concepção de gênero textual e a caracterização do artigo de opinião

Optamos por centrar nossas análises acerca da aposição sobre a perspectiva de gêneros discursivos² porque esse enfoque engloba uma descrição da língua nos seus aspectos discursivos e enunciativos, e não somente em suas peculiaridades formais. Como bem esclarece Marcuschi (2003), o trabalho com gêneros segue uma concepção de língua como atividade social, cognitiva e histórica, e privilegia sua natureza funcional e interativa.

Por serem produtos da atividade humana, os textos encontram-se articulados às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais no interior das quais são produzidos. Desta forma, sendo os contextos sociais diversos e evolutivos, foram elaborados, ao longo da história, diferentes modos de fazer texto ou diferentes espécies de texto. Como informa Bronckart (2003, p. 72), diante dessa diversidade das espécies de texto, surgiu, desde a Antiguidade Grega até a atualidade, uma preocupação com sua delimitação e nomeação, que se traduziu na elaboração de múltiplas classificações, centradas, na maioria das vezes, na noção de gênero de texto (ou gênero de discurso).

Na Antiguidade, a noção de gênero aplicava-se apenas aos textos com valor social ou literário reconhecido, como os gêneros épico, poético, lírico etc. Entretanto, a partir dos estudos de M. Bakhtin, essa noção tem sido aplicada ao conjunto das produções verbais

² A discussão em torno da dicotomia *gênero textual* e *gênero discursivo* não se constitui como objetivo deste trabalho, por isso, utilizamos as expressões como sendo sinônimas.

organizadas, tanto às formas escritas (artigo científico, resumo, notícia, publicidade etc.), quanto às orais (exposição, relato de acontecimentos vividos, conversaçoão etc.). A partir dessa concepção, qualquer espécie de texto pode atualmente ser designada em termos de gênero. Portanto, todo exemplar de texto observável pode ser considerado como pertencente a um determinado gênero.

Em termos bakhtinianos, todas as atividades humanas, por mais variadas que sejam, estão relacionadas ao uso da língua e, para Bakhtin (2000, p. 279), “a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana”. De um modo geral, para essa teoria, os enunciados se baseiam em formas-padrão relativamente estáveis de estruturação. Tais formas constituem os gêneros, tipos relativamente estáveis de enunciados, marcados sócio-historicamente, visto que estão diretamente relacionados às diferentes situações sociais e culturais. Não se pode, de acordo com Bakhtin (2000), tratar os gêneros do discurso fora da sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas.

Marcuschi (2008, p. 155) admite, com Bakhtin (2000), que os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas. O linguista explica que os gêneros textuais são os textos que encontramos diariamente e que “apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas”. Assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto, também é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, visto que toda manifestação verbal se dá sempre por meio de textos pertencentes a algum gênero.

Os gêneros textuais, no dizer de Marcuschi (2003, p. 20), caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais que por suas particularidades linguísticas e estruturais. O autor ressalta que tais entidades são de difícil definição formal, devendo ser caracterizadas por seus aspectos sociocomunicativos e funcionais. Entretanto, o autor enfatiza que isso não significa um desprezo pela forma, dado que, não raro, as formas determinam o gênero, assim como o suporte e o ambiente em que o texto aparece.

O gênero artigo de opinião pertence ao que se convencionou chamar de domínio discursivo jornalístico e é reconhecido como uma matéria jornalística em que alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião (CUNHA, 2003). Segundo Melo (1985, p. 92), dois elementos são específicos ao artigo de opinião jornalístico: (i)

atualidade – apesar de obter liberdade de conteúdo e de forma, o articulista deve tratar de fatos ou ideias da atualidade, isto é, do momento histórico vivido; (ii) opinião – o ponto de vista que alguém expõe é a significação maior do gênero. A avaliação emitida vincula-se à assinatura do autor e não pode estar oculta, eventualmente dissimulada na argumentação, mas deve apresentar-se claramente, explicitamente.

Quanto aos artigos analisados, um olhar mais criterioso sobre o modo como as opiniões são elaboradas nos textos demonstra que os articulistas emitem seus pontos de vista de maneira bastante categórica, o que revela maior comprometimento em relação ao conteúdo enunciado. No que tange, por exemplo, às escolhas lexicais, se percebe uma relativa liberdade de seleção. A fim de desenvolverem sua argumentação e explicitarem suas ideologias, não poucas vezes os autores lançam mão de adjetivações com teor pejorativo, como é possível ver no fragmento a seguir, em que o termo *idiotas* é utilizado para caracterizar os latino-americanos:

- [2] Os *idiotas* latino-americanos tradicionalmente se identificam com os caudilhos, figuras autoritárias quase sobrenaturais que têm dominado a política da região, vociferando contra a influência estrangeira e as instituições republicanas (VEJA, Edição 2007).

As escolhas lexicais revelam ainda que a autoridade do articulista sobre o tema proposto é ressaltada por meio de um vocabulário mais técnico e rebuscado, como vemos no fragmento abaixo:

- [3] Esse lapso intelectual seria praticamente inócuo se não tivesse consequências. Mas, pelo fato de legitimar um tipo de governo que está no âmago do subdesenvolvimento econômico e político da América Latina, esse lapso se constitui numa forma de traição intelectual (VEJA, Edição 2007).

Além de instaurarem opinião e autoridade através das escolhas lexicais, os artigos de opinião emitem posicionamento por meio da semântica do deboche e da ironia, como se vê no fragmento [4], em que o locutor, por intermédio de uma pergunta retórica, infere que o presidente do Congresso Nacional não foi devidamente julgado devido à troca de favores entre alguns políticos brasileiros.

[4] Assim, quando se trata dos outros, somos implacáveis e a eles aplicamos sem hesitar as normas universais do mundo da rua. Maximizamos a dimensão impessoal da ofensa e tratamos a pessoa como um indivíduo: um mero cidadão também sujeito à lei. Mas, quando são os nossos, eles são vítimas da imprensa, meros alopados, ou crianças. *Como se quer julgar o presidente do Congresso Nacional, se ele é nosso colega, amigo e nos favoreceu em inúmeras situações?* (VEJA, Edição 2021).

Tendo em vista as especificidades do gênero selecionado e os recursos utilizados na elaboração de sua cadeia argumentativa, investigaremos o modo como as construções apositivas são ativadas nos sistemas constitutivos da língua e quais significados são construídos no interior dos artigos de opinião selecionados.

As estruturas apositivas e a construção de significados nos artigos de opinião

Constitui-se objetivo desta seção descrever o modo como as diferentes codificações das unidades apositivas auxiliam na construção dos significados dos artigos de opinião analisados. Para tanto, conforme temos dito, consideramos esse fenômeno linguístico à luz da análise dos sistemas semântico, gramatical (sintático) e discursivo.

O sistema semântico das construções apositivas

Neste trabalho, assumimos com Meyer (1992) e Nogueira (1999) uma análise semântica das construções apositivas baseada na abordagem cognitivista de categorização por protótipos. Essa perspectiva de gramática não discreta, diferentemente da teoria clássica (elaborada por Aristóteles e retomada pela Gramática Gerativa), não busca determinar se uma estrutura pertence ou não à categoria das construções apositivas, mas procura trazer algumas reflexões sobre a extensão em que uma determinada estrutura pertence a essa categoria. A teoria dos protótipos permite acomodar novas estruturas, que são associadas a uma categoria prototípica (às vezes, como membro periférico), sem necessariamente exigir uma reestruturação do sistema categórico.

Para fins de análise, ponderamos, a partir das considerações dos autores supracitados, uma escala semântica que considera as seguintes relações semânticas:

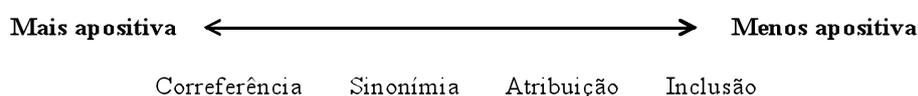
- (i) *Correferência*, em que os elementos em aposição se referem a uma mesma entidade que constitui o referente do discurso;
- (ii) *Sinonímia*, em que ocorre a equivalência semântica do ponto de vista do falante;

(iii) *Atribuição*, em que um dos elementos desempenha papel atributivo em relação ao outro elemento;

(iv) *Inclusão*, em que o significado da segunda unidade apositiva está incluído no significado mais genérico da primeira.

Essa escala prevê uma gradação entre uma relação de equivalência entre os elementos, como ocorre na correferência (mais apositiva), e uma relação livre e assimétrica, como se observa na inclusão (menos apositiva). O esquema a seguir auxilia na visualização desse *continuum*:

Figura 02 – Escala de prototipia das construções apositivas



Nos artigos de opinião analisados, a relação semântica de correferência foi a que apresentou maior percentual de frequência, representando 43% do total de ocorrências. Esse total de estruturas correferenciais fortalece a ideia de que, apesar de não ser vista como condição necessária para a existência da aposição, a identidade referencial é uma característica prototípica dessa categoria. Os trechos a seguir exemplificam a relação de correferência estrita codificada nos artigos de opinião:

[5] A chanceler alemã, Angela Merkel, por sua vez, manifestou sua desaprovação ao déficit americano excessivamente grande (VEJA, Edição 2093).

[6] Mas o mundo havia mudado desde o início dos anos 90. Apesar dos temores do ainda influente *Robert Rubin, ex-secretário do Tesouro*, investidores de todo o mundo estavam mais do que felizes em comprar novos papéis americanos, não importava a quantidade (VEJA, Edição 2093).

Os excertos [5] e [6] exemplificam duas configurações bastante recorrentes nos artigos de opinião, chegando a representar 56% do total de ocorrências correferenciais. Nessas configurações, as unidades em aposição encontram-se organizadas da seguinte forma: apresentação de uma titulação (ou cargo) na primeira unidade da aposição e de um nome próprio na segunda, como em [5], e o inverso, ou seja, um nome próprio na primeira unidade da aposição e uma titulação na segunda, como em [6]. Esse tipo de codificação linguística permite observar que, apesar de o nome próprio ter, em tese, autonomia referencial – ele se

basta como meio de apontar para seu referente –, nem sempre, porém, a identificação do referente a que se aplica um nome próprio se faz sem o uso de outros signos que o determinem, qualifiquem ou especifiquem. Conforme foi demonstrado nos exemplos [5] e [6], é comum o usuário da língua vincular ao nome próprio uma expressão capaz de substituí-lo na identificação do respectivo referente – *a chanceler alemã* e *ex-secretário do Tesouro*. Todavia, como bem evidencia Azeredo (2003), a utilidade discursiva dessas expressões não está no fato de apontar para o mesmo referente do nome próprio – o que as tornaria redundantes e dispensáveis – mas no de adicionar uma informação relevante na situação comunicativa.

É provável que a ocorrência frequente dessas configurações apositivas se justifique pelo fato de os temas dos artigos de opinião estarem especificamente vinculados à política e à economia. Nessas áreas de atuação, a titulação ou o cargo que o indivíduo possui ou exerce é uma informação de grande importância, visto ser esse rótulo que lhe outorga autoridade e, conseqüentemente, atribui maior valor aos seus comentários e às suas tomadas de decisão. Assim, em [5], a manifestação de desaprovação de Angela Merkel em relação ao déficit americano excessivamente grande possui maior valor argumentativo pelo fato de ser ela a chanceler alemã. Da mesma forma, em [6], os temores de Robert Rubin em relação à crise econômica americana só se configuraram mais relevantes por ser ele o ex-secretário do Tesouro, situação que confere a Rubin maior autoridade sobre o tema em questão. Vista dessa forma, como resume Azeredo (2003, p. 25), “a aposição vem assim em socorro de um complexo mecanismo referencial-interpretativo que a simples menção do nome próprio não é suficiente para desencadear”.

Classificamos as construções supracitadas como um dos protótipos da aposição pelo fato de apresentarem o maior número possível dos traços característicos dessa categoria, de acordo com teste sugerido por Meyer (1992), cujos postulados são resumidos a seguir:

(i) A primeira unidade da aposição pode ser suprimida:

[5a] *Angela Merkel*, por sua vez, manifestou sua desaprovação ao déficit americano excessivamente grande.

[6a] Mas o mundo havia mudado desde o início dos anos 90. Apesar dos temores do ainda influente *ex-secretário do Tesouro*, investidores de todo o mundo estavam mais do que felizes em comprar novos papéis americanos, não importava a quantidade.

(ii) A segunda unidade da aposição pode ser suprimida:

[5b] *A chanceler alemã*, por sua vez, manifestou sua desaprovação ao déficit americano excessivamente grande.

[6b] Mas o mundo havia mudado desde o início dos anos 90. Apesar dos temores do ainda influente *Robert Rubin*, investidores de todo o mundo estavam mais do que felizes em comprar novos papéis americanos, não importava a quantidade.

(iii) As unidades da aposição podem ser permutadas:

[5c] Angela Merkel, a chanceler alemã, por sua vez, manifestou sua desaprovação ao déficit americano excessivamente grande.

[6c] Mas o mundo havia mudado desde o início dos anos 90. Apesar dos temores do ainda influente *ex-secretário do Tesouro, Robert Rubin*, investidores de todo o mundo estavam mais do que felizes em comprar novos papéis americanos, não importava a quantidade.

Como já foi mencionado, a supressão de um dos elementos da aposição é possível do ponto de vista sintático/formal das construções, todavia, do ponto de vista discursivo, esse apagamento acarreta consequências significativas para o sentido geral do enunciado, visto que todas as unidades apositivas apresentam importante valor argumentativo/persuasivo no ato comunicativo.

Os exemplos citados, neste trabalho, demonstram que a relação semântica de correferência exerce uma função indispensável na situação comunicativa, a saber, a de promover uma apresentação mais explícita do referente discursivo, garantindo sua assimilação plena por parte do interlocutor. Mas, além disso, a correferência desempenha, ainda, importante papel argumentativo/persuasivo, visto que, a qualquer ato de referenciação corresponde necessariamente uma intenção de sentido. Assim, ao ativar os sintagmas, estabelecendo uma relação de identidade referencial entre eles, o enunciador apresenta uma percepção do objeto discursivo, segundo o ponto de vista que melhor se ajusta às suas intenções.

Quanto às demais unidades semânticas, a relação de atribuição apresentou, nos artigos analisados, o segundo maior percentual de frequência, representando 33% do total das ocorrências. Por ser esta uma relação em que os enunciadores reativam o objeto discursivo sob uma nova perspectiva, evidenciando suas atitudes, crenças e julgamentos em relação ao

referente, o propósito comunicativo do gênero artigo de opinião justifica o uso expressivo dessa relação semântica. São exemplos de atribuição nos artigos:

[7] A cada sete anos, Deus disse a Moisés, *os filhos de Israel não deveriam nem semear seus campos, nem podar suas videiras – uma espécie de recessão auto-imposta* (VEJA, Edição 2093).

[8] O Idiota também credita a Chávez a mais progressista de todas as políticas – ter colocado *as Forças Armadas, paradigma do regime oligárquico*, para trabalhar em programas sociais (VEJA, Edição 2007).

A relação semântica de sinonímia foi responsável por 13% das ocorrências. Quando não está seguro de que o teor da unidade A será bem interpretado, o enunciador reativa o conteúdo dessa primeira unidade, por meio da reformulação, a fim de oferecer ao seu interlocutor um sentido mais específico e esclarecido. Seguem alguns exemplos desse recurso semântico nos artigos de opinião:

[9] *O mito do bom selvagem – a idéia de que os nativos do Novo Mundo tinham uma bondade imaculada, não manchada pelas maldades da civilização* – impregnou a mente européia (VEJA, Edição 2007).

[10] *Esse caráter assimétrico da crise global – o fato de que o choque foi maior na periferia que no epicentro* – teve lá suas desvantagens para os Estados Unidos, é verdade (VEJA, Edição 2093).

Em [9] e [10], o autor insere as reformulações com o intuito de atribuir maior precisão conceitual aos sintagmas *O mito do bom selvagem* e *Esse caráter assimétrico da crise global*. A relação de sinonímia demonstra a preocupação do autor em tornar o seu texto acessível a todos os leitores da revista Veja – de onde foram retirados os textos. Por ter consciência de que essa não é uma revista destinada a um público específico (portanto, com conhecimentos prévios), mas é lida por pessoas de diversos segmentos da sociedade, o locutor, através das explicações definidoras, torna o texto mais didático e, portanto, mais compreensível. O fato de as reformulações exigirem mais detalhamento do conteúdo enunciado justifica a maior ocorrência de formas sintáticas do tipo *SN definido + Oração*, como mostram os fragmentos anteriormente citados.

A relação de inclusão apresentou frequência de 11% do total de ocorrências. No *corpus* analisado, as exemplificações e as particularizações tipificaram essa relação, conforme demonstram, respectivamente, as orações a seguir:

[11] Por causa da inexorável passagem do tempo, os jovens idiotas latino-americanos preferem as baladas pop de Shakira aos mambos do cubano Pérez Prado e não cantam mais *hinos da esquerda, como A Internacional e Hasta Siempre, Comandante* (VEJA, Edição 2007).

[12] *As outras instituições criadoras de crédito – especialmente os mercados para títulos lastreados em ativos financeiros* – estavam praticamente paralisadas (VEJA, Edição 2093).

Nas exemplificações supracitadas, por ser o significado da primeira unidade mais amplo, a segunda unidade exerce a função de especificá-lo, auxiliando, assim, na construção da referência. Já nas particularizações, a segunda unidade apositiva exerce a função de enfatizar uma parte do conjunto de referentes designados pela primeira unidade. Como foi dito, em relação à aposição prototípica, a inclusão é a mais periférica, pois somente a segunda unidade pode ser suprimida e raramente os elementos apositivos podem ser permutados.

O sistema gramatical (sintático) das construções apositivas

No que diz respeito às propriedades sintáticas, as construções apositivas presentes nos artigos de opinião apresentaram grande diversidade formal, reunindo diferentes tipos de configuração, que são considerados, em relação à aposição prototípica, mais ou menos apositivos. A tabela a seguir exibe a distribuição das estruturas sintáticas apositivas:

Tabela 01 – Configurações sintáticas das construções apositivas nos artigos de opinião

FORMAS SINTÁTICAS DAS APOSIÇÕES	Nº	%
SN (com artigo definido) + SN (subst. próprio)	9	16
SN (subst. próprio) + SN (det. zero)	7	13
SN (com artigo definido) + SN (com artigo definido)	5	09
SN (com artigo definido) + Oração	4	08
SN (com artigo definido) + SN (det. zero)	3	06
SN (com artigo indefinido) + SN (com artigo indefinido)	1	02
SN (com artigo indefinido) + Oração	2	03
SN (nome próprio) + SN (com artigo definido)	1	02
SN (nome próprio) + SN (artigo indefinido)	1	02
SN (nome próprio) + Oração	1	02
SN (det. zero) + SN (com artigo definido)	2	03
SN (pronomes possessivo) + SN (com artigo definido)	1	02
SN (det. zero) + SN (det. zero)	1	02
SN (pronomes possessivo) + SN (subst. próprio)	1	02
SN (com numeral) + SN (com artigo definido)	1	02
SN (com numeral) + SN (subst. próprio)	1	02
SN (com numeral) + SN (det. zero)	1	02
SN (com numeral) + SN (com artigo definido)	2	03
SN (com pronomes demonstrativo) + Oração	1	02

SN (com pronome demonstrativo) + SN (subst. próprio)	1	02
Sintagma preposicionado + Oração	2	03
Sintagma preposicionado + SN (artigo indefinido)	2	03
Oração + SN (det. zero)	1	02
Oração + SN (artigo indefinido)	2	03
Oração + Oração	2	03
TOTAL	55	99

A partir da tabela 01, é possível ver que as estruturas que apresentam sintagmas nominais com artigo definido na unidade A e sintagmas nominais com substantivo próprio na unidade B da aposição foram as mais frequentes nos artigos de opinião: 16%. As orações em [13] e [14] exemplificam esse tipo de estruturação sintática:

[13] *O presidente francês, Nicolas Sarkozy*, falou na cúpula do G-20 em Washington como se pudesse salvar a economia mundial sozinho (VEJA, Edição 2093).

[14] *O primeiro-ministro inglês, Gordon Brown*, tentou dar uma impressão semelhante, reivindicando a autoria da política de recapitalização bancária (VEJA, Edição 2093).

De acordo com algumas gramáticas normativas da língua portuguesa, uma das unidades da aposição, o componente sintático aposto, é um mero termo acessório pelo fato de esse elemento poder ser suprimido da oração sem trazer danos ao sentido do enunciado (CUNHA, 1979). Se for considerado apenas o critério sintático, as aposições com correferência estrita, como as mencionadas em [13] e [14], por se enquadrarem no protótipo de aposição – segundo os critérios sugeridos por Meyer (1992) –, realmente podem ter qualquer uma das unidades apagada. Todavia, se também for levado em conta o aspecto discursivo das construções, conforme foi mencionado, esse apagamento pode comprometer a referenciação, como vemos nos exemplos abaixo, retirados do *corpus* deste estudo:

[15] Por sua vez, *o secretário do Tesouro, Henry Paulson*, revelou-se um discípulo inconsciente de John Maynard Keynes, promovendo um enorme déficit governamental, num esforço não apenas para socorrer o setor financeiro, mas também para prover um substituto do setor público para o consumo do setor privado, que vem caindo sensivelmente (VEJA, Edição 2093).

[16] Houve alvoroço quando *o secretário do Tesouro, Timothy Geithner*, requisitou 300 bilhões de dólares adicionais para dar novas injeções de capital ao Citigroup, ao Bank of America e aos outros sete grandes bancos, apenas uma semana depois de impor uma sofrida "megafusão" à indústria automobilística (VEJA, Edição 2093).

Em [15] e [16], o autor utiliza um mesmo sintagma definido – *o secretário do Tesouro* – para designar dois referentes distintos: *Henry Paulson* e *Timothy Geithner*. Por serem construções que estão inseridas em um mesmo texto (2009, *o ano da Grande Repressão*), a importância discursiva da segunda unidade da aposição é evidenciada, visto que, se esta for apagada, o autor do artigo não tem a garantia de que o seu interlocutor identificará o verdadeiro referente. Portanto, somente a partir do contexto (com certo grau de dificuldade) e, mais imediatamente, a partir da unidade B da aposição, o leitor pode distinguir os dois referentes: o primeiro como sendo o secretário do Tesouro americano no governo de George W. Bush, e o segundo, o secretário do Tesouro americano no atual governo, o de Barack Obama.

A forma sintática *SN substantivo próprio + SN determinante zero* representou a segunda maior ocorrência nos artigos, ou seja, 13% do total de aposições. Apesar de ter configurado, em algumas construções, a relação semântica de atribuição, conforme é demonstrado em [17], na maioria dos casos, essa estrutura codificou a relação de correferência, como nos mostra o fragmento [18]:

[17] Com a separação precoce dos pais, ganha um padrasto oriental e vai viver na *Indonésia, país asiático distante e remoto*, e posteriormente retorna, ainda criança, para ser criado por um casal de idosos brancos – seus avós maternos. Esse legítimo Ph.D. em diversidade humana vai depois estudar em duas universidades de ponta de seu país, Columbia e Harvard, onde conviveu com parte importante da elite branca dos Estados Unidos (VEJA, Edição 2086).

[18] Mas o mundo havia mudado desde o início dos anos 90. Apesar dos temores do ainda influente *Robert Rubin, ex-secretário do Tesouro*, investidores de todo o mundo estavam mais do que felizes em comprar novos papéis americanos, não importava a quantidade (VEJA, Edição 2093).

A terceira maior ocorrência, a forma sintática *SN com artigo definido + SN com artigo definido*, representou 9% do total de ocorrências. Embora a utilização de dois sintagmas com artigo definido normalmente codifique a típica relação de correferência estrita, nos artigos selecionados, essa configuração também reuniu as relações de sinonímia – exemplo [19] – e inclusão – exemplo [12]:

[19] *A "Chimérica" – a relação simbiótica entre a China e os Estados Unidos* – não apenas sobreviveu à crise, como ganhou com isso. Ainda que alguns liberais ficassem assombrados com a decisão do presidente Obama de participar da primeira cúpula do G-2 em Pequim, em abril, a maioria reconheceu que o comércio

deveria se sobrepor à questão do Tibete em um período de crise econômica como aquele (VEJA, Edição 2093).

[12] *As outras instituições criadoras de crédito – especialmente os mercados para títulos lastreados em ativos financeiros – estavam praticamente paralisadas* (VEJA, Edição 2093).

Conforme foi demonstrado na Tabela 1, as construções apositivas presentes nos artigos de opinião analisados apresentaram grande diversidade quanto à estruturação sintática. Essa formalização bastante pulverizada pode ser justificada pelo fato de os artigos de opinião veiculados na revista Veja serem linguisticamente mais elaborados, o que exige do autor maior variação em relação às escolhas linguísticas e, conseqüentemente, das configurações formais.

O sistema discursivo das estruturas apositivas

As construções apositivas manifestam diferentes funções textual-discursivas. Para Nogueira (1999, p. 181), as principais funções são: (i) reformulação (paráfrase referencial, paráfrase linguística, inclusão e correção), (ii) identificação e (iii) avaliação (referenciações anafóricas e catafóricas). Neste estudo, assumimos com a autora basicamente a mesma tipologia das funções textual-discursivas associadas ao emprego das aposições, entretanto, no que diz respeito à função de avaliação, julgamos importantes algumas considerações.

Um estudo mais sistemático das construções que compõem o *corpus* em análise permitiu observar que as funções textual-discursivas das unidades em aposição não ocorrem de forma excludente. Um número considerável de ocorrências faz perceber que essas funções coexistem. Tendo em vista essa constatação, adotaremos neste trabalho, além das classificações sugeridas por Nogueira (1999) – reformulação, identificação e avaliação –, três subclasses para a função de avaliação. São elas: (i) *avaliação* – o locutor intenciona apenas emitir um juízo de valor; (ii) *avaliação/identificação* – o locutor introduz um referente e faz uma avaliação a respeito desse referente e (iii) *avaliação/reformulação* – o locutor busca garantir a compreensão do conteúdo e emite uma avaliação acerca do enunciado.

No gênero artigo de opinião, as funções de reformulação e avaliação apresentaram percentual idêntico: 47% do total de ocorrências. O percentual das funções textual-discursivas das aposições nos artigos está estritamente relacionado às intenções comunicativas desse gênero discursivo, como demonstrarão as discussões que se seguem.

A partir da noção de *contexto de situação* proposta pela Teoria Sistêmica (BUT, 2000), temos defendido a premissa de que o gênero artigo de opinião se caracteriza pelos seguintes aspectos: (i) quanto à natureza da prática social, pela defesa de um ponto de vista representando a opinião de um especialista no tema em questão; e, (ii) quanto à natureza da ligação entre os participantes, pela autoridade e pela liberdade conferidas ao escritor para opinar. Dito de outra forma, o artigo de opinião cumpre, basicamente, dois propósitos comunicativos: opinar sobre um tema que esteja em voga na atualidade e, também, trazer informações aos leitores – ainda que essas informações estejam carregadas de direcionamentos argumentativos, conforme veremos adiante.

Acerca da caracterização das funções textual-discursivas, faz-se importante mencionar o fato de a função de reformulação possuir em sua base as relações semânticas de correferência (estabelece uma paráfrase referencial), de sinonímia (estabelece uma paráfrase não referencial, em que há equivalência semântica) e de inclusão (o significado do segundo elemento está incluído no significado do primeiro). De acordo com o que já temos observado a respeito dessas relações semânticas, podemos concluir que as construções apositivas com função de reformulação desempenham, no texto, o papel de levar o interlocutor à compreensão plena do conteúdo da referenciação. Assim, quando o autor não está seguro de que o seu interlocutor entendeu o sentido pretendido ou identificou o referente mencionado, ele insere uma explicação definidora ou uma expressão que funcione como um reforço ao referente. São exemplos da função de reformulação encontrados nos artigos:

[20] Ben Bernanke, o presidente *do Fed, o banco central americano*, está aplicando a lição de Milton Friedman e Anna Schwartz em *História Monetária dos Estados Unidos* – um livro cujo argumento é o de que a Depressão foi, em grande medida, culpa do Fed daquele período, que não injetou liquidez em um sistema bancário a ponto de implodir (VEJA, Edição 2093).

[9] *O mito do bom selvagem – a idéia de que os nativos do Novo Mundo tinham uma bondade imaculada, não manchada pelas maldades da civilização* – impregnou a mente européia (VEJA, Edição 2007).

No exemplo [20], o autor utiliza, na segunda unidade, uma paráfrase referencial para reforçar a identificação do referente. Já em [9], o articulista utiliza uma paráfrase não referencial, ou seja, uma expressão com equivalência semântica, para melhor definir a referenciação da primeira unidade. Quando o conteúdo de uma expressão é reformulado, além de garantir a compreensão do enunciado por parte do leitor, o autor, na maioria das vezes,

insere uma informação nova, ampliando, assim, o estoque de informações para seu interlocutor. Esse tipo de aposição é empregado nos artigos de opinião porque, além de avaliativos, esses textos também são informativos.

Quanto à função de avaliação, a frequência expressiva dessa função discursiva nos artigos analisados reforça a máxima de que há, nos artigos de opinião, maior comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo que profere. A função discursiva de avaliação representou 47% do total de ocorrências.

Os três tipos de avaliação considerados (avaliação, avaliação/identificação e avaliação/reformulação) apontam para a coexistência de funções discursivas numa mesma construção e para as diferentes estratégias de intervenção avaliativa. Na avaliação, propriamente dita, o falante aduz, na unidade B da aposição, um juízo de valor em relação ao que está posto na unidade A, como vemos a seguir:

[21] *Enquanto o Idiota latino-americano não for relegado aos arquivos históricos – algo difícil de acontecer enquanto tantos espíritos condescendentes no mundo desenvolvido continuarem a lhe dar apoio –*, isso não vai mudar (VEJA, Edição 2007).

[22] *Ou as perdas foram desinfladas, numa contabilidade que atribui valor nominal e não de mercado aos ativos – artifício necessário, dada a evaporação completa dos mercados para certos papéis –*, ou aconteceram em algum lugar fora do sistema bancário. Seja lá qual for a alternativa correta, o sistema de crédito quebrou (VEJA, Edição 2093).

Nos fragmentos acima, as expressões *algo difícil de acontecer* e *artifício necessário* veiculam claramente a opinião dos locutores em relação ao que está postulado anteriormente. Os autores não fornecem, juntamente com a avaliação, nenhuma outra informação que contribua com a referenciação propriamente dita, apenas avaliam o que foi dito em A e justificam suas manifestações através das expressões *enquanto tantos espíritos condescendentes no mundo desenvolvido continuarem a lhe dar apoio* e *dada a evaporação completa dos mercados para certos papéis*.

Na chamada avaliação/reformulação, ocorre a coexistência de duas funções discursivas, visto que, além de emitir uma avaliação, o autor insere um reforço à identificação do referente, como mostram os trechos abaixo:

[23] *O falecido Gerald D. Feldman, a maior autoridade mundial no estudo da hiperinflação alemã de 1923*, traçou um paralelo entre o antigo Yovel hebreu e a

liquidação de todos os títulos de dívida em marcos como resultado do colapso da moeda alemã (embora, como ele mesmo prontamente admitia, os perdedores não tenham ficado nem um pouco jubilosos) (VEJA, Edição 2093).

[24] Assim, quando se trata dos outros, somos implacáveis e a eles aplicamos sem hesitar as normas universais do mundo da rua. Maximizamos a dimensão impessoal da ofensa e tratamos a pessoa como *um indivíduo: um mero cidadão também sujeito à lei* (VEJA, Edição 2021).

Em [23], a unidade B da aposição, além de esclarecer que o falecido Gerald D. Feldman era um estudioso da hiperinflação alemã de 1923, emite um julgamento do autor em relação ao referente: ele era a *maior autoridade mundial no estudo da hiperinflação*. Em [24], ocorre o mesmo processo: o autor, além de esclarecer que um indivíduo é um cidadão sujeito à lei, emite uma avaliação: um indivíduo é um *mero cidadão*, ou seja, uma pessoa sem privilégios ou regalias.

Na função de avaliação/identificação, as funções de avaliação e identificação coexistem. Nessas construções, a avaliação do articulista aparece na primeira unidade da aposição, como em:

[8] O Idiota também acredita a Chávez *a mais progressista de todas as políticas – ter colocado as Forças Armadas, paradigma do regime oligárquico, para trabalhar em programas sociais* (VEJA, Edição 2007).

[25] Observadores estrangeiros estão deixando de compreender *um ponto essencial: o populismo latino-americano nada tem a ver com justiça social* (VEJA, Edição 2007).

Nos exemplos supracitados, a função de identificação caracteriza-se pela construção de referentes no discurso: a primeira unidade introduz uma referência que será especificada pela segunda. Apesar de os termos indefinidos serem normalmente utilizados para introduzir um referente no discurso, como ocorre em [25], e os definidos, para retomar um referente já estabelecido, algumas vezes, como adverte Nogueira (1999), um primeiro elemento pode apresentar-se como definido, mas são os elementos da segunda unidade que lhe atribuem especificidade. Essa advertência é passível de ser constatada em [8], em que a unidade B – *ter colocado as Forças Armadas, paradigma do regime oligárquico, para trabalhar em programas sociais* – especifica a unidade definida veicula em A – *a mais progressista de todas as políticas*.

A função de identificação é caracterizada por criar um ambiente de expectativa em relação ao que será dito. Por intermédio da catáfora, o locutor focaliza o conteúdo enunciado,

chamando mais a atenção do seu leitor. Mas além do ambiente de expectativa, nos casos supracitados, há, também, uma avaliação por parte do locutor explicitada no uso das expressões *a mais progressista de todas as políticas* e *um ponto essencial*.

O alto índice de ocorrência das funções de reformulação e avaliação no gênero artigo de opinião (ambas com 47% de representatividade) verificado neste trabalho faz coro com os achados de Meyer (1992) e Nogueira (1999) e endossa o fato de as estruturas apositivas estarem a serviço dos propósitos comunicativos dos gêneros discursivos. Além disso, os dados apresentados aqui reforçam a premissa de que as escolhas linguísticas não são feitas de forma aleatória e, muito menos, possuem caráter acessório, visto que elas codificam significados muito bem definidos.

Considerações finais

Embasados nos estudos de Meyer (1992) e Nogueira (1999) em relação aos aspectos formais, semânticos e discursivos da aposição, propusemo-nos a investigar as correlações existentes entre as construções apositivas e os propósitos comunicativos do gênero artigo de opinião. No que tange às propriedades sintáticas, observamos que a frequência de construções apositivas que apresentam um sintagma nominal definido nas duas unidades foi significativamente a mais alta: representou 38% das ocorrências. Por tal configuração sintática codificar, na maioria dos casos, a correferência estrita, os números demonstram que a principal função da aposição nos artigos de opinião é a de garantir a plena identificação dos referentes por parte do interlocutor para que a comunicação ocorra de forma satisfatória.

A descrição sistemática dos dados permitiu observar ainda que, nesse contexto particular de interação, as construções apositivas apresentam codificações sintáticas bastante pulverizadas, o que pode ser um indicio de maior flexibilidade nas escolhas linguísticas. Todavia, apesar dessa diversidade sintática, as configurações *SN com artigo definido + Oração* e *SN com artigo definido + SN com determinante zero*, que codificam, na maioria das ocorrências, a relação semântica de atribuição, apresentaram percentual bastante significativo: 14%.

Quanto às relações semânticas, chamamos especial atenção para a frequência da função de atribuição, que representou 33% do total de ocorrências. Por ser essa uma relação que evidencia as crenças do locutor em relação ao tema debatido, defendemos a hipótese de

que o percentual possui relação com o fato de os artigos de opinião se distinguirem pelo fato de apresentarem um maior comprometimento opinativo.

Assim como ocorreu com a relação semântica de atribuição, a função textual-discursiva de avaliação apresentou índice de ocorrência bastante significativo, chegando a representar 47% do número de ocorrências. Mais uma vez, atrelamos esse resultado aos propósitos comunicativos do gênero discursivo: por se tratar de um texto assinado, o artigo confere maior liberdade ao seu autor em relação aos juízos emitidos e, também, ao modo de expressão verbal (MELO, 1985). Diferentemente, por exemplo, dos editoriais, que veiculam a opinião da entidade jornalística acerca de um determinado tema, os juízes de valores publicados nos artigos de opinião são de responsabilidade do articulista, por isso, os textos emitem opiniões e avaliações de forma menos velada.

Considerando os resultados encontrados neste estudo e nos estudos de Meyer (1992) e Nogueira (1999) quanto às formas sintáticas, às relações semânticas e às funções textual-discursivas da aposição, é possível concluir que esse fenômeno linguístico apresenta íntima relação com as intenções comunicativas dos gêneros discursivos. Diferentemente daquilo que normalmente é divulgado nos compêndios tradicionais em relação ao aposto (a unidade B da aposição), os elementos em aposição não só exercem importantes papéis na construção dos referentes discursivos, mas são também recursos linguísticos indispensáveis na produção de significados.

Referências

- AZEREDO, J. C. O aposto e o intertexto. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). *Texto e Discurso: mídia, literatura e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 21-33, 2003.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BRONCKART, J. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Raquel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.
- BUT, D. *Using functional grammar: an explorer's guide*. 2. ed. Sydney: Macquarie, 2000.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fename, 1979.

CUNHA, D. A. C. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: MACHADO, A. P.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 53-69, 2003.

DAMATTA, R. Sem culpa e sem vergonha. *Veja*, São Paulo: Ed. Abril. Ed. 2021, 15 de agosto de 2007.

DIAS, N. B. Cláusulas apositivas “desgarradas” em português: estatuto sintático-discursivo. *Revista Veredas*. Vol. 8, p. 63-77, 2004.

FERGUSON, N. 2009, o ano da grande repressão. *Veja*, São Paulo: Ed. Abril. Ed. 2009, 31 de dezembro de 2008.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 3. Ed. London: Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HELIO, S. O que Obama tem a ver com o Brasil? *Veja*, São Paulo: Ed. Abril. Ed. 2008, 12 de novembro de 2008.

LLOSA, A. V. O retorno do idiota. *Veja*, São Paulo: Ed. Abril. Ed. 2007, 9 de maio de 2007.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 9-25, 2003.

MELO, J. M. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MEYER, C. F. *Apposition in contemporary english*. New York: Cambridge University Press, 1992.

NOGUEIRA, M. T. *A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

PINHEIRO, J. B. G. *Análise sintática: teoria e prática*. São Paulo: Atual, 1990.

Artigo recebido em: 06.05.2015

Artigo aceito em: 08.06.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

FORMAS NOMINAIS DESIGNATIVAS NA CONSTITUIÇÃO DO PERFIL FEMININO: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA

Luiz Francisco Dias *

Eloisa Elena Resende Ramos da Silva **

Resumo: Neste trabalho, buscaremos um aprofundamento no conceito de formas nominais designativas proposto por Dias (2013) enfatizando as formas que regem as construções designativas referentes às mulheres em cenas distintas. Traçaremos um olhar especial na questão da significação e uma abordagem mais aprofundada, observando o papel do determinante na constituição do domínio referencial no âmbito do estudo da adjetivação/qualificação/designação. Discutiremos o ato de designar, ou dar nomes aos indivíduos, apontando a forma como os processos nele implicados remetem a relações históricas de determinação, conforme propõe Guimarães (2005).

Palavras-chave: Designação. Enunciação. Mulher.

Abstract: In this paper, we deepen our understanding of the concepts of designative nominal structures developed by Dias (2013). We seek to emphasize the linguistic forms that rule the designative structures concerning women in different scenes. We shall pursue questions related to meaning in-depth aiming to examine the role of determinants in the constitution of a reference domain within the scope of study of adjectives / qualification / designation. We also discuss the act of designating or naming individuals, pointing out to how process connected with this act refer to historical relations of determination, as proposed by Guimarães (2005).

Keywords: Naming. Enunciation. Women.

Introdução

Em meados do século XX, eram comuns designações para mulher que situavam em lados bastante distintos a sua condição jurídico-social. De lado, tínhamos: *mulher de família, moça para casar, virgem, mulher prendada, rainha do lar*. De outro lado, havia *prostituta, rapariga, meretriz, messalina, puta, mulher da vida, amante, garota de programa, quenga, piranha, teúda, manteúda, a outra* etc. Nos últimos anos, já no presente século, algumas

* Professor titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do CNPq. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: ldias@ufmg.br.

** Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Doutoranda em Linguística da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: eloisaresende@iftm.edu.br.

outras designações ganham espaço na mídia: *periguete*, *popozuda*, *catilanga* (*tilanga*), *tica*, *peguete*, *vadia*, *vagabunda*, *cachorra*, *preparada*, etc. Entretanto, as novas designações não se constituem com base em perspectivas efetivamente inovadoras quanto à sua condição jurídico-social. Vamos analisar essas designações no âmbito da semântica da enunciação, em associação com conceitos de uma teoria do discurso. Para isso, as designações serão especificamente abordadas na condição de formações nominais (FN), observando o papel do elemento designativo na constituição do domínio referencial, responsável pelo balizamento do sentido das designações acima expostas.

Apresentaremos inicialmente o conceito de formação nominal bem como os fundamentos da semântica da enunciação desenvolvida no Brasil por Guimarães, e detalhada principalmente nas obras de 1995 e 2005. A seguir, discutiremos aspectos do perfil feminino que se constituem nas perspetivações que se sobressaem em FNs que circularam ou circulam nos meios de comunicação em três períodos: década de 1950, década de 1980 e anos 2000. A evolução dos efeitos de sentido que esse perfil vai adquirindo serão abordados em seguida, a partir de conceitos como silenciamento, desenvolvidos numa teoria discursiva de linha francesa. Ao final, retomamos o conceito de perspetivação e de formação nominal, no sentido de fazer um balanço daquilo que pudemos compreender do perfil feminino naqueles períodos, tendo em vista o desenvolvimento da visada teórica adotada com foco no conceito de formação nominal.

A formação nominal no âmbito da enunciação

Os estudos semânticos do sintagma nominal em larga escala encontram seus fundamentos na concepção segundo a qual o sentido se constitui na forma como apresentamos um referente do mundo real ou imaginário. O papel básico do sintagma nominal seria o de identificar referentes, apresentando as propriedades de entidades, eventos, situações, conceitos do mundo extralinguístico. Nessa direção, para Chierchia (2003, p. 325-326), a construção de um sintagma nominal implica em uma operação composicional cujo nome nuclear recebe determinação, de modo a enriquecer o modo de apresentação de uma entidade. Isso propiciaria a flexibilidade do nome nuclear. Nesse caso, podemos falar não só de mulher, mas de *mulher de família*, *mulher de rua*, *mulher para casar*, *mulher da vida*, o que impossibilitaria a renegociação com o léxico na invenção de cada novo nome, verbo, designação. Aí residiria a viabilidade de qualificar, modificar, enriquecer expressões predicativas, pois permitiria definir classes e relações sempre novas, por meio das já

existentes no léxico (CHIERCHIA, 2003. p. 328). O papel do sintagma nominal, portanto, seria o de expressar as propriedades necessárias à construção da referência dessas entidades no mundo.

Na abordagem da semântica da enunciação, contudo, a relação entre o substantivo e seus determinantes no âmbito do sintagma nominal vai além dessa perspectiva composicional. Tomemos as construções nominais *moças de família* e *moças levianas*. Antes de tudo, trata-se de uma polaridade designativa que constituiu o universo das relações da mulher com o casamento na década de 50, por exemplo. São designações que visavam separar dois perfis distintos de mulher: uma para casar, outra que não se enquadra no perfil desejado de matrimônio disseminado na época.

A construção preposicional *de família*, bem como o adjetivo *levianas* não participa do funcionamento do grupo nominal com *moças* de forma a apenas qualificar, ou modificar ou enriquecer o sentido do substantivo, com vistas à identificação de um referente. E isso só poderá ser compreendido se levarmos em consideração que a enunciação mobiliza sentidos de resistência a um campo de memória em que *moça* se insere. O adjetivo *levianas* adquire pertinência como determinante na medida em que é invocada uma memória do significado do termo *moças* associado a *de família*. Assim, enunciar *moças levianas* não significa apenas um dizer sobre o significado de *moça*: a agregação desse adjetivo está permeada pela historicidade específica da relação entre o sujeito e as instituições sociais que se mostra na incidência do gesto de designar *moças* na resistência.

Dias (2013) assevera que a constituição de uma formação nominal não se dá apenas pela motivação de um gesto informativo concebido no estrato extralinguístico, pois há algo do sentido para além das informações das propriedades de uma entidade extralinguística. A “formação nominal”, portanto, constitui-se em um novo olhar para o “sintagma nominal”, um olhar configurado pela enunciação. A FN teria como escopo a constituição de um domínio referencial, ancorado nas noções de referencial de Foucault (1986), que ele concebeu a partir do campo de emergência das entidades. Na sua perspectiva, para serem identificadas e nomeadas, elas precisam se submeter a uma norma de existência concebida no discurso.

Trata-se de um recorte enunciativo, porque essas entidades não se encontram discriminadas e delimitadas na natureza. A enunciação irá torná-las pertinentes aos acontecimentos linguísticos, tendo em vista as possibilidades históricas que as fazem emergir. As FNs abrigam a base desse referencial, isto é, desse campo de emergência das entidades extralinguísticas. Na medida em que ganham identidade nesse referencial, a ordem de objeto extralinguístico não se sustenta, pois essas entidades passam a ser constituídas por uma ordem do próprio enunciado, do

pertinente na enunciação histórica. Assim, uma FN é uma formação das condições em que a construção nominal baliza um domínio referencial (DIAS, 2013, p. 15).

Nessa direção, afirmamos que a enunciação é acontecimento de produção do enunciado (GUIMARÃES, 1995), o qual adquire sentido na relação entre a memória dos dizeres concernentes a esse enunciado e a atualidade da sua formulação. Antes da referência, o enunciado passa por uma contração de referenciais no campo da memória. Essa seria a leitura do conceito de “campo de emergência” das entidades, preconizado por Foucault, que estamos trazendo a este estudo. Há sempre uma perspectivização no acontecimento enunciativo que oferece as condições para a referência.

Dessa forma, as construções *prostituta, rapariga, meretriz, messalina, puta, mulher da vida, amante, garota de programa, quenga, piranha, teúda, manteúda* são concebidas segundo a perspectivização de uma atualidade pertinente na relação com a memória, enquanto traço de anterioridade advinda do conceito “mulher” que segundo Silva (2012) é uma construção social que condicionou a figura feminina à imagem de meiguice, delicadeza, matrimônio, moral, inspirados na escrita de homens, historiadores da bíblia, os quais simbolizavam a existência do sexo feminino a partir do *Gênesis*, o qual versa sobre a origem da mulher oriunda de uma costela masculina, sublinhando a posição do sujeito mulher à condição de alteridade. As designações acima são correntes nos anos 1980 e foram sendo substituídas por outras no século XXI como *periguete, popozuda, preparada, cachorra, catilanga (tilanga), tica, peguete, vadia, vagabunda, cachorra, preparada, profissional do sexo*, captadas inclusive em textos de músicas populares.

Constitui-se como acontecimento enunciativo a adesão dessas FNs e sua pertinência ao discurso do seu tempo, tendo como perspectivização a tensão entre as visões de *mulher de família* e *mulher da vida*. A pertinência da memória de *mulher* é constituída historicamente em períodos diversos como forma de distingui-las. Essa memória se apresenta como traço comportamental de mulher. Ao designar *mulher* com traços distintos, o determinante do núcleo na construção nominal faz aparecer um traço passado que ainda não tinha sido evocado na memória que sustenta a significação desse nome nuclear: na década 1950 uma possibilidade de comportamento, em 1980 outra e nos dias atuais ainda outra. O acontecimento vai se delineando dentro de espaços “em que os traços de memória comparecem na atualidade do enunciar, tendo em vista a formulação de encaixes de dependência nas articulações em torno do nome” (DIAS, 2013, p.16).

Em suma, na FN reside um potencial de observação da realidade, não a partir de elementos informativos dessa realidade, mas por meio de “traços em função dos quais,

elementos do real adquirem pertinência para a realidade enunciada, ou seja, em termos foucaultianos, a partir do nível enunciativo da própria formulação” (DIAS, 2013, p. 16).

Formas designativas que constituem certo perfil feminino

Realizamos uma abordagem enunciativa dos sentidos dos enunciados designadores e suas formas de condensação em substantivos no que diz respeito à figura feminina dos anos 50, 80 e 2000. Aquelas categorias designativas, além de designar, caracterizavam e qualificavam mulheres. No âmbito desse estudo, pudemos observar que se destacavam nomes que conscientemente ou não eram postos em função de dicotomizar a figura feminina, conformada em dois predicativos, orientados em função da historicidade de suas enunciações: “mulher de família” *versus* “mulher da vida”.

Ao tomarmos a designação da figura feminina nos períodos em estudo como objeto de nossa reflexão, nos propomos a uma análise que não se detenha unicamente aos aspectos taxionômicos. Com efeito, apesar da “designação de uma expressão linguística se apresentar como se fosse uma, na verdade significa segundo suas relações interdiscursivas em que se constitui enquanto designação” (GUIMARÃES, 1995, p. 103). O ato de designar algo imperceptivelmente se apresenta como se fosse atitude natural, há a impressão de que a vontade de uma pessoa ou de grupos de pessoas é que sustenta uma ou outra escolha, ou seja, designar algo seria uma forma de estratificar o mundo, considerando a relação homem/mundo/linguagem. Dessa forma, a língua seria entendida como via de expressão do pensamento. É como se o falante tivesse controle do sentido. Esse quadro é um mero efeito para o sujeito que enuncia.

Ao considerarmos o arcabouço teórico da semântica da enunciação, concebemos o processo designativo como histórico, em que o sentido é determinado pelas condições sociais de sua existência. Partimos do pressuposto de que a língua funciona afetada por uma memória do dizer: nomear uma mulher, um lugar, uma cidade é, pois, rememorar a história e ao mesmo tempo vivê-la. Assim, pensar na designação como uma mera forma de classificação é negligenciar uma gama de fatores histórico-sociais presentes na linguagem. A nomeação constitui, portanto, o memorável de uma temporalidade específica cuja necessidade de uma designação que identifique as mulheres é posta como uma forma de identificarem a si próprias, ainda que seja no diferente.

Observamos que há um efeito singular que individualiza os sujeitos via construções designativas. Esse efeito desestabiliza e deixa entrever um lugar que abre espaço para o

equívoco, ou seja, lugares-outros, representados na sociedade pelas instituições: igreja, escola, mídia, etc. Tal escolha se dá agenciada pelo acontecimento enunciativo específico que recorta memoráveis projetando nomes disponíveis como contemporâneos, afetados pela memória do dizer, pelo interdiscurso, tomado pelo político como determinantes das relações sociais e das divisões manifestas na linguagem.

O espaço de conflito que se estabelece na enunciação encontra-se instalado no centro do dizer, materializado por processos de designação, os quais incluem os silenciamentos. Esse é o foco das reflexões de Guimarães (2005) que, numa perspectiva de (re)(des)construção, vai delineando os modos de designação em um índice de revista, como “estabelecimentos comerciais, nomes de pessoas, ruas, bairros e cidades; escavando, nas entranhas das diferentes sedimentações, práticas políticas que resultam modos diversos de dizer” (RASIA, 2006. p. 180). Nessa perspectiva, analisando o conceito de FN, observamos as determinações contraídas por sinônimos referentes à prática sexual feminina, conforme o acontecimento histórico em cada uma dessas designações. Especificamente, no interior da FN, observamos o papel do determinante adjetivo na constituição do domínio referencial, responsável pela distinção de sentido das designações apresentadas. Para Guimarães, “não é o espaço físico que tem uma palavra na língua para referi-lo, e depois os episódios históricos que ali ocorreram (...) o espaço do homem só é espaço enquanto historicamente determinado, e a linguagem o designa neste processo histórico” (GUIMARÃES, 2005, p. 43-44).

A partir de suas estruturas sintáticas, o funcionamento semântico-enunciativo vai configurando a temporalidade no acontecimento. Designações como esta é que dão conta de presentificar a memória do que é ser mulher, em que tempo e em que período, e dão conta, inclusive, da polarização *moça de família* X *mulher da vida* em 1950, ou a mulher mais complexa de 80 que ficou entre esposa x amante/outra/ amasiada, até chegar ao terceiro milênio na mulher multifacetada cuja designação atualmente torna-se difícil sob o risco de se enfrentar punições e censuras do politicamente correto.

De um lado, temos os nomes *moças de família*, *rainha do lar*, *donzelas*, *virgens* os quais se ligam a nomes fundadores daquelas meninas destinadas a se tornarem esposas, mães zelosas e administradoras de sua família, cuja existência é central, legítima e reconhecida na sociedade de 1950, configurada e legitimada pelas formações nominais designativas cujo adjetivo ou locução remetem recorrentemente ao espaço domiciliar, seguidoras dos princípios morais e éticos aprovados socialmente e agindo respeitosa e com os pais e preparando-se para o casamento. De outro lado, o silenciamento em torno dos nomes relacionados ao meretrício como *moças levianas*, *mulheres da vida*, *mulheres de zona*. Tais nomes entram na

dispersão das narrativas, especialmente nas composições musicais por onde sequer passava qualquer indício de mérito de sua existência indesejada. Esta não era para casamento, pois se permitiam ter intimidades físicas com os homens e tinham sua reputação manchada, eram as “mal faladas”.

Curiosamente, no período de 1950, observa-se uma polarização na configuração da figura feminina em *moça de família* e *mulher da vida*, com suas devidas designações. Toda a história das enunciações de nomes a elas destinados está imbuída de traços antagônicos que reportam a presentificação de uma sociedade, suas normas e seus costumes, com suas exclusões, segregações, enaltecimentos e conseqüentemente suas contradições, constituídas a partir de um efeito de regularidades produzidas no âmbito do gênero.

Para além de descrever um perfil de mulher numa determinada sociedade, as designações se mostram como lugares de produção de sentidos, de amostragem da história e suas contradições. As designações da figura feminina passam por enunciados dispersos no meio social, manifestados na mídia e que, evidentemente, se manifestarão nos nomes a elas destinados por meio de um duplo funcionamento: o que recorta o passado memorável e o presentifica; e outro que se manifesta como se fosse presente e futuro sem memória. Trata-se da enunciação oriunda do lugar pertinente ao lugar da visão masculina que nomeia por meio de substantivos, adjetivos, verbos, e outros.

No caso da mulher da década de 1950, como as moças se submetiam ao imperativo de uma cultura falocêntrica, configurada nas figuras de pais e maridos, era comum o desafio maior a ser enfrentado pelos pretendentes: a dureza do pai “zeloso” que a confinava até encontrar um esposo com características condizentes com o que era desejado e aprovado pela sociedade.

Parece, portanto, que o movimento designativo de uma personagem funciona como um mecanismo de controle e faz parte dos espaços politicamente construídos e que conquistaram ressonâncias desejadas e determinadas no domínio social, que é hegemônico, indissociável, inabalável, tais como: pureza (virgindade), os dotes domésticos (dona de casa), a fertilidade (mãe) e a dedicação à família (esposa). Tal exigência é possível no processo designativo pelo efeito do funcionamento do nome próprio que nomeia/renomeia um perfil, pois esse efeito produz a ilusão de unicidade que estabiliza a identificação da personagem feminina reconhecida nos três períodos por um aglomerado de pessoas que apresenta, de certa forma, interesses comuns. Nessa direção, afirmou Guimarães:

...o processo enunciativo da designação significa, então, na medida em que se dá como confronto de lugares enunciativos que movimentam a língua. Um lugar enunciativo recorta e assim constitui um campo de 'objetos'. Se se mudam os lugares enunciativos em confronto, recorta-se outro campo de 'objetos' relativos a um dizer. (GUIMARÃES, 2001, p. 47)

Dessa maneira, para ser considerada aceita é preciso, antes de mais nada, que a personagem feminina tenha uma determinada postura comportamental, posição social, civil e o reconhecimento jurídico diante de outras; seja nessa concepção, seja em outra reconhecida pelos outros a partir de sua designação.

Silenciamentos, substituições, deslocamentos: a mulher em cena

Se considerarmos a década de 1980, há a configuração de uma outra mulher projetada por categorias que vão se modificando, deslocando, recebendo substituições em função de períodos distintos. O índice de mulheres que se mantinham castas até o casamento ia diminuindo, embora o assunto se mantivesse velado na mídia. E, ainda que esta tentasse desmitificar histórias acerca da virgindade, ao mesmo tempo considerava mal vista aquela que mantinha relações sexuais antes do matrimônio, o que acarretava um conflito interior, fazendo-a se sentir indigna, desmerecedora de um casamento por vias convencionais.

Na constituição da imagem que se postula acerca do universo feminino e da enunciação de nomes a ela designados, observamos diferentes espaços. Por isso é importante para nós a noção de cena enunciativa, postulada por Guimarães (2005, p. 23), nas quais termos e expressões se constituem, compreendendo a cena enunciativa como caminhos específicos de acesso à palavra, dadas as interações entre figuras de enunciação e formas linguísticas. O ato de nomear apresenta-se na trama da reescrituração, isto é, por meio de ressurgimento, substituições, retomadas, que, ao invés de fixarem a referência, produzem sua deriva (RAZIA, 2006, p.182).

As reescriturações acerca das designações como *moça de família e mulher da vida* instaura esse lugar de visão na sociedade acerca da figura feminina pela estratégia de predicação que funde o nome prostituta à mulher da vida, mulher que troca sexo por dinheiro, mulher que vende o corpo como profissional legitimada por jurisdição, a mulher de vida livre (amante), ou até mesmo aquela que faz do sexo via de prazer, cada qual no seu cerne escalonado pelo olhar, como a predicação que se dá a partir de uma alteridade da ocupação

política, religiosa, mercadológica e/ou posicionamento sexual: o espaço da relação conjugal, a consumação do matrimônio, a defloração e outros.

E é nesse princípio que o silêncio atravessa as formas, limitando seu sentido. Falamos do silêncio, proposto em Orlandi (2007, p.68), como condição da produção de sentido e como lugar diverso da significação, lugar este que permite que a linguagem signifique. No nosso caso, constitui silêncio na forma que desloca, que substitui, que qualifica, atravessando as palavras e constituindo a política do silêncio: designar a mulher nos anos 1980 é apagar sentidos possíveis que não são pertinentes naquele momento, instaurados sócio-historicamente, mas, ao mesmo tempo, é uma forma de resistência que traz memoráveis de um já-dito, isto é, representa um dito de outra forma.

Neste ponto de percurso pela designação da figura feminina, uma discussão importante em torno dos modos como se enuncia a mulher significa ao constituir seus perfis nos quais justapõem temáticas ligadas, entre outras, à política, ao mercado, às relações interpessoais responsáveis pela aceitação ou não de certo perfil na sociedade vigente, apontando julgamentos responsáveis pelo efeito de se referenciar mulher. As designações que oscilam de um período a outro mostram os efeitos produzidos, constituindo um “jogo designativo parafrásico” (GUIMARÃES, 2005) que instaura uma temporalidade própria.

A mulher em outra cena

Enfim, os espaços são olhados no que eles retêm de político em sua constituição e na distribuição dos papéis, nos sentidos que suas múltiplas designações mobilizam. Isso constitui o simbólico na linguagem e, em função disso, o nome, para além da categorização, é texto que significa, porque se presentifica na memória histórica, fornecendo as pistas para se reestruturarem, se recomporem as histórias enunciativas opacas em nomes, inseridos no processo de subjetivação pelo qual o indivíduo se auto identifica, produzindo efeito de unicidade. Os nomes a ela designados são identificados pela historicidade que evocam, representando não somente lembrança de acontecimentos, mas efetivação material da condição simbólica da linguagem, possibilitando a significação, inclusive, a partir do silêncio nos processos de designação.

Tal descoberta instaura um acontecimento nos estudos acerca dos gêneros, da linguagem e da sociedade em geral, provocando incursões e reflexões substanciais que representam peso na prática cotidiana recorrente que frequentemente mascara a latência de sentidos envolvendo a designação. Convivendo com as expressões designativas da década de

1950, surgem: *amante, outra, prostituta, amásia, teúda, mateúda* e outros em 1980 e paralelamente a esses, surgem, *periguete, peguete, cachorra, popuzuda, profissional do sexo*, etc. nos anos 2000.

É importante verificar no funcionamento enunciativo dessas designações que o dizível da intertextualidade (re)significa o dito, o explícito, como também o não dito, o silenciado. É no confronto discursivo que se (des)estabilizam e silenciam sentidos os quais diante do processo designativo estão em constante propensão a interpretações outras, possibilitando tanto a estabilização quanto o apagamento de certos sentidos. Segundo Guimarães (1995), é nessa interdiscursividade que a enunciação se articula, onde os discursos se entrecruzam e a materialidade do referente se constitui. Reencontramos aqui o conceito de campo referencial de Foucault. Isso nos leva a crer que a trama do acontecimento enunciativo faz com que uma designação signifique o mesmo como também o diferente, tendo em vista as perspectivas que em relação a ela se colocam. Esse deslocamento de sentidos acontece a partir das condições de produção do sujeito no acontecimento, ou seja, no conflito de posições de sujeito que movem a língua.

Que mulher é essa?

A considerar o avanço tecnológico, a conquista da mulher nas várias esferas do âmbito social, educacional, sexual, não é de se estranhar que as categorias utilizadas para designá-la nos anos 2000 passam longe da dos anos 1950, bem como da dos anos 1980. As categorias utilizadas para qualificá-la servem também para estratificá-la. Tais designações denotam traços e perspectivas de uma mulher liberada sexualmente, que projeta um caminho no sentido de se tornar apta a assumir um lugar que se afaste das determinações a ela concebidas no passado.

Hoje a mulher já não se ajusta a modelos tradicionalmente impostos como os de *rainha do lar, doméstica, dona de casa*. A mulher é multifacetada, questionadora de imposições que a condicionavam ao espaço privado do universo domiciliar. As formas que atualmente a categorizam marcam sua sexualidade, o uso de seu corpo como fonte de satisfação do prazer. Portanto, falar de sexo hoje não é mais tabu, a ponto de a mídia orientar o comportamento feminino, na maioria das vezes, em função do tema sexo.

Há uma repetição, constituída na regularidade das formas na estruturação do enunciar. Isso traz à memória um estatuto social, necessário para a atualização do enunciado. Junto a essa memória, designações condensadoras do ato e da nomeação, e portanto novos

substantivos constituídos a partir dessa perspectivação. Daí o surgimento de expressões como *gata*, *tchutchuca*, *preparada*, *popozuda*, *neném* e outras, as quais revelam as múltiplas faces da figura feminina no âmbito da modernidade, e que a situa num patamar de coisificação e até de incapacidade e dependência (*neném*).

A questão maior é que como, na década de 1950, na de 1980 e nos anos 2000, a mulher continua precisando da aprovação masculina para conquista de espaço, tanto no âmbito da educação, quanto na esfera profissional e, principalmente no campo sexual. Nos dias atuais a mulher é multiuso: mãe, profissional, esposa, máquina de fazer sexo animal e muito mais. O culto à beleza, centrada em partes do corpo e em função da manutenção da juventude e da vaidade constitui pré-requisito para a exigência imposta pelas pressões masculinas e que se refletem socialmente.

Tendo em vista a concepção de forma nominal como aqui apresentada, estas formações designativas que se convergem para uma qualificação/encapsulamento no nome, adquirindo identidade segundo um domínio referencial antagônico, estabeleceram a dicotomia: moça *de família*, moça *leviana*. De um lado, emerge nesse domínio linguístico a mulher pronta para se casar, cuidar de seus filhos, dar total atenção à família, sobretudo ao marido; de outro, a mulher fácil, de vida livre, leviana, portanto inapta a preencher os requisitos de rainha do lar, porém pronta para satisfazer aos desejos sexuais dos homens, servindo como objeto do prazer masculino. Trata-se da memória de gestos enunciativos da constituição de um conceito de feminino que se contrai entre a origem histórica do ser mulher no campo de aceitação e rejeição historicamente impostos a ela.

Enunciar a FN nos três períodos citados implica participar do acontecimento em que uma atualidade é convocada na possibilidade de designação da mulher. O fato de se associar moça *de família* a *amante* ou *popozuda*, em termos de significação, ampara domínios de referência que se diferenciam em seu sentido, tendo em vista fatores comportamentais ou de ajustes sociais. Nesse caso, o domínio referencial produz condições para os recortes de sentido, tendo em vista a própria constituição da FN, manifestada conforme o funcionamento do enunciado onde se situa e os cruzamentos de memória e atualidade que operam no domínio referencial.

Portanto, por trás de designações como *cachorras*, *preparadas*, *popozudas*, *periguetes peguetes* e outros ditos anteriormente, residem os sentidos de *moça de família* e *mulher da vida*, apregoados lá nos primórdios do século XX, produzidos a partir de um esquecimento que deixa como resíduo de evidência a ideia de hegemonia numa sociedade marcada pelas diferentes imagens produzidas pelo universo masculino que orientou os povos desde os

primórdios, evidentemente com novas configurações. Aquilo que se apaga deixa rastro, rastro que mobiliza o povo, as mentes implicadas nas relações de gênero, que nada mais é que a manifestação da resistência.

Considerações Finais

Neste texto, procuramos apontar fundamentos para o tratamento do sintagma nominal de uma forma mais ampla, consubstanciado no conceito de *formação nominal*. Propusemos a articulação das formas nominais designativas em períodos distintos, mostrando a articulação entre o núcleo, seus determinantes e a condensação/convergência de termos em função das condições enunciativas que dão suporte a um domínio referencial.

Tendo em vista a natureza de perspectivação, qualificação do adjetivo (DIAS, 2012a), a sua relação com o substantivo, a sua condensação ou a convergência traduzem modos de legitimação daquilo que é possível ser dito na língua no que concerne à condição feminina. O estudo das FNs reforça a tese segundo a qual os discursos institucionalizam sentidos, pois são ancorados em domínios de referência que recortam o real. Daí a pertinência na efetivação da relação entre as enunciações atuais e os memoráveis no acontecimento enunciativo.

Referências

CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Unicamp/Eduel, 2003.

DALMASCHIO, L. *Enunciação e Sintaxe: modos de enunciação genéricos na ocupação do lugar sintático de objeto*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. 103p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2008.

DIAS, L. F. Articulação sintática e trajeto temático: a norma culta em debate. In: ABREU, S. (Org.). *Reflexões linguísticas e redação no vestibular*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 35-48, 2010.

_____. Os sentidos da liberdade no mundo *wiki*. In: SCHONS, C. R.; CAZARIN, E. A. (Org.). *Língua, escola e mídia: entrelaçando teorias, conceitos e metodologias*. Passo Fundo: Ed. da UPF, p. 272-287, 2011.

_____. O adjetivo na formação nominal: uma abordagem enunciativa. *Web Revista Discursividade*, Campo Grande, v. 9, p. 1-10, 2012.

_____. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22. jan./jun. 2013.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, E. Um Mapa e suas ruas. in: ORLANDI, E. *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.

RAZIA, G. Semântica do acontecimento: um olhar sobre a cidade, seus nomes suas práticas políticas. *Conexão Letras*, UNIJUÍ, vol 2, n. 2, p. 179-182, 2006.

Artigo recebido em: 02.04.2015

Artigo aceito em: 12.06.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM SUBJACENTE AOS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E LETRAMENTO DE SURDOS

Thiago Manchini de Campos*

Resumo: Neste artigo iremos discutir sobre a concepção tradicional de linguagem que subjaz ao processo de escolarização e de ensino de língua portuguesa, abordando suas possíveis consequências no trajeto de letramento de alunos surdos. A análise realizada é de cunho discursivo e procura evidenciar que o fato da escrita em língua portuguesa de alunos surdos seguir, em muitos casos, a estrutura de sua língua materna (Libras) não acarreta incapacidade na produção e interpretação de textos quando tomados na dimensão do sentido. Apesar de não dominar a estrutura da língua portuguesa, é possível ao aluno surdo estar inserido no processo de construção de sentidos.

Palavras-Chave: Surdez. Sentido. Letramento.

Abstract: In this paper we discuss the traditional conception of language that underlies the scholarization process and the teaching of Portuguese language, addressing the possible consequences in the literacy of deaf students. The analysis is of discursive nature and seeks to highlight the fact that the writing of deaf students in portuguese follows, in many cases, the structure of their mother tongue (Libras), but does not mean a disability in the production and interpretation of texts when taken in the dimension of meaning. Although there is a lack of dominance of the structure of the Portuguese language, it is possible for deaf students to be inserted in the meaning making process.

Keywords: Deafness. Meaning. Literacy.

Introdução

O recente movimento de inclusão de alunos com necessidades especiais no ambiente escolar regular tem gerado discussões em diversos âmbitos, do político ao social passando pelo clínico, pedagógico, etc. Ao se tratar de sujeitos surdos, o debate assume certas ramificações relacionadas ao papel do tradutor/intérprete¹ em sala de aula, ao posicionamento

* Departamento de Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos – Piauí, Brasil. Email: thiago.manchini@ufpi.edu.br

¹ A nomenclatura tradutor/intérprete é sintoma das contradições que cercam a *práxis* destes em sala de aula. Ao tradutor caberia somente a função de traduzir o mais literalmente possível, enquanto que o intérprete age como um intermediário do conhecimento entre professor e aluno. O tradutor faria uma “transferência direta”, enquanto

do professor, ao grau de surdez dos alunos, se são oralizados ou não, a proficiência destes em Libras (Língua Brasileira de Sinais), a real possibilidade de um acompanhamento extraescolar caso haja necessidade, etc.

Uma das temáticas que, em determinados pontos, perpassa e permeia a extensa literatura produzida a partir das discussões sobre surdez reside nos questionamentos que emergem da noção de linguagem trabalhada no letramento de alunos surdos. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é discorrer sobre a concepção de linguagem subjacente aos processos de escolarização e letramento de alunos surdos a partir da análise de algumas produções textuais, buscando mostrar que a concepção adotada em sala de aula incide diretamente na possibilidade de um trabalho mais produtivo, no ensino da modalidade escrita da língua portuguesa para surdos.

Quadros e Karnopp (2004) definem a escrita em Língua Portuguesa como sendo um empréstimo já que, sendo a Libras uma língua espaço-visual, não possui ainda sua modalidade escrita². Assim sendo, tanto a soletração manual do alfabeto português, em uma variedade de contextos, quanto a produção escrita, são utilizadas para introduzir uma palavra ou termo específico que não possui sinal equivalente. Essas afirmações são tratadas no contexto da língua materna (LM), podendo o surdo, obviamente, dominar a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, concebendo-a como sua segunda língua (L2).

São muitos os desafios ao se trabalhar com o ensino de L2 para surdos (partindo do pressuposto que estes têm a Libras como LM), desde o fato de muitos possuírem pouca proficiência em Libras – devido a fatores como a descoberta da surdez em idade tardia, falta de convivência com outros surdos proficientes, desconhecimento por parte da família de instituições que possam realizar um trabalho específico com o surdo, etc. – até questões relacionadas com a pouca familiaridade que os professores têm com a Libras.

Acreditamos que, além destes fatores, existe um que tem grande impacto no processo de letramento do aluno surdo, a saber, a concepção de linguagem subjacente ao ensino de língua portuguesa que existe na grande maioria das escolas brasileiras. Deste modo, nos propomos aqui refletir sobre este fato a partir de uma questão: de que modo o conceito de

que o intérprete uma “transposição”. Tudo pode se resumir a uma questão de linguagem e do conceito que dela se tem. Defendemos que não existe tradução (literal), pois a língua não se resume a estruturas regradadas e vinculadas a um sistema autônomo. Deste modo a atribuição de sentidos não ocorre de modo evidente, fundado na ilusão da transparência da linguagem. Com isso queremos dizer que há que se considerar o papel dos fatores sociais, históricos, ideológicos, subjetivos e cognitivos que perpassam língua e sujeito na situação de interpretação.

² Existem estudos no sentido de desenvolver um registro escrito para as Línguas de Sinais, por exemplo, Sign Writing e ELiS (Escrita das Línguas de Sinais).

língua vigente nas escolas pode incidir no ensino da língua portuguesa em sua modalidade escrita para surdos?

Notas sobre a estrutura e organização da Libras

Apesar de não ser nosso objetivo fazer uma análise sintática dos enunciados, achamos necessário falar rapidamente sobre a estrutura e organização sintática da Libras, pois este é um componente que fica saliente ao se observar as produções textuais de surdos: a estrutura de uma língua espaço-visual fazendo uso do léxico de uma língua oral-auditiva. A Libras, bem como as demais línguas naturais, possui uma estrutura gramatical composta pelos níveis fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. As palavras são denominadas itens lexicais, comumente chamados de sinais que, por sua vez, são formados pela combinação de configurações de mãos, movimentos e pontos de articulação.

A Libras consiste em um sistema de natureza verbal/visual que é organizado e se manifesta espacialmente, sendo tão complexo quanto as línguas orais-auditivas. As relações sintáticas da Libras são expressas, necessariamente, em locais estabelecidos do campo espacial, de maneira a produzir sentido. Isto significa dizer que, assim como nas línguas orais-auditivas, o componente sintático é indissociável do semântico. Segundo Quadros e Karnopp (2004), alguns mecanismos espaciais específicos para esta finalidade envolvem: localização do sinal³; direção do olhar e/ou do corpo (muito usado para substantivação)⁴; apontação ostensiva (pronominalização)⁵ e uso de verbo direcional (concordância)⁶.

Em relação à disposição sintática, estudos apontam seis combinações possíveis de sujeito (S), verbo (V) e objeto (O), sendo algumas mais comuns que outras (GREENBERG, 1966), a saber: SVO, OSV, SOV, VOS, VSO e OVS. Também encontramos flexibilidade na ordem das palavras, o que dificulta o trabalho de encontrar a ordem básica. No entanto,

³ Para se falar “gosto”, deve-se fazer o sinal “gostar” junto ao lado esquerdo do peito, próximo ao coração. Se for sinalizado no lado direito do peito, “gostar” fica desprovido de sentido.

⁴ Busca-se sempre apontar ou olhar para a direção na qual se encontra a pessoa ou objeto que está sendo falado.

⁵ Na LIBRAS não existem sinais exclusivamente relativos aos pronomes pessoais. Ao se falar “ele”, aponta-se para o referente. No entanto, a mesma “apontação” pode ser usada para se referir a “lá”. O mesmo já não acontece com os pronomes possessivos, os quais têm sinais específicos.

⁶ Na frase “Eu falei com fulano”, o sinal “falei” é feito na direção do referente, caso ele esteja fisicamente presente. Ou seja, em Libras “com fulano” sofre uma espécie de eclipse, pois o sentido já está inserido na direcionalização do sinal “falei”.

partindo de um estudo de Fisher (1973) sobre a disposição sintática da ASL (American Sign Language) que mostra a predominância da ordem SVO, Quadros e Karnopp (2004) traçaram uma comparação com a LIBRAS partindo do fato de que ambas as línguas partilham de similaridades nos aspectos semânticos e sintáticos. O estudo apontou, à semelhança da ASL, na Libras também há a predominância da ordem SVO, valendo lembrar que essa mesma ordem é a mais frequente nas línguas românicas, onde o latim está inserido e do qual deriva a língua portuguesa.

O bilinguismo enquanto uma relação entre diferentes modalidades de língua(s)

Em termos gerais o bilinguismo é definido como “o uso que as pessoas fazem de diferentes línguas (duas ou mais) em diferentes contextos sociais” (QUADROS, 2010, p.28). Partindo desta afirmação é produtivo problematizá-la, buscando a inserir no contexto de letramento e de ensino de L2 para surdos. A diferença de modalidades entre a Língua Portuguesa (oral-auditiva), e a Libras (visual-espacial), está no cerne da tensão que existe em atribuir ao surdo o caráter bilíngue. De acordo com Quadros (*ibid.*, p.29) “se não fosse a diferença na modalidade, todos teriam tranquilidade em reconhecer as pessoas surdas como bilíngues. Elas nascem no Brasil e, portanto, fariam a língua portuguesa”. É exatamente o descompasso entre modalidades que acrescenta outro patamar ao debate, já que é necessário discernir que a própria definição de *ser bilíngue* está atrelada à necessidade de haver certa proficiência em duas línguas. A complicação reside no fato de muitos surdos não dominarem a estrutura escrita da L2 – o que os leva a serem muitas vezes taxados como iletrados ou analfabetos. Porém tal constatação não significa que estes não tenham proficiência ao nível da atribuição de sentidos. Tudo se resume a uma questão de posicionamento face a diferentes concepções de língua/texto e de como as trabalhar. Se o professor está filiado a uma concepção tradicional que busca avaliar exclusivamente o bom uso da norma padrão – ortografia, regras gramaticais, o texto a nível da estrutura, etc. – e que concebe a língua enquanto um sistema exclusivo de comunicação, então provavelmente muitos surdos não serão considerados bilíngues; porém se o mesmo profissional estiver inserido em uma concepção mais atualizada, que compreende a língua como um sistema simbólico e polifônico de interação e de possibilidades de sentidos (em relação ao eu, ao outro, ao mundo, etc.), o cenário muda. De acordo com Ferreira (2011, p.42)

Para o surdo a (re)significação de suas idéias dentro de uma nova modalidade de linguagem que difere da sua é uma atividade complexa, que o levará a realizar muitas tentativas para construir um texto em português. Muitas vezes, essas tentativas serão vistas como erros por parte dos professores de língua portuguesa. Isso porque a ênfase nas aulas de português (tanto para surdos como para ouvintes) tem sido o ensino da norma culta, além da excessiva preocupação com aulas de gramática. Nessa lógica, importa mais ensinar sobre a língua do que ensinar o uso da língua em suas variações.

Esta conjuntura é altamente problemática para o processo de letramento do aluno surdo já que, em última instância, a instrução de L2 se configura como o ensino de uma metalinguagem a partir do registro escrito e totalmente descontextualizado, que tem como efeito reduzir a língua a uma função comunicativa pautada em um conjunto de regras de “bom uso”. É importante lembrar que as línguas naturais, além de sua função comunicativa, exercem outra de cunho cognitivo, servindo como suporte linguístico para a estruturação do pensamento e percepção de mundo. Sendo a Libras a língua natural do surdo ela promove tal atividade (BRITO, 1993). Isto acarreta fortes implicações ao se falar de letramento e de práticas linguísticas e pedagógicas em sala de aula já que o aluno surdo, ao produzir um texto, não está meramente operando no nível da comunicação, e sim da produção de sentidos e do trabalho com o simbólico, construindo estruturas que medeiam sua percepção e o configuram enquanto sujeito de linguagem ativo histórica e socialmente.

Outro fator importante a se considerar é a própria natureza do bilinguismo a partir dos aspectos funcionais da Libras e da L2. De acordo com Brito (*ibid.*, p.65)

O tipo de bilinguismo (dos surdos) é o diglótico, isto é, o uso em separado de duas línguas, mesmo que de modalidades diferentes, cada uma em situações distintas. A Língua de sinais será usada em todas as situações em que uma língua materna é usada nas escolas, exceto no que se refere à escrita e à leitura, onde ela pode ser o meio, mas não objetivo.

Em suma, neste contexto Libras e L2 encontram-se em uma situação de complementaridade já que, no que diz respeito à leitura e escrita, o surdo deve fazer uso de seu conhecimento de L2 mas, em outras situações languageiras a Libras é adotada (QUADROS, 1997). Isso ocorre inclusive no contexto de aprendizagem em sala de aula, onde a presença do intérprete é essencial.

Ainda dentro desta temática é importante mencionar que, no que diz respeito a pesquisas voltadas para a aquisição de português por surdos, Quadros (2006) e Fernandes (2008) afirmam que qualquer produção escrita na L2 é precedida por uma produção em

Libras. Assim sendo, a produção textual do surdo configura-se como um processo de reescrita ou retextualização já que “a compreensão ativa e responsiva do surdo sobre um determinado assunto em sua própria língua é fundamental para que ele organize seu pensamento e transforme suas ideias em uma produção escrita” (FERREIRA, 2011, p.42). Este é um processo ativo que caracteriza a relação com a escrita tendo como suporte a Libras, configurado como a tradução do registro visual na Língua Materna para o registro escrito da L2. De acordo com Gesueli e Góes (2001, p.5) “chama a atenção o fato de que as crianças ‘transitam’ da língua de sinais para a escrita e vice-versa, numa elaboração dinâmica, em que os sinais permitem significar as possibilidades de registro do Português escrito”. Em suma, enquanto que no ouvinte a relação entre representação escrita da palavra e suas possibilidades de significado ocorre através da oralidade – da evocação do som e de sua percepção escrita – no surdo este mesmo processo se dá através do canal visual, da percepção de um determinado símbolo ou grafia que remete a um conceito e, por sua vez, à materialidade escrita. (SILVA & BOLSANELLO, 2014).

Por último não podemos deixar de mencionar que pesquisas nas últimas décadas têm enfatizado a noção de interlíngua enquanto pertinente para se compreender o processo de aquisição da modalidade escrita de L2 por sujeitos surdos. De acordo com Brochado (2003, p.56)

Os métodos de ensino tradicionais em L2 enfatizavam a eliminação de erros, no entanto, mais recentemente, sob orientação de linguistas e psicolinguistas, os professores têm tratado dos erros a partir de uma perspectiva diferente. Passaram a considerar os erros como características do sistema de uma interlíngua, isto é, parte da gramática da interlíngua, por isso não sendo considerados como erros.

O conceito de interlíngua ocasiona um importante deslocamento no que se entende tradicionalmente por “erro”, já que se assume a perspectiva que os aprendizes de determinada língua alvo testam hipóteses sobre a mesma, tendo como base o seu conhecimento específico sobre o que sabem de sua LM, integrado com o conhecimento adquirido referente a outras línguas.

Dentro deste panorama a interlíngua é considerada um estágio de transição, entre a LM e a língua alvo, marcado por características linguísticas específicas. Estas características ocorrem como uma *interferência* em diferentes níveis do funcionamento da língua mas concernem, principalmente, a aspectos fonéticos, morfológicos e de sintaxe (SCHULTZ,

2006). Se compreendermos que o processo de aprendizagem de uma L2 consiste em etapas sucessivas que têm como ponto de partida o conhecimento e funcionamento internalizado da LM, podemos denominar de interlíngua os estágios existentes que ocorrem entre as duas extremidades do processo de aquisição de uma L2. Este é um fenômeno linguístico latente nas produções textuais que iremos analisar.

Enunciado: uma questão puramente linguística?

A noção de enunciado é central para nossa análise, sendo que partimos do pressuposto que a concepção que se tem de língua incide diretamente no modo de se abordar não só o enunciado, como também aqueles nele engajados. Em outras palavras, os dizeres não surgem do vácuo, sendo que todo enunciado é filiado a uma rede de memória e atrelado a sujeitos que ocupam posições delimitadas socialmente. De acordo com Bakhtin (2003, p.261)

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, preferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só pelo seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*.

Bakhtin postula assim uma teoria acerca da linguagem na qual o papel do meio social e da língua são indissociáveis. De acordo com Silva (2001, p.24)

Para Bakhtin, locutor e ouvinte devem pertencer à mesma comunidade linguística e dividir inúmeras condições sociais que definam a relação de pessoa para pessoa, determinando a partilha do sistema linguístico.

Assim sendo a língua, enquanto sistema, não opera de modo *transparente*, na qual a construção do sentido passaria, em tese, pela *simples* decodificação. Podemos pensar o funcionamento da língua como um sistema de autonomia relativa, isto é, um sistema regrado mas que tem como condição de seu funcionamento o vínculo ao que é denominado

extralinguístico. Dessa forma a língua passa a ser compreendida como sendo composta por mecanismos discursivos que permitem e enfatizam a função polissêmica da linguagem. Nesta esteira Bakhtin (*ibid.*, p. 264-265) enfatiza a relevância de se considerar o social e o histórico na investigação linguística ao afirmar que

O desconhecimento da natureza do enunciado e a relação diferente com as peculiaridades das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo da investigação linguística redundam em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida. Ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua. O enunciado é um núcleo problemático de importância excepcional.

Ou seja, o enunciado pode ser visto como o objeto por excelência cuja análise de cunho linguístico contempla o *para além da língua*. Esta afirmação oferta ferramentas que permitem pensar o impacto que a concepção de língua, existente na grande maioria das escolas, tem no ensino do português para surdos: a de uma língua estrutural e formalizada, de comunicação, caracterizada por um sistema autônomo, que por sua vez acarreta em conceitos que consideramos problemáticos e pouco produtivos ao se tratar de práticas de letramento: a interpretação como decodificação; o texto fechado em si mesmo, constituído por camadas *linguísticas* e que ocasiona um trabalho de descrição; a noção de univocidade do sentido, levando o aluno a descobrir o que o autor, em tese, quis dizer; a modalidade padronizada e escolarizada da língua que exclui variedades da prática linguageira, etc. (cf. ORLANDI, 2001; PFEIFFER, 2000; SILVA 1998).

Em suma, se o professor se detiver apenas naquilo que está escrito no papel terá a capacidade de compreender realmente o querer-dizer de seu aluno? Como compreender a dimensão histórica e social de um enunciado produzido por surdos? Como acessar essa dimensão por meio de uma língua que não conheço? Em algumas correntes tradicionais/formais das ciências da linguagem pode parecer um absurdo contemplar o *extralinguístico* na análise de enunciados, mas são exatamente estas questões que permitem olhar além do interdito:

Os enunciados (...) são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos. (BAKHTIN, *ibid.*, p.268)

Conceber o enunciado como tendo uma materialidade que não é composta por camadas, mas sendo constituído por um todo complexo e funcional de natureza linguística e histórica, permite questionar até que ponto o ensino de língua portuguesa escolarizada ignora as condições de produção do enunciado, ou seja, sua inserção na história, na cultura e no social, pode ser produtiva para os surdos. De acordo com Bakhtin (*ibid.*, p.271-272)

No âmbito da linguística, sobre o ponto de vista da comunicação discursiva, existem *ficções* como o “ouvinte”, o “entendedor” ou o “receptor”. Ficções, pois os apresentam como meros expectadores, passivos, no processo discursivo. Apesar de a passividade poder corresponder a determinados momentos do ato de comunicação, ela não contempla de modo algum o objeto real da comunicação discursiva. Compreender o significado requer ocupar uma posição ativa de interpretação, concordância ou discordância, resposta imediata ou não, etc. Toda compreensão é prenda de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. Tudo o que aqui dissemos refere-se igualmente, *mutatis mutandis*, ao discurso escrito e ao lido. Desse modo, o ouvinte com sua compreensão passiva, que é representado como parceiro do falante nos desenhos esquemáticos das linguísticas gerais, não corresponde ao participante real da comunicação discursiva. Aquilo que o esquema representa é apenas um momento abstrato do ato pleno e real de compreensão ativamente responsiva, que gera a resposta (a que precisamente visa o falante).

As ficções mencionadas por Bakhtin são, no ensino de língua nos moldes da escola, muitas vezes levadas a sério. De acordo com Valiante (2009, p.2), a concepção de Libras é paralela à do português escolarizado, que toma a língua como um código estruturado centrado na modalidade escrita e na metalinguagem, colocando em segundo plano a função comunicativa da linguagem e seu importante papel no desenvolvimento da cognição e subjetividade. Aqui é importante mencionar que por *função comunicativa da linguagem* entendemos algo mais do que a simples transmissão de informações ou ideias. Ela é responsável pela organização e internalização do sistema de signos que constitui a língua e que é o responsável, em última instância, pela construção/percepção de si e do mundo que nos cerca. Aceitar este ponto de vista é levar às últimas consequências o posicionamento de que a linguagem é central na constituição do sujeito, isto é, *só se é sujeito através da língua mediada e perpassada pelo social e histórico*.

Nosso esforço aqui reside na tentativa de reservar à linguagem um papel constitutivo, central e presente no desenvolvimento do sujeito. Vygotsky (1989) afirma que é por meio da linguagem que o indivíduo ingressa em uma sociedade, internaliza conhecimento e modos de ação, organiza e estrutura seu pensamento, o que significa que “o signo é considerado fruto da

necessidade de organização social e transforma-se junto com a evolução da sociedade” (SILVA, 2001, p.23). Ainda segundo Cole e Scribner (1998, p.8)

A internalização dos sistemas de signos produzidos culturalmente provoca transformações comportamentais e estabelece um elo de ligação entre as formas iniciais e tardias do desenvolvimento individual (...) o mecanismo de mudança individual ao longo do desenvolvimento tem sua raiz na sociedade e na cultura

A linha de raciocínio aqui apresentada apresenta subsídios que permite afirmar que o enunciado não possui uma materialidade puramente linguística. Assim sendo a concepção de linguagem que, de modo geral, embasa o ensino de língua portuguesa na escola, interdita as questões relacionadas aos contextos históricos, sociais e culturais que incidem no ensino da língua portuguesa para surdos, assim como no trabalho com esta.

Sujeitos e dados

Nossos sujeitos são alunos surdos que na época da coleta estavam matriculados no Ensino Fundamental da rede municipal de Itatiba, interior de São Paulo. Estes consistem de duas alunas que cursavam a 7ª série/8º ano e dois alunos da 8ª série/9º ano, inseridos em classes inclusivas da rede pública, através do Projeto Aprender, realizado por uma organização não-governamental da mesma cidade, que trata da inclusão e do atendimento especializado a pessoas surdas e deficientes auditivas desde 2004. Por meio deste projeto os alunos possuem acompanhamento de intérpretes de Libras em sala de aula, bem como a presença de um instrutor surdo, e atendimento extra horário escolar, com fonoaudiólogos e psicólogos.

Na época da coleta T.M.R., então aluna da 7ª série/8º ano, tinha 15 anos de idade. É surda profunda desde seu nascimento e sempre estudou no sistema público, sendo que apenas a partir da 4ª série do ensino fundamental começou a receber atendimento especializado em sala de aula inclusiva. Não domina fluentemente a Libras, possuindo um vocabulário mediano, sendo que a utiliza majoritariamente no ambiente escolar, no contato com os intérpretes e outros surdos, já que seus pais e familiares não são proficientes em Libras, fazendo uso de sinais caseiros. Não se interessa pela leitura e escrita.

E.A.S., era aluna da 7ª série/8º ano, com 14 anos de idade. É surda profunda de nascença e teve seu acesso ao ambiente escolar da mesma forma que a aluna acima descrita.

Seu desempenho escolar, no entanto, é acima da média, sendo que possui um vocabulário relativamente bom. A utilização da Libras também ocorre no ambiente escolar, por falta do domínio por parte dos familiares. Demonstra grande interesse pela leitura, sua escrita é mais apurada, além de demonstrar atenção e interesse em todas as matérias cursadas em sala de aula.

F.R.V., aluno da 8ª série/9º ano, tinha 17 anos de idade. Como os demais alunos, sua surdez é profunda de nascença. Também participante do Projeto realizado no município, teve seu acesso ao ambiente escolar da mesma forma que as outras alunas. Possui relativa fluência na Libras e no português escrito, com vocabulário bem amplo. Demonstra interesse pela leitura e escrita, além de ótima interpretação de informações, e desempenho escolar exemplar. Seus pais possuem conhecimento razoável de Libras. Participa de forma ativa na comunidade surda do município, em um grupo de teatro, e tem contato com outros surdos fora do ambiente escolar.

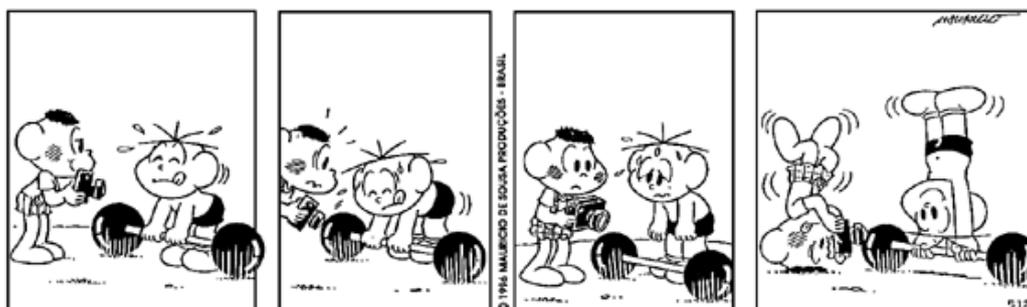
T.A.S., aluno da 8ª série/9º ano, tinham também 17 anos de idade, sendo portador de surdez congênita. Participa do projeto realizado no município e, assim como o aluno descrito acima, tem contato com outros surdos fora do ambiente escolar, participando do mesmo grupo de teatro. Sua inclusão no ambiente escolar se deu nos moldes dos outros sujeitos aqui descritos. Tem fluência intermediária na Libras e no português escrito. Não gosta de ler e escrever mas, no entanto, o seu desempenho escolar se encontra na média. Seus pais possuem conhecimento razoável de Libras.

Foi solicitado aos sujeitos que descrevessem, da melhor forma possível, por meio da escrita em língua portuguesa, uma tira de gibi onde há ausência de texto. Essa tira é composta por quatro quadros, sendo que a sua estrutura narrativa é baseada na retomada do tema ou dos personagens. Este tipo de texto – tiras – foi escolhido pois, além de ser um gênero familiar aos alunos em questão, as tiras permitem a realização de inferências, ou seja, têm uma natureza que permite uma interpretação mais aberta, fugindo dos moldes tradicionais do texto trabalhado nas escolas. A produção textual destes sujeitos foi efetuada de forma separada e na presença de um intérprete, o qual não interferiu no processo de coleta de dados.

Análise

A tira a ser analisada é composta de quatro quadros e tem como personagens Cascão e Cebolinha. O Cebolinha está tentando levantar um peso para que Cascão tire uma foto, mas,

devido à sua fraqueza, não consegue. Os dois decidem então ficar de ponta cabeça, de forma a criar a ilusão de que o Cebolinha teve sucesso no levantamento:



Copyright ©1999 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

5122

T.M.R. descreveu a tira da seguinte maneira⁷:

Cascão fotos muito Cebolinha força

peso cansado muito.

Cascão admirado como difícil

muito você verdade fraco cebolinha

triste muito consegui não casção

falar cama ruim fraco.

Cascão ideia chama Cebolinha falar quem que

depois bom cabeça para baixo melhor

força feliz muito casção já fotos.

Um primeiro olhar revela a ausência de artigos definidos e de pronomes pessoais, o que reflete o fato de que este enunciado se constituir em um texto escrito na estrutura⁸ da Libras usando o léxico do português. Deste modo, a retomada dos elementos se dá via repetição dos nomes dos personagens. É curioso também observar que, na grande maioria das vezes, Cascão

⁷ Em todas as transcrições conservamos o tamanho original das linhas e parágrafos.

⁸ Na Libras, uma língua de natureza visual-espacial-gestual, os pronomes e artigos definidos são caracterizados pelo apontar, mediante ao espaço de enunciação, uso do olhar e aos efeitos de corporeidade.

está escrito *Casção*. Em relação a este fenômeno postulamos duas hipóteses: a) pode ser uma *interferência* do aprendizado da modalidade escrita da língua portuguesa, na qual a partícula *ção* tem maior frequência do que *cão*⁹; b) é possível que este seja um sintoma da aquisição da escrita sendo realizada através da memória visual e não de modo fonológico. Isto aponta para a possibilidade dos mesmos mecanismos usados na aprendizagem da Libras pelo aluno em questão estarem sendo mobilizados para a aprendizagem de uma L2 de natureza diferente. Em outras palavras o aluno está atravessando o período de interlíngua. Segundo Harpaz (2003), aquele que aprende uma segunda língua, além de ter que executar sequências de operações mentais (estruturar a ideia) e motoras (articular sons) novas, precisa também evitar os velhos hábitos da língua materna. As operações relativas à língua mãe estão profundamente enraizadas pela prática constante, sendo por isso muito difíceis de serem evitadas. Deste modo afirmamos que o uso da memória visual no caso em questão pode ser considerado um acontecimento característico da interlíngua no contexto de aprendizado de uma L2 por sujeitos surdos, fato já atestado por pesquisas recentes (ALMEIDA 2007, BROCHADO 2003, PIRES, 2005, entre outras).

Um segundo ponto a ser abordado diz respeito à aparente desorganização do texto (do ponto de vista de um falante nativo do português). Uma leitura cuidadosa do enunciado, que leve em consideração o contexto e as condições de produção – quem o produziu, para quem, ocupando que lugar social, etc. – revela que há sim coesão e coerência dos elementos textuais. De acordo com Koch (1999, p.19), a coesão textual diz respeito “a todos os processos de sequencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual”, sendo que a coerência é aquilo que permite que uma sequência linguística seja um texto e não em um amontoado de palavras. A sequência é configura-se como texto quando aquele que o recebe é capaz de percebê-lo como uma unidade significativa global (KOCH & TRAVAGLIA, 1999). O fato de a sequência produzida pelo aluno ser um texto (ou enunciado na terminologia aqui utilizada), e não um emaranhado sem sentido, possibilita seguir o desenrolar de uma linha de raciocínio, isto é, o modo como o autor percebeu e interagiu com a tira. Isto é particularmente visível na quarta linha, onde o autor se coloca no lugar do Casção e diz ao Cebolinha “na verdade você é fraco”.

Segue-se a descrição de E.A.S.:

⁹ Este é um fenômeno bastante frequente nas descrições feitas pelos outros surdos.

O Cascão pego maquina foto andar

encontrara ver com amigo Cebolinha fazer

peso mas ele fraco, Cascão pensa ele

não conseguir peso. Cebolinha cansado para não quer. Cascão ideia fazer troca

cabolinha cabeça para baixo tambem

cascao maquina conseguir.

Neste enunciado já há a presença do artigo definido *O* e do pronome pessoal *Ele*, sendo que o artigo só surge no começo do enunciado, deixando de figurar, na linearidade do texto, em outras posições nas quais seria necessária a sua presença. Acreditamos que novamente isto se deva à exposição, do sujeito em questão, à modalidade padronizada e escolarizada da língua portuguesa, onde é comum iniciar frases com artigos definidos. Entretanto cabe questionar o motivo de as frases restantes não seguirem o mesmo padrão da primeira. Talvez seja pelo fato de que, na linearidade do texto, as palavras que iniciam um parágrafo são mais marcantes visualmente do que aquelas que se encontram no meio. Desta forma, ao empregar *O* somente no início do parágrafo, E.A.S. está reproduzindo aquilo que cognitivamente, em seu contato com a língua portuguesa, a marcou mais. Este dado remete ao texto analisado acima, onde há o uso de *cão* em detrimento de *cão*, fato que aponta para uma aprendizagem da L2 marcada pelo uso da memória visual, sendo esta sintoma do processo de interlíngua.

Aqui, como no primeiro texto, a quase total ausência de pronomes e artigos faz com que o uso da repetição seja empregado, exceto em duas ocasiões, onde o pronome pessoal *Ele* surge, o qual tem como antecedente *Cebolinha*. A segunda ocasião nos chamou mais a atenção, pois E.A.S. faz uso do discurso indireto livre que, de acordo com Freixeiro (1971, p.102), “possibilita a reprodução de gestos da personagem; evita o pesado uso dos *quês*; mantém as interrogações e exclamações sob a forma originária; traduz estados mentais das personagens.” O *Ele*, além de remeter ao Cebolinha, marca o início de uma nova oração, na qual é descrito o pensamento do Cascão. Em outras palavras, a retomada efetuada pelo segundo *Ele* é diferente da primeira e das restantes feitas através da repetição do substantivo pessoal, pois ela vem acrescentar uma informação nova à narrativa, informando ao interlocutor o estado de espírito de um dos personagens. Isto indica que aqui, assim como no enunciado anterior, há interação, ou seja, o processo simbólico de construção e atribuição de significados não é passivo. O autor não olha para o texto com o intuito de tentar *decifrar* ou *decodificar* as

informações nele contidas, sendo o enunciado uma oportunidade de exercer a atividade simbólica que organiza e estrutura as funções cognitivas.

T.A.S. descreveu a tira da seguinte maneira:

O Casção e o Cebolinha

O Cebolinha fazer tentou pegar musculação duro forte muito. O Cebolinha

já tentar musculação não conseguem. O Casção ver o Cebolinha parece

não conseguem. O Casção já ideia fazer cabeça para baixo.

Neste caso, nota-se a presença constante do artigo definido *O*, sendo que o posicionamento deste segue as regras da norma padrão. Ao contrário do texto de E.A.S., o artigo é usado quando há necessidade, e não somente no início do parágrafo, fato que pode significar a melhor compreensão e uso de algumas regras da língua alvo, sem que isso signifique uma maior fluência. As anáforas se dão via descrição definida, devido à presença de artigo definido + substantivo. No entanto, isto só é possível para o surdo na escrita, pois na fala a retomada se daria de maneira diferente, omitindo-se o artigo, pois este não pertence à sintaxe da Libras. Temos aqui um caso peculiar em que, na fala, a anáfora se daria por repetição dos substantivos pessoais *Cascão* e *Cebolinha*, e, na escrita, se dá por descrição definida. Podemos entretanto analisar de outra maneira. Pensemos hipoteticamente que o artigo definido *O* está sendo usado de forma prescritiva. Expliquemos: o surdo sabe que, em situações normais de escrita, este artigo deve preceder substantivos masculinos singulares. Este saber não vem de uma suposta compreensão das regras sintáticas do português, e sim pelo fato de que é uma ocorrência frequentemente vista pelo surdo no seu contato com textos. Isto pode ser um indício de que o artigo *O*, para o sujeito em questão, é desprovido de sentido, ou que o sentido a ele atribuído é diferente daquele dado por alguém que tem a língua portuguesa como materna. Ele somente aparece no texto devido a uma fórmula escolar memorizada (artigos definidos devem preceder, em determinadas situações, substantivos próprios e comuns). Se analisado desta forma podemos afirmar que, assim como nos outros textos, as anáforas se dão por repetição (*O Cascão* e *O Cebolinha* seriam, na verdade, *Cascão* e *Cebolinha*, já que *O* não teria carga semântica para o surdo). Assim como nos casos anteriores, a memória visual parece ser para os sujeitos em questão um forte mecanismo no processo de aprendizagem de uma L2.

Chama também a nossa atenção o fato de que a primeira linha da descrição tem a função de título, o que nos remete às célebres redações escolares, cujo gênero discursivo demanda um título. Desse modo, podemos hipotetizar que o contexto de elaboração do texto teve uma forte influência na produção simbólica empregada neste enunciado, sendo que o aluno, ao ser colocado na posição de autor, é levado a reproduzir aquilo que o gênero redação demanda. Esta hipótese abre espaço para outra questão: Por que o uso de título se trata-se de uma descrição e não uma redação? Devido à escola não ensinar o português como uma L2 para o surdo, o processo de apreensão e aprendizagem se dá de modo diferente, já que este não tem o suporte de uma língua oral. A apropriação da materialidade escrita se dá através do visual, ou seja, apesar de não ter conceitos bem formados sobre os usos e funções de elementos como título, parágrafo, etc., a forma visual destes é marcante, levando o surdo a utilizá-los para que seu texto *pareça português*.

F.R.V. descreveu a passagem do seguinte modo:

Casção câmara, mas Cebolinha tenta

aparelho mesclação muito peso

não conseguir idéia melhor de ponta

cabeça conseguir Casção foto.

Chamamos a atenção para o fato de que, ao contrário de seus colegas, F.R.V. não faz uso da repetição, a não ser com o *conseguir*, sendo que ambos retomam *aparelho mesclação* (levantar o peso) por meio de elipse. Assim como os outros enunciados, este também é coeso e coerente, pois permite verificar que o autor compreendeu a natureza da tira e a piada nela contida. Se fosse feita uma análise lingüística a partir de uma noção de língua fechada, como é no caso na norma padrão da língua portuguesa, o enunciado aqui produzido muito provavelmente seria considerado errado por não obedecer à estrutura da língua alvo. Este é o caso com vários professores em muitas escolas que, em seu despreparo, não compreendem a disparidade entre a Libras e a língua portuguesa e, em sua correção, acabam interditando o sujeito: ao receber a correção o aluno surdo não interpreta os erros atribuídos à sua produção como somente uma questão de língua, e sim como uma questão de percepção de mundo. É como se a escola lhe dissesse que, além de não saber escrever, ele não sabe interpretar a realidade na qual está inserido, dando à surdez um peso que vai além do déficit auditivo. Isto

significa que a concepção que se tem de língua incide diretamente no estatuto atribuído ao surdo.

Conclusão

Esperamos que a análise dos enunciados aqui apresentados tenha contribuído com alguns exemplos que esclareçam alguns aspectos da relação do surdo com a língua portuguesa escrita, já que sua natureza difere muito da estrutura da Libras. Logo, no âmbito escolar, os padrões de correção não devem ser os mesmos utilizados para corrigir textos de crianças sem surdez ou com outras patologias. Este é para nós um ponto muito importante, um gesto político, pois na grande maioria das vezes o olhar é invertido: tratam a produção textual do surdo como uma produção de uma falante nativo da Língua Portuguesa. Não se considera que a Língua Portuguesa é uma L2 e que o surdo, assim como qualquer aprendiz de língua estrangeira, passa por um processo de interlíngua, somado a isto o fato de que essa aprendizagem se dá, nos estágios iniciais, via suporte visual.

Apesar de não seguirem a estrutura e as regras gramaticais da língua portuguesa, os enunciados produzidos pelos alunos surdos são coesos e coerentes e, mais do que isso, apontam para a sua percepção de mundo e de si mesmos. Abordar estes enunciados pelo olhar redutor de uma concepção purista de língua¹⁰, sem os relacionar às suas condições de produção, sobretudo os fatores externos, significa interditar o sujeito e sua escrita. A concepção de língua e a sua incidência nos processos de escolarização e letramento dos surdos tem um enorme peso no exercício da inclusão, já que podem levar o professor e a instituição escolar a ignorar o caráter estrangeiro, para os surdos, da língua portuguesa. Tal posicionamento, fundamentado em uma concepção estrutural e funcional de língua, permite afirmar que o surdo escreve errado e, ao fazer isso, atribui ao surdo uma suposta incapacidade de compreender e expressar o mundo que o cerca.

Referências

¹⁰ De acordo com Novaes-Pinto (1999, p.14-15), os modelos científicos do século XX têm como parâmetro o normal e o ideal, apagando a heterogeneidade inerente à linguagem. Estes modelos refletem “a concepção de língua como um sistema estático, fechado. Não há neles espaço para a variação e para a atividade dos sujeitos. Não há movimento, não há dinamismo.”

ALMEIDA, J. **Aquisição do Sistema Verbal do Português-por-Escrito pelo surdo**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, 2007.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRITO, L. F. **Integração social & educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

BROCHADO, S. M. D. **A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da língua de sinais brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo, 2003.

COLE, M. & SCRIBNER, S. Introdução. In: VYGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 2ª ed. brasileira. Rio de Janeiro: Martins Fontes. 1988.

FERNANDES, S. Cenas de leitura e escrita: na escuta dos surdos. In: **Congresso Brasileiro De Educação Especial**, 3, Anais, São Carlos. 2008.

FERREIRA, A. A contribuição da retextualização na aula bilíngue Libras-Português. In: **Percursos Linguísticos**. Vitória, v.3, n.1, p.40-51, 2011.

FREIXEIRO, F. **Da Razão à Emoção**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.

GESUELI, Zilda M.; GÓES, Maria Cecília R. A língua de sinais na elaboração da criança surda sobre a escrita. In: **Educação On-Line**, nov. 2001. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=60:a-lingua-de-sinais-na-elaboracao-da-crianca-surda-sobre-a-escrita&catid=5:educacao-especial&Itemid=16>. Acesso em 08 jun. 2015.

GREENBERG, J.H. **Universals of language**. Cambridge: MIT Press, 1966.

KOCH, I. **A coesão textual**. São Paulo, 1999.

KOCH, I. & TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Cortez, 1999.

HARPAZ, Y. Myths and misconceptions in Cognitive Science. In: **Human Cognition in the Human Brain**. Online. Nov 1, 2003. Disponível em: <<http://human-brain.org/myths.html>>. Acesso em 05 mai. 2012.

ORLANDI, E. (org.). **História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional**. Cáceres: Pontes & Unemat Editora, 2001.

PFEIFFER, C. **Bem Dizer e Retórica: Um Lugar Para o Sujeito**. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, UNICAMP, 2000

QUADROS, R. M. de. KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____. **Idéias para ensinar português para alunos surdos**. 1. ed. Porto Alegre: Gráfica Palotti - MEC, 2006.

_____. O 'BI' em bilinguismo na educação de surdos. In: FERNANDES, E. (org.); SILVA, A. **Surdez e bilinguismo**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

PIRES, L. **Aquisição de Língua Portuguesa Escrita (L2) por Sinalizantes surdos de Língua de Sinais Brasileira (1)**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SILVA, M.P.M. **A Construção de Sentidos na Escrita do Aluno Surdo**. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

SILVA, M.V. **História da Alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

NOVAES-PINTO, R.C. **A contribuição do Estudo Discursivo para uma Análise Crítica das Categorias Clínicas**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SCHÜTZ, R. **Interlíngua e Fossilização English Made in Brazil** Online. 1 de julho de 2006. Disponível em <<http://www.sk.com.br/sk-interfoss.html>>. Acessado em 07 mai. 2012.

SILVA, T.; BOLSANELLO, M.. Atribuição de significado à escrita por crianças surdas usuárias de língua de sinais. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 129-142. Editora UFPR.

VYGOTSKY, L. **Fundamentos de Defectologia**. Havana: Pueblo y Educación, 1989.

Artigo recebido em: 10.02.2015

Artigo aceito em: 08.07.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

GÊNERO TEATRAL NO CADERNO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE À LUZ DA PERSPECTIVA SOCIODISCURSIVA BAKHTIANIANA

Maria Aparecida Resende Ottoni *

Cleonice de Moraes Evangelista Leão **

Dalma Flávia Barros Guimarães de Souza ***

Resumo: Este artigo tem o intuito de analisar uma aula relativa ao gênero teatro disponível no Caderno Educacional – material de apoio da rede estadual de educação de Goiás. Para tanto, discutimos alguns temas que se relacionam com os interesses da pesquisa, quais sejam: gêneros discursivos na perspectiva sociodiscursiva Bakhtiniana, o ensino destes gêneros nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), Currículo Referência (2012) e Caderno Educacional (2013), os dois últimos sendo da rede estadual de educação de Goiás. Fizemos algumas considerações sobre a aula 12, referente ao gênero discursivo teatro; obedecendo, principalmente, aos pressupostos de Bakhtin (2003). Assim, verificamos que há uma tentativa de se considerar o gênero como objeto de ensino, porém, a referida aula apresentou diversas lacunas ao ensino do gênero proposto. De sorte que não desenvolve a competência discursiva dos alunos.

Palavras-chave: Gêneros discursivos. Caderno Educacional. Gênero Teatro.

Abstract: This article aims to analyze the class about the theater genre within the Educational Notebook – support material of the education of Goiás state. Therefore, we discuss some issues related to the interests of this research, namely: discursive genres in Bakhtinian socio discursive perspective, the teaching of these genres in the National Curriculum Standards (1998), Curriculum Reference (2012) and Educational Notebook (2013) the last two from the education of the state of Goiás. We discuss the class 12 – theater genre; mainly, obeying to the assumptions of Bakhtin (2003). Thus, we believe that it tried to consider gender as a teaching goal, however, that class presented several gaps in the teaching of the proposed genre to the point that it does not develop the discursive competence of the students.

Keywords: Discursive genres. Educational notebook. Theater genre.

* Doutora em Linguística pela UNB. Docente do ILEEL (Instituto de Letras e Linguística) e do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenadora do Mestrado em Profissional em Letras – PROLETRAS – UFU. Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, cidottoni@gmail.com

** Mestranda em Letras pelo Programa de Mestrado em Profissional em Letras – PROLETRAS –UFU. Professora de língua portuguesa e língua inglesa da rede pública estadual de ensino de Goiás - SEDUC. Rio Verde, Goiás, Brasil, cleoprojovem@hotmail.com

*** Mestranda em Letras pelo Programa de Mestrado em Profissional em Letras – PROLETRAS –UFU. Professora de língua portuguesa da rede pública estadual de ensino de Goiás - SEDUC. Rio Verde, Goiás, Brasil, dalmabarros2@hotmail.com

Introdução

O presente artigo foi elaborado como trabalho final da disciplina Gêneros discursivos/textuais e práticas sociais do Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS/UFU – com a finalidade de analisar uma aula relativa ao gênero discursivo teatro disponível no Caderno Educacional – material de apoio da rede estadual de educação de Goiás – a fim de investigar se esse material considera o gênero como objeto de ensino, suas peculiaridades e se propiciam o desenvolvimento da competência discursiva dos alunos. Para tanto, utilizamos os preceitos da perspectiva sociodiscursiva de Bakhtin (2003), Rodrigues (2005), Rojo (2005), Dias *et al* (2011), dentre outros. Além disso, fazemos algumas reflexões sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), Currículo Referência (2012) e Caderno Educacional (2013) ambos da rede estadual de educação de Goiás.

Este artigo é composto por quatro seções. Na primeira tratamos da concepção de gênero discursivo sob o viés da teoria bakhtiniana, concepção a qual adotamos neste estudo. Na segunda descrevemos a perspectiva de gênero adotada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e pelo Currículo Referência de Goiás (2012). Em seguida, fazemos alguns apontamentos sobre o Caderno Educacional. Depois, apresentamos a análise de uma aula sobre o gênero teatro. Finalizamos, com as considerações finais e com as referências.

Gêneros discursivos na perspectiva sociodiscursiva Bakhtiniana

Para introduzirmos este tópico faz-se necessário, primeiramente, compreender o que vem a ser a perspectiva sociodiscursiva. No texto *Os gêneros do discurso*, ao explicar que “os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKTIN, 2003, p. 268), o autor adota essa perspectiva, tendo em vista que compreende a linguagem por meio de variadas relações da interação verbal, em seus aspectos sociais e históricos, de modo que a história da sociedade contribui para a compreensão da linguagem e vice-versa.

Ao tratar da concepção de linguagem de base sociodiscursiva é importante ressaltar alguns conceitos inerentes à linguagem preceituados por este teórico, quais sejam: dialogismo e enunciado. Trataremos, inicialmente, do entendimento do dialogismo, o qual é conceituado por Dias *et al* (2011, p. 144) da seguinte forma “todo dizer é, irremediavelmente, perpassado por outros dizeres, que nossa voz é sempre também a voz do outro e que todos os enunciados

se constituem a partir dos outros”. Assim, podemos compreender o dialogismo como relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados, ou seja, é um diálogo que se constrói dentro de relações de interação, o que é próprio da linguagem. Nas relações dialógicas entre os sujeitos do discurso (locutor/interlocutor), há sempre uma intenção, uma atitude responsiva ao concordar, discordar, completar ou usar o enunciado do outro (BAKHTIN, 2003).

Entendemos como Bakhtin (2003, p. 261) que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”, ou seja, a linguagem é essencial para a atividade humana. Nesta seara, o autor afirma que “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana”. Isso nos faz questionar o que vem a ser enunciados. Para o teórico russo (BAKHTIN, 2003, p. 274), enunciado é a “real unidade da comunicação discursiva”, tendo em vista que o “discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir.” Assim, “o estudo do enunciado como unidade real da comunicação discursiva permite compreender de uma maneira mais correta a natureza das unidades da língua”. (RODRIGUES, 2005, p. 155) Além disso, não se pode separar o enunciado da situação social, conforme informa Rodrigues:

Também o enunciado não pode ser separado da situação social (imediate e ampla). Não se pode compreender o enunciado sem considerá-la, pois o discurso, como “fenômeno” de comunicação social, é “determinado” pelas relações sociais que o suscitaram. Há um vínculo efetivo entre enunciado e situação social, ou melhor, a situação se integra ao enunciado, constitui-se como parte dele, indispensável para a compreensão de seu sentido. (RODRIGUES, 2005, p. 160)

Além disso, Bakhtin diferencia enunciado e sentença, sendo que o primeiro refere-se à unidade de comunicação discursiva e o segundo refere-se à unidade da língua vista como sistema gramatical abstrato. Desta forma, o enunciado possui características específicas que o distinguem da oração. São elas retomadas por Rodrigues (2005, p. 161): a) a alternância dos sujeitos do discurso: “cada enunciado, como unidade, possui um início e um fim absolutos, que delimitam outros enunciados”, ou seja, o falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro; b) a expressividade: “o enunciado é a instância da expressão da posição valorativa do seu autor frente ao objeto de seu discurso e aos outros participantes da comunicação discursiva e seus enunciados (já-ditos, pré-figurados)”; c) a conclusividade: “representa a manifestação da alternância dos sujeitos discursivos vista do interior do

enunciado. O interlocutor toma uma postura de resposta em relação ao enunciado do outro porque percebe o *dixi* conclusivo do falante.” (Grifos da autora)

Passemos agora a discorrer sobre o gênero discursivo à luz da teoria Bakhtiniana, a qual conceitua o gênero da seguinte forma: “qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*” (BAKHTIN, 2003, p. 262, grifo nosso), que são organizados em torno de esferas de comunicação. Vejamos como podemos compreender os termos estáveis e relativamente estáveis.

Os gêneros – transmitidos social e historicamente – são “estáveis” porque não são criados a cada vez que um sujeito se vê envolvido em uma situação de interlocução e interação. Por outro lado, os gêneros são definidos como “relativamente estáveis” porque os sujeitos da interação por meio de seus enunciados, os concretizam de forma ímpar, contribuindo para sua contínua renovação e modificação. Nessa perspectiva, enunciado e gênero estão intimamente relacionados na definição proposta por Bakhtin, pois se, de um lado, o gênero é relativamente estável e histórico, de outro, o enunciado não é repetível, individual e idiossincrático. (DIAS, 2012, p.97)

Bakhtin postula que há três dimensões constitutivas do gênero discursivo, quais sejam: conteúdo temático, construção composicional e estilo, dimensões essas inseparáveis e conexas a uma esfera social. De acordo com Dias (2012) podemos compreender a primeira como os sentidos e os conteúdos abordados nos enunciados em suas realidades socioculturais. Já a segunda refere-se à própria estrutura formal do gênero, sua apresentação e organização. No que tange à terceira dimensão, Bakhtin (2003) aduz que esta contempla os recursos lexicais, bem como os fraseológicos e os gramaticais ligados ao enunciado e, simultaneamente, à estrutura composicional e ao conteúdo temático.

Neste sentido, para se analisar essas dimensões é necessário considerar as condições sócio-históricas, quem utiliza o enunciado e com qual intenção o utiliza. Dessa forma, Dias *et al* (2011, p.146) compreendem o gênero discursivo como “práticas sócio-comunicativas construídas historicamente, influenciados por fenômenos sociais e dependentes da situação comunicativa em que são enunciados”. Rojo (2005) possui uma visão similar.

Dito de outra maneira, aqueles que adotam a perspectiva dos *gêneros do discurso* partirão sempre de uma análise em detalhe dos aspectos sócio-históricos da situação enunciativa, privilegiando, sobretudo, a vontade enunciativa do locutor – isto é, sua finalidade, mas também e principalmente sua *apreciação valorativa* sobre seu(s) *interlocutor(es)* e *tema(s)* discursivo – e, a partir desta análise, buscarão as marcas

lingüísticas (formas do texto/enunciado e da língua – composição e estilo) que refletem, no enunciado/texto, esses aspectos da situação. (ROJO, 2005, p. 199)

Bakhtin (2003) ensina que há um repertório infinito e heterogêneo de gêneros discursivos, dentro do qual se destacam todos os gêneros literários, que foram os primeiros a ser estudados na Antiguidade, contudo, somente sua especificidade artístico-literária era explorada, deixando de lado seu estudo “como determinados tipos, que são diferentes de outros tipos mas tem com estes uma natureza *verbal* (lingüística) comum.” (BAKHTIN, 2003, p. 262) Desse modo, pretendemos neste estudo analisar o gênero literário sob o viés sociodiscursivo bakhtiniano. Assim, é necessário que apresentemos a definição a qual adotamos para o gênero discursivo teatro:

Texto escrito ou encenado em que os diálogos são os que mais bem imitam as situações reais. Nelas os personagens conversam entre si para dar ao espectador a sensação de estar dentro da cena. Na peça de teatro não existe a figura do narrador, apenas os diálogos e as rubricas, que orientam o leitor ou diretor sobre a montagem da cena, o figurino usado pelos personagens e a entonação da voz, por exemplo. A maneira como as coisas são ditas permite ao leitor fazer inferências sobre as características de cada personagem e compreender os conflitos da trama. (COSTA, 2008, p. 146)

A próxima seção aborda as Diretrizes para ensino de Língua Portuguesa PCN (1998) e Currículo Referência (2012) e suas implicações para o estudo dos gêneros discursivos.

Dos Parâmetros Curriculares Nacionais ao Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás

Este tópico foi baseado no que descrevem os documentos oficiais sobre o ensino de Língua Portuguesa referente aos gêneros discursivos no ensino fundamental. Para tanto, foram analisados os Parâmetros Curriculares Nacionais, doravante PCN, (BRASIL, 1998), o Currículo Referência – proposta curricular da Rede Estadual de Goiás (GOIÁS, 2012) – já que exercemos a função de professora de língua portuguesa nesse estado.

Os PCN foram elaborados para atender à demanda de um ensino de língua portuguesa condizente com a realidade da sociedade atual, contemplando as transformações inerentes a essa sociedade, tais como evolução tecnológica, social e cultural associadas ao ensino de língua e linguagem. Desse modo, houve a necessidade de mudança do ensino de linguagem que antes era focado em atividades mecânicas que destacavam o aspecto metalingüístico no

estudo da língua, por um aspecto sociodiscursivo. O estudo da língua enquanto sistema rígido de normas se sobrepunha ao estudo do gênero enquanto manifestação social e histórica, lugar de interação no qual sentidos são construídos colaborativamente entre escritor/leitor. Assim, trouxeram referências nacionais comuns ao processo educativo em todo o país, nas quais podemos perceber que adotam a concepção Bakhtiniana de gênero discursivo. “Os textos organizam-se sempre dentro de certas restrições de natureza *temática, composicional e estilística*, que os caracterizam como pertencentes a este ou àquele gênero. Desse modo, a noção de *gênero*, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino”. (BRASIL, 1998, p. 23, grifos nossos)

Dessa maneira, para desenvolver a competência discursiva, essencial para o exercício da cidadania, os PCN orientam sobre a necessidade de se utilizar o gênero enquanto objeto de ensino, através do estudo da diversidade de gêneros em Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. Compreendemos como Dias *et al* (2011, p. 153) que a competência discursiva refere-se à “capacidade que os usuários da língua devem ter para escolher o gênero mais adequado aos seus propósitos, na prática de produção de textos, e de, na prática de leitura, reconhecer o gênero em evidência, suas especificidades e a prática social a qual ele está vinculado.” O desenvolvimento dessa capacidade poderá resultar na melhoria da qualidade da educação básica.

É importante ressaltar que os PCN de língua portuguesa também consideraram a essencialidade da leitura literária, tratando da especificidade do texto literário:

O texto literário constitui uma forma peculiar de representação e estilo em que predominam a força criativa da imaginação e a intenção estética. Não é mera fantasia que nada tem a ver com o que se entende por realidade, nem é puro exercício lúdico sobre as formas e sentidos da linguagem e da língua. (BRASIL, 1998, p. 26)

Além disso, demonstram que os gêneros literários ocupam um papel relevante no domínio da leitura e escrita. Entretanto, alertam-nos sobre a forma equivocada que estes gêneros têm sido trabalhados na escola atual, como se pode ver no trecho abaixo:

O tratamento do texto literário oral ou escrito envolve o exercício de reconhecimento de singularidades e propriedades que matizam um tipo particular de uso da linguagem. É possível afastar uma série de equívocos que costumam estar presentes na escola em relação aos textos literários, ou seja, tomá-los como pretexto para o tratamento de questões outras (valores morais, tópicos gramaticais) que não aquelas que contribuem para a formação de leitores capazes de reconhecer as

sutilezas, as particularidades, os sentidos, a extensão e a profundidade das construções literárias. (BRASIL, 1998, p. 27).

Por este motivo, propomos analisar o gênero teatro à luz dos conceitos preceituados por Bakhtin (2003) sem desconsiderar seu caráter artístico/literário.

Dando sequência à orientação dos documentos oficiais, passamos a discorrer sobre o Currículo Referência da Rede Estadual de Goiás, o qual apresenta propostas de bimestralização dos conteúdos para melhor compreensão dos componentes curriculares e sua utilização em sala de aula. Para tanto, se baseia não só nas legislações vigentes e nos PCN, mas também nas matrizes de referências dos exames nacionais e estaduais¹. Cabe ressaltar que este currículo foi resultado de uma ampla discussão entre os professores² da rede estadual, tendo sido oficializado no final de 2012³.

Assim como os PCN, o aludido documento apresenta uma concepção de ensino de língua pautada na diversidade de gêneros que circulam socialmente. Todavia, não menciona qual teoria de gênero adota e traz no corpo de seu texto introdutório a nomenclatura gêneros discursivos e textuais como se fossem sinônimos.

O referido documento apresenta uma concepção de ensino de língua que considera a diversidade de *gêneros discursivos*, que circulam socialmente, como objetos de ensino. Seu objetivo é oferecer subsídios a um ensino que permita aos estudantes o uso eficaz da leitura e produção de textos e dos benefícios decorrentes dessas práticas, como a diminuição do fracasso escolar e a possibilidade efetiva do exercício da cidadania. Assim, o trabalho com *gêneros textuais* é uma excelente possibilidade de se lidar com a língua em seus mais diversos usos no dia a dia. (GOIÁS, 2012, p. 12, grifos nossos)

A partir de estudos realizados sobre essa temática⁴, sabemos que as denominações gêneros discursivos e gêneros textuais não são sinônimas; nem são, porém, opostas; são somente concepções e metodologias diferentes. Vejamos as peculiaridades de cada abordagem conforme nos ensina Rojo (2005).

¹ SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e SAEGO (Sistema de Avaliação do Estado de Goiás).

² Foram realizados encontros e debates em toda a rede estadual no final do ano de 2011 até o ano de 2012 para sua formulação e aprovação entre os professores da rede, tendo sido sistematizado pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC) no final de 2012.

³ Embora sua publicação oficial tenha ocorrido só no final de 2012, este currículo foi utilizado (versão preliminar – currículo em debate) desde o início do referido ano.

⁴ A esse respeito ver DIAS, *et al* (2011) e ROJO (2005).

Aquilo que o texto (enunciado) produz ao se manifestar em alguma instância discursiva é o sentido, a significação, o tema do enunciado. Ao descrever um (corpus de) enunciado(s) ou texto(s), essa é a busca do analista bakhtiniano: a busca da situação da acentuação valorativa e do tema, indiciados pelas marcas linguísticas, pelo estilo, pela forma composicional do texto. Talvez por isso a designação gêneros do discurso. Ao contrário, na abordagem até aqui descrita a de gêneros textuais – parece mais interessante fazer uma descrição mais propriamente textual, quando se trata da materialidade linguística do texto; ou mais funcional/contextual, quando se trata de abordar o gênero, não parecendo ter sobrado muito espaço para a abordagem da significação a não ser no que diz respeito ao “conteúdo temático” (ROJO, 2005, p.189, grifos da autora)

Tendo em vista que não podemos utilizar ambas as expressões como se fossem sinônimas, entendemos que os elaboradores do referido currículo se equivocaram. Por isso, cabe a nós professores observar e avaliar qual abordagem consideramos mais adequada.

O Currículo Referência no tocante à Língua Portuguesa está organizado em torno de eixos⁵ que focalizam o uso da linguagem, através das práticas de oralidade (fala e escuta), de leitura, de escrita e de reflexão sobre a língua e a linguagem, pautadas nas expectativas de aprendizagem e nos conteúdos de cada bimestre. É importante ressaltar que os gêneros discursivos são arrolados nesse currículo como conteúdos, de modo que acata a diretriz dos PCN de tomar o gênero como objeto de ensino de língua portuguesa. O Currículo Referência referente ao nono ano⁶ do Ensino Fundamental lista nove gêneros discursivos para serem trabalhados no decorrer do ano letivo, quais sejam: conto, editorial, correspondências oficiais, crônica, propaganda, artigo de opinião, sinais de trânsito, romance e teatro.

No que tange ao tratamento do ensino dos gêneros literários é importante ressaltar que não há na rede estadual de Goiás a disciplina de literatura no Ensino Fundamental - 4º ciclo, de modo que os gêneros literários são inseridos no rol de gêneros a serem estudados em cada série. Dessa forma, podemos verificar que o Currículo Referência arrola nove gêneros discursivos a serem trabalhados no 9º ano dos quais quatro são literários. Assim, podemos perceber que os gêneros da esfera literária não foram deixados de lado nesta proposta curricular. Assim, nossa análise trata do gênero teatro proposto para o quarto bimestre letivo. Para tanto analisamos uma aula inserida no Caderno Educacional, sobre o qual passamos a discorrer a seguir.

⁵ Eixos preceituados pelos PCN (BRASIL, 1998).

⁶ Descrevemos somente o currículo referente ao 9º ano do ensino fundamental pelo fato da aula por nós analisada referir-se a esse escolar.

O Caderno Educacional

O Caderno Educacional é um material didático elaborado pela SEDUC⁷, composto por quatro cadernos, sendo que cada um corresponde a um bimestre letivo. Este material é direcionado ao 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do ensino médio. Os respectivos cadernos são distribuídos bimestralmente pela rede estadual de educação de Goiás. Ateremo-nos a discorrer somente sobre o material relativo ao 9º ano do ensino fundamental (quarto ciclo).

O referido caderno é um material de apoio e suporte, resultante de várias ações da SEDUC com o “objetivo de avançar na oferta de um ensino qualitativo às crianças, jovens e adultos do nosso Estado. Assim, busca-se adotar práticas pedagógicas de alta aprendizagem”. (GOIÁS, 2013, p. 05). Dessa forma, poderá contribuir com o professor, nas suas atividades diárias, buscando também a melhoria do desempenho dos alunos. A mensagem de apresentação do caderno, direcionada ao professor, deixa claro que este está pautado no Currículo Referência e que o professor poderá ampliar, ajustar e melhorar as aulas no que for necessário:

Somando esforços, este material será o primeiro de muitos e, com certeza, poderá ser uma importante ferramenta para fortalecer sua prática em sala de aula. Assim, nós o convidamos para, juntos, buscarmos o aperfeiçoamento de ações educacionais, com vistas à melhoria dos nossos indicadores, proporcionando uma educação mais justa e de qualidade. (GOIÁS, 2013, p. 05)

O conteúdo do caderno, por estar pautado nos PCN (1998) e no Currículo Referência, toma o gênero enquanto objeto de ensino. Todavia, o referido caderno traz por escrito (em notas ao professor) a nomenclatura gêneros textuais somente nas aulas destinadas aos gêneros artigo de opinião e teatro; por isso, poderíamos inferir que adota, nessas aulas, a concepção de gênero textual. Contudo, é necessário verificar se a proposta de aulas para esses gêneros nos revela tal concepção.

Embora o currículo direcione nove gêneros a serem trabalhados no 9º ano do Ensino Fundamental, o Caderno Educacional traz dez gêneros, incluindo o gênero poema no caderno do terceiro bimestre. Dessa forma, verificamos que cinco gêneros literários são trabalhados no caderno, e, estão distribuídos bimestralmente da seguinte forma: 1º bimestre: conto, 2º bimestre: crônica; 3º bimestre: poema; 4º bimestre: romance e teatro.

⁷ Secretaria de Estado da Educação de Goiás.

A estrutura do Caderno Educacional é feita da seguinte forma: primeiramente, têm-se o título do gênero e a quantidade numerada de aulas a ele destinadas, as quais são distribuídas nos seguintes tópicos: a) Levantamento dos conhecimentos prévios/ introdução aos estudos do gênero; b) ampliação dos conhecimentos sobre o gênero; c) sistematização dos conhecimentos sobre o gênero. A próxima seção refere-se à análise de uma aula sobre o gênero teatro.

Análise da aula relativa ao gênero teatro disponível no Caderno Educacional

O Caderno Educacional referente ao terceiro bimestre traz um rol de seis aulas de 50 minutos, direcionadas ao trabalho com o gênero teatro que se inicia na segunda parte do caderno educacional a partir da aula 11 até a aula 16. Todavia, em virtude do número limitado de páginas do artigo, faremos a exposição de algumas considerações sobre a aula 12; a qual foi escolhida por apresentar maiores lacunas, de acordo com nossa avaliação.

A aula 12, direcionada ao gênero teatro, está inserida no tópico ampliação dos conhecimentos do gênero, disponibilizadas nas páginas 41- 45 do Caderno Educacional 3. Série-alvo: 9º ano do Ensino Fundamental. Vejamos, a seguir, a aula analisada.

Aula objeto da análise

Teatro

Aula 12 *Ampliação dos conhecimentos sobre o gênero*

Objetivo geral: Ampliar os conhecimentos que os estudantes já possuem sobre o gênero, explorando as práticas de oralidade, leitura e escrita e análise linguística.

O que devo aprender nesta aula: •Socializar a pesquisa realizada. •Ler texto dramático, utilizando as estratégias de leitura como mecanismos de interpretação dos textos: - Formulação de hipóteses (antecipação e inferência). - Verificação de hipóteses (seleção e checagem). •Discutir sobre as funções cultural e social do gênero dramático. •Refletir sobre os elementos do texto dramático (rubrica, cenário, fala, diálogo e ação dos personagens). •Refletir sobre as variações linguísticas no gênero em estudo.

Prática de oralidade: Caro estudante, compartilhe com seus colegas e seu (sua) professor (a) a pesquisa realizada.

Práticas de leitura e análise da língua: Você, provavelmente, já deve ter assistido ao filme “O auto da compadecida”, com os atores Selton Melo, Matheus Nachtergaele, Marco Nanini, entre outros. Mas você sabia que “Auto da compadecida”, de Ariano Suassuna é um texto escrito, originalmente, para o teatro? Leia, abaixo, um trecho dessa peça teatral para responder as questões propostas:

<i>Auto da compadecida</i> Ariano Suassuna		
Personagens		
Palhaço	Sacristão Padeiro	Demônio
João grilo	Mulher do padeiro	O encourado (o diabo)
Chicó	Bispo	Manuel (nosso senhor Jesus Cristo)
Padre João	Frade	A compadecida (Nossa Senhora)
Antônio Morais	Severino do Aracaju	
	Cangaceiro	
Cenário		
<p>O cenário pode apresentar uma entrada de igreja à direita, com uma pequena balaustrada ao fundo, uma vez que o centro do palco representa um desses pátios comuns nas igrejas das vilas do interior. A saída para a cidade é à esquerda e pode ser feita através de um arco. Nesse caso, seria conveniente que a igreja, na cena do julgamento, passasse a ser entrada do céu e do purgatório. O trono de Manuel, ou seja, Nosso Senhor Jesus Cristo, poderia ser colocado na balaustrada, erguida sobre um praticável servido por escadarias. Mas tudo isso fica a critério do ensaiador e do cenógrafo, que podem montar a peça com dois cenários, sendo um para o começo e outro para a cena do julgamento, ou somente com cortinas, caso em que se imaginará a igreja fora do palco, à direita, e a saída para a cidade à esquerda, organizando-se a cena para o julgamento através de simples cadeiras de espaldar alto, com saída para o inferno à esquerda e saída para o purgatório e para o céu à direita. [...]</p>		
<p>Palhaço: (entrando). Peço desculpas ao distinto público que teve de assistir a essa pequena carnificina, mas ela era necessária ao desenrolar da história. Agora a cena vai mudar um pouco. João, levante-se e ajude a mudar o cenário. Chicó! Chame os outros.</p> <p>Chicó: Os defuntos também?</p> <p>Palhaço: Também.</p> <p>Chicó: Senhor Bispo, Senhor Padre, Senhor Padeiro! (Aparecem todos.)</p> <p>Palhaço: É preciso mudar o cenário, para a cena do julgamento de vocês. Tragam o trono de Nosso Senhor! Agora a igreja vai servir de entrada para o céu e para o purgatório. O distinto público não se espante ao ver, nas cenas seguintes, dois demônios vestidos de vaqueiro, pois isso decorre de uma crença comum no sertão do Nordeste. (É claro que essas falas serão cortadas ou adaptadas pelo encenador, de acordo com a montagem que se fizer.)</p> <p>Palhaço: Agora os mortos. Quem estava morto?</p> <p>Bispo: Eu.</p> <p>Palhaço: Deite-se ali.</p> <p>Padre: Eu também.</p> <p>Palhaço: Deite-se junto dele. Quem mais?</p> <p>João Grilo: Eu, o padeiro, a mulher, o sacristão, Severino e o cabra.</p> <p>Palhaço: Deitem-se todos e morram.</p> <p>João Grilo: Um momento.</p> <p>Palhaço: Homem, morra que o espetáculo precisa continuar!</p> <p>João Grilo: Espere, quer mandar no meu morredor?</p> <p>Palhaço: O que é que você quer?</p> <p>João Grilo: Já que tenho de ficar aqui morto, quero pelo menos ficar longe do sacristão.</p> <p>Palhaço: Pois fique. Deite-se ali. E você, Chicó?</p> <p>Chicó: Eu escapei. Estava na igreja, rezando pela alma de João Grilo.</p> <p>Palhaço: Que bem precisada anda disso. Saia e vá rezar lá fora. Muito bem, com toda essa gente morta, o espetáculo continua e terão oportunidade de assistir seu julgamento. Espero que todos os presentes</p>		

aproveitem os ensinamentos desta peça e reformem suas vidas, se bem que eu tenha certeza de que todos os que estão aqui são uns verdadeiros santos, praticantes da virtude, do amor a Deus e ao próximo, sem maldade, sem mesquinhez, incapazes de julgar e de falar mal dos outros, generosos, sem avareza, ótimos patrões, excelentes empregados, sóbrios, castos e pacientes. E basta, se bem que seja pouco. Música. (Música de circo. O Palhaço sai dançando. Se montar a peça em três atos ou houver mudança de cenário, começará aqui a cena do julgamento, com o pano abrindo e os mortos despertando.)

João Grilo: (para o Cangaceiro). Mas me diga uma coisa, havia necessidade de você me matar?

Cangaceiro: E você me matou?

João Grilo: Pois é por isso mesmo que eu reclamei. Você já estava desgraçado, podia ter-me deixado em paz.

Severino: Eu, por mim, agora que já morri, estou achando até bom. Pelo menos estou descansando daquelas correrias. Quem deve estar achando ruim é o bispo.

Bispo: Eu? Por quê? Estou até me dando bem!

João Grilo: É, estão todos muito calmos porque ainda não repararam naquele freguês que está ali, na sombra, esperando que nós acordemos.

Padre: Quem é?

João Grilo: Você ainda pergunta? Desde que cheguei que comecei a sentir um cheiro ruim danado. Essa peste deve ser um diabo.

Demônio: (saindo da sombra). (Severo) Calem-se todos. Chegou a hora da verdade.

Severino: Da verdade?

Bispo: Da verdade?

Padre: Da verdade?

Demônio: Da verdade, sim.

João Grilo: Então já sei que estou desgraçado, porque comigo era na mentira.

Demônio: Vocês agora vão pagar tudo o que fizeram.

Padre: Mas o que foi que eu...

Demônio: Silêncio! Chegou a hora do silêncio para vocês e do comando para mim. E calem-se todos. Vem chegando agora quem pode mais do que eu e do que vocês. Deitem-se! Deitem-se! Ouçam o que estou dizendo, senão será pior!

Disponível em: <http://oficinadeteatro.com/component/jdownloads/viewdownload/5-pecas-diversas/110-auto-da-compadecida/Acesso em 21/05/2013>

1. No texto dramático, os textos em parênteses, são chamados de rubricas. Em sua opinião, para que servem esses textos?
2. Como é denominado o espaço no texto dramático? Indique o espaço do texto em estudo.
3. Em que o texto lido se assemelha aos contos e às crônicas estudadas por você nos bimestres anteriores?
4. Algumas palavras e expressões utilizadas pelo autor são típicas de uma região brasileira. Você sabe que região é essa? Destaque algumas dessas palavras e expressões.
5. O autor do texto utilizou-se da palavra ensaiador para se referir à pessoa responsável por montar o espetáculo e ensaiar os atores. Você acha que esse é, de fato, o nome atribuído a esse profissional? Por que você acha que Suassuna preferiu utilizar o termo ensaiador?

Ariano Suassuna (1927) nasceu em João Pessoa, Paraíba, em 16 de junho de 1927. Filho de João Suassuna e Rita de Cássia Vilar, ficou órfão de pai, com três anos de idade. Durante a Revolução de 1930, por motivos políticos, seu pai foi assassinado. A família foi obrigada a mudar de cidade, foram para Taperoá, interior do Estado. Morou em Taperoá entre 1933 e 1937, onde iniciou seus estudos. Teve os primeiros contatos com a cultura regional assistindo uma apresentação de mamulengos e um desafio de viola. Em 1942, a família muda-se para a cidade do Recife, Pernambuco, onde Ariano

entra para o Colégio Americano Batista. Em seguida estuda no Ginásio Pernambucano, importante colégio do Recife. Ingressou na Faculdade de Direito, onde funda o Teatro do Estudante de Pernambuco. Em 1947, escreve sua primeira peça "Uma Mulher Vestida de Sol". No ano seguinte escreve "Cantam as Harpas de Sião". Em 1950, conclui o curso de Direito. Dedicou-se à advocacia e ao teatro. Em 1955, escreveu a comédia "Auto da Compadecida". A partir de 1956, passa a dar aulas de Estética na Universidade Federal de Pernambuco. Em 1970, surge o Movimento Armorial, inspirado e dirigido por Ariano, com o objetivo de valorizar os vários aspectos da cultura do Nordeste brasileiro, como a literatura de cordel, a música, a dança, teatro, entre outros. Ariano Suassuna inicia, em 1971, sua trilogia com o "Romance da Pedra do Reino" e o "Príncipe do Sangue que vai-e-volta", que teria sequência em 1976, com a "História do Rei Degolado nas Caatingas do Sertão: ao Sol da Onça Caetana". Em 1994, se aposenta pela Universidade Federal de Pernambuco. É Secretário de Assuntos ao Governador de Pernambuco, Eduardo Campos. http://www.e-biografias.net/ariano_suassuna/

Desafio: Pesquise quem são alguns dos mais famosos autores de textos dramáticos no Brasil e no mundo. Destaque pelo menos dois autores: um nacional e um estrangeiro.

Análise da aula

Para analisarmos a aula, verificamos como o gênero teatro é trabalhado na referida aula. Assim, procuramos observar se as atividades elencadas na aula atendem aos objetivos propostos pelos elaboradores. Primeiramente, procuramos observar se elas buscam ampliar os conhecimentos que os estudantes já possuem sobre o gênero, explorando as práticas de oralidade, leitura e escrita e análise linguística, conforme propõem o objetivo principal da aula. Para posteriormente verificar se respondem às expectativas de aprendizagem expostas na referida aula. Assim, elaboramos as perguntas abaixo para ajudar-nos nessa verificação.

- 1- A aula possibilita que o aluno socialize a pesquisa elaborada?
- 2- As esferas sociais, históricas e culturais são exploradas?
- 3- Os elementos construção composicional do gênero teatral (rubrica, cenário, diálogo e ação dos personagens) são explorados?
- 4- As variações linguísticas são exploradas no gênero lido?
- 5- A aula aborda o que é necessário para que os objetivos estabelecidos sejam alcançados?
- 6- As especificidades do gênero em questão são exploradas?
- 7- Há definição do gênero teatral?
- 8- O título do texto é explorado?
- 9- Há atividades de compreensão oral?
- 10- Há atividades de compreensão escrita?
- 11- As atividades propiciam a reflexão?
- 12- A temática do gênero é explorada?
- 13- O estilo é explorado no gênero em questão?
- 14- Há produção escrita do gênero em questão?
- 15- O gênero teatral em questão é trabalhado na íntegra?

Para direcionar nossa análise e facilitar a tabulação dos dados, utilizamos três categorias de alternativas para responder aos questionamentos acima, quais sejam: 1) não; 2) parcialmente; 3) sim. Após a tabulação dos dados, observamos que obtivemos 47% de categoria não como resposta, 27% da categoria parcialmente e somente 20% da categoria sim. Deste modo, verificamos que a aula analisada possui algumas lacunas a seguir delineadas.

Antes de fazermos a exposição de nossas considerações a respeito da aula objeto de análise, é relevante observar que o gênero teatro, no Caderno Educacional, inicia-se na aula anterior (aula 11). É importante ressaltar que em nota direcionada a introduzir o professor no gênero teatro, tem-se a seguinte redação.

Professor (a), seja bem vindo (a) [...] Do ponto de vista do estudo dos *gêneros textuais*, o texto dramático nos remete a aspectos da narrativa, sobretudo à questão do diálogo, sob um novo olhar, tendo como perspectiva a encenação. Assim, nosso trabalho tem como foco a exploração das características e elementos desse gênero, por meio das práticas linguísticas, em especial, a leitura dramática. (GOIÁS, 2013, p.39)

Dessa forma, poderíamos inferir que a abordagem gênero adotada nesse material fosse a de gênero textual. Contudo, é necessário analisar a aula por completo para verificar se isso, de fato, acontece. O que não impede que façamos a análise com base nos preceitos de Bakhtin, pelo fato de todas as teorias de gênero ter como base comum os estudos bakhtinianos (ROJO, 2005).

A aula 11 objetiva identificar o conhecimento que os alunos possuem sobre o gênero teatro, bem como introduzir os estudos do gênero. Nesta seara, são feitos alguns questionamentos orais sobre o gênero; sendo solicitada ao aluno, uma pesquisa sobre a origem do teatro. Assim, a primeira expectativa da aprendizagem elencada na aula *corpus* da pesquisa é referente a um conhecimento prévio da aula anterior.

Verificamos, portanto, que é reservado um espaço na aula para exposição oral da pesquisa solicitada. Assim, podemos perceber que as esferas social e histórica – próprias da concepção sociodiscursiva bakhtiniana – são exploradas tendo em vista que possibilita ao aluno perceber que não há um tempo preciso da origem do referido gênero, mas que a Grécia antiga tem grande influência na consagração e expansão desta arte. Por outro lado, consideramos que a exploração foi parcial e superficial, pelo fato das condições de produção não ter sido explorada na peça teatral objeto de estudo da aula – “O auto da Compadecida” – pois, não são feitos questionamentos sobre quem escreveu o texto, por que o escreveu, bem para quem escreveu e quem lê o texto teatral. Somente é apresentado um quadro com a

biografia do autor Ariano Suassuna, entretanto, só vem no final da aula posteriormente ao texto e às questões. Além disso, as peculiaridades das personagens não são exploradas.

No que tange à *temática* do gênero teatral em questão, observamos que este eixo não é explorado, o que consideramos negativo. Com relação à *construção composicional* do gênero, verificamos que esta é observada parcialmente pelo fato das atividades contemplarem somente as rubricas e o cenário, não contemplando todos os elementos do gênero, além disso, essa exploração ocorre de forma superficial. Já o *estilo* é observado parcialmente pelo fato de abordar somente os recursos lexicais e variações linguísticas, todavia de maneira superficial. Acreditamos que o estilo poderia ter sido mais bem explorado, mesmo porque se refere a um gênero da esfera literária no qual o estilo da linguagem é uma peculiaridade desta esfera, conforme aduz Bakhtin (2003, p. 267) “a linguagem literária é um sistema dinâmico e complexo de estilos de linguagem”.

Acreditamos que o título da peça - O auto da Compadecida - deveria ter sido explorado, questionando o aluno sobre o que vem a ser um auto e retomando assim, aspectos sociais, históricos e culturais inerentes ao gênero teatro, tais como seu aspecto satírico.

Observamos que mesmo apresentando atividades de leitura e compreensão, a reflexão é pouco explorada, bem como aspectos críticos inerentes ao texto literário. Ademais, percebemos que a peça teatral não foi trabalhada em sua integralidade⁸ e sim de forma fragmentada o que dificulta a exploração da temática, da reflexão e da crítica e conseqüentemente, não propicia o letramento literário, definido como “processo de apropriação da literatura enquanto construção literária de sentidos” (SOUZA; COSSON, 2009, p.67). A fragmentação da literatura é um dos fatores mais criticados pelos teóricos literários atuais⁹. Enfim, consideramos que as atividades propostas para o gênero teatral na aula analisada, não foram suficientes para ampliar os conhecimentos inerentes ao gênero.

Considerações Finais

A partir dos estudos e reflexões realizadas, pudemos perceber que a aula objeto de análise tenta adotar o gênero como objeto de ensino, porém não o faz com eficiência. Embora, o Caderno Educacional utilize a nomenclatura gêneros textuais, verifica-se que a

⁸ A Prof^ª Dr^ª Maria Inês Campos – USP explica no vídeo “Didática da língua portuguesa e literatura” que para se trabalhar na perspectiva do gênero do discurso há três questões importantes, dentre elas a recepção do texto, de modo que deve ser trabalhado o todo do texto, não só seu elemento parcial. Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mB3TwwXsbZg>> Acesso em 16 de dez. 2014.

⁹ A esse respeito ver ZILBERMAN (2009).

aula não adota a perspectiva textual, nem a discursiva, por apresentar diversas lacunas ao ensino de gêneros, seja qual for a perspectiva. Dessa forma, as atividades que a constituem, a nosso ver, não foram consideradas satisfatórias para desenvolver a competência discursiva dos alunos. Desse modo, concluímos que as atividades analisadas exploraram somente o plano linguístico/semântico, não transcendendo, assim, ao plano discursivo. Acreditamos que um trabalho eficiente para o ensino da língua deve ser pautado nas concepções do gênero discursivo.

Destarte, verificamos que o Caderno Educacional é um material de apoio ao professor que visa melhorar o ensino de língua portuguesa, entretanto, apresenta algumas lacunas que precisam ser sanadas, principalmente, no que se refere ao aprofundamento das atividades desenvolvidas com os gêneros discursivos. Acreditamos, portanto, que a apropriação do gênero discursivo somente ocorrerá, por meio de uma prática pedagógica que vise às diversas práticas de letramento, com vistas que o domínio da linguagem em suas práticas sociais.

Referências

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso In: *Estética da Criação Verbal*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.262-306.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/* Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DIAS, A. V. M. Hipercontos Multissemióticos. In: ROJO, R; MOURA, E. (Orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola, 2012, p. 95-122.

DIAS, E.; OTTONI, M. A. R. Ensino dos Gêneros Discursivos: Sequências Didáticas do Portal do Professor. *Letras & Letras*, Uberlândia, v.9,n.2,p.9 a 12, 2013. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/issue/view/1098>>. Acesso em 25 de ago 14.

DIAS, E.; MESQUITA, E. M. de C.; FINOTTI, L. H. B.; OTTONI, M. A. R.; LIMA, M. C. de; ROCHA, M. A. de F.. Gêneros textuais e (ou) gêneros discursivos: uma questão de nomenclatura? *Interações*. Portugal, v.7, n. 19, p. 142-155, 2011. Disponível em <<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/viewFile/475/429>>. Acesso em 12 de ago 2014.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. [Tradução e organização de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro] Campinas, SP: Mercado da Letras, 2004, p. 81-108.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Educação de Goiás. *Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás - Língua Portuguesa. Educação Básica. Ensino Fundamental e Médio.* Goiânia: SEDUC, 2012.

_____. Secretaria de Estado de Educação. *Caderno Educacional: 9º ano - Terceiro bimestre: Língua Portuguesa. Educação Básica. Ensino Fundamental e Médio.* Goiânia: SEDUC, 2013.

PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania (Orgs). *Escola e leitura: velha crise; novas alternativas.* São Paulo: Global, 2009, p.61-79.

RODRIGUES, R. H. R. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs). *Gêneros, Teorias, métodos, debates.* São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 152-183.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs). *Gêneros, Teorias, métodos, debates.* São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 184-207.

ZILBERMAN, Regina. Que literatura para a escola? Que escola para a literatura. In: *Letras.* Passo Fundo, RS, v. 5, n. 1, jan./jun. 2009.

Artigo recebido em: 02.05.2015

Artigo aceito em: 19.06.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

O *ETHOS* E A VERDADE SOBRE O EU NA RETÓRICA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

Melliandro Mendes Galinari*

Juliana Couto Santos**

Resumo: No campo dos estudos da linguagem, a análise do *ethos* tem sido bastante discutida e praticada no sentido de ressaltar a dimensão persuasiva dos discursos. Neste artigo, interrogamo-nos sobre *como*, de fato, a enunciação de um texto confere à sua instância de produção um “caráter”, para além da análise estrita de dados linguístico-discursivos, o que implica levar em consideração, durante a investigação, o auditório, seus valores e sua conjuntura cultural. Para tanto, partimos da análise do discurso da *Frente Parlamentar Evangélica* – FPE – atuante no Congresso Nacional Brasileiro, valendo-nos de textos presentes no primeiro exemplar de sua Revista. Esse procedimento é viabilizado, primeiramente, por uma reflexão sobre o *ethos* a partir da Retórica Sofística, representada, aqui, por Protágoras. Num segundo momento, tais reflexões são postas em prática para apreender como os textos da citada Revista poderiam, possivelmente, acarretar em “imagens de si” diferenciadas da FPE, a depender de três conceitos sofisticos: a *doxa* (“saberes partilhados”), o *kairos* (“momento oportuno”) e o *nomos* (“regras” e “padrões” socioculturais). Com isso, chegamos à conclusão de que o *ethos* é algo de relativo, e que seu acabamento final num processo enunciativo é dado *em perspectiva*, ou seja, pela influência retórica desses três fatores.

Palavras-chave: Retórica. Sofística. Discurso. *Ethos*. Frente Parlamentar Evangélica.

Abstract: In the field of language studies, the analysis of *ethos* has been much discussed and practiced in the sense of highlighting the persuasive dimension of discourses. In this paper, we ask ourselves *how*, in fact, the enunciation of a text gives a “character” to its production instance that is beyond the strict analysis of linguistic-discursive data, implying in taking into account the auditorium, their values and their cultural environment. In order to accomplish this, we apply the discourse analysis of the *Evangelical Parliamentary Front* - EPF - active in the Brazilian National Congress, relying on texts presented in the first copy of its magazine. This procedure is made possible primarily by a reflection on the *ethos* from the Sophistic Rhetoric, represented here by Protagoras. Secondly, such reflections are used to understand how the texts from the mentioned magazine could possibly result in “images of themselves” distinguished from EPF, depending on three sophistic concepts: the *doxa* (“shared

* Professor Doutor do Departamento de Letras, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFOP, Mariana, Minas Gerais, Brasil, melliandro@yahoo.it

** Programa de Pós-Graduação em Letras (mestrado), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFOP, Mariana, Minas Gerais, Brasil, julianacoutosantos@hotmail.com

knowledge”), the *kairos* (“opportune time”) and *nomos* (sociocultural “rules” and “standards”). Thus, we conclude that the *ethos* is something relative, and that its finishing in a declarative process is put *into perspective*, that is, by rhetorical influence of these three factors.

Keywords: Rhetoric. Sophistic. Discourse. *Ethos*. Evangelical Parliamentary Front.

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2003, no Congresso Nacional, um grupo de políticos evangélicos instituiu, oficialmente, a chamada *Frente Parlamentar Evangélica* (FPE). A cerimônia de fundação aconteceu no Plenário Ulysses Guimarães, na câmara dos deputados, com um auditório de aproximadamente 300 pessoas pertencentes a diversas agremiações religiosas. Esse evento inaugural ocorreu em uma data simbólica, uma vez que era comemorado o Dia Nacional de Missões Transculturais. Naquele momento, a FPE contava com 58 deputados federais e 3 senadores, o que totalizava 61 parlamentares. Uma das primeiras medidas da FPE foi criar o GAPE – Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos –, que teria por objetivo auxiliar o trabalho da recém criada agremiação. Logo depois, surgiram as Comissões Especiais, compostas pelos próprios parlamentares, com a finalidade de votar a favor ou contra projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.

Atualmente, a FPE possui um site¹, uma Revista e um Jornal, ou seja, mecanismos de comunicação que ultrapassam o funcionamento interno do Congresso Nacional, voltando-se, também, para a difusão e justificação de ideias junto à sociedade civil. Foco principal deste artigo, o primeiro exemplar da Revista da FPE, datado de novembro de 2004, se mostra amplo e diversificado: além de notícias variadas, nele encontramos diversas informações sobre a instalação da Frente, como a divulgação de seus membros e informes sobre os Estados brasileiros que já haviam aderido às FPEE’s (Frentes Parlamentares Evangélicas Estaduais). A Revista, assim como o *site*, é constituída pelas falas de parlamentares (filiaados ou não à FPE), que ressaltam e legitimam a importância da criação da nova instituição, assim como seus principais objetivos e propostas².

Poderíamos dizer que, com a instauração da FPE, os políticos evangélicos passariam, independentemente de seus partidos (PSDB, PT, PMDB, PL, PTB etc.), a promover uma

¹ <http://www.fpebrasil.com.br>

² Os objetivos da FPE, segundo a própria instituição, podem ser vistos nos anexo 1 e 2 deste artigo.

mobilização organizada dentro de um mundo que jamais os pertenceria num Estado verdadeiramente laico: a esfera político-institucional. Com esse propósito, houve, ainda, a designação de um culto semanal realizado todas as quartas-feiras das 08h30min às 9h45min da manhã, também aberto ao público. A cerimônia acontece, frequentemente, em um dos Plenários da Casa Legislativa, sendo realizada pelos próprios deputados da organização religiosa. Para Duarte (2012, p. 56-57), “a promoção de tais cultos (...) foi uma ‘estratégia’ adotada pelos fundadores da FPE a fim de criar um tempo e espaço ritual nos quais os deputados evangélicos ‘unidos’ pudessem tornar as demandas religiosas, realizações concretas no Parlamento”. A autora nos mostra, ainda, que os cultos seriam mecanismos utilizados pelos políticos para vislumbrar e ratificar alianças:

é neste sentido que estes rituais de ‘louvor’ permitem que a FPE exerça a fusão [união entre os irmãos e filiações e adesões políticas], a repetição [do discurso da missão política dos evangélicos de prover ‘boas safras’ para a Nação] e a rigidez [da crença e do posicionamento a favor da moral e dos bons costumes]. (PEIRANO, 2003, p. 47 *apud* DUARTE, 2012, p. 63)

Diante do que foi apontado, pode-se dizer que a FPE tem se mostrado uma instituição atuante no cenário político brasileiro, sendo representada por parlamentares de partidos variados e denominações diversas. Em comum, sustentam um projeto de sociedade para o país, de cunho moral-religioso, interferindo em temas polêmicos/importantes, tais como projetos de lei, aborto, sexualidade, família etc. Além disso, a Frente conta com mecanismos de comunicação significativos (um *Site*, uma *Revista* e um *Jornal*), que justificam e dão visibilidade à sua atuação no congresso, ajudando a construir a sua imagem discursiva, o seu caráter e a sua missão.

A partir do quadro acima esboçado, o presente artigo destaca, como problema relevante, a temática das “imagens de si” (institucionais) que as agremiações políticas (partidos ou outros agrupamentos) constroem para fins de sua legitimação diante de possíveis auditórios, o que nos remete à antiga ceara do *ethos*. Nessa perspectiva, uma questão teórica pertinente seria indagar se a análise dos dados linguísticos presentes em um texto (ou *corpus*) seria suficiente para a apreensão dessa prova retórica: o argumento “*ethico*”. Haveria, por assim dizer, uma *verdade objetiva* sobre o *eu* já presente na materialidade discursiva? Esse caráter (forjado) pode ser (re)formatado pela leitura ou pela escuta de um auditório concreto, acarretando em “imagens de si” não previstas pela instância de produção do discurso?

Sem perder de vista esses problemas, o presente artigo objetiva apreender algumas dimensões retóricas do *ethos* da FPE no momento de sua fundação, dada a importância simbólica dos discursos fundadores para a caracterização de seus personagens, projetos e instituições. Para cumprir tal meta, selecionamos dois textos presentes no primeiro exemplar da *Revista da Frente* (anexos 1 e 2), uma vez que ali se encontram, justamente, os “informes” sobre o surgimento dessa nova instituição, assim como alguns esclarecimentos sobre a sua “missão” na esfera política. Antes da análise propriamente dita, apresentaremos, logo abaixo, algumas reflexões acerca do *ethos*, (re)significando-o a partir de alguns princípios sofisticados vinculados à filosofia de Protágoras de Abdera. Acreditamos que tal via de especulação, ainda pouco usual na abordagem do assunto, contribuiria para um entendimento ainda mais profundo acerca das “imagens de si” na atualidade, além de estabelecer, aqui, os nossos pressupostos teóricos.

O ETHOS À LUZ DE PROTÁGORAS: DAS VERDADES SOBRE O EU

O interesse principal em Protágoras para a compreensão de uma das mais conhecidas provas retóricas – o *ethos* –, reside, essencialmente, nas suas reflexões sobre a *verdade*, que põem em relevo a polivalência do sentido e a sua determinação por parâmetros situacionais. Acreditamos que tais reflexões podem ser canalizadas para uma compreensão mais profunda acerca das imagens de si, principalmente se nos perguntamos, assim como já se perguntou sobre as coisas e os eventos mundanos, se existiria uma verdade sobre o *eu* passível de ser espelhada pelo discurso. As possíveis respostas, a nosso ver, acrescentam à compreensão do *ethos* o primado do *perspectivismo*, muito caro ao pensamento sofisticado.

A complexidade das especulações de Protágoras nos revela que a verdade é algo de relativo, uma vez que os discursos (ou *logoi* sociais) dependem, se nos valem de uma expressão moderna, da atribuição de sentidos balizada pela *doxa* (“conhecimentos partilhados”), pelo *kairos* (“momento oportuno”) e pelo *nomos* (“regras” e “convenções” de ordem sócio-histórico-cultural). Em uma de suas obras perdidas, denominada *Verdade ou Discursos Demolidores*, podemos notar a densidade do pensamento do sofista, como nos mostra o testemunho de Sexto Empírico:

(...) alguns incluíram também Protágoras de Abdera no grupo dos filósofos que aboliram o critério, porque afirma que todas as aparências e todas as opiniões são verdadeiras e que a verdade é algo de relativo, pois que tudo o

que é aparência ou opinião para um indivíduo existe desde logo para ele. Assim, ao começar os *Discursos Demolidores*, declarou: “O homem é a medida de todas as coisas, das que são que são, das que não são que não são. (SEXTO EMPÍRICO *apud* SOUSA e PINTO, 2005, p. 78-79)

Esse emblemático trecho nos indicaria, séculos antes das teorias discursivas contemporâneas, que o *logos* adquire essa ou aquela força persuasiva sob o impacto de elementos que ultrapassam a superfície aparente dos textos, a saber, a interpelação dos interactantes por fatores dóxicos (crenças, opiniões, valores partilhados) e pelo *kairos* (o momento oportuno ou ocasião propícia). Nessa perspectiva, em última análise, as coisas reportadas pelo discurso (o eu, o mundo ou os acontecimentos) só *são* ou *não são*, ou melhor, só adquirem um sentido x ou y, em função do *homem-medida*: essa instância concreta que julga, avalia e interpreta a tudo e a todos em função dos seus modos de adesão a padrões socioculturais (o *nomos*). Isso coloca em relevo o papel central das subjetividades dos sujeitos, viabilizadas, por sua vez, por elementos *dóxicos* de várias ordens. Curiosamente, até mesmo o testemunho de Platão (*Crátilo*), conhecido como o grande detrator dos sofistas, nos conduz a constatações do gênero. De acordo com esse pensador, Protágoras sustentava que “(...) o homem é a medida de todas as coisas, tal como as coisas me parecem ser, assim elas são para mim; tal como elas te parecem a ti, assim elas são para ti” (PLATÃO *apud* SOUSA e PINTO, 2005, p. 70).

É nesse ponto que o pensamento de Protágoras inaugura um certo *perspectivismo*, constatando que a verdade sobre um fato não poderia se dar de modo natural, uma vez que tudo estaria à mercê de pontos de vista, ou seja, de perspectivas e de olhares culturalizados sobre a realidade. À medida que as coisas teriam dois lados e os dois seriam verdadeiros, a depender das perspectivas possíveis e dos pontos de vista em conflito, caberia ao orador/cidadão adentrar pelos caminhos sinuosos da retórica. Em função de um *kairos* particular (circunstância oportuna) e da *doxa* (saberes partilhados), o problema não seria definir qual dos argumentos seria “verdadeiro” ou “falso” (em essência), mas, sim, articulá-los dialeticamente, especulando sobre qual deles seria o mais “forte” ou o mais “fraco”, em função do preferível e do desejável democraticamente.

Essa prática foi erroneamente interpretada pela tradição platônico-aristotélica, que taxava tal *perspectivismo* como um relativismo cínico, pelo qual a verdade absoluta se via desviada constantemente por meros exercícios oratórios. Segundo Sousa e Pinto (2005, p. 57), isso acontecia porque, antes da conjuntura que viu nascer os sofistas, “(...) as coisas

perspectivavam-se no âmbito da problemática epistemológica do conhecimento verdadeiro” e, também, “(...) à luz da preocupação de salvaguardar o princípio da não contradição, condição *sine qua non* da ontologia e da ciência”.

No entanto, há que se compreender que a Sofística, no contexto da democracia ateniense de Péricles, foi responsável por deslocar as especulações mundanas do plano da *physis* (“ciências da natureza”) para o plano do *nomos* (“convenção/cultura/sociedade”). As questões concernentes à moral e à política, inevitáveis quando o assunto é o pensamento do século V a. C. e a formação das novas diretrizes do Estado grego, estão necessariamente ligadas à referida antítese. É somente nessa passagem gradual da *physis* ao *nomos* que se poderia compreender o pensamento sofístico e o seu modo particular de lidar com o conhecimento. As especulações filosóficas centradas na *physis* teriam sua raiz nos pensadores pré-socráticos, os quais, “(...) pode-se perfeitamente dizer, estiveram preocupados com a natureza da realidade e sua relação com fenômenos sensíveis” (GUTHRIE, 1995, p. 10). A *physis* estava intrinsecamente ligada à ordem da natureza e da transcendência divina. As reflexões e os conhecimentos centrados nesse pólo se ocupavam predominantemente do estudo do cosmos, da medicina, da fisiologia, o que corresponderia, *grossissimo modo*, ao escopo das ciências exatas e biológicas na atualidade, em sua versão positivista. Dentre os filósofos pré-socráticos representantes desse pensamento, podemos citar, como exemplo, Tales de Mileto, Heráclito de Éfeso, Pitágoras, Parmênides, dentre outros (guardadas as suas devidas diferenças). Podemos dizer, de certa forma, que a crítica posterior de Platão à Sofística se baseava, em parte, nesse legado filosófico.

As especulações em torno do *nomos*, por sua vez, pólo de reflexão dos sofistas, estavam ligadas aos acontecimentos da vida social, encarados como produção do próprio homem. É nesse sentido que aqueles pensadores foram, muitas vezes, considerados como os primeiros humanistas: por instituírem, como âmbito especulativo, o plano das convenções e das regras culturalmente instituídas da vida em sociedade. Isso desde o seu progresso e adaptação durante os séculos até chegar ao convívio organizado, passando pela criação de um Estado, no qual os próprios indivíduos, culturalmente arraigados, seriam os responsáveis pelas leis, em função do preferível e do desejável. No campo das ideias ligadas ao *nomos*, o conhecimento e a apreensão da realidade humana (e não mais a “natural”) se davam não pela captação de uma suposta verdade inerente às coisas, mas, sim, por convenções socioculturais acompanhadas pelo uso da linguagem.

Voltando ao pensamento de Protágoras, torna-se pertinente ilustrá-lo, ainda mais, com o auxílio de uma obra denominada *Duplos Discursos* (*Dissoi Logoi*), texto sofístico que foi

encontrado entre os manuscritos de Sexto Empírico, mas de autoria ainda desconhecida. Mesmo diante da possibilidade de tal obra não ser de Protágoras, acredita-se hoje, de modo consensual, que pertence originalmente a algum sofista e que poderia representar, por similitude, o pensamento do filósofo em questão. Vejamos um pequeno trecho em que os *Discursos Duplos* especulam sobre o que seria o “justo” e o “injusto” na *polis*, chegando à conclusão de que uma verdade absoluta seria inviável diante das perspectivas em confronto:

[*Dissoi Logoi* – Duplos Discursos ou Discursos Contraditórios]

4. Do justo e do injusto

(1) Também se proferem duplos discursos sobre o justo e o injusto. Uns defendem que uma coisa é o justo e a outra coisa o injusto; outros dizem que justo e injusto são o mesmo. Quanto a mim, tentarei defender este último argumento. (2) E, em primeiro lugar, direi que é justo dizer mentiras e enganar. Dir-se-ia que fazer isto aos inimigos é [decente e justo] e é vergonhoso e perverso fazê-lo [aos amigos]. [Mas como é que é justo fazê-lo aos inimigos] e não aos mais amados? Por exemplo, aos pais: se o pai ou a mãe precisarem beber ou ingerir um medicamento e não quiserem, não é justo dar-lho na comida ou na bebida e não dizermos que se encontra aí? (3) Por conseguinte [é justo] mentir e enganar os pais. E é justo roubar o que pertence aos amigos e exercer a violência sobre os mais amados. (4) Por exemplo, se um dos familiares, abatido e transtornado por qualquer motivo, estiver prestes a matar-se com um punhal ou com uma corda ou com qualquer outro instrumento, é justo roubar-lhe esses utensílios, se possível, ou se se chegar demasiado tarde e já tiver o instrumento na mão, não é justo arrancar-lho à força?” (DISSOI LOGOI *apud* SOUSA e PINTO, 2005, p. 291-292)

O que esse texto nos mostra é que, de certa forma, as coisas só *são* (ou *não são*), ou seja, produzem o seu sentido de uma forma ou de outra, em função de circunstâncias oportunas (*kairos*), somando-se a isso as variáveis culturais provenientes do *nomos* e da *doxa*, que inevitavelmente atravessam as subjetividades dos sujeitos em interação. Em outras palavras, o texto deixa claro que a verdade, assim como o sentido, se produz apenas em função de elementos contextuais, do nível mais imediato (*kairos*) ao nível culturalmente mais amplo (*nomos*). O texto dos *Duplos Discursos* deixa isso ainda mais claro no fragmento seguinte, no instante em que o autor nos apresenta um poema:

(19) (...) E, ao fazeres esta distinção, verás a outra lei
para os mortais: nada é em todas as circunstâncias nem decente
nem vergonhoso, mas o momento oportuno [*kairos*] toma as coisas
e torna-as vergonhosas e transforma-as e torna-as decentes. (DISSOI
LOGOI *apud* SOUSA e PINTO, 2005, p. 290)

Com a revisitação do pensamento de Protágoras, percebeu-se que a prática de argumentar por lados antagônicos sobre um mesmo assunto poderia ser encarada de modo mais amplo, sendo eles não mais vistos como contraditórios do ponto de vista estritamente lógico, mas, sim, como *contrários*, isto é, ligados a perspectivas diversas. Pode-se dizer que esse pensamento, por outro lado, seria um reflexo previsível de uma mudança significativa da ordem política pela qual passava o mundo grego. Isso porque, com a efetivação da democracia de Péricles (século V a. C.), criou-se uma conjuntura propícia à manifestação de pontos de vista controversos. Desse modo, as coisas não seriam mais vistas pelo viés do “verdadeiro” e/ou do “falso”: a medida de tudo (o *métron*) passaria a ser o “melhor” e o “pior”, no interior de uma hierarquização de valores. Sendo assim,

não se pode falar das respectivas experiências dizendo que um é ignorante em relação àquilo em que o outro detém a ciência, nem invocar para as qualificar os conceitos de verdadeiro e de falso, uma vez que os saberes de ambos são verdadeiros. (PINTO, 2000, p. 214)

Como podemos perceber, na medida em que se aboliu a antítese verdadeiro x falso, todos os *logoi* circulantes na vida pública passariam a ser potencialmente verídicos (ou *verossímeis*) e, conseqüentemente, chegamos à outra tese de Protágoras: a possibilidade de tornar mais forte o argumento mais fraco. Todas as reflexões de Protágoras teriam total coerência e estariam interligadas entre si se recolocarmos dois elementos fundamentais já mencionados: o *kairos* e a *doxa*. O primeiro estaria ligado ao momento oportuno, ou seja, a uma situação específica, o que inclui também o “senso de oportunidade” (oratória) dos parceiros da troca comunicativa. Segundo Pinto (2000, p. 220), “(...) a atenção às particularidades de uma situação concreta, marcada pelas contingências do ‘aqui’ e do ‘agora’, adquirem a maior importância não só para Protágoras, como para todos os que se ocupam da arte do *logos*”. A *doxa*, por sua vez, diria respeito, como sabemos, a todo o

conhecimento popular acumulado, o senso comum, indexado a uma cultura humana ou *nomos*: “assim, o que se avalia como ‘melhor’ resultaria da invocação pragmática de um padrão, à partida destituído de qualquer fundamentação teórica no plano estritamente cognitivo” (PINTO, 2000, p. 214).

Para Romeyer-Dherbey (1999), o “discurso forte”, ao qual se refere a reflexão protagórica, está intrinsecamente ligado à noção de democracia. É somente o discurso partilhado por todos, ou melhor, endossado não unicamente por um único cidadão (mas por vários), que torna esse argumento algo desejável na negociação característica de toda controvérsia. Nesse sentido,

cada indivíduo é, certamente, a medida de todas as coisas, mas é uma medida muito fraca se permanece só com a sua opinião. O discurso não partilhado constitui o discurso fraco (*bettón logos*); aliás, mal chega a ser um discurso porque dizer é comunicar, e toda a comunicação supõe algo de comum. Quando um discurso pessoal, pelo contrário, encontra a adesão de outros discursos pessoais, este discurso, reforçando-se com todos os outros, torna-se discurso forte (*kreitón logos*) e constitui a verdade. (ROMEYER-DHERBEY, 1999, p. 26)

Notadamente, não se trata, aqui, da verdade absoluta nos moldes de uma visão tradicional calcada na *physis*, mas de *uma* verdade aceitável e preferível dentro da lógica inexata dos valores. Podemos dizer, portanto, que o *kairos*, o *nomos* e a *doxa* seriam parâmetros contextuais que os sofistas já haviam percebido, por exercerem uma força imensa sobre o sentido efetivo/pragmático dos discursos. No mundo moderno, com o surgimento das diversas disciplinas das Ciências da Linguagem, notamos a presença dessas noções – ainda que não nominadas – em algumas terminologias, tais como “condições de produção”, “contexto”, “interdiscurso”, “formação discursiva/ideológica”, “imaginários sociodiscursivos” etc. Frequentemente lemos – é curioso observar –, que, para abordarmos um discurso, faz-se necessário salientar o contexto no qual ele está inserido, atentando-nos para as suas convenções sócio-histórico-culturais mais amplas (o *nomos*?), para a situação imediata da enunciação (o *kairos*?) e para os valores, ideologias (ou conhecimentos) que interpelam os sujeitos em interação (a *doxa*?).

É nessa perspectiva, finalmente, que retornamos ao *ethos* para apreendê-lo, teoricamente, a partir do pensamento de Protágoras. Inicialmente, pode-se cogitar que é

comum a seguinte convicção: analisar as imagens de si é um gesto que se traduz na observação dos “dados objetivos” presentes na materialidade linguística. Isso implica em se verificar, de modo incisivo, o “tom” veiculado pelos textos, detectável no manejo de marcadores enunciativos de várias ordens (dêixis, modalizações, performativos, verbos de atitude proposicional, posicionamentos etc.). Dessa forma, chegar-se-ia, a partir de uma metodologia “eficiente”, a uma boa e exhaustiva análise do *ethos*, ou, se podemos acrescentar, a uma *verdade* sobre o *eu* já delineada por uma instância de produção do discurso (ou pelo texto). No entanto – gostaríamos de salientar –, essa tarefa não é tão simples quanto parece, principalmente se inserimos as variáveis *éticas* no âmbito do *perspectivismo* de Protágoras.

Se pensamos em efeitos possíveis – e o *ethos* é um efeito possível –, a sua análise linguístico-discursiva seria apenas uma das etapas do procedimento investigativo. Como *uma* (e não *a*) verdade sobre o eu, como se pode ponderar, a apreensão do *ethos* depende, em última instância, de uma sondagem e/ou especulação acerca da *doxa*, do *kairos* e do *nomos*. Isso apontaria para a necessidade de conjecturar os dados localizados nos textos diante dos valores em circulação, dos parâmetros complexos da situação enunciativa e de fatores socioculturais mais amplos. Por esse viés, um discurso irradiaria concretamente as suas imagens de si, tornando-as algo nocivo ou útil a uma empresa persuasiva, não apenas por aquilo que se vê na análise objetiva empreendida, mas, sobretudo, em função de auditórios possíveis e valores em conflito, o que exige, por parte do analista, uma habilidade de *perspectivar* a análise dos “dados” em função desses parâmetros. A análise do *ethos* não poderia ser, se assim raciocinamos, a busca infalível por um caráter único, verdadeiro, fixo e imutável, mas uma pesquisa humanística por uma variável (*ética*) em movimento, ou seja, em constantes perspectivas possíveis, ao sabor das subjetividades cambiantes dos sujeitos em interação.

Se o homem é a medida de todas as coisas, ele não deixaria de sê-lo, igualmente, em relação ao *ethos*. Tal postulado deveria levar-nos a interrogar, numa análise, sobre quem são (ou podem ser) os interlocutores do discurso e, mais ainda, quais seriam os seus valores (*doxa*), a sua situação de enunciação (*kairos*) e os seus padrões culturais dominantes (*nomos*). São tais elementos que permitiriam ao auditório, como vimos, *avaliar* concretamente os objetos discursivos a ele apresentados pelo orador e, portanto, conferir ao *ethos* o seu grau de acabamento final, para além (e a partir) dos dados presentes em um determinado discurso. Apenas assim poder-se-ia afirmar, com alguma segurança, quais *ethè* um discurso poderia, pragmaticamente, irradiar como efeito possível. Na visão sofisticada, enfim, o *ethos* seria um

fenômeno em constante perspectiva dentro do “preferível” e do “desejável”, o que o edifica, também, como um discurso “forte” ou “fraco” em relação a uma empresa persuasiva.

O resgate que buscamos esboçar, aqui, das concepções sofisticadas de Protágoras, e seu redirecionamento para a questão das imagens de si, não são estranhos, a nosso ver, às especulações teóricas contemporâneas sobre o *ethos* no âmbito da Análise do Discurso, embora tal conexão (entre a AD e a Sofística) não tenha sido ainda substancialmente construída. Esse esquecimento se deve, obviamente, à hegemonia ofuscante da tradição aristotélica na produção de conhecimentos sobre a Retórica, estendida aos estudos argumentativos modernos, realocados por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002). Diante de tratados consagrados e mais difundidos como esses, resulta que, em AD, o caminho de reflexão pela Sofística é raramente trilhado, e é nesse sentido que trazemos a público o presente trabalho.

A título de ilustração de uma possível conexão, podemos citar as colocações de Amossy (2008) acerca da apreensão do *ethos* no quadro da Análise do Discurso. Para a autora, o *ethos* não é exclusivamente linguageiro, ou seja, não depende tão somente das imagens de si produzidas estritamente pelo discurso, mas é determinado, também, por mecanismos sociais e por posições institucionais ocupadas pelos parceiros envolvidos na interação. Unindo as formulações sociológicas de Bourdieu (pelas quais a força da palavra não reside em sua materialidade linguística, mas em um poder social/institucional externo ao texto) às contribuições da Pragmática (que figuram o *ethos* como um fruto de elementos internos ao enunciado), a autora nos apresenta algumas ponderações que vem ao encontro do conteúdo desenvolvido acima.

Embora com outras palavras e fontes bibliográficas, Amossy (2008) reforça a importância da *doxa* (representações partilhadas) no entendimento da argumentação, das imagens que o orador e o auditório fazem um do outro, assim como dos quadros situacionais e institucionais das trocas simbólicas. Tudo isso, em conjunto com os “dados” apresentados pelo discurso (*em si*), configura-se como uma rede de parâmetros indissociáveis e interdependentes para a apreensão do *ethos*. Nesse sentido, *grosso modo*, o acabamento final do argumento *ethico* é recuperado, em última instância, a partir do cotejamento entre o chamado *ethos prévio* (imagens sociais/institucionais do orador [já conhecidas]) e o *ethos discursivo* (imagens construídas no presente da enunciação). A partir de tudo isso, deixamos em aberto, no quadro da AD, um possível caminho para se pensar a argumentação a partir de uma conexão com a Sofística. Na seção abaixo, buscaremos ilustrar as reflexões teóricas aqui desenvolvidas com a análise de um discurso recente no contexto da política brasileira.

O *ETHOS* DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA: MISSIONÁRIOS OU APROVEITADORES?

Neste momento, buscamos ressaltar o *ethos* da Frente Parlamentar Evangélica a partir do primeiro exemplar de sua Revista, publicada em 2004, pouco depois da FPE ser implementada institucionalmente na casa legislativa (setembro de 2003). Desse instante fundador, o presente artigo trará apenas dois textos da Revista (em anexo): a “Palavra do Presidente” (anexo 1), presente na página 03 do referido veículo, e o texto intitulado “Frente Parlamentar Evangélica define o GAPE” (anexo 2), situado à página 06, onde se encontra, também, o subtítulo “Finalidades, Propostas, Missão e Ações Realizadas pela FPE”. Como se poderá notar, tais textos destinam-se, sobretudo, a apresentar a fundação da Frente (assim como a da Revista), destacando os seus intentos e o seu obstinado empenho (político-moral) nas causas de Cristo. Vejamos, então, como alguns dados linguístico-discursivos dos textos nos indicariam o *ethos* da FPE.

A organização da dêixis (os pronomes pessoais) já funcionaria como uma primeira chave de leitura: o anexo 1 se organiza, enunciativamente, em torno das formas singular e plural da primeira pessoa (“eu/nós”), marcando claramente o interlocutor (“lhe/você”):

é com elevada honra que lhe apresento o primeiro exemplar da Revista da Frente Parlamentar Evangélica. Meu desejo é que você conheça o trabalho que os nossos deputados e Senadores estão realizando no Congresso nacional e juntos glorifiquemos ao Senhor nosso Deus...

Nosso trabalho tem se fundamentado na união entre os parlamentares...

Nota-se que o manejo das primeiras pessoas, direcionadas abertamente a um “tu” (“você”), acaba criando uma atmosfera intimista e de proximidade em relação ao público alvo. Nesse sentido, uma imagem de instituição benevolente e preocupada com o seu interlocutor/eleitor dá início à edificação de um caráter (*ethos*) que, além de tudo, se mostra solidamente unido, coeso e laborioso (“nosso trabalho”, “união entre os parlamentares”). É nessa atmosfera otimista que o sentimento de união é celebrado pelo Deputado Adelor Vieira, que “convida” a segunda pessoa – o interlocutor (“você”) – a se integrar nessa esfera coletiva de marcha política para Cristo. Com o uso do “eu/nós”, enfim, congrega-se e valoriza-se, com

alto grau de passionalidade, a união de todos os evangélicos dentro de um “convívio amigável, respeitoso e fraterno”, como é salientado nas linhas finais.

As peças desse “quebra-cabeça”, ou seja, do *ethos*, se superpõem de modo esclarecedor à medida que percebemos a aparição, em conjunto com a primeira pessoa, de *modalidades volitivas* de alta emotividade (“meu desejo é que”, “louvo a Deus”, “glorifiquemos ao Senhor nosso Deus”), e de *modalidades apreciativas* que qualificam o surgimento do novo empreendimento, ou seja, da FPE (“é com elevada honra que lhe apresento”, “pelo privilegio de contarmos”, “grande vitória”, “importantíssimo momento”). O enunciador mostra assim, afetivamente, a sua subjetividade “devota”, a sua “fé” sincera, ao mesmo tempo em que institui a FPE como um marco (*fundador*) de magnânima importância, ao estilo pomposo dos “grandes vultos”, das “grandes datas” e dos “grandes heróis” sagrados pela História. Esses dados, acreditamos, viriam personificar o *ethos* da nova instituição em simbiose com o “eu” do seu signatário maior: o seu Presidente. Assim como o seu líder, a Frente se revela, no início de suas jornadas, plenamente abastecida de vitalidade e energia, ou melhor, empenhada, apaixonada e extremamente envolvida com os seus compromissos, inclusive na forma de *promessas*, como nos mostram os atos de fala embutidos nos verbos abaixo:

para 2005, pretendemos implantar a Frente Parlamentar Evangélica também nos municípios onde houver vereador evangélico. Anualmente faremos realizar a Conferência Nacional dos Parlamentares Evangélicos...

Nesse sentido, além da imagem coesa, emocionada e comprometida da Frente, vemos já um outro aspecto do seu *ethos* se insinuar fortemente: o seu caráter expansionista e missionário, isto é, o fervor intervencionista dessa instituição no campo político, uma vez que pretende fincar raízes em todos os rincões possíveis do país. Essa cruzada política revela-nos, pretensamente, uma instituição também abençoada por Deus, à medida em que percebemos o recurso ao discurso direto, presente na citação bíblica (“até aqui nos ajudou o Senhor”). A polifonia também se faz presente com a citação indireta (livre), ou seja, o uso de vozes não marcadas explicitamente (sem aspas), mas facilmente detectáveis pelo manejo de modalidades-clichês (“glorifiquemos ao Senhor”, “louvo a Deus”), típicas dos jargões da discursividade evangélica ou cristã, assim como a citada “defesa da família, da moral e dos bons costumes”. A FPE, assim, se batiza vigorosamente como representante da voz de Deus

intervindo na política, ostentando uma moralidade inabalável, ou melhor, *digna de fé*, se nos lembramos da clássica definição aristotélica de *ethos*.

Passando ao anexo 2, notamos que a organização enunciativa do texto se pauta, um pouco diferentemente do anterior, pelo uso da terceira pessoa, resultando em um discurso construído nos moldes informativos do gênero “notícia de jornal impresso”. Munindo-se dos *efeitos* de objetividade, imparcialidade e isenção característicos desse gênero e dessa estratégia – a terceira pessoa (“ela”, “a Frente” etc.) –, a FPE continua a mostrar, com um estilo mais direto/jornalístico, os seus grandes feitos e a sua missão, forjando um *ethos* heroico e desbravador na política brasileira. Noticia-se de forma cuidadosa, primeiramente, a organização do *GAPE – Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos* –, assim como dos seus *Comitês* e possíveis *Comissões*, o que nos apresenta, *eticamente*, uma instituição organizada e atuante, além de numerosa e expressiva, como já constava no anexo 1 (58 Deputados Federais, 3 Senadores, 61 parlamentares).

Na segunda parte, intitulada “Finalidades, Propostas, Missão e Ações Realizadas pela FPE”, notamos que os modos de (auto)apreciação da Frente fomentam-se via um estilo particular e inusitado, se procedemos a uma comparação com as modalidades apreciativas ressaltadas no anexo 1. Mantendo o tom assertivo, percebe-se uma lista de tópicos iniciados por verbos de ação no infinitivo (“acompanhar”, “fiscalizar”, “procurar”, “promover”, “trabalhar” etc.). A partir de certo momento (“ações realizadas”), eles são seguidos por mais e mais tópicos exaustivamente iniciados por nominalizações de verbos semelhantes (“criação”, “discussão”, “debate”, “apoio” etc.). A nosso ver, o carácter semanticamente ativo desses vocábulos, listados energicamente com a mesma regularidade sintática (24 tópicos!), vem emoldurar, mais uma vez, a Frente como uma instituição atuante, enérgica, disciplinada e incansável. Em alguns momentos, o *modo* como a ação verbal é desempenhada ganha também contornos nitidamente (auto)apreciativos. Esse recurso é obtido pela recorrência de orações adverbiais iniciadas por gerúndio (“manifestando-se”, “influindo”, “visando”, “salvaguardando” etc.), que dão às ações verbais desempenhadas pela FPE o seu carácter virtuoso, ético e moral. Dessa forma, ela se mostra sintonizada com atividades que seriam consideradas como as boas políticas públicas, sociais e econômicas, sem perder de vista a Palavra de Deus, a moral e os bons costumes.

Trabalhando pela erradicação do analfabetismo, manifestando-se diante dos aspectos mais importantes das políticas governamentais, influenciando organizadamente nos processos legislativos (etc.), a missão da FPE é finalmente entronizada no final do texto: “influenciar as políticas públicas do governo, defendendo a sociedade e a família no que diz respeito à moral

e os bons costumes”. Ao fim dessa pequena análise, chegamos, enfim, à grande pergunta: o que esses dados poderiam nos dizer acerca do *ethos* da FPE? Inequivocamente, estaríamos diante de uma instituição qualificada com diversos atributos, ostentados direta ou indiretamente pela enunciação. A FPE se apresenta, portanto, como uma instância compromissada, promissiva, benevolente, emocionada em sua crença, fiel a Deus, atuante, enérgica, em expansão (missionária), expressiva, numerosa e, enfim, coesa em torno de seus propósitos. Além de tudo isso, a instituição se coloca, ética e moralmente, caracterizada por sua filiação cristã, engajada vivamente nas lutas do povo evangélico e, até mesmo, em lutas de vanguarda referentes a causas sociais mais profundas (erradicação da pobreza, promoção da educação etc.).

Entretanto, pode-se cogitar, tudo isso que se mostrou só *é* ou *não é* algo (*eticamente*) à luz de uma determinada *perspectiva*. Como concluímos no final da seção anterior, não basta (apenas) uma análise exaustiva dos “dados” para chegarmos a uma suposta “verdade” sobre o eu, isto é, ao *ethos* concreto decorrente de uma enunciação. Seria necessário conjectura-los – os “dados” – diante de auditórios possíveis num determinado contexto (*kairos*), numa determinada cultura (*nomos*), num determinado espectro valorativo (*doxa*). Se o *ethos* é um *efeito possível*, tal afirmação só é pertinente graças ao *homem-medida* que, no instante de uma *ocasião propícia*, julga e avalia os discursos a partir da invocação pragmática de um padrão. É nesse sentido que pensamos o *ethos*, sofisticadamente, como um fenômeno em constante perspectiva dentro do “preferível” e do “desejável”, a exemplo dos *Duplos Discursos (Dissoi Logoi)*, podendo vir a ser ora um discurso “forte”, ora um discurso “fraco” (ou, até mesmo, ambas as coisas).

Talvez seja difícil perceber tais pressupostos se encaramos o discurso da FPE, por exemplo, com a *perspectiva* de cidadãos evangélicos que frequentam assiduamente a sua Igreja, que confiam, comungam e votam nos políticos de Cristo, possivelmente sob a indicação de um líder ou pastor. Esse cidadão, que circula, conscientemente ou não, num contexto dóxico estranho aos valores da laicidade, ou ainda, num *kairos* marcado pela simbiose absoluta entre a política e a religião, dificilmente não enxergaria no discurso há pouco analisado o *ethos* divino da “virtude” (salvo possíveis exceções). Esse seria, não se pode negar, *um dos* efeitos possíveis – o “discurso forte” –, coincidente com a nossa análise dos dados, mas, ainda assim, não encerra uma verdade sobre o *eu* institucional resultante da circulação da Revista da FPE.

Se observarmos os dados ressaltados à luz de uma *perspectiva* política diversa – por exemplo, de “esquerda” e/ou “laica” –, provavelmente o acabamento *ethico* do discurso seria

destoante da impressão anterior, não obstante se tratem das mesmas informações linguísticas. O anexo 3³, que trazemos apenas a título de ilustração, elucida bem essa outra perspectiva possível, pautada em elementos dóxicos diferenciados, ou seja, em valores característicos de outras circunstâncias oportunas (*kairos*) e de outras perspectivas culturais sobre a política (*nomos*). Trata-se de uma notícia presente no site do *Portal Vermelho* (título que já marca um certo viés de “esquerda”), na qual se diz, com base em informações do *Portal da Transparência*, que os parlamentares da FPE estariam entre os mais “ausentes”, “inexpressivos” e “processados” do Congresso Nacional. Eles são colocados, o que seria mais grave, como personagens que se valem da religião apenas para obterem vantagens pessoais. Nesse sentido, os parlamentares da FPE não são considerados sequer como “evangélicos”, diante do sentido verdadeiro desse vocábulo, que seria “evangelizar”. Questiona-se, sobretudo, a intromissão da religião na esfera política, sobressaindo-se, daí, o engajamento laico da notícia presente no anexo 3.

Queremos ressaltar, com tudo isso, que os mesmos dados por nós analisados ganhariam contornos *ethicos* totalmente diferentes se confrontados à perspectiva acima, veiculada pelo *Portal Vermelho*. Na configuração desse outro cenário enunciativo, caracterizado por um auditório diferenciado (situado em outra *doxa*, em outro *kairos*), a FPE se mostra, sobretudo – e até mesmo por querer fazer-se insistentemente justa –, como uma instituição “inexpressiva”, “manipuladora”, “insincera”, “descarada” ou, até mesmo, “corrupta”. Esse “discurso fraco” vem nos mostrar, mais uma vez, que as análises das imagens de si não se restringem apenas à “verdade” contida em dados apreensíveis no texto. Ao analista, portanto, caberia sempre a tarefa delicada de saber especular, em sua investigação, sobre os auditórios possíveis do discurso analisado, sobre seus valores, sua cultura e suas circunstâncias, elementos que, em última instância, conferem ao *ethos* o seu grau final de acabamento. Feitas tais reflexões e análises, passamos, finalmente, às nossas últimas considerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos ressaltar, neste artigo, que a análise de dados linguísticos não é suficiente para a análise retórica do *ethos*. As imagens de si mostradas pelo discurso, assim como no caso das “coisas” e dos “fatos” do mundo, não constituem a realidade em si ou a verdade

³ Acessível em <http://www.vermelho.org.br/noticia/185635-1>, último acesso em 29 de abril de 2015.

absoluta, e isso se deve, sobretudo, ao fato de a linguagem não ser transparente. Em última instância, o *ethos*, assim como todas as coisas, se encontra à mercê de pontos de vista, ou seja, de perspectivas diversas e de olhares aculturados, aos quais o analista deve estar atento para conjecturar a sua investigação. Como vimos, o acabamento *ethico* de um texto é formatado pelos complexos parâmetros do “preferível” e do “desejável”, critérios subjetivos/culturais que podem fazer, dos mesmos dados linguísticos, ora um discurso forte, ora um discurso fraco.

Como também se viu, buscamos ressaltar que a Sofística, assim como as reflexões de Protágoras, nos apresentam grandes contribuições para o entendimento da Retórica. No entanto, trata-se de um legado ainda pouco (ou nada) explorado pela Análise do Discurso e pelos estudos contemporâneos da linguagem. No caso específico da FPE, notamos, com nossa análise, pelo menos dois efeitos possíveis em termos de *ethos*: a construção de um caráter “virtuoso”, “expressivo” e “honesto”, de um lado, e um caráter “nocivo”, “inexpressivo” e “desonesto”, de outro lado. Se o caso é saber qual imagem seria a verdadeira, tal tarefa deixamos ao leitor.

Referências

AMOSSY, Ruth. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 119-144.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

DUARTE, Tatiane S. A participação da frente parlamentar evangélica no legislativo brasileiro: ação política e (in)vocação religiosa. In: *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 14, n. 17, p. 53-76, Jul. / Dic. 2012.

GUTHRIE, William Keith Chambers. *Os Sofistas*. São Paulo: Paulus, 1995.

PERELMAN, Chaim & OLBERECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINTO, Maria José Vaz. *A Doutrina do Logos na Sofística*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Filosofia da Linguagem, 2000.

ROMEYER-DHERBEY, Gilbert. *Os Sofistas*. Lisboa: Edições 70, 1999.

SOUZA, Ana Alexandre Alves de; PINTO, Maria José Vaz. *Sofistas: Testemunhos e Fragmentos*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.

ANEXO 1

Revista da Frente Parlamentar Evangélica

EXPEDIENTE

A Revista da Frente Parlamentar Evangélica é uma publicação anual da Frente Parlamentar Evangélica, instalada no Congresso Nacional em setembro de 2003.

DIRETORIA

Presidente
Deputado ADELOR VIEIRA (PMDB/SC)

Vice-Presidentes
Deputado Pastor PEDRO RIBEIRO (PMDB/CE)
Deputado JOÃO BATISTA (PT/SP)
Deputado Pastor RINALDO (PTB/RS)
Deputado WANDERVAL SANTOS (PL/SP)
Deputado Pastor ALMIR MOURA (PVR/RJ)

Secretários
Deputado ZEUNDA NOVAES (PT/BA)
Deputado MILDON CARDIAS (PT/RS)
Deputado ISAIAS SILVESTRE (PSB/MG)
Deputado LINCOLN PORTELA (PL/MG)
Deputado NELCIMAR FRAGA (PL/ES)

Tribunais
Deputado TAKIYAMA (PMDB/PR)
Deputado HENRIQUE AFONSO (PT/AC)
Deputado JOÃO CAMPOS (PSDB/GO)

Vogais
Deputado VALDENOR GUEDES (PSC/AP)
Deputado GILMAR MACHADO (PT/AC)
Deputado RAIMUNDO SANTOS (PL/PA)
Deputado CARLOS RODRIGUES (PL/RJ)

Conselho Fiscal
Deputado GIBERIO NASCIMENTO (PMDB/SP)
Deputado ANDRÉ ZACHAROW (PDT/PR)
Deputado JOÃO MENDES DE JESUS (PSL/RJ)
Deputado NILTON CAPIMBA (PTB/RO)
Senador MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
Deputado AGNALDO MUNIZ (PPS/RO)
Deputado PHILEMON RODRIGUES (PTB/PI)

Suplente
Deputado EDUARDO GUANHA (PMDB/RJ)

Jornalista Responsável
JOSIANE LANZARIN SPENGLER
ISC 00975 JPI

Tragem
6.000 exemplares

Impressão
Gráfica e Editora Positiva

Contatos
Gabinete do Presidente da FPE - Câmara
dos Deputados - Anexo IV - Gab. 441
Fone: 215-5444
E-mail: fpevangela@camara.gov.br
www.adelorvieira.com.br

Palavra do Presidente

*"Até aqui nos
ajudou o Senhor"*
I Samuel 7:12



Caro Leitor,

É com elevada honra que lhe apresento o primeiro exemplar da Revista da Frente Parlamentar Evangélica. Meu desejo é que você conheça o trabalho que os nossos Deputados e Senadores estão realizando no Congresso Nacional e juntos glorifiquemos ao Senhor nosso Deus, pelo privilégio de contarmos nesta legislatura com 58 Deputados Federais e 3 Senadores, totalizando 61 parlamentares evangélicos.

Nosso trabalho tem se fundamentado na união entre os parlamentares, prova disto tem sido o culto devocional que realizamos todas as quartas-feiras na Câmara Federal.

A Frente Parlamentar Evangélica trabalha em defesa da

família, da moral e dos bons costumes, estando já consolidada no Congresso Nacional e em instalação nos 27 estados da federação, com os deputados estaduais evangélicos. Para 2005, pretendemos implantar a Frente Parlamentar Evangélica também nos municípios onde houver vereador evangélico. Anualmente faremos realizar a Conferência Nacional dos Parlamentares Evangélicos, sendo que neste ano, Brasília foi escolhida para a realização da 1ª Conferência.

Louvo a Deus por mais esta grande vitória e pelo privilégio de poder vivenciar este importantíssimo momento da participação dos evangélicos, pela cooperação, pelo trabalho desenvolvido em parceria e, sobretudo, pelo convívio amável, respeitoso e fraterno.

*Deputado Federal Adelor Vieira
(PMDB/SC)*

Presidente da Frente Parlamentar Evangélica

Frente Parlamentar Evangélica define comissões e cria o GAPE

Uma das primeiras medidas da Frente Parlamentar Evangélica foi criar o **GAPE - Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos**. O GAPE foi criado com o objetivo de auxiliar o trabalho da FPE. O Grupo é formado por assessores dos parlamentares, e está dividido em quatro Comitês: Comunicação; Jurídico; Assuntos Políticos; e, Eventos. Atualmente conta com um líder, Sandro Jadir Albuquerque, assessor do depu-

tado Milton Cardias, além de três vice-líderes e três secretários.

Mais tarde, a medida que foram surgindo temas de interesse da Frente, surgiu também a necessidade da criação de Comissões Especiais, compostas por parlamentares evangélicos, para acompanhar importantes projetos em tramitação no Congresso Nacional.

Desta forma, foram criadas inicialmente quatro Comissões: 1ª - Acom-

panhamento do Projeto de Lei Nº 634/03; 2ª - Acompanhamento do Projeto de Lei que institui a união civil entre pessoas do mesmo sexo e outros que tratam de matérias relativas a Gays, Lésbicas e Simpatizantes; 3ª - Acompanhamento dos processos de reconhecimento dos Cursos de Teologia; 4ª - Reforma Política.

Desta forma, de acordo com a necessidade foram criadas outras Comissões, sempre com o objetivo de descentralizar o trabalho.

Finalidades, Propostas, Missão e Ações Realizadas pela FPE

Finalidades da FPE

- Acompanhar e fiscalizar os programas e as Políticas Públicas Governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução;
- Procurar, de modo contínuo, a atualização da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influndo no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus e conforme Sua Palavra;
- Promover o intercâmbio com parlamentos e parlamentares evangélicos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas e da sua atuação;

Propostas da FPE

- Trabalhar pela erradicação do analfabetismo;
- Priorizar ações na área social;
- Incentivar o segmento religioso a colocar-se à disposição dos governos municipal, estadual e federal quanto a projetos sociais e educacionais;
- Promover ações visando a agregação familiar;

- Elaborar projetos de Lei salvaguardando a moral e os bons costumes;
- Discutir assuntos de interesse nacional;
- Estender a criação da Frente Parlamentar Evangélica nos Estados, no Distrito Federal e Municípios;
- Patrocinar a realização anual da Conferência Nacional de Parlamentares Evangélicos.

Ações Realizadas

- Criação do GAPE - Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos;
- Discussão sobre o Projeto de Reforma Política;
- Debate sobre o Programa Redução de Danos do Ministério da Saúde (distribuição de preservativos e kits para usuários de drogas);
- Apoio à instalação da Frente

Parlamentar Evangélica no Distrito Federal e em outros Estados;

- Audiência com o Ministro das Comunicações sobre concessões de Rádios e TVs;
- Reconhecimento dos Cursos de Teologia no Brasil;
- Apoio ao Programa de Erradicação do Analfabetismo no Brasil;
- Audiências com ministros de Estado;
- Acompanhamento e aprovação do Projeto de Lei 634/03, alterando o novo Código Civil;
- Discussão e deliberação sobre o Projeto de Biossegurança (Clonagem Humana);
- Discussão sobre o Projeto de Lei que restringe a programação religiosa no Rádio e na TV;
- Discussão sobre a Lei do Som - Meio Ambiente;
- Discussão sobre a contribuição previdenciária aos ministros religiosos.

MISSÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

Influenciar as políticas públicas do governo, defendendo a sociedade e a família no que diz respeito à moral e os bons costumes.



Vermelho

www.vermelho.org.br

12/06/2012

Bancada evangélica é “mais ausente, inexpressiva e processada”

Comentando dados divulgados pelo portal Transparência Brasil sobre a bancada evangélica no Congresso Nacional, o jornalista Joel Bento Carvalho criticou a conduta dos parlamentares religiosos, definindo a bancada evangélica como “a mais ausente, inexpressiva e processada”.

Segundo Carvalho, “fica difícil defender a chamada bancada dita Religiosa ou Evangélica”, com a divulgação dos dados, segundo os quais, os parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica constam dos mais faltosos e processados do Congresso Nacional.

O jornalista afirma que muitos dos parlamentares parecem usar o cargo público apenas para promoção pessoal: “Pelo que se vê a locupletação é ampla, geral e irrestrita. Parecem ter percebido outro veio fácil de enriquecer além da religião. Aliás, não tem nada de evangélica. Evangelizar é o ato de levar o evangelho às ovelhas”.

Referindo-se às igrejas protestantes tradicionais como exemplo, o jornalista questiona o motivo de igrejas apoiarem candidatos: “Por que essas que são igrejas seculares não entram na política? Por que só alguns padres, alguns militantes da Opus Dei e os pastores das igrejas não alinhadas entram para a política?”, questiona.

Joel Bento Carvalho afirma ainda que não se deve vincular fé com política: “Qualquer um pode se candidatar a cargos eletivos, mas sem usar a religião. Um religioso verdadeiro mantém distância da política: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, citando o Evangelho. “Se não for isso, é falcatrua usando a religião ou será Deus um pulha também?” indaga.

Artigo recebido em: 30.04.2015

Artigo aceito em: 29.06.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

A RELAÇÃO CONCLUSIVA NO PORTUGUÊS

Norma Barbosa Novaes Marques*

Resumo: Este estudo analisa a relação conclusiva que se realiza por meio das tradicionalmente denominadas conjunções. Para tanto, utiliza o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (doravante, GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), um modelo teórico que privilegia a intenção comunicativa do falante ao fazer uso do sistema linguístico em situação de interação. Como universo de pesquisa, foram selecionados dados do *corpus* denominado “Português oral”, que traz amostragens das variedades do português falado em Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. O resultado da análise mostra que há três diferentes funções de relação conclusiva: Função Resumo, Função Conclusão e Função Consequência. A principal distinção entre os três subtipos deve-se ao fato de as relações serem implementadas em níveis e camadas diferentes, o que esclarece a flutuação na definição de conclusão encontrada na bibliografia linguística.

Palavras-chave: Relação conclusiva. Conjunções. Gramática Discursivo-Funcional.

Abstract: This study analyses the conclusive relation when performed by the traditionally denominated conjunctions. To achieve this objective, this work uses Functional Discourse Grammar (FDG) from Hengeveld and Mackenzie as a referential. The model focuses on the communicative intention of the speaker when using the linguistic system in situations of interaction. The *corpora* concern data from the *corpus* called “Oral Portuguese”, which brings samples from Portuguese spoken in Portugal, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Sao Tome and Principe and East-Timor. The results show that there are different functions of conclusive relation: Summary Function, Conclusion Function and Consequence Function. The principal distinction among the subtypes is the implementation of them in different levels and layers, what clarifies the fluctuation on the definition of conclusion found in the linguistic bibliography.

Keywords: Relation of conclusion. Conjunctions. Functional Discourse Grammar.

Os estudos sobre articulação textual oferecem uma gama de possibilidades de análise, com muitos esclarecimentos, mas também com muitas divergências. As principais relacionam-se ao conceito de relação conclusiva (conclusão, consequência, resultado, efeito); às unidades linguísticas que podem ser relacionadas (termos, orações ou porções textuais maiores); aos processos sintáticos de formação do período (coordenação ou subordinação); à denominação do elemento juntor (conjunção ou advérbio, conector etc), além do conjunto de elementos mencionados para estabelecer a relação conclusiva. Na maioria das vezes,

*Professora Doutora da União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo (UNIESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. nb.novaes@uol.com.br

naturalmente, o enfoque teórico é o desencadeador dessas distinções resultantes das diversas pesquisas realizadas.

Neste trabalho, pretende-se tratar especificamente de uma dessas divergências: o conceito de relação conclusiva. A hipótese é a de que há subtipos de relação conclusiva, a depender das intenções do falante na situação de interação, o que justifica as várias nuances apresentadas nos estudos sobre o assunto.

Com essa finalidade, adotou-se como arcabouço teórico de análise linguística o aparato da Gramática Discursivo-Funcional (doravante, GDF) de Hengevel e Mackenzie (2008), um modelo de análise que privilegia a intenção comunicativa do falante ao fazer uso do sistema linguístico em situação de interação. Especificamente, objetiva-se uma descrição que esclareça o conceito de relação conclusiva que se estabelece por meio de conjunções simples no português oral.

Para tanto, o *corpus* tomado para estudo é o “Português oral”, desenvolvido no âmbito do Projeto “Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais”, que traz amostragens de variedades do português falado em Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Trata-se de um *corpus* de língua falada que possibilita descrever a relação conclusiva no português, sem a intenção, neste trabalho, de comparação entre as variedades.

O texto deste trabalho encontra-se dividido em quatro partes. Na primeira, são apresentadas as discussões resultantes dos principais estudos teóricos sobre a relação conclusiva; na segunda parte, encontra-se uma síntese do modelo teórico adotado para o estudo, a GDF; na terceira, conceitua-se a relação conclusiva, com uma proposta que, a partir do ponto de vista da GDF, apresenta três subtipos: Função Consequência, Função Conclusão e Função Resumo; ao final deste texto, apresenta-se uma síntese dos resultados.

Divergências na definição de relação conclusiva

Há várias estratégias para se construir a relação conclusiva. A introdução de uma conclusão, em sentido geral, pode ser feita por meio de alguns verbos (*finalizando, concluindo*) ou ainda pela simples ligação interparágrafos estabelecida por meio de relações semânticas. Defendi (2013, p. 153-154), por exemplo, aponta vários itens linguísticos usados para mostrar a relação conclusiva entre porções textuais em textos do tipo dissertativo-argumentativo, tais como *dessa forma, de acordo com isso, sendo assim, em vista dos argumentos apresentados, em virtude do que foi mencionado, assim, levando-se em conta o*

que foi observado, por todas estas ideias apresentadas, tendo em vista os aspectos observados, por tudo isso, dado o exposto etc. Trata-se de casos de conclusão no sentido de finalizar um processo de interação, com uso de elementos linguísticos que sinalizam encaminhamento de final de texto, denominados pela autora marcadores de conclusão textual.

Além de elementos lexicalizados, a relação entre porções textuais pode ser percebida inferencialmente, sem haver explicitação do elo semântico por meio de determinadas formas linguísticas, de acordo com Lopes (2008, p. 63), como exemplificam (01) e (02):

(01) A terra secou *porque* não choveu durante todo o ano. (LOPES, 2008, p. 63)

(02) A terra secou. Não choveu durante todo o ano. (LOPES, 2008, p. 63)

Segundo a autora, os exemplos ilustram uma conexão causal, tanto a versão com o conector *porque* quanto a sem esse elemento. No entanto, sem conhecer (02), pode-se estabelecer uma relação conclusiva para (02), como em (02a), em que, com base na premissa de que “a terra secou”, pode-se concluir que “não choveu durante todo o ano”:

(02a) A terra secou, *portanto* não choveu durante todo o ano.

Dessa forma, percebe-se que a ausência do elemento que estabelece a ligação pode levar a ambiguidades ou mesmo à falta de clareza quanto ao sentido pretendido, o que, no entanto, não é o alvo de discussão deste trabalho.

Como recorte do objeto de estudo para este trabalho, não serão tratados aqui os casos das locuções conclusivas elencadas pelas gramáticas, como *por conseguinte*, *de modo que*, *em vista disso*, *de maneira que*, *de sorte que*, *de forma que* e *consequentemente*. A descrição das construções conclusivas aqui consideradas se estabelecem por meio de conjunções conclusivas simples, mais especificamente, *então* e *portanto*.

Nos estudos sobre relação conclusiva, há muitas divergências sobre o conceito de relação conclusiva, derivadas das diferentes abordagens teóricas, logicamente¹. Quanto ao

¹ Os estudos mostram divergências em vários outros aspectos, como i) as conjunções simples elencadas: *logo*, *portanto*, *assim*, *pois* (*posposto ao verbo*), *por isso*, *assim* e *então*; poucos autores excluem uma dessas formas (PEZATTI, 2002; OLIVEIRA, 2011); ii) a classificação do elemento juntor como “conjunções” (BARBOSA, 1881; ROCHA LIMA, 1956; CUNHA & CINTRA, 1985), “advérbios” (NEVES, 2000; PEZATTI, 2001; 2002) e ainda “conector frasal” (RISSO, 2006); “marcador conversacional” (MARTELOTTA E SILVA, 1996), “articulador textual” (LOPES et al, 2001); iii) as unidades linguísticas que podem ser relacionadas nas

aspecto que interessa para este trabalho, há bastantes diversificações: conclusão, consequência, decisão final, decorrência e resultado. Dessa forma, definir claramente o que é uma relação de conclusão é fundamental para a análise desse fenômeno linguístico.

A definição de relação conclusiva apresenta diferentes nuances. Alguns autores consideram que construções conclusivas são um tipo de condição-consequência (MIRA MATEUS et al, 1986; NEVES, 2000) ou um tipo de consecutiva (ZENONE, 1983), mas a maioria dos gramáticos e outros pesquisadores defendem a ideia de que seja um caso de relação conclusiva apenas.

A Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson (2005), uma vertente pragmática que constitui uma versão mais moderna e revista da teoria griceana da cooperação, contribui para a discussão sobre a relação conclusiva discutida neste trabalho. Os autores propõem dois princípios que guiam a comunicação humana: um princípio cognitivo, que prediz que a mente humana tem uma tendência para escolher os estímulos e ativar as informações mais relevantes, processando-as de maneira mais produtiva, e um princípio comunicativo, que determina que o *input* deve ser relevante o suficiente para merecer o esforço de processamento pela audiência. Os enunciados geram expectativas de relevância porque a busca pela relevância é uma característica básica da cognição humana. Assim, a comunicação ocorre quando o comunicador proporciona evidências de suas intenções comunicativas e os ouvintes inferem essas intenções por meio das pistas dadas.

De acordo com os dois teóricos, no processamento da linguagem, os falantes distinguem dois tipos de significados linguísticos: significados conceituais, que dizem respeito a como os enunciados descrevem o mundo e significados processuais, e o significado processual, que trata de como os falantes relacionam os significados conceituais entre si. Este segundo tipo é o foco de Blakemore (2003, p. 3), que usa a teoria para tratar especificamente de conectivos usados para ligar sentenças, que interessa para esta pesquisa. A autora afirma que há expressões linguísticas que codificam qual procedimento inferencial produz a interpretação pretendida, como mostram (03) e (04):

(03) Henry consegue desbloquear a senha de Muriel. *Então* ele conhece a combinação.

Henry can open Muriel's safe. *So* he knows the combination.

construções conclusivas, como “termos” (NEVES, 2010), “orações” (PEZATTI, 2002; LONGHIN-THOMAZI, 2006, por exemplo), “períodos” e “parágrafos” (GUIMARÃES, 2001).

(BLAKEMORE, 2003, p. 4)

- (04) Henry consegue desbloquear a senha de Muriel. *Afinal*, ele conhece a combinação.

Henry can open Muriel's safe. *After all*, he knows the combination.

(BLAKEMORE, 2003, p. 4)

Conforme a autora, no primeiro caso, há uma implicação contextual, direcionada por *então*, já que a conclusão “ele conhece a combinação” é uma implicação de que “Henry consegue desbloquear a senha de Muriel”, enquanto, no segundo, há o fortalecimento de uma suposição, por meio de “afinal”, pois “ele conhece a combinação” reforça a ideia de que “Henry consegue desbloquear a senha de Muriel”. Interessam aqui os casos de implicação contextual². Implicação será entendida como propriedade definidora da relação conclusiva.

A partir dessa definição, com base nos autores pesquisados e nos dados levantados, propõe-se que há três tipos de ocorrências com relação de implicação conclusiva entre porções textuais. Em (05), há uma consequência; em (06), uma conclusão propriamente dita; em (07), um resumo de um excerto anterior:

- (05) as pessoas do lugar não dão o menor valor, sabe, por exemplo, eles acham que coisa antiga é coisa velha, *então* botam para, arrebetam com o negócio, acham lindo fazer uma casa assim género planalto, é, palácio da alvorada (Bra80: ArteUrbana)
- (06) a paz não é para ser vendida ou não é para ser comp[...]. não é uma, u[...], uma questão muito assim fundamental. e a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental. *portanto* nós, mesmo que a Indonésia construisse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência. (TL99:IdentidadePovo)
- (07) A e na sua opinião, como é que isto vai evoluir para o futuro?
B acha bem essa maneira
A não!
B dos filhos se dirigirem aos pais?

² O termo “implicação” para descrever a relação conclusiva é também mencionado por Pezatti (2002), Longhin-Thomazi (2006) e Risso (2006).

- A não. e tratá-los por tu, ainda menos! esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.
- B *portanto* acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?
- A muito mais, muito mais. nunca, nunca nos tra[...], nem um nem outro. sentem muito, muito medo. (PT95:JuventudeOntemHoje)³

Em (05), a consequência “então botam para, arrebetam com o negócio” é o resultado da causa “eles acham que coisa antiga é coisa velha”. Este subtipo será denominado relação conclusiva Consequência. Em (06), a conclusão “portanto [...] nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência” é resultado de uma inferência obtida a partir de “a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental”, com base na premissa implícita de que ‘tudo que é fundamental não pode ser vendido’. Será denominada relação conclusiva Conclusão. Por fim, em (07) o resumo “portanto acha que os seus outros filhos r[...], a respeitam mais?” é a síntese resultante de “e tratá-los por tu, ainda menos! esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na[...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.” Nesse caso, há o resumo de uma explanação anterior, que recebe aqui o nome de relação conclusiva Resumo.

Dessa forma, o trecho que contém a conclusão é sempre obtido como resultado de algo já dito, por meio das expressões linguísticas *então* e *portanto*, que codificam a informação sobre o procedimento inferencial adequado para a interpretação. As três construções têm em comum o fato de indicarem uma implicação resultativa: consequência é o resultado de uma causa; conclusão, o resultado de uma inferência, e resumo, a síntese resultante de todo o discurso anterior. A essas três nuances denomina-se relação conclusiva.

³ A GDF considera como Participantes o Falante e o Ouvinte. Na proposta de Mackenzie (no prelo), o autor utiliza os termos Participantes A e Participante B para situações dialógicas, denominação adotada neste trabalho. Para analisar as ocorrências dialógicas, em que há dois Falantes interagindo, recorre-se a esse texto, em que o autor apresenta uma expansão da GDF que, na sua concepção, não fere os fundamentos da teoria. O autor reconhece que a apresentação original não abrange situações de diálogo, mas muitos detalhes revelam a perspectiva interacional, como a nomenclatura “Nível Interpessoal”, a alternância de Movimentos de iniciação e reação, as funções de Falante e Ouvinte, etc. Doravante, serão usadas as formas “Falante”, “Participante A” ou “Falante/Participante A” como equivalentes, assim como “Ouvinte”, “Participante B” e “Ouvinte/Participante B”.

Após a apresentação do arcabouço teórico, resumido a seguir, pretende-se descrever de forma mais pormenorizada a diferença entre os subtipos, por meio do aparato da GDF.

Arcabouço teórico: a Gramática Discursivo-Funcional (GDF)

A Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008) é um modelo teórico que descreve e analisa especificamente a gramática de uma língua, considerando o discurso como unidade de interação, e não apenas a sentença. Além disso, propõe a interação do componente gramatical com o contexto informacional e situacional de produção do texto.

A GDF separa Formulação e Codificação na produção linguística. No primeiro processo, o foco é a especificação de configurações pragmáticas (denominadas interpessoais) e semânticas (denominadas representacionais). Na Codificação, observam-se as configurações morfossintáticas e fonológicas que as configurações pragmáticas e semânticas acarretam em uma língua. A Formulação converte a intenção comunicativa e sua representação mental em representações interpessoais e representacionais, enquanto a Codificação transporta as representações interpessoais e representacionais para os níveis morfossintático e fonológico, configurando uma expressão linguística. Assim, por exemplo, em uma dada situação comunicativa, o falante que tem a intenção comunicativa de dar uma ordem (nível da Formulação) usará a forma verbal e a entonação correspondentes ao seu objetivo (nível da Codificação). Esse sequenciamento de ações linguísticas reflete a ordem das atividades estratégicas colocadas em prática pelo falante, porém, como alerta Mackenzie (no prelo), o objetivo da teoria é a descrição das relações entre as camadas, níveis e componentes, e não a representação do processo de produção linguística em tempo real.

Essas relações de formulação e codificação são estruturadas em níveis que são representados hierarquicamente em organização descendente, que vai do discurso para a forma das expressões linguísticas. Nesse sentido, a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica comandam a morfossintaxe e, por fim, a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia.

Há quatro níveis de análise: i) Nível Interpessoal (NI), que diz respeito à interação entre falante e ouvinte; o Nível Representacional (NR), relacionado aos aspectos semânticos das unidades linguísticas; o NM, que toma como unidade de análise a composição morfossintática dos elementos linguísticos, (NM) e o Nível Fonológico (NF), que trata das representações fonológicas dos constituintes. Cada nível é também hierarquicamente

estruturados em camadas, de vários tipos, sendo que a primeira camada, mais alta, contém a segunda e assim sucessivamente. No NI, há a seguinte sequência hierárquica: Movimento, Ato Discursivo, Ilocução, Falante, Ouvinte, Conteúdo Comunicado, Subatos de Atribuição e de Referência. No NR, Conteúdo Proposicional, Episódios, Estado-de-coisas e Propriedade. No NM, há Expressão Linguística, Oração, Sintagma e Palavra; no NF, o Enunciado Fonológico, a Frase Entonacional, a Frase Fonológica, a Palavra Fonológica, o Pé e a Sílabas. A Figura (1) apresenta o layout da GDF.

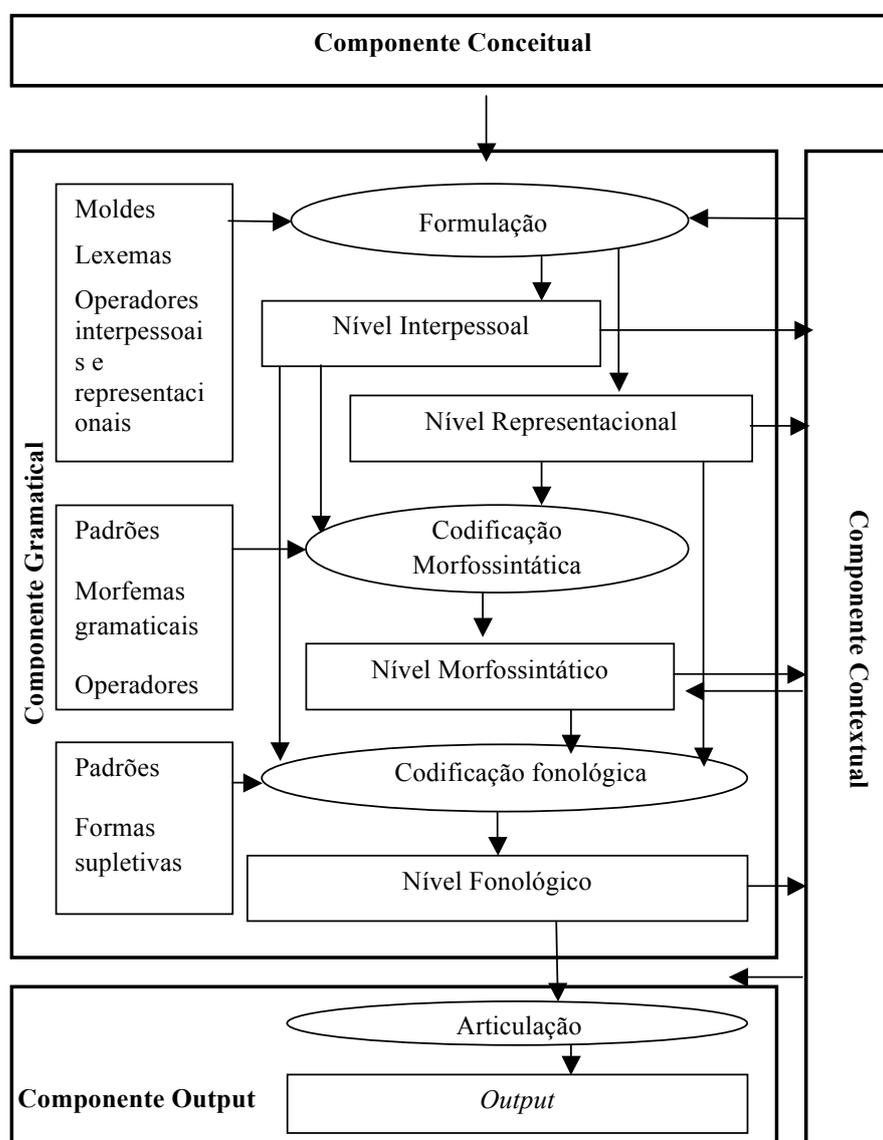


Figura 1. Layout geral da GDF (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 13)

A GDF, ao propor que o componente gramatical está organizado em níveis e camadas, considera que os níveis pragmático, semântico, morfossintático e fonológico se apresentam como autônomos, por contarem com categorias próprias, porém apresentam interdependência, devido à possibilidade de haver motivações semânticas e pragmáticas para a codificação morfossintática e fonológica. Desta forma, em função do foco deste trabalho, a GDF se apresenta como adequada, visto que há, neste trabalho, a procura por motivações pragmáticas ou semânticas para construção da relação conclusiva, e o modelo teórico adotado considera a gramática como um componente integrado aos níveis mencionados.

Os conceitos básicos da GDF necessários para este trabalho serão apresentados nas análises desenvolvidas, evitando assim a sobrecarga de informações que não dizem respeito diretamente ao objeto delineado.

Relação conclusiva: Consequência, Conclusão e Resumo

Como visto, as referências à relação conclusiva englobam diferentes tipos de implicações: podem indicar uma consequência, aqui denominada Função Consequência, uma conclusão propriamente dita, denominada Função Conclusão, ou um resumo de um excerto anterior, a chamada Função Resumo. Esta seção descreve essa proposta de classificação.

Relação conclusiva Consequência

Vários estudiosos afirmam que, na relação conclusiva, a segunda oração contém uma consequência da primeira oração. Cunha e Cintra (1985, p. 565) consideram que a conjunção conclusiva exprime conclusão ou consequência, sem, no entanto, esclarecer qual a diferença entre os dois conceitos.

No caso a seguir, a relação existente não implica consequência, mas sim uma conclusão obtida por meio de uma inferência baseada em uma premissa implícita (debaixo da terra não se ouve som algum). Martelotta e Silva (1996, p. 228) afirmam que *então*, no exemplo (08), tem função pragmático-discursiva de conclusão ao iniciar uma oração que expressa uma consequência em relação ao que foi dito anteriormente:

- (08) “...ao saltar do carro Marcelo tentou conversar com Neuza, para que entrássemos em casa sem acordar os pais de Márcia. Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras, *então* Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso.” (MARTELOTTA; SILVA, 1996, p. 228)

No exemplo, nota-se que há um fato que desencadeia outro fato, e não uma conclusão baseada em uma inferência.

Ocorrências como (09) exemplificam essa relação, ao evidenciar que o Falante relaciona diretamente duas proposições [“essa sede actualmente é tida como mal-assombrada”] e [“nós não temos muita vontade de ficar nela”], já que não há uma premissa implícita, resultante de um raciocínio inferencial:

- (09) ah! o resto da fazenda. no resto da fazenda você tem, perto da piscina, você tem uma outra casa bem grande, que era a fazenda antiga. seria a sede da fazenda antiga, certo, mas essa sede actualmente é tida como mal-assombrada. *então*, apesar de sermos todos pessoas esclarecidas, nós não temos muita vontade de ficar nela. isso é evidente. (BRA 80-Fazenda.)

Nesse exemplo, o Falante estabelece diretamente a relação de implicação conclusiva entre as partes, sem recorrer a um raciocínio inferencial para emitir uma premissa implícita que faça a mediação entre a premissa explícita e o conseqüente. Observa-se que a relação se estabelece entre dois Conteúdos Proposicionais, em que o conteúdo expresso na segunda oração é o resultado do que é expresso na primeira.

Conteúdos Proposicionais são construtos mentais que se caracterizam por poder ser qualificados em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de sua fonte ou origem (conhecimento comum partilhado, evidências sensoriais, inferência). No caso de (05), aqui retomada e ampliada, o Falante está descrevendo o comportamento de algumas pessoas que moram em cidades históricas e, para exemplificar, constrói uma relação em que justifica sua avaliação, por meio de uma relação de causa e consequência, no caso, entre “achar que coisa antiga é velha” e “arrebentar com o negócio”. As orações relacionadas constituem Conteúdos Proposicionais, evidenciados, na primeira, pelo verbo *achar* e, na segunda, pelo verbo *arrebentar*, que expressam uma avaliação do Falante. Assim, a relação ocorre no Nível Representacional, pois o que está em jogo é o modo como a língua descreve o mundo extralinguístico, como se pode verificar:

- (05) A Heloísa, você sentiu assim que tanto em Tiradentes, São João del Rei, todas essas cidades, muita coisa que é realmente histórica e está assim muito abandonada...
B abandonada? mas eu acho que tud[...], dá, dá, dá uma sensação. em Ouro Preto, então, é muito, não é, é muito. agora, vou te dizer um negócio, mas

ao mesmo tempo, eu acho que está havendo uma preocupação maior, não é, no sentido de preservar o que é da gente, não é, porque você vê, aqui perto tem uma cidadezinha, chamada Bananal, que fica perto de Barra Mansa.

A não conheço.

B é uma cidade que também tem muito coisas antigas. mas é uma tristeza, as pessoas do lugar não dão o menor valor, sabe, por exemplo, eles acham que coisa antiga é coisa velha. *então* botam para, arrebentam com o negócio, acham lindo fazer uma casa assim gênero planalto, é, palácio da alvorada...

A sei.

B assim, sabe, no meio, uma coisa assim...

A ham, ham.

B tacar ladrilho nas casas que não têm nada a ver. mas eu acho que, pelo menos eu acho que, que lá já está havendo mais, dentro do povo mesmo, da gente do lugar, uma consciência maior do que aqui, o velho não é, o, quer dizer, o antigo não é velho.

Assim, na Função Consequência, descreve-se o mundo extralinguístico, ou seja, relacionam-se dois Conteúdos Proposicionais, em que o segundo explicita uma informação óbvia resultante da primeira informação. Essa relação implicacional é feita diretamente, sem premissa implícita. Essa relação pode ser representada pela Figura (02), em que P representa a premissa explícita, Q corresponde à consequência, e a seta ilustra a ligação direta entre as duas partes:

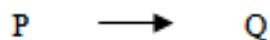


Figura 2. Esquema da Função Semântica Consequência

Relação conclusiva Conclusão

Diferentemente da relação consequência, a relação entre as duas orações não se estabelece de forma direta, mas por meio de uma inferência, como na ocorrência (06), retomada:

- (06) a paz não é para ser vendida ou não é para ser comp[...]. não é uma, u[...], uma questão muito assim fundamental. e a independência também é uma questão muito fund[...], fundamental. *portanto* nós, mesmo que a Indonésia construísse em Timor prédios com, bom, de ouro, de platina, nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência.

(TL99:IdentidadePovo)

Nesse trecho, o Falante, a partir da oração “e a independência também é uma questão muito fund[...] fundamental.”, expressa a conclusão “*portanto* [...] nós nunca que iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência”.

Para Lopes et al (2001), em casos como esse, há um significado do tipo instrucional que indica que a proposição introduzida por *portanto* deve ser interpretada como conclusão fundamentada num raciocínio inferencial defectivo em que uma das premissas não está explicitada, como no caso de (10):

- (10) As luzes não estão acesas, *portanto* o João não está em casa. (LOPES et al, 2001, p. 206)

De acordo com as autoras, a premissa implícita “luz acesa indica que há alguém em casa” deve fazer parte do conhecimento prévio do interlocutor para que se possa perceber a relação entre a premissa e a conclusão. Dessa forma, há necessariamente uma dimensão pragmática nessa relação: a premissa expressa é uma certeza do Falante, e assim funciona como evidência que legitima a asserção da conclusão, obtida por meio de um raciocínio que envolve a recuperação de uma premissa implícita.

Com base nessa definição, em uma relação conclusiva do tipo de (06), há pelo menos três elementos em sequenciação definida: uma premissa explícita, uma premissa implícita e a conclusão. A primeira oração constitui uma premissa que encaminha o Ouvinte para uma implicação que corresponde a uma conclusão proposta pelo Falante, resultante de uma inferência. Trata-se assim de como o Falante conduz seu discurso de modo a alcançar seu propósito comunicativo, ou seja, relaciona-se ao modo como organiza o discurso, para atingir objetivos comunicativos.

Assim, nessa relação conclusiva, o propósito do Falante é o de mostrar ao Ouvinte que sua conclusão não é aleatória, mas tem base em um raciocínio inferencial. O Falante coloca o primeiro Ato como premissa para a conclusão expressa no Ato seguinte, como em (11):

- (11) A bom, diz que vende artigos de...
B decoração.
A decoração. *portanto* esta época agora é uma época de grande ocupação para si, não é,

- B imensa. não há horas, não, só há um Natal e... tem que se aproveitar esta altura do ano para... deitar cá para fora os produtos.
- A eh, é também cansativo, não é,
- B bastante. em janeiro descansa-se. (PT95:SaberVender)

Nessa ocorrência, o Ato Discursivo “diz que vende artigos de decoração” serve como base para a conclusão expressa no próximo Ato “esta época agora é uma época de grande ocupação para si”, a partir da inferência de que no Natal há uma grande procura por artigos de decoração. Em síntese, uma Conclusão ocorre entre uma ideia P e uma ideia Q, sendo perceptível a relação entre as duas por meio de inferência.

Um Ato Discursivo é a menor unidade de comportamento comunicativo (KROON, 1997) e a unidade de análise da GDF. Assim, a relação de conclusão entre Atos Discursivos ocorre na camada do Nível Interpessoal, já que diz respeito à interação entre Falante e Ouvinte. A camada do Ato Discursivo, como observado, pode apresentar uma Função, uma estratégia gramatical para relacionar duas unidades da mesma camada. No caso da relação conclusiva, ao segundo é atribuída uma Função.

Em (12), o Ato₁ “há operários que não ganham (isso) em toda a vida” é o Ato Nuclear; o Ato₂, “portanto, eles que não venham com essas desculpas”, é o Ato Subsidiário ao primeiro, com a Função Conclusão:

- (12) A não há honestidade, e está provado e mais que provado que os árbitros que se vendem, porque eu sei de casos, é verdade, os árbitros vendem-se, os jogadores vendem-se, e não há aquela... espírito desportivo que devia haver. embora eles ganhassem, que eu sou de acordo que deviam ganhar.
- B claro.
- A ganham demais, é um erro. e quando eles dizem que o período de, de, que estão no auge e para ganhar dinheiro que é curto, mas esse, com essa, essa passagem que eles têm, só num ano que eles estivessem a ganhar, há operários que não ganham em toda a vida.
- B exactamente.
- A *portanto*, eles que não venham com essas desculpas. agora o que eles deviam era sabê-lo poupar, que eles esbanjam o dinheiro. o dinheiro é lançado fora. e eles só têm vícios e... isso é que está mal. (PT97:DesportoDinheiro)

Como proposto, com base em Lopes et al (2001) e Novaes (2008), em uma relação de conclusão há sempre uma premissa P e uma conclusão Q, formada por um esquema inferencial defectivo, já que uma das premissas não está explicitada. A relação conclusiva

induz à reconstituição da premissa implícita, por meio de uma inferência dedutiva. Dessa forma, há sempre um raciocínio que envolve a recuperação de uma premissa implícita e assim a relação implicacional se estabelece de forma indireta, como demonstra a Figura (03), em que P₁ corresponde à premissa explícita, P₂, à premissa implícita e Q, à conclusão:

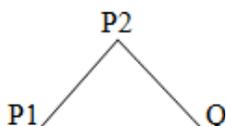


Figura (03). Esquema da Função Retórica Conclusão

Relação conclusiva Resumo

Um outro caso de relação conclusiva pode ser observado na ocorrência (07), aqui retomada, em que a relação não se estabelece entre orações, mas entre toda a fala do participante A e a síntese proposta por B:

- (07) A e na sua opinião, como é que isto vai evoluir para o futuro?
 B acha bem essa maneira
 A não!
 B dos filhos se dirigirem aos pais?
 A não. e tratá-los por tu, ainda menos! esta trata. os outros dois não. esta é mais atrevida. mas, mas a, mas os outros dois não. e eu nunca lhe dei licença de tratar por tu. até o neto agora também que a mãe na [...], trata, o neto também trata, o filho dela. mas não gosto porque perdem um bocado do respeito. não gosto não, não gosto.
 B *portanto* acha que os seus outros filhos r [...], a respeitam mais?
 A muito mais, muito mais. nunca, nunca nos tra [...], nem um nem outro. sentem muito, muito medo. (PT95:JuventudeOntemHoje)

Em (07), a fala do Participante B é uma contribuição que impulsiona o discurso e contribui para a relação interpessoal, o que as identifica, de acordo com a GDF, como um Movimento, constituído por um ou mais Atos Discursivos. Depois de ouvir toda a explanação do Participante A a respeito de como seus filhos a tratam (um Movimento), o Participante B inicia um novo Movimento em que pretende resumir toda a explanação de A, na forma de uma pergunta, que, por sua vez, impulsiona a abertura de outro Movimento.

O Movimento 1 é primeiramente expresso e, na sequência, inicia-se o Movimento 2, que expressa um resumo da explanação do Movimento anterior. A relação ocorre no Nível

Interpessoal, pois diz respeito a propriedades de interações que fluem das estratégias de natureza proposital. Dessa forma, a relação ocorre entre dois Movimentos: o Movimento 1 é suporte para o Movimento 2, que resume o primeiro.

Para Stassi-Sé (2012, p. 167), as relações que se estabelecem entre Movimentos são semelhantes às Funções Retóricas atribuídas aos Atos Discursivos. A autora propõe uma camada mais alta do que a do Movimento, a camada do Discurso, que tem função interacional e representa a relação entre dois ou mais Movimentos.

No caso da função conclusiva Resumo, o primeiro Movimento contém uma explanação de um determinado assunto e o segundo Movimento resume todo o conteúdo explanado, na forma de uma relação conclusiva resumitiva.

Essa função de *portanto* pode ser observada em (13), em que o Participante B, por meio do Movimento “*portanto* digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater”, faz uma conclusão que resume toda a explanação feita até então e, na sequência, o Participante A concorda com a conclusão (“*absolutamente! acho que sim*”):

- (13) A há uma diferença muito pequena porque, pronto, a maioria qu[...], qu[...], quase, quase eles todos estão a estudar na cidade, passam praticamente o dia, vêm de manhã vão-se embora já por cinco, seis horas e pronto, o tempo que, que passam nas freguesias rurais é para dormir ou
- B hum, hum.
- A ou, ou, ou estudar, estão fechados dentro de casa, pronto, a diferença é mínima.
- pois, porque numa fre[...], freguesia rural, a um jovem que está a estudar, oferece poucas coisas, não é,
- B pois. muitas poucas. não deve haver nada até s[...], não s[...], não sei, não estou a par disso mas suponho que o, a casa do povo não, o que é que a casa do povo deve ter? uma antena parabólica para se ver televisão... de fora e pouco mais, sim...
- A e achas que as pessoas nas freguesias vêm, eh, programas de televisão de f[...], eh, estrangeira?
- B ah, como novidade, eu suponho, eu tenho passado, quando passo assim pelas freguesias e olho para as casas do povo vejo sempre uma antena parabólica, logo suponho que
- hum, hum.
- A que eles tenham uma antena parabólica e ve[...], e, e devem ver, eh, eu suponho que, por uma questão de curiosidade, pelo menos, eh, mal se pôs a antena parabólica devem ter ido lá ver, não?
- B pois! porque as pessoas não percebem
- A sim, sim.
- B depois, não é,
- A às vezes também é um erro, não percebem, eh, algumas percebem, não é,

- B algumas...
- A precisamente esses jovens que estão a estudar percebem, pois...
- B a estudar percebem. exactamente. e por outro lado também, desafios de futebol, não é,
- A ah, sim, isso então enche tudo, que é casas do povo, cafés, bares...
- B hum, hum.
- A é, é...
- B *portanto* digamos que aquela diferença entre a cidade e o campo está-se a esbater
- A ah, absolutamente! acho que sim. ma[...], e mais a mais, pronto, jovens, eh, sabendo precisamente isso, os jovens do campo querem-se parecer mais com os jovens da cidade, apesar de isso não ser nenhuma vantagem, nem ser nada de... (PT96:MeioPequeno)

Propõe-se assim a Função Interacional a que se denomina Resumo, caracterizada por marcar uma relação de implicação entre uma explanação e a síntese que resulta dessa explanação. Essa organização pode ser representada na Figura (04), em que P corresponde ao excerto a ser resumido e Q, ao resumo propriamente dito:

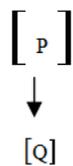


Figura 4. Esquema da Função Interacional Resumo

Como se pode perceber, o modelo teórico da GDF permite estabelecer uma clara distinção entre os três tipos de relação conclusiva: a relação conclusiva denominada Resumo ocorre entre Movimentos, no Nível Interpessoal; a Conclusão, entre Atos Discursivos, também no Nível Interpessoal; por fim, a Consequência, entre Conteúdos Proposicionais, no Nível Representacional.

Conclusão

O resultado da análise mostra que há três diferentes funções na relação conclusiva: Função Interacional Resumo, Função Retórica Conclusão e Função Semântica Consequência. Trata-se, na verdade, de diferentes tipos de conclusão: ora a relação entre as orações que a compõem é mais direta (Função Consequência), ora é mais indireta, com uma premissa entre

elas (Função Conclusão), ora a relação ocorre entre porções textuais maiores, para sintetizar uma explanação anterior (Função Resumo). A principal distinção entre os três subtipos propostos deve-se ao fato de as relações serem implementadas em níveis e camadas diferentes: as Funções Resumo e Conclusão ocorrem no mesmo nível, o Interpessoal, mas se diferenciam porque a primeira ocorre na camada do Movimento, e a segunda, na do Ato Discursivo, enquanto a Função Consequência ocorre no Nível Representacional, na camada do Conteúdo Proposicional. Essa distinção esclarece a discussão em torno do conceito de relação conclusiva, percebida na revisão bibliográfica.

Por fim, este trabalho, em consonância com os princípios funcionalistas, mostra um quadro teórico que oferece uma explicação para o uso das expressões linguísticas na interação verbal, explicitando a relação entre o sistema linguístico e as funções desses elementos.

Referências

- BLAKEMORE, D. Re-visiting procedural meaning: ‘but’, ‘however’ & ‘nevertheless’, *Paper delivered at Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics*, GURT, 2003.
- CUNHA, C. F.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 (p. 565-567).
- DEFENDI, C. M. **Portanto, conclui-se que: processos de conclusão em textos argumentativos**. 285f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- DUCROT, O. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009.
- GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**. São Paulo: Pontes, 2001.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**: A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- LONGHIN-THOMAZI, S. R. Gramaticalização de conjunções coordenativas: a história de uma conclusiva. *Revista Gragoatá*. Niterói, n. 21, p. 59-72, 2. sem. 2006.
- LOPES, A. C. M.; PEZATTI, E. G; NOVAES, N.B. “As construções com ‘portanto’ no português brasileiro e europeu”. *Scripta*. Belo Horizonte: PUC-MG, v. 5, n.9, p. 203-18, 2001.

_____. ‘Afinal’: elementos para uma análise semântico-pragmática. *Linguística*. UFRJ: Rio de Janeiro: V. 4, Número 1, 2008. (61-79).

MARTELOTTA, M. E.; SILVA, L.R. “Gramaticalização de ‘então’”. In: MARTELOTTA, M.E.; VOTRE, S. J.; CEZÁRIO, M. M. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MIRA MATEUS, M. et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Almedina, 1986.

NEVES, M. H. M. O estatuto das chamadas conjunções coordenativas no sistema do português. São Paulo: *Alfa*. v. 29, 2000. (p.59-65).

NOVAES, N. B. Divergências e similaridades nas variedades brasileira e europeia do português: um estudo da forma ‘portanto’. In: PEZATTI, E. G. (org). **Pesquisas em gramática funcional: descrição do português**. São Paulo: UNESP, 2009. (p. 327-355)

OLIVEIRA, M. C. P. **A sintaxe da coordenação e os conectores conclusivos - estudo de caso: a coordenação conclusiva na estruturação de textos argumentativos de jovens em idade escolar**. 330f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade do Porto, Porto, 2011.

PEZATTI, E. G. As construções conclusivas no português falado. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (orgs). **Gramática do português falado** v 8. Campinas: Editora da Unicamp, 2002 (p. 185-225).

RISSO, M. S. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. In: JUBRAN, C.C. A; KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. V. 1. Construção do texto falado. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006. (p. 427-496)

SPERBER, D.; WILSON, D. Teoria da relevância. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 5, n. esp., 2005.

STASSI-SÉ, J. C. **Subordinação Discursiva no Português à luz da Gramática Discursivo-Funcional**. 194 f. Tese (Doutorado em Linguística). UNESP, Câmpus de São José do Rio Preto, 2012.

ZENONE, A. Consecution sans contradiction: “donc”, “par consequent”, “alors”, “ainsi”, “aussi”. *Cahiers de Linguistique Française*, 5, 189-214, 1983.

Artigo recebido em: 30.04.2015

Artigo aceito em: 13.07.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

“QUASE NÃO É LÁ”: UMA ANÁLISE DA FORMULAÇÃO DE LUGAR PELA VIA DA CATEGORIZAÇÃO DE PERTENÇA NO EPISÓDIO DE CONFLITO INSTAURADO ENTRE PITY E ANITTA NO *ALTAS HORAS*

Roberto Perobelli de Oliveira *

Resumo: O presente trabalho versa sobre algumas noções da etnometodologia que se destacam na interação entre duas cantoras, Pitty e Anitta, em dezembro de 2014, no Programa *Altas Horas* da Rede Globo de Televisão, cujo tema era o papel da mulher na sociedade. Para defenderem seus pontos de vista, tomados como antagônicos, as participantes se utilizam de formulações de lugar para criar categorias de pertença, que, embora tenham o mesmo *rótulo* (mulher), são apresentadas, nos turnos de fala de cada uma delas, como completamente diferentes. O objetivo é analisar essas diferenças microsseqüencialmente, de modo a demonstrar como os dispositivos de categorização de pertença são relevantes na constituição de um episódio de conflito. Este, por sua vez, merece ser compreendido analiticamente, não para que os analistas tenham em perspectiva como implementá-lo, mas, pelo contrário, para que, uma vez implementado, possam, pelo conhecimento da *maquinaria*, construir os melhores dispositivos para encerrá-lo.

Palavras-chave: Formulação de lugar. Categorização de pertença. Episódio de conflito.

Abstract: This work presents some ethnomethodological notes on the interaction between two Brazilian singers, Pitty and Anitta, in December 2014 at *Altas Horas*, a *Rede Globo de Televisão* show, which theme was the women's role in society. Arguing on their antagonistic viewpoints, the parties used place formulation to create membership categories that, although with the same tag (woman) are presented in each turn at talk as completely different. The outcome is to analyze these differences microssequentially, in order to demonstrate how membership categorization devices are relevant at the constitution of a conflict episode. This, in turn, deserves to be understood analytically; not for analysts to implement them. On the contrary, for those who want, once conflict is implemented, they might, by knowing the *conversation machinery*, construct the best devices to end them.

Keywords: Formulating place. Membership categorization. Conflict episode.

Introdução:

A análise da perspectiva dos participantes, já há mais de quarenta anos, se caracteriza como uma forma eficaz de descrição da fala-em-interação. Observar as pistas de contextualização, segmentar um evento e selecionar um fenômeno a partir da pergunta *o que*

* Professor Adjunto do Departamento de Línguas e Letras (DLL), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória/ES, Brasil. robertoperobelli@gmail.com

está acontecendo aqui? são ações que destacam a integração entre linguagem e sociedade, tendo os estudos linguísticos como suporte importante, assim como o são também os estudos sobre a teoria da ação social. Nesse sentido, o artigo que ora se apresenta tem a pretensão de se constituir enquanto um exercício de análise que procura descrever as microações sociais dos interagentes, de forma que se possa discutir, a partir dessa descrição, como se dá a macrocomposição das estruturas sociais.

Para tanto, nosso objeto de análise será a transcrição de um dado de fala-em-interação ocorrida espontaneamente durante um programa de TV. Trata-se do *Altas Horas*, veiculado pela Rede Globo de Televisão, em que seu apresentador, uma vez tendo o mandato institucional de gerenciar os turnos de fala de seus convidados, abre espaços de oportunidade para a ocorrência de episódios de conflito, conceito que utilizamos anteriormente (OLIVEIRA, 2012) para analisar dados em cenário jurídico e que pretendemos expandir atualmente para outros cenários interacionais.

A análise dos dados, porém, por levar em conta conceitos muito específicos da Análise da Conversa Etnometodológica (ACE), é precedida, no desenvolvimento deste trabalho, por algumas definições que norteiam e justificam a abordagem teórico-metodológica sobre a qual se fundamenta. Por essa razão, apresentamos a seguir o que estamos entendendo, respectivamente, por *categorização de pertença*, *formulação de lugar* e *episódio de conflito*, conforme se pode ver nas subseções seguintes.

Categorização de pertença

O bebê chorou. A mãe o pegou no colo. Com essa elocução, Sacks (1992) produziu uma importante reflexão para os estudos sobre linguagem e sociedade. Os elementos *bebê* e *mãe*, segundo o autor, são formas de categorizar um conjunto de membros da sociedade que se aglutinam em uma dada coleção, neste caso, chamada de *família*, apresentados realizando ações esperadas (em uma perspectiva mais macrossocial) desses componentes dessa coleção. Relacionado à ação de *chorar* não se espera que se destaque um médico ou um empresário, mas uma criança, assim como a ação *pegar no colo* demanda a expectativa de que quem o faz é um adulto e, mais especialmente, a mãe da criança em foco.

Essas inferências, propostas no exercício de Sacks (op. cit.), são constitutivas de uma abordagem analítica, a Análise de Categorias de Pertença¹ (ACP), desenvolvida na esteira da

¹ Tradução de *Membership Categorization Analysis* (MCP)

Análise da Conversa Etnometodológica (ACE), uma política de pesquisa inaugurada na década de 1960 por pesquisadores interessados em descrever os fenômenos sociais em uma ordem microssistemática. Por essa razão, a tarefa principal naquele momento foi descrever a organização do sistema de tomada de turnos da conversa cotidiana (SACKS et al., 1974[2003]), assim como se procurou descrever também os dispositivos de categorias de pertença, os chamados MCDs (*Membership Categorization Devices*), responsáveis pelas formas como os membros sociais incluíam (ou não) elementos em determinadas categorias, como *pai, mãe, filho(a)* e *irmã(o)* na coleção *família*, por exemplo.

As escolhas dos falantes por certos elementos categorizadores são reveladoras de uma tomada de posição em um debate, por exemplo. Referir-se a uma mulher pelo seu estado civil (*solteirona*) ou por suas vestimentas (*aquela ali de vestidinho curto*) torna relevante uma característica que passa a ser superestimada em relação a outras (*mãe, advogada, nordestina*). Essas outras categorizações, aliás, a depender do contexto, não são tornadas relevantes em razão da *regra da economia*, à qual Sacks (1992) se refere quando aponta que uma única categoria já é suficiente para se fazer uma descrição inteligível. Em uma sentença do tipo “o médico não chegou e o paciente foi embora”, pode não fazer diferença saber se o médico é casado, pai, espírita ou síndico do prédio onde mora, da mesma maneira que tais características são dispensáveis na descrição do paciente. Na situação narrada, as categorias tornadas relevantes são *médico* e *paciente*, pois são elas que estão em relação na cena, por isso, estão também ligadas por uma *regra de consistência*, uma vez que usar um elemento de uma coleção potencializa a utilização de outros elementos da mesma coleção relacionados.

As categorias de pertença, no entanto, não são estanques, razão pela qual se torna impossível, porque improdutivo, elaborar uma lista de categorias. Como são situadas e revistas a cada interação, as formas de se categorizar são reassumidas a cada vez que são inseridas em uma troca conversacional. Alguns elementos, a princípio, podem não ter relação, mas, dependendo do contexto de produção, podem integrar uma mesma coleção, como, por exemplo, *cachorro* e *criança*, que estariam incluídos no rol dos *proibidos em um condomínio residencial*. Esse exemplo ajuda a ratificar o esclarecimento de Sell e Ostermann (2009), segundo as quais “categorizar não significa, contudo, colar etiquetas nas pessoas ou em si mesmo” (p. 12). Como esses mecanismos de categorização são voláteis, “as pessoas se orientam para os diferentes contextos e para os momentos interacionais atentas àquilo que julgam que é esperado delas ao produzirem suas falas e performances de gênero” (p. 13). Nos dados a serem analisados neste artigo, será possível constatar essa volatilidade, porque as categorias que as participantes elegem são sensíveis ao contexto, na medida em que, para

efetivarem o antagonismo em suas participações, lançam mão de um recurso que também compõe a ACP: a formulação de lugar.

Formulação de lugar

Para nos referirmos a um determinado lugar, uma série de possibilidades se abre, por exemplo, um cômodo, uma edificação, um bairro, uma cidade, um estado, um país, entre tantas outras que podem ser usadas para se apontar um mesmo lugar. No entanto, a depender do contexto, dizer *estou no quarto* pode não ter muita relevância para um interlocutor que demonstra não saber onde fica a casa do enunciador, do mesmo modo que dizer *estou no Brasil* igualmente não ajudará a quem está na mesma cidade demonstrando ter a necessidade de se localizar de maneira mais amigável. Por essa razão, formulações de lugar são importantes para definir, entre outros fatores, a categorização de membros, conforme expresso na seção anterior, e a intersubjetividade² entre os participantes.

Segundo Schegloff (1972), a formulação de lugar é o canal para a categorização de pertença. É pela formulação de lugar que, por exemplo, um comprador A em uma loja, ao ouvir a pergunta de outro comprador B, do tipo *onde ficam os vestidos?*, cria a distinção entre as categorias *comprador* e *vendedor*, quando responde *eu não trabalho aqui*. Responder isso gera a análise, por parte do comprador B, de que ele teria se confundido. Em contrapartida, uma resposta do comprador A do tipo *eu não sei* poderia não possibilitar essa análise.

Quando dois interagentes criam conjuntamente a referência de um lugar, a demonstração mútua de entendimento pode se dar de diversas formas. Uma delas ocorre quando um dos falantes *reformula* o lugar, apresentando um outro modo de remontar a um mesmo local, atribuindo-lhe um *apelido*, por exemplo (*essa Praça Annibal Anthero Martins é a 'praça da igreja', não é?*). Por outro lado, a inteligibilidade mútua fica comprometida quando o uso de uma expressão para categorizar um dado lugar não encontra, na reação do outro, uma demonstração de entendimento. Nesse momento, dado o surgimento de problemas de intersubjetividade, abre-se um espaço de oportunidade para a discordância.

Episódio de conflito (observações metodológicas)

Do ponto de vista da análise sequencial, um episódio de conflito se define pelo seu caráter opositivo. Em outras palavras, para cada ação desempenhada por um falante, se esta

² Em linhas gerais, a intersubjetividade “se refere à possibilidade de que haja entendimento, convergência entre o que um interlocutor produziu e o que o outro entendeu do que foi/ está sendo produzido” (LODER, 2006, p. 45)

recebe uma reação opositiva em retorno, temos um episódio de conflito iniciado. Esta definição de episódio de conflito tem seu lastro em uma série de textos sobre *episódios adversativos* (EISENBERG; GARVEY, 1981), *rotina contraditória* (BOGGS, 1978) ou *troca opositiva* (GRUBER, 2001), entre outros, os quais, no cerne, têm, a despeito dos nomes que se lhes atribuem, a mesma motivação: a presença de movimentos opositivos caracterizados por uma ação (geralmente verbal, de início), que recebe, por seu turno, uma oposição.

Prototipicamente, um *conflito verbal* (cf. NORRICK; SPITZ, 2008) se inicia quando (1) um falante A profere uma declaração, que será alvo de uma (2) contradecaração, por parte do falante B, tornando a declaração do falante A uma ação passível de oposição. A presença desses dois movimentos opositivos, no entanto, não é suficiente para se considerar um conflito plenamente instaurado, porque é preciso haver (3) uma contraoposição de A, discordando de B e ratificando a declaração proferida em primeira posição. Desse modo, instaura-se o que Oliveira (2012) considerou, apoiado em autores como Maynard (1985) e Hutchby (1996), como *episódio de conflito*, tal como esquematizado a seguir:

“0”	P1	A: evento antecedente/ passível de disputa	ação verbal ou não verbal
“1”	P2	B: oposição inicial	discordância com P1
“2”	P3	A: contraoposição	discordância com P2

Quadro 1: Sequência básica de abertura de um episódio de conflito

No dado que será analisado a seguir, é possível perceber que as participantes instauram um episódio de conflito a partir do momento em que Pitty destaca um elemento do turno de Anitta e lança mão de uma prática de glosa³ a um turno como passível de contestação, enquanto esta reforça, em terceira posição (P3), os elementos apresentados em P1. Antes, porém, cabe ressaltar algumas informações contextuais importantes, para um bom entendimento desta análise.

Em dezembro de 2014, repercutiu de maneira bastante contundente nas redes sociais, o embate entre as cantoras Pitty e Anitta no programa televisivo *Altas Horas*, na Rede Globo de Televisão. O programa tem como mote principal a possibilidade de o público presente poder interagir com os convidados e as convidadas, que, em geral, são pessoas de destaque no chamado “mundo do entretenimento”, tais como atores e atrizes, cantores e cantoras, participantes de reality shows, personalidades de destaque nas diversas modalidades esportivas, entre outros, que recebem a alcunha de “celebridades”. O cenário, à época, tinha o

³ *Glossing practice* (cf. Garfinkel, 1967).

formato de uma arena, em cujo centro se localizavam, em cadeiras giratórias, as convidadas do dia (a saber: Danielle Winitz, Maria Casadevall, Fernanda Paes Leme, Marjorie Estiano, todas estas atrizes contratadas pela Rede Globo; e Jaqueline Carvalho, jogadora de vôlei). Além destas, situadas em duas pontas opostas no alto da arena, a cantora Pitty e sua banda, de um lado, e a cantora Anitta e sua banda, de outro. Ao lado de Anitta também estava Flora Gil, cantora. Todo o restante do cenário é ocupado por pessoas que se inscrevem, em grupos ou individualmente, para participar do programa, integrando o grupo chamado de *plateia*. Além disso, o cenário é composto, ainda, por uma banda permanente, chamada de *Banda Altas Horas*, também composta só por mulheres, integrantes do elenco fixo do programa. O apresentador do programa é Serginho Groisman, que detém o mandato institucional de gerenciar os turnos de fala, tanto entre os convidados e convidadas, quanto em relação aos integrantes da plateia, quando alguém deste grupo se autosseleciona para fazer alguma pergunta a algum convidado. No dia 7 de dezembro de 2014, o programa se propôs temático (e desde então configurou uma tendência para os programas seguintes), pretendendo, neste dia, deixar mais evidente uma discussão sobre o papel das mulheres na sociedade⁴. Nesse sentido, as convidadas do dia eram apenas mulheres, e os integrantes da plateia eram apenas homens, algo incomum (para não dizer inédito) para os próprios padrões do programa.

O acesso ao material que possibilitou a transcrição dos dados se deu via internet, pelo portal Gshow.com, que disponibiliza vídeos com trechos dos programas que passam no canal da Rede Globo de Televisão. Apenas com a finalidade de se realizar esta pesquisa, foi feito, no dia 7 de março de 2015, download do vídeo, que contém seis minutos e cinquenta segundos e apresenta, em linhas gerais, Anitta e Flora, nos primeiros dois minutos e dezesseis segundos. A partir dos dois minutos e dezessete segundos, inicia-se o turno de Anitta que origina o embate e se desdobra até em torno dos seis minutos e quarenta. A transcrição foi realizada seguindo o modelo Jefferson de transcrição, que, de acordo com Loder (2008), “compartilham um conjunto mais ou menos comum de particularidades, que, por suas distinções em relação a outros modelos de convecção para transcrição, consolidaram-se como característicos do modelo Jefferson.” (p. 130). A transcrição, neste caso, marca alguns aspectos de produção da fala, no que se refere à entonação e prosódia, por exemplo, que marcam os contornos entoacionais das chamadas *Unidades de Construção de Turnos* (ou UCTs), que podem ser ascendentes (ponto de interrogação), descendentes (ponto final) ou de continuação (vírgula), entre outros, mais especializados. Trechos de fala marcados para além

⁴ Importante destacar que isso foi verbalizado no início do programa pelo seu apresentador.

de sua tonicidade mais comum são sublinhados e trechos gritados são transcritos em caixa alta. Aspirações e expirações também são marcadas, por serem índices eventualmente relevantes de mudança de enquadre em uma dada interação. Outros marcadores, como fala engatada (sinal de igual) e sobreposição de vozes (colchetes), podem ser vistos com sua respectiva explicação no Anexo A deste trabalho. No Anexo B, apresentamos o trecho transcrito na íntegra, no qual será possível encontrar um número maior de comentários do analista transcritor. Para análise do excerto, no corpo do texto, tais comentários foram excluídos, por terem sido considerados prejudiciais ao entendimento dos leitores menos iniciados nas transcrições feitas de acordo com esse modelo.

Neste texto, por limitações de espaço, nossa análise não recairá sobre todo o episódio de conflito identificado, mas apenas sobre o fenômeno da formulação de lugar como índice para a categorização de membros na instauração da discordância entre as interagentes, conforme anunciado no início deste trabalho.

Análise do “turno 0”: a presença do elemento desencadeador do episódio de conflito

A análise em pauta tem o excerto a seguir como base. Neste excerto, iniciado aos dois minutos e dezessete segundos do vídeo capturado, é possível ver como Anitta apresenta seus mecanismos de categorização do conjunto que ela considera genericamente *mulher*, antes da intervenção de Pitty, que, por sua vez, apresenta mecanismos antagônicos de categorização do mesmo elemento – *mulher*.

[Pitty x Anitta, 02'17" – 3'40"]

001 Anitta: mas eu acho que a:: grande questão aqui hoje, é que
002 as mulheres lutaram tanto pra che- pro- pra:: ter
003 os mesmos direitos que os homens, .hhh que quando
004 chegou o momento que elas tiveram, AH, mulher tem
005 salário igua:l, mulher também vota, mulher também
006 tem emprego, a mulher .hhh ((inspiração profunda))
007 chegou uma hora que ela quis tomar as r- CONta da
008 situação, AH NÃO, EU QUE VOU E: PEGO: CINQUENTA E
009 EU QUE- eu não acho bonito a ninguém pegar
010 cinquentā nem o homem nem a mulher, >>num acho
011 bonito<< n(h)inghé(h)m sai::r e pegar
012 cin(h)qu(h)ent(h)a ahá (.) mas a mulher acabou .hh
013 querendo tomar o lugar essa m- lugar do homem em
014 todas as situações,
. ((linhas omitidas))
.
.

052 Anitta: .hh é ela quem faz- e bota a bronca e decide se o
053 cara vai ficar ou se o cara vai sair
054 (.)
055 Anitta: o comportamento dela é que vai dizer se o cara fica
056 ou se o cara sai=
057 Pitty: =anit[ta,
058 Serginho: [>muito b-< ((vira-se para o outro lado do
059 estúdio, onde está Pitty))
060 Pitty: só uma ressalva (.) nós ainda não temos os mesmos
061 ((mudança de câmera: foco em Pitty fazendo
062 movimentos de negação com a cabeça)) direitos.
063 (.)
064 Pitty: nós [não ganhamos o mesmo salários,
065 Anitta: [mas nós chegamos qua::se.
066 Pitty: não. quase não é lá. ((faz um movimento vigoroso
067 com o braço esquerdo como se afastasse algo)) vamos
068 começar por aí.
069 Plateia: uô::[::
070 Pitty: [eu acho. eu acho que a gente ainda tem
071 mu:::ito pra conquistar, a partir do momento que a
072 gente questiona numa plateia masculina
073 (.)
074 Pitty: .hh se uma mulher sair com os amigos, >por
075 exemplo<, num é nada a ver ((olha para alguém da
076 plateia e faz gesto com a mão esquerda indicando
077 parada)), não é específico ((pisca os olhos mais
078 vagorosamente)) e que isso causa tanta comoção, eu
079 acho que a gente tá lo::nge. ((olhando para Anitta))

No excerto acima, o que se destaca é a discordância entre Pitty e Anitta apoiada nos diferentes mecanismos de pertença que cada uma seleciona para justificar suas distintas formas de demonstrar entendimento sobre a categoria *mulher*. Vários são os mecanismos de categorização utilizados por Anitta para se referir às mulheres como um grupo no qual ela não se enquadra. Primeiramente, através da remissão às mulheres em terceira pessoa, ela glosa um grupo no qual ela não se inclui como membro, no caso, “as mulheres” (“**as mulheres** lutaram tanto pra che- pro- pra::: ter os mesmos direitos que os homens, .hhh que quando chegou o momento que elas tiveram”, linhas 002-004, negrito adicionado). Em um segundo momento, o discurso reportado indica uma animação da fala, para usarmos uma terminologia de Goffman (1979[2002]), de um *outro*, genérico, não nomeado claramente, mas revelador de que a cantora estaria abrindo mão da autoria⁵ de seu turno de fala (“AH, mulher tem salário igua::l, mulher também vota, mulher também tem emprego, a mulher .hhh”, linhas 004-006, com a aspiração audível – representada pelo “.hhh” – marcando o fim do discurso reportado). Esses dois mecanismos já

⁵ Para um melhor entendimento dos conceitos de *animador* e *autor*, sugere-se a leitura de Goffman (1979[2002]).

sinalizam o posicionamento da autora da elocução no que se refere ao grupo sobre o qual enuncia.

Na continuação do seu longo turno de fala, Anitta ratifica sua posição, lançando mão de recursos de categorização que esclarecem sua relação com o grupo tratado genericamente por ela como “mulher” (“chegou uma hora que ela quis tomar as r- CONta da situação, AH NÃO, EU QUE VOU E: PEGO: CINQUENTA E EU QUE-”, linhas 007-009). Com isso, ela deixa margem para a inferência sobre seu comportamento: enquanto este grupo (mulheres) se comporta de uma dada maneira (*ir e pegar cinquenta*), o grupo do qual ela faz parte não se comporta assim. Isso se torna mais claro, quando ela produz, logo na sequência, uma avaliação depreciativa nesse sentido (“eu não acho bonito a ninguém pegar cinquenta nem o homem nem a mulher,”), linhas 009-010).

Já a repetição da UCT⁶ anterior entremeada por risos (“>>num acho bonito<<n(h)inghé(h)m sai::r e pegar cin(h)qu(h)ent(h)a ahá”, linhas 010-012), além de ratificar o que foi dito antes, desempenha uma outra ação social: buscar alinhamento dos ouvintes. O riso costuma ser um dispositivo de convite ao alinhamento do outro, demarcando uma busca de concordância sobre o que se discorre. Nesse caso, o silêncio dos outros participantes (interpretado pelo fato de que nenhum outro falante tomou o turno e/ou nenhum outro falante riu junto com a detentora do turno naquele momento) pode ser indicativo de, pelo menos, duas ações: ou há, por parte dos ouvintes, uma concordância que dispensa qualquer outra inserção no sentido de ratificar o que está sendo dito (mesmo com risos mútuos); ou há uma discordância que igualmente dispensa, por parte dos ouvintes, uma tentativa de se tomar o turno para discordar. De todo modo, independente de qualquer interpretação sobre o *silêncio* enquanto profere seu turno, para todos os efeitos práticos da interação, Anitta demarca uma posição na interação, busca alinhamento dos demais participantes e não obtém êxito⁷.

⁶ Em Análise da Conversa, UCT é a sigla para Unidade de Construção de Turno. Trata-se de uma nomenclatura apoiada na visão de que cada turno de fala pode ser constituído por diversos elementos que variam de acordo com o modo utilizado pelo falante para produzir seu turno de fala. Estes elementos podem ter a extensão de uma palavra, um sintagma, uma oração ou uma sentença, que estariam, por sua vez, demarcados por limites entoacionais ascendentes, descendentes ou de continuação. Uma definição mais detalhada de UCT pode ser encontrada em Sacks et al. (1974[2003]) ou em Loder e Jung (2008).

⁷ No entanto, é importante frisar que estamos fazendo uma análise de um cenário sobre o qual não tivemos acesso direto. Não podemos categoricamente afirmar, por exemplo, que alguém não flagrado pelas câmeras e pelos microfones teria rido (demonstrando alinhamento) ou feito meneio negativo com a cabeça (demonstrando discordância). Ainda assim, como essas supostas reações (se ocorreram) não foram tornadas relevantes por nenhum outro participante, incluindo câmeras, operadores de áudio e vídeo e editores, ratificamos que, para todos os efeitos práticos da interação, Anitta se manteve sozinha em seu posicionamento, isto é, através dos risos entremeados durante a UCT, ela buscou alinhamento, mas ninguém se alinhou.

Ainda nesta perspectiva, o turno de Anitta se prolonga por mais algumas linhas de transcrição, que foram omitidas justamente por representarem a mesma análise feita anteriormente sobre a não-tomada de turno dos ouvintes. Uma intervenção relevante só vai acontecer muitas UCTs depois, quando Pitty glosa a fala de Anitta para produzir um turno discordante (“=anit[ta, só uma ressalva (.) nós ainda não temos os mesmos ((mudança de câmera: foco em Pitty fazendo movimentos de negação com a cabeça)) direitos.”, linhas 057 e 060-062). Com isso, temos iniciado um episódio de conflito, cujo “turno 0” seria toda a fala anterior de Anitta (linhas 001 a 056), principalmente as UCTs iniciais, porque nestas é que estariam os elementos desencadeadores do conflito (“as mulheres lutaram tanto pra che- pro- pra:: **ter os mesmos direitos** que os homens, .hhh que quando chegou o momento que elas tiveram, AH, **mulher tem salário igua::1, mulher também vota, mulher também tem emprego,**”, linhas 002-006, negritos adicionados). O “turno 1”, por sua vez, seria o turno de Pitty, enquadrado por ela como “ressalva”.

A micropausa seguinte (linha 063) é um indicador importante, uma vez que Anitta deteve o piso conversacional por um longo período de tempo (o que para os padrões televisivos costuma potencializado, sendo qualificado como muito longo). A tomada de turno de Pitty, em fala engatada, adicionalmente, também marca a ação como inesperada, uma vez que o apresentador do programa, que detém o mandato institucional para alocar turnos e/ou permitir (ou não) que turnos sejam tomados, para todos os efeitos práticos, permite que a outra participante continue falando, já que ele se autointerrompe e se direciona à interlocutora em voga (“[>muito b-< ((vira-se para o outro lado do estúdio, onde está Pitty))”, linhas 058-059).

Como Pitty volta a falar após a micropausa, o efeito é de ratificação da tomada de turno, ou seja, o turno agora está com Pitty e ela vai poder falar, inclusive apresentando uma discordância, já prenunciada, ao que foi apresentado por Anitta. Sendo assim, na sequência, Pitty inicia suas prestações de contas⁸, iniciando, ao que parece, uma lista⁹ de contrapontos ao que Anitta dissera anteriormente, pois, ao passo que uma teria dito que “mulher tem salário igua::1,” (linhas 004-005), a outra diz “nós [não ganhamos o mesmo

⁸ A expressão “prestações de contas” é uma tentativa de tradução do termo “*accounts*”, proposto por Garfinkel (1967). Sobre o fenômeno das prestações de contas e a polêmica da tentativa de se traduzir o termo, ver Oliveira (2012).

⁹ Defendemos que Pitty estaria iniciando uma lista por considerar que o fim da UCT com contorno entoacional de continuidade (marcado pela vírgula) pode ser um índice disso, juntamente ao fato de que, ao enunciar tal sentença, a participante levantava o dedo polegar, como que indicando o primeiro item de um elenco a ser apresentado.

salários,” (linha 064). No entanto, a lista de Pitty é interrompida, pela sobreposição de Anitta (“mas nós chegamos qua::se.”, linha 065), cuja elocução passa a ser glosada então por Pitty, que, para todos os efeitos práticos, desiste da listagem que começara e compõe a discordância de forma mais contundente (“não. quase não é lá.”, linha 066).

A negação direta, logo de início, torna a UCT um índice de abandono de toda e qualquer estratégia de polidez ou de “amacramento” da interação neste momento. A falta de modalização polariza e estabelece o antagonismo entre as participantes na interação. Isso também fica marcado pela distinção que agora se cria entre duas categorias, evidenciadas por formulações de lugares (metafóricos): “quase lá” e “lá”.

A formulação de lugar como índice do antagonismo entre as participantes: “quase não é lá.”

No embate entre Anitta e Pitty, as distinções entre os lugares metafóricos “quase lá” e “lá” indiciam as categorias as quais cada uma das interagentes representa (ou demonstra querer representar). Pela negação, Pitty cria uma nova categoria do grupo que se vem rotulando como “mulher” e se insere nesta nova, em detrimento da categoria expressa por Anitta até então. Nesse sentido, “quase lá” é representativo de toda a categorização do grupo “mulher que quer tomar o lugar do homem” (cf. “mas a mulher acabou .hh querendo tomar o lugar essa m- lugar do homem em todas as situações,”), linhas 012-014), enquanto o “lá” de Pitty seria a categorização da “mulher que tomou o lugar do homem”, algo que ainda não aconteceu e que, segundo ela, ainda está “longe” de acontecer (cf. “a partir do momento que a gente questiona numa plateia masculina¹⁰ (.).hh se uma mulher sair com os amigos, (...) e que isso causa tanta comoção, eu acho que a gente tá lo::nge”, linhas 071-074 e 078-079).

A marca da distância é imperativa para o episódio de conflito construído entre as participantes. Mesmo que metaforicamente, essas formulações de lugar representam as categorias de pertença às quais Anitta e Pitty se remetem. Simultaneamente, são também estas as categorias nas quais cada qual se enquadra, respectivamente. Nesse sentido, Anitta “se

¹⁰ Nesta passagem, Pitty se refere a um momento anterior do programa em que, instada a fazer uma pergunta a algum membro da plateia, seu questionamento foi a respeito da possibilidade de o rapaz, alvo da pergunta, concordar com o fato de uma suposta namorada sair com os amigos, ao que ele respondeu que não permitiria, porque, segundo ele, “mulher é para ficar em casa”. Depois de ouvir essa resposta, Pitty, jocosamente, ressalta: “é por isso que você não tem namorada, amigo”.

passa”¹¹ por mulher, mas não reúne as características inerentes ao que, nos apontamentos de Pitty, compõem tal categoria. Desse modo, é possível perceber que as elocuições antagônicas de ambas são evidência etnometodológica de uma falha da representação social da mulher, segundo a qual esta seria uma categoria que inclui, em seu estatuto, uma única perspectiva moral de normalidade, vista e não destacada, da mulher com todos os atributos sexuais femininos, demarcados por uma mesma expectativa de vida, um mesmo estilo, uma mesma aparência, enfim, um mesmo comportamento.

Considerações finais

Em tempos de superexposição na TV e nas redes sociais, certos profissionais, como os artistas, por exemplo, precisam desses veículos para vender seus produtos, isto é, sua imagem e tudo o mais associado a ela. Desse modo, contemporaneamente, pode parecer difícil considerar que certos grupos sociais no Ocidente atribuam à categoria *mulher* algumas características que eram mais comuns de serem atribuídas em outras épocas, bem remotas. Se perguntarmos a uma cantora, para os fins de uma suposta pesquisa acadêmica ou em uma entrevista televisiva, por exemplo, se ela se considera machista, poderíamos ser capazes de afirmar categoricamente que sua resposta decerto seria negativa, uma vez que assumir as categorias de pertença deste grupo (*machistas*) teria implicações sociais nocivas à imagem dessa cantora, dado que esse tipo de assunção, do ponto de vista moral, seria *politicamente incorreto*.

No entanto, quando nos dispomos a fazer uma análise microsociológica de uma determinada interação social, sobretudo a partir da perspectiva dos participantes, conseguimos perceber que os dispositivos que esses participantes acionam para justificar suas ações são bem mais complexos do que parecem. O objetivo de uma pesquisa dessa envergadura não é mostrar o que os participantes não querem afirmar, mas, ao contrário, mostrar o que eles de fato afirmam quando estão interagindo. Expressando de outro modo, o objetivo é destacar o

¹¹ Expressão oriunda do inglês *passing*, utilizada por Garfinkel (1967) em seu famoso estudo sobre Agnes, paciente do Departamento de Psiquiatria da UCLA. Agnes tinha um distúrbio raro chamado de “síndrome da feminização testicular” (isto é, seu testículo produzia estrogênio, hormônio feminino por excelência), mas não informou isso à equipe médica. Seu desejo era fazer uma cirurgia de mudança de sexo e, para isso, convenceu toda a equipe médica de que era transexual (o que lhe daria o direito de fazer a cirurgia), quando, na verdade, o referido distúrbio, do ponto de vista biológico, não se caracterizava como fator de transexualidade.

que foi *visto mas não destacado*¹², quando são os próprios participantes, em suas divergências de entendimento acerca das ações ocorrendo no aqui e agora da interação, que fazem essas demonstrações.

Esses conceitos de intersubjetividade, indicialidade, prestações de contas, categorização de membros, entre outros, como vimos neste trabalho, são todos caros à etnometodologia, iniciada por Garfinkel (1967) e repercutida até hoje nos estudos em Análise da Conversa, que implementaram uma política de investigação, através da qual tais observações são realizadas sequencialmente, no interior dos turnos de fala. Por meio das ações verbais, atreladas à multimodalidade do cenário investigado, é possível analisar (não os analistas externos – chamados de *cientistas* –, mas os próprios participantes – analistas da cena interacional em que estão inseridos) a vida social em uma perspectiva microsequencial.

Através da análise de uma discussão que causou tanta comoção¹³ nas redes sociais, podem ser feitas várias avaliações. Muitas delas, em geral, são motivadas pela forma grotesca como produtores musicais e assessores de imprensa se beneficiam (e beneficiam, por meio de exposição gratuita, seus assessorados) através desse tipo de acontecimento. No entanto, outras formas mais nobres de avaliação do debate podem estar também por trás dessa repercussão toda, como o próprio fato de que existam mulheres – e Pitty demonstra ser um exemplar dessa estirpe – que, independente de sua projeção na cena cultural do país, se aproveitam de sua superexposição para militar em favor de uma causa social, no caso, a negação do machismo.

Aquilo que poderia estar pressuposto anteriormente, de que uma audiência passiva, diante das elocuições de Anitta, estaria em silenciosa concordância com seus apontamentos, cai por terra, quando Pitty se manifesta e polariza o debate. Tendo isso em mente, é, portanto, fácil entender que, ao engajar-se no episódio de conflito analisado neste trabalho, Pitty, acionando certas categorias de pertença relativas ao que o senso comum trataria como prototipicamente machista, glosa determinadas elocuições da fala de Anitta. Esta, por sua vez, inicia um processo de prestação de contas, em que cria certos índices, como a formulação de lugar, por exemplo, para demonstrar não ter aderido a essa visão de senso comum. Pitty, contudo, demonstra, em seus turnos subsequentes, que as ações, em resposta, de Anitta não foram compreendidas como índices dessa não adesão.

Referências

¹² *Seen but unnoticed* (cf. Garfinkel, 1967).

¹³ Basta usar a entrada *Pitty x Anitta* em uma simples busca no *Google* para comprovarmos o que estamos chamando de *comoção* aqui.

- BOGGS, S. The development of verbal disputing in part-Hawaiian children. **Language in Society**, v. 7, p. 325-344, 1978.
- EISENBERG, A.; GARVEY, C. Children's use of verbal strategies in resolving conflicts. **Discourse Processes**, v. 4, p. 149-170, 1981.
- GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.
- GOFFMAN, E. Footing. Tradução de B. Fontana. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística Interacional**. São Paulo: Loyola, 2002 [1979]. p. 107-114.
- GRUBER, H. Questions and strategic orientation in verbal conflict sequences. **Journal of pragmatics**, v. 33, p. 1815-1857, 2001.
- HUTCHBY, I. **Confrontation talk**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1996.
- LODER, L. L. **Investindo no conflito: a correção pelo outro construindo discordâncias agravadas**. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.
- LODER, L. L.; JUNG, N. M. **Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.
- LODER, L. L. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. In: LODER, L. L.; JUNG, N. M. **Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica**. Campinas: Mercado de Letras, p. 127-162, 2008.
- MAYNARD, D. How children start arguments. **Language in Society**, v. 14, n. 1, p. 1-30, 1985.
- NORRICK, N. R.; SPITZ, A. Humor as a resource for mitigating conflict in interaction. **Journal of Pragmatics**, v. 40, p. 1661-1686, 2008.
- OLIVEIRA, R. P. **Anatomias do conflito**. 2012. 265f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora – Juiz de Fora, 2012.
- SACKS. **Lectures on Conversation**. Malden: Blackwell Publishers, 1992 [1964].
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A simplest systematic for the organization of turn taking for conversation. **Language**, Baltimore, v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974.
- SCHEGLOFF, E. A. Notes on a Conversational Practice: Formulation Place. In: SUDNOW, D. (Ed.) **Studies in Social Interaction**. New York: Macmillan, p.75-119, 1972.
- SELL, M; OSTERMANN, A. C. Análise de Categorias de Pertença (ACP) em estudos de linguagem e gênero: a (des)construção discursiva do homogêneo masculino. **Alfa**, São Paulo, v. 53, n.1, p. 11-34, 2009.

Anexo A – Convenções de transcrição

[colchetes]	Fala sobreposta ¹⁴
(0.5)	Pausa décimos de segundos
(.)	Micropausa em menos de dois décimos de segundo
=	Contigüidade entre a fala de um mesmo falante ou de dois falantes distintos
.	Descida de entonação
?	Subida de entonação
,	Entonação contínua
:	Alongamento de som
-	Auto-interrupção
<u>sublinhado</u>	Acento ou ênfase de volume
MAIÚSCULA	Ênfase acentuada, grito
°	Fala mais baixa imediatamente após o sinal
°palavra°	Trecho falado mais baixo
palavra:	Descida entoacional inflexionada
palavra:	Subida entoacional inflexionada
↑	Subida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos sublinhados
↓	Descida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos precedidos de sublinhado
>palavra<	Fala comprimida ou acelerada
<palavra>	Desaceleração da fala
<palavra	Início acelerado
hhh	Aspirações audíveis
(h)	Aspirações durante a fala
.hhh	Inspirações audíveis
(())	Comentários do analista
(palavra)	Transcrição duvidosa
()	Transcrição impossível
tsc	Estalar de língua

Anexo B – A transcrição na íntegra

[02'17" – 04'40"]¹⁵

001 Anitta: mas eu acho que a:: grande questão aqui hoje, é que
002 as mulheres lutaram tanto pra che- pro- pra::: ter
003 os mesmos direitos que os homens, .hhh que quando
004 chegou o momento que elas tiveram, AH, mulher tem
005 salário igua::l, mulher também vota, mulher também
006 tem emprego, a mulher .hhh ((inspiração profunda))
007 chegou uma hora que ela quis tomar as r- CONta da
008 situação, AH NÃO, EU QUE VOU ((fazendo vigorosos e
009 repetidos movimentos circulares com o braço em cima
010 da cabeça)) E: PEGO: CINQUENTA ((finaliza o
011 movimento com os braços e troca o microfone de
012 mão)) E EU QUE-
013 ((mudança de câmera: foco em Marjorie Estiano

¹⁴ A fonte Courier New, tamanho 10, é utilizada pelo fato de ser uma fonte em que letras e sinais de pontuação ocupam o mesmo espaço. Isso é importante para fins de marcação das sobreposições, por exemplo.

¹⁵ A indicação numérica entre colchetes indica o período de tempo marcado no original. Em outras palavras, significa que a transcrição que se apresenta aqui tem início no momento em que o contador de tempo do software de reprodução de vídeo (Windows media player) marcava dois minutos e dezessete segundos e se encerra quando o contador marcava quatro minutos e quarenta segundos.

014 olhando seriamente para Anitta))
015 Anitta: eu não acho bonito a ninguém pegar cinquenta nem o
016 homem nem a mulher
017 ((mudança de câmera: foco volta para Anitta))
018 Anitta: >>num acho bonito<< n(h)inghé(h)m sai::r e pegar
019 cin(h)qu(h)ent(h)a ahá (.) mas a mulher acabou .hh
020 querendo tomar o lugar essa m- lugar do homem em
021 todas as situações, .h só >que eu acho< que é o
022 instinto masculino ((enquanto diz "instinto
023 masculino", ela cruza o olhar com o de Serginho e
024 coloca a mão direita em seu próprio peito,
025 apontando para si mesma)) ele também quer
026 proteger, quer cuidar::r ((volta a falar com o
027 olhar voltado para a plateia em geral)), .hh quer
028 fazer o cavalheiro, né, a parte
029 ((mudança de câmera: foco em Marjorie Estiano e
030 Jaqueline Carvalho, com os homens da plateia ao
031 fundo, olhando seriamente para Anitta))
032 Anitta: do cavalheiro, que é o instinto masculino e que
033 agora o homem fica desestimulado,
034 (.)
035 Anitta: ê- ê- é uma liberdade que é <necessária>, é legal
036 mulher e homem ter- ter direitos iguais, mas eu
037 acho que tem aquela coisa do instinto ((faz um
038 movimento circular suave com a mão direita na
039 frente do corpo))
040 .hh
041 Anitta: que- uma coisa é você ir lá, conquista e >nããã<
042 e- a outra coisa é quando cê faz o cara ficar ali
043 com você.
044 (.)
045 Anitta: .hh o fato dele <ficar com você>, de- <permanecer>
046 com você ((movimento com a mão direita, dedos
047 juntos apontando o chão; em seguida passa o
048 microfone para a mão direita e gesticula com a
049 esquerda)) isso aí é uma coisa que é única e
050 exclusivamente da <mulher>((olha para Serginho))
051 (.)
052 Anitta: .hh é ela quem faz- e bota a bronca ((muda o
053 microfone para a mão esquerda novamente)) e decide
054 se o cara vai ficar ou se o cara vai sair ((passa a
055 mão na perna esquerda, cruzada sobre a direita))
056 (.)
057 Anitta: o comportamento dela é que vai dizer se o cara fica
058 ou se o cara sai=
059
060 Pitty: =anit[ta,
061 Serginho: [>muito b-< ((vira-se para o outro lado do
062 estúdio, onde está Pitty))
063 Pitty: só uma ressalva (.) nós ainda não temos os mesmos
064 ((mudança de câmera: foco em Pitty fazendo
065 movimentos de negação com a cabeça)) direitos.
066 (.)
067 Pitty: nós [não ganhamos o mesmo salários,
068 Anitta: [mas nós chegamos qua::se.
069 Pitty: não. quase não é lá. ((faz um movimento vigoroso
070 com o braço esquerdo como se afastasse algo)).vamos
071 começar por aí.
072 Plateia: uô::[:
073 Pitty: [eu acho. eu acho que a gente ((mudança de
074 câmera: em primeiro plano, Serginho, em pé, olhando

075 para Pitty, segurando microfone e ficha na mão
076 direita e mão esquerda no bolso; Anitta, sentada de
077 pernas cruzadas, mão direita apoiada no colo e mão
078 esquerda, com o microfone, segurando a cabeça, uma
079 vez que o cotovelo esquerdo está apoiado no joelho;
080 Flora sentada, de pernas cruzadas, óculos escuros e
081 as duas mãos apoiadas sobre as pernas, olhando para
082 Pitty sobre os óculos, balançando a cabeça e
083 concordando com Pitty) ainda tem mu:::ito pra
084 conquistar, a partir do momento que a gente
085 questiona numa plateia masculina
086 (.)
087 Pitty: .hh se uma mulher sair com os amigos, >por
088 exemplo<, num é nada a ver ((olha para alguém da
089 plateia e faz gesto com a mão esquerda indicando
090 parada)), não é específico ((pisca os olhos mais
091 vagorosamente)) e que isso causa tanta comoção, eu
092 acho que a gente tá lo::nge ((olhando para
093 Anitta))=

Artigo recebido em: 30.04.2015

Artigo aceito em: 02.06.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

SOTAQUE NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO: UMA QUESTÃO DE POLÍTICA LINGUÍSTICA

Socorro Cláudia Tavares de Sousa *

Rafaela Cristina Oliveira de Andrade **

Cynthia Israelly Barbalho Dionísio ***

Resumo: As pesquisas sobre sotaques na televisão brasileira têm sido alvo de diferentes discussões no campo acadêmico. O presente trabalho aborda essa temática a partir da perspectiva da política linguística de Spolsky (2004; 2009; 2012), que a compreende em três dimensões inter-relacionadas: as práticas, as crenças e a gestão linguística. Dentro do escopo deste trabalho, restringimos a análise às crenças a respeito da presença do sotaque no telejornalismo brasileiro. Elaboramos um instrumento de coleta de dados e aplicamos a alunos do segundo período do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba que estavam cursando a disciplina de Redação e Expressão Oral II. A análise é de natureza qualitativa, buscando identificar, nos discursos dos alunos, as crenças recorrentes sobre a língua que deve ser veiculada nos telejornais. Os discursos dos estudantes revelaram que há uma polaridade no que concerne à presença do sotaque na tv, ou seja, por um lado, há a crença de que o sotaque deve ser “suavizado” a fim de não interferir na compreensão das informações a serem transmitidas e, por outro, há a crença de que a presença da variedade linguística no telejornalismo traz para a televisão a identidade e a diversidade cultural do Brasil.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas. Crenças. Telejornalismo. Sotaques na mídia.

Abstract: Studies about regional accents on Brazilian television have been widely discussed in the academic field. This work approaches this subject based on Spolsky’s views on language policies (2004; 2009; 2012), which are seen as the result of three interrelated dimensions: practices, beliefs and ideologies, and language management. Our goal is to focus on beliefs and ideologies about the presence of accents, specifically in the context of Brazilian broadcasting. We constructed an instrument to collect data and submitted it to second-semester students of the Journalism Undergraduate Course at the Federal University of Paraíba who were attending a course titled Written and Oral Expression II. Our study followed a qualitative approach, and we aimed at investigating in the students’ discourses beliefs about which language variety is more appropriate to be used by broadcasting. The students’ discourses revealed a polarity among students regarding the presence of accents on Brazilian broadcasting. On the one hand, some believe accents should be “smoothed out” in

* Professora Adjunta III do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPB, Campus I, João Pessoa, Paraíba, Brasil. sclaudiats@gmail.com

** Mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística, UFPB, João Pessoa, Paraíba, Brasil. rafaela.oliveirandrade@hotmail.com

*** Mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística, UFPB, João Pessoa, Paraíba, Brasil. cynthiadionisio@live.com

order to provide a desired level of linguistic comprehension while others believe that linguistic variety on broadcasting brings to television the identity and cultural diversity of Brazil.

Keywords: Language policy. Beliefs. Broadcasting. Accents on TV.

Introdução

A investigação em torno das políticas linguísticas no contexto da mídia tem se constituído em um campo de investigação profícuo no cenário internacional. Sem a pretensão de sermos exaustivas, é possível citar, por exemplo, o trabalho de Johnson (2010) que investiga as ideologias divulgadas na mídia sobre a educação escolar bilíngue no Estado do Arizona (EUA) e a promoção da campanha da Proposição 203⁴; o de Kelly-Holmes, Moriarty, Pietikäinen (2009) que analisam as convergências e divergências nas regulações de três línguas (basco, irlandês e sámi) no contexto midiático. Destacamos, ainda, a obra organizada por Cormark e Hourigan (2007) que apresenta um conjunto de artigos que discutem a relação entre mídia, políticas linguísticas e línguas minoritárias.

No contexto brasileiro, embora não esteja diretamente vinculado à área de Política Linguística, ressaltamos o trabalho de Leite (2008) que investiga as marcas do preconceito e da intolerância linguística no discurso da imprensa, deixando claro para os leitores as crenças e ideologias em relação a que variedade de língua portuguesa é valorada na mídia; o trabalho de Scoparo e Miqueletti (2014) que revela como a mídia propaga o preconceito linguístico ao enfatizar a crença de que o domínio da norma padrão promove a ascensão social.

A presente pesquisa, inserida no campo do conhecimento de Linguística Aplicada e, mais especificamente, na área de Política e Planejamento Linguístico (doravante PPL), tem como objetivo investigar as políticas linguísticas percebidas dos estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em relação ao uso do sotaque no telejornalismo. Nessa perspectiva, este trabalho dá continuidade ao veio de pesquisas que analisa as crenças sobre a língua e suas variedades no domínio da mídia, contudo se diferencia das que foram anteriormente citadas na medida em que enfoca as vozes de estudantes de Jornalismo. Isso não quer dizer que estudos que abordem a valoração em relação a que sotaque deve ser utilizado no telejornalismo não tenham sido objeto de estudo. Um exemplo é o trabalho de Lopes *et al* (2013) que identificou as preferências dos alunos do Curso de

⁴ A Proposição 203 defende a ideia de que a educação bilíngue impede a aprendizagem da língua inglesa pelos estudantes que falam línguas minoritárias.

Fonoaudiologia da UFPB. Já o presente trabalho irá investigar as crenças de futuros profissionais de Jornalismo que, provavelmente, se depararão com a realidade de utilizar um sotaque “suavizado” ou um sotaque regional em suas atividades laborais.

Organizamos o presente trabalho em duas grandes partes afora as considerações iniciais e finais: na primeira, discutimos definições fundamentais de política linguística, identificando a que foi adotada nesta pesquisa; na segunda, desenvolvemos a análise sobre as crenças em relação à padronização da fala do telejornalismo a partir da análise dos dados fornecidos pelos colaboradores da pesquisa.

Sobre a noção de política linguística

A investigação acadêmica em PPL constituiu-se há um tempo relativamente curto em comparação com outras áreas dos estudos da linguagem, notadamente a partir da década de 1960 (RICENTO, 2000; SPOLSKY, 2012; JOHNSON, 2013). No âmbito acadêmico brasileiro, o próprio termo “política linguística” começou a circular de maneira sistemática apenas recentemente, conforme aponta Oliveira (2007). Não há um consenso sobre as formas de nomeação da área, que é bastante diversificada e pode ser encontrada na literatura como “planejamento linguístico”, “engenharia linguística”, “glotopolítica”, “gestão da língua”, dentre outras, cada uma alinhada a tradições de pesquisa distintas. No presente artigo, adotamos a terminologia utilizada por Ricento (2006) e Johnson (2013), que é Política e Planejamento Linguístico.

A história da constituição do campo mostra a pluralidade de definições propostas sobre o conceito de política e planejamento linguístico. Para o escopo deste trabalho, entretanto, selecionamos algumas que consideramos fundamentais para a ampliação de uma visão inicialmente centrada no Estado até a tendência que considera as práticas como política linguística.

A noção atualmente mais conhecida no Brasil é a de Calvet (2007) devido à publicação da obra “Políticas linguísticas”. Para o autor, política e planejamento linguístico seriam um binômio, ou seja, duas etapas distintas e interdependentes. A política linguística seria a determinação das grandes deliberações referentes às línguas dentro da sociedade, enquanto o planejamento linguístico se referiria à implementação dessas decisões. Apesar de vários grupos serem capazes de elaborar uma política linguística, “[...] apenas o Estado tem o poder e os meios de passar ao estágio do planejamento, de pôr em prática suas escolhas

políticas” (*idem*, p. 21), dados os meios de intervenção sobre as situações linguísticas de que dispõe, notadamente, o aparato legal. O autor distingue as intervenções *in vitro*, gestadas pelo poder estatal e realizadas pelos “linguistas em seus laboratórios” das *in vivo*, ou seja, das ações espontâneas dos falantes para resolver determinados “problemas de comunicação” do cotidiano. Essa definição é herdeira de uma tradição surgida com o próprio campo, que coloca o Estado como instância principal, se não única, de deliberação e implementação de políticas linguísticas, consideradas “de cima para baixo” (*top-down*).

Embora cronologicamente anterior e utilizando a terminologia “planejamento linguístico”, Cooper (1989, p. 45) apresenta uma definição mais ampla do conceito.

*Planejamento linguístico se refere aos esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros com respeito à aquisição, estrutura, ou alocação funcional de códigos de linguagem. Essa definição não restringe os planejadores a agências autorizadas, nem restringe o tipo de público-alvo, nem especifica uma forma ideal de planejamento.*⁵ (tradução nossa).

Observamos, assim, uma proposta que considera outras instâncias de deliberação e implementação de políticas linguísticas, não apenas “de cima para baixo” (*top-down*), mas também “de baixo para cima” (*bottom-up*). Nesse sentido, torna-se possível observar instituições supranacionais, as escolas ou mesmo indivíduos comuns como capazes de intervir na língua, seja quanto ao aumento no número de usuários, à forma ou às funções desempenhadas na sociedade.

Anos mais tarde, Schiffman (1996, 2006) propõe o conceito de cultura linguística, entendendo-a como “[...] a soma total de ideias, valores, crenças, atitudes, preconceitos, mitos, restrições religiosas e toda a ‘bagagem’ cultural que os falantes trazem para sua vivência com a linguagem a partir de sua cultura [...]” (SCHIFFMAN, 2006, p. 112). Nesse sentido, a cultura seria compartilhada pelos membros integrantes de uma dada comunidade e, embora não determinística, afetaria o modo como os falantes lidam com as línguas. Essa proposta reverbera no conceito de política linguística proposto pelo autor. Para ele,

⁵ No original: “Language planning refers to deliberate efforts to influence the behavior of others with respect to the acquisition, structure, or functional allocation of their language codes. This definition neither restricts the planners to authoritative agencies, nor restricts the type of the target group, nor specifies an ideal form of planning.” (COOPER, 1989, p. 45).

[...] é importante ver a política linguística não apenas como as decisões explícitas, escritas, “overt”, *de jure*, oficiais e “de cima para baixo” sobre a língua, mas também as ideias e suposições implícitas, não escritas, “covert”, *de facto*, “de baixo para cima” e não oficiais, que podem influenciar os resultados das decisões políticas tão enérgica e definitivamente como decisões mais explícitas (*ibidem*, tradução nossa)⁶.

A afirmação da existência de aspectos culturais imbricados à política linguística amplia radicalmente o escopo de análise das políticas linguísticas, posto que trazem à cena as crenças, as ideologias e as práticas linguísticas da comunidade como forças capazes de influenciar ou alterar decisivamente os rumos das políticas tradicionalmente pensadas como decisões de governo. Em outras palavras, a política linguística repousaria na cultura linguística, ou seja, refletiria os elementos culturais de uma dada comunidade.

A visão das políticas linguísticas como reflexo da cultura linguística foi criticada por Johnson (2013). Outras críticas tratavam do uso problemático do termo “cultura”, já bastante utilizado e considerado circular na obra de Schiffman pelo modo como a cultura linguística explica a política linguística. No entanto, a discussão trazida por Schiffman (1996, 2006) alargou o número de aspectos levados em consideração na análise das políticas linguísticas, justamente por evidenciar aspectos de natureza encoberta (*covert*) provenientes da cultura linguística. Mesmo assim, cabe mencionar que essas atitudes, crenças, preconceitos sobre a(s) língua(s) e suas variedades, que constituem a cultura linguística, não são consideradas pelo autor como política linguística em si, permanecendo esta como subsidiária daquela.

A autonomia das políticas linguísticas como construto teórico, a nosso ver, foi melhor desenvolvida por Spolsky (2004, 2009, 2012). O autor propõe uma visão multidimensional das políticas linguísticas presentes em uma comunidade de fala, considerando as práticas, as crenças e ideologias, e a gestão da língua. Esses níveis de políticas linguísticas se relacionariam entre si de maneira altamente complexa e dinâmica, de modo que uma modificação em um deles pode causar efeitos também nos demais. De acordo com Spolsky (2004, p. 10), “[...] uma mudança imposta por uma política em um nível necessariamente se conecta com todos os níveis”⁷. A inovação dessa proposta, em comparação com a de

⁶ No original: “[...] it is important to view language policy as not only the explicit, written, overt, *de jure*, official, and ‘top-down’ decision making about language, but also the implicit, unwritten, covert, *de facto*, grass-roots, and unofficial ideas and assumptions, which can influence the outcomes of policy-making just as emphatically and definitively as the more explicit decisions.” (SCHIFFMAN, 2006, p. 112).

⁷ No original: “A policy-imposed change at one level necessarily is connected to all levels” (SPOLSKY, 2004, p. 10, tradução nossa).

Schiffman (1996, 2006), por exemplo, consiste em não considerar a dimensão das práticas e crenças apenas como parte da cultura linguística, mas como política linguística em si (JOHNSON, 2013).

As práticas linguísticas são as escolhas que os falantes fazem, de maneira mais ou menos consciente, quanto a traços fonéticos, lexicais, ou mesmo quanto à variedade ou língua utilizada em determinadas situações cotidianas como, por exemplo, a opção por determinada variedade para se dirigir ao interlocutor de uma língua para cumprir um propósito específico de comunicação etc. Essas escolhas não são aleatórias, mas obedecem a uma regularidade definida dentro das comunidades de fala e podem ser previstas. Spolsky considera que essa é a dimensão “real” das políticas linguísticas, sendo o que as pessoas realmente fazem com a língua no cotidiano. Um possível exemplo é o caso do uso da língua feito pelo âncora do “Domingo Espetacular” – revista eletrônica dos domingos da Rede Record -, Paulo Henrique Amorim. O jornalista apresenta o jornal com o sotaque carioca, sem nenhuma preocupação com a neutralização do “chiado” em palavras como “paulista” /paw’lɪftə/. Ele, ainda, “[...] observa que os profissionais de fala-padrão da TV não falam como o cidadão comum: têm fala artificial, teatralizada. Não aprova essa característica. Acha que o profissional deve falar com naturalidade.” (MEDEIROS, 2006, p. 40).

A dimensão das crenças se refere ao conjunto do que os falantes pensam sobre as práticas linguísticas, geralmente formando um consenso ideológico sobre o prestígio ou desprestígio de determinadas variedades, variantes ou línguas. Nas palavras de Spolsky (2004, p. 14), “[...] de maneira simplificada, a ideologia linguística é a política linguística sem gestor, o que as pessoas pensam que deveria ser feito”⁸. Naturalmente, as crenças emergem das práticas e também podem influenciá-las, bem como decisões de intervenção explícita podem confirmá-las ou modificá-las. Outra ilustração no domínio midiático é o perfil dos jornalistas do “Jornal Hoje” – jornal televisivo transmitido pela tv Globo, todas as tardes, de segunda à sexta. A escolha por uma linguagem mais despojada, menos formal e com abertura para posicionamentos pessoais, carrega uma crença de que as notícias que são veiculadas podem chegar com mais clareza ao telespectador⁹, sendo catalisadas pela escolha de uma linguagem menos formal, em comparação a outros jornais da mesma emissora, como o “Jornal

⁸ No original: “Put simply, language ideology is language policy with the manager left out, what people think should be done” (*idem*, p. 14, tradução nossa).

⁹ “[...] telejornal, voltado principalmente para a dona de casa, a terceira idade e os jovens, e que tem como características a informalidade e a valorização da participação dos internautas”. Disponível em <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=213>>. Acesso em: 10 de set. de 2014.

Nacional”. Nesse caso, o exemplo não se limita ao uso ou não de um padrão linguístico, mas as atitudes dos jornalistas frente à notícia também geram impressões acerca da língua.

Spolsky usa o termo “gestão da língua” (*language management*) para abarcar as decisões conscientes e explícitas de intervenção na(s) língua(s) por uma determinada figura que tem autoridade para tanto, seja um indivíduo, grupo ou instituição. Essa dimensão corresponderia ao que se entendeu tradicionalmente como *planejamento*, contudo, esse termo foi empregado nas origens do campo relacionado à correção de “problemas linguísticos” em comunidades multilíngues e questionado em virtude do etnocentrismo que reforçava (cf. RICENTO, 2000). Na televisão, especificamente, a gestão da língua se faz presente, por exemplo, quando determinado canal de transmissão decide regular o uso de determinadas expressões linguísticas de acordo com o horário. É comum a proibição de palavrões e outras expressões consideradas ofensivas ao público, como foi o caso recentemente da novela das 9h “Império”, do canal Globo, na qual os palavrões foram ou explicitamente censurados ou substituídos por expressões similares em inglês¹⁰.

As três dimensões propostas pelo autor (práticas, crenças e gestão) para a política linguística foram posteriormente renomeadas, mantendo a mesma noção. Shohamy (2006) já faz referência à dimensão da gestão como política linguística declarada e Bonacina-Pugh (2012), seguindo a orientação daquela autora, cunha os demais termos: “políticas linguísticas percebidas”, para se referir à dimensão das crenças, e “políticas linguísticas praticadas”, para se referir à dimensão das práticas.

A noção de domínio, inicialmente proposta por Fishman no âmbito da Sociolinguística, em 1972, também é aproveitada por Spolsky em seu modelo de política linguística. Cada domínio é caracterizado por seus *participantes*, *lugar* e *tópico*. Os participantes cumprem papéis sociais e estabelecem relações entre si no interior do domínio, por exemplo, na família, temos os pais, filhos, avós, dentre outros. Já o lugar se define como um espaço físico ou virtual que conecta a realidade física e social. Introduzir um participante de um domínio em outro pode causar constrangimentos, o que indica a existência de normas, por exemplo, quando um filho (domínio familiar) é funcionário da empresa do pai (domínio laboral) podem surgir questionamentos sobre a forma de tratamento mais adequada entre eles. Ainda, cada domínio possui assuntos característicos, ou tópicos, que se espera que sejam abordados de maneira apropriada. Podemos pensar no domínio universitário, por exemplo, no

¹⁰ Cf. *Globo censura palavrões e beijo gay na novela Império*. Yahoo Entretenimento. 7 ago. 2014. Disponível em <<https://br.tv.yahoo.com/blogs/notas-tv/globo-censura-palavr%C3%B5es-e-beijo-gay-na-novela-133416045.html>>. Acesso em: 07 set. 2014.

qual é consideravelmente desencorajado embasar os argumentos acadêmicos em convicções religiosas. Spolsky ainda acrescenta na categoria “tópico” a função comunicativa, ou seja, a razão pela qual os participantes se envolvem em situações de fala ou escrita.

O mais importante da noção de domínio para a Teoria da Gestão da Língua (*Theory Language Management*) de Spolsky (2009) é a ideia de que cada domínio possui suas próprias regulações, geridas internamente, mas consideravelmente afetadas por forças externas provenientes de outros domínios. Por exemplo, a decisão de casais, cujos cônjuges possuem línguas maternas diferentes, sobre qual deve ser a língua de alfabetização de seu filho é tomada no domínio da família, mas sofre influência também das perspectivas de sucesso profissional, envolvendo os domínios escolar, universitário e laboral, por exemplo. Em outras palavras, cada domínio possui suas próprias políticas linguísticas.

Spolsky (2004, 2009) costuma identificar os seguintes domínios: família, religião, trabalho, espaço público, escolas, instituições jurídicas e de saúde, militar, governamental (níveis local, regional e nacional), movimentos sociais e entidades supranacionais. Evidentemente, cada domínio comporta outros subdomínios. Por exemplo, no domínio religioso, temos as igrejas cristãs, mesquitas muçulmanas ou sinagogas judaicas, apenas para mencionar as religiões monoteístas.

Vendo a mídia como parte do espaço público, o autor observa as dificuldades inerentes à análise prática desse domínio, principalmente pelo número e diversidade de participantes envolvidos, sejam gestores ou audiência em potencial. De fato, na mídia interferem decisões governamentais bem como interesses do capital privado, ao mesmo tempo em que seu grande poder de penetração em outros domínios, como a família e o trabalho, demonstra a importância de estudos que se dediquem às políticas linguísticas da televisão, do rádio e de outros meios de comunicação cada vez mais presentes na sociedade contemporânea.

Partindo de uma abordagem teórica diferente, Medeiros (2006) observou a existência de um padrão de fala característico do telejornalismo brasileiro, no qual a diversidade de sotaques regionais é suavizada em função do estabelecimento de um padrão construído a partir de traços fonológicos encontrados nas variedades presentes no eixo Rio-São Paulo. Para investigar as crenças de profissionais da mídia televisiva, a autora entrevistou atores e jornalistas, que expressaram seus pontos de vista a respeito da necessidade ou não desse padrão. No presente trabalho, enfocaremos a presença dos sotaques no telejornalismo a partir da visão de política linguística proposta por Spolsky (2004, 2009, 2012), especificamente as políticas linguísticas percebidas (crenças) por estudantes de Jornalismo em relação ao padrão estabelecido nesse domínio.

Metodologia

Com o objetivo de investigar as políticas linguísticas percebidas dos estudantes do curso de Jornalismo da UFPB em relação ao uso do sotaque no telejornalismo, elaboramos um instrumento de coleta de dados, constituído de duas partes: a primeira com excertos de discursos contrários e favoráveis à padronização da fala, retirados da obra de Medeiros (2006)¹¹, e a segunda com uma questão aberta sobre a presença do sotaque regional no telejornalismo, conforme está ilustrado abaixo:

[...] No final dos anos 80, a chefe de redação da TV Cultura, ao me receber como repórter, colocava o meu sotaque como empecilho. Hoje, como chefe da Reportagem, eu penso exatamente o contrário. Procuo sempre mesclar, ter repórteres de várias regiões. A qualidade da cobertura sempre fica melhor quando as pessoas entendem do assunto. Então, o repórter que vem de determinada região, que entende melhor determinada cultura, e carrega, de uma maneira ou de outra, determinada raiz, interpreta melhor o que conhece bem (Enio Lucciola, jornalista) (MEDEIROS, 2006, p. 30)

O telejornalismo das emissoras, não só da Globo, desenvolveu uma fala limpa, sem a presença de sotaques. Eu não sei, mas a impressão que eu tenho é que, se alguém pensou nisso, foi para aproximar todos os telespectadores da notícia, para ter uma coisa que qualquer pessoa compreenda. (Ana Paula Padrão, jornalista) (MEDEIROS, 2006, p. 33)

02) Qual a sua opinião sobre a presença do sotaque no telejornalismo brasileiro?

Foi solicitado aos alunos que escrevessem um texto argumentativo para responder ao que foi proposto, havendo apenas a prescrição de que deveriam se posicionar a favor ou contra a padronização da fala. O contexto de produção desses textos aconteceu no semestre de 2014.1, durante a realização da disciplina de Redação e Expressão Oral II na qual uma das pesquisadoras era professora¹². Participaram do processo de coleta de dados, 34 (trinta e

¹¹ O livro de Ana Lúcia Medeiros intitulado “Sotaques na tv” analisa como a diversidade linguística é apresentada no telejornalismo e nas telenovelas a partir de depoimentos de atores e jornalistas.

¹² Essa produção textual inseriu-se na unidade de estudo denominada Preconceito e Intolerância Linguística. Nessa unidade, estabeleceu-se como objetivo identificar e analisar as marcas linguísticas do preconceito e da intolerância linguística em textos publicados na mídia.

quatro) alunos que foram posteriormente codificados com a letra C indicando colaborador e um número cardinal (C01, C02...) a fim de preservar suas identidades.

Nosso *corpus* constituiu-se de 33 (trinta e três) produções textuais, sendo excluída apenas 01 (uma) porque não continha a resposta requerida no instrumento de coleta de dados. Os textos produzidos caracterizaram-se por uma extensão que variou entre 53 (cinquenta e três) e 492 (quatrocentas e noventa e duas) palavras.

Para a análise dos dados, identificamos os conteúdos temáticos presentes no plano global do texto e posteriormente os agrupamos em categorias: a favor, contra e impreciso. Selecionamos as categorias recorrentes que representam as políticas linguísticas percebidas (as crenças) dos estudantes de Jornalismo sobre o sotaque na tv. Esses resultados foram depois organizados em um gráfico a fim de torná-los mais visíveis para os leitores. Considerando que nos textos dos alunos emergiu mais de uma crença, esses dados foram quantificados mais de uma vez.

As vozes dos estudantes e as políticas linguísticas percebidas

As crenças acerca do sotaque no telejornalismo por parte dos nossos colaboradores (estudantes de Jornalismo) dividiram suas opiniões, o que nos forneceu os dados abaixo. Na análise dos textos elaborados pelos estudantes, identificamos três posicionamentos em relação à padronização da fala no telejornalismo: a favor (17 estudantes), contra (12 estudantes) e impreciso (04 estudantes). Esses posicionamentos foram posteriormente agrupados em categorias de crenças, conforme ilustrado no gráfico 01.

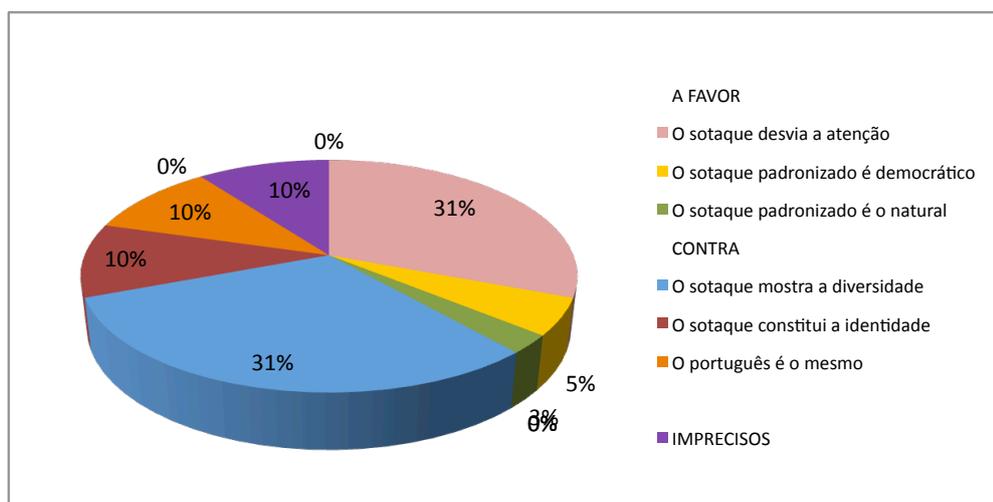


Gráfico 01 – Crenças sobre a padronização do sotaque no telejornalismo

As crenças recorrentes a favor da padronização do sotaque no telejornalismo são: desvio da atenção do telespectador, preservação do sotaque “natural” e padronização como valor democrático. Em relação à primeira, a crença de que a presença do sotaque no telejornalismo tira o foco das informações veiculadas nas notícias foi bastante frequente nos textos dos alunos. Parece-nos que, influenciados pela Teoria da Comunicação, segundo a qual a presença de “ruídos” interfere na transmissão da mensagem entre emissor (jornalista) e receptor (telespectador), os alunos identificam o sotaque como uma perturbação nesse processo de comunicação ideal. O argumento utilizado pelos estudantes é que os telespectadores teriam uma tendência a concentrar a atenção nos sotaques em detrimento do conteúdo informativo das matérias, como ilustrado no excerto do C27:

(1) Como muitos jornalistas, eu acredito que o uso do sotaque durante a locução de uma notícia pode interferir na atenção dada pelos telespectadores a ela.

Um sotaque é imperceptível para o ouvinte nativo daquela região, porém soa diferente para pessoas de localidades diferentes. E é essa diferença que faz o ruído da notícia.

Por isso há a necessidade da limpeza, para que haja uma clareza das palavras independentemente da região do jornalista e dos seus ouvintes.¹³

No discurso do colaborador, chama a atenção a sua inclusão como membro de uma comunidade jornalística para justificar sua crença, evidenciada na expressão “Como muitos jornalistas, eu acredito”. O sotaque é visto como um ruído que causaria distúrbio na transferência da mensagem do emissor para o receptor e a escolha lexical de “limpeza” está relacionada à padronização e, antagonicamente, há a associação entre sotaque e “sujeira”. Essa crença no desvio de atenção da notícia foi apresentada discursivamente de forma bastante enfática pelos alunos através de modalizadores como “[...] *se torna obrigatória a isenção do sotaque*” (C05), “*Para mim, é inegável e indiscutível que a presença de sotaques desvia a atenção do telespectador da matéria para o sotaque.*” (C18) ou “*Minha opinião é clara: acho completamente necessário a utilização de um padrão em relação a língua quando a informação deve ser a cena principal.*” (C25) (grifos nossos).

Na visão dos estudantes, o sotaque causaria estranhamento pelo fato de o telespectador estar acostumado a ouvir a fala “padrão” dos jornalistas. Inclusive, é o que expressa o C33

¹³ Não foram realizadas modificações nos excertos dos textos dos alunos que foram analisados neste trabalho.

quando afirma que: “É como se o cérebro do brasileiro estivesse programado para receber com aceitação o sotaque paulista, e é por esse motivo que eu acho importante manter essa padronização.”. Embora se refiram a essa estranheza, é possível perceber que os alunos têm consciência de que seria possível o entendimento da notícia pelos telespectadores de diferentes regiões, contudo, não captariam toda a informação presente na notícia, pois o foco seria a observação da fala do jornalista.

Já em relação à segunda crença - a preservação do sotaque “natural” do jornalismo, esta se fundamenta na ideia de que o sotaque natural do jornalismo é a padronização. Tudo o que se afasta desse padrão elaborado causa estranheza, daí a necessidade de os jornalistas terem um acompanhamento fonoaudiológico contínuo e específico que reduza as marcas linguísticas regionais em suas falas. A crença compartilhada pelos estudantes é tão arraigada que o que eles consideram “natural” é, na verdade, um padrão criado, conforme pode ser visto nos excertos a seguir:

(2) Não necessariamente de forma preconceituosa, mas é natural do ser humano ter a sensação de estranhamento ou de curiosidade ao se deparar com algo diferente da sua realidade, do seu natural. (C18)

Se os sotaques estivessem presentes no nacional, só reconheceriam as pessoas que possuem o mesmo sotaque e seria natural somente para os mesmos. Não se tornaria incompreensível, mas não seria natural para todos. (C21)

Lopes *et al* (2013) explicam que a crença na naturalidade da fala jornalística advém da exposição do ouvinte, ao longo dos anos, ao padrão de fala telejornalístico, de maneira que o sotaque suavizado constitui-se uma das marcas desse estilo específico de fala. Isso gera expectativas e pode desencadear a atribuição de valores negativos a determinadas maneiras de falar, sendo fruto de um processo histórico, uma vez que já houve épocas nas quais a suavização (e, algumas vezes, a neutralização) do sotaque foi extremamente valorizada, o que disseminou um padrão de narração telejornalística, em rede, isento ou amenizado quanto às marcas regionais. Tal padrão também foi incorporado pelos telejornais locais em relação aos seus jornalistas e apresentadores.

A terceira crença a favor da padronização no telejornalismo é de considerá-la como uma atitude democrática que visa ao não privilégio de nenhuma variedade regional. Ela se fundamenta em um paradigma de que a democracia é construída a partir do apagamento das

variedades, ao invés do reconhecimento da existência de uma diversidade linguística, como está exemplificado a seguir:

*(3) Não se trata de preconceito, porque a pauta não é compreensão. É uma questão de lógica e até mesmo de **democracia** [...]. Porém, a democratização parte do fato de ter a certeza de que todos estarão equiparados no quesito “atenção” a partir do momento em que a informação for iniciada. (C25) (grifos nossos)*

Destacamos, nesse excerto, que o argumento da democracia em favor da padronização é colocado em uma escala mais alta a partir do uso do operador argumentativo “até mesmo”. Ao usar essa estratégia, o aluno ressalta a democratização e minimiza o peso da crença de que o sotaque afeta a compreensão da notícia, bastante presente nos discursos dos outros informantes.

As crenças recorrentes contra a padronização do sotaque no telejornalismo são: valorização da diversidade linguístico-cultural, vinculação entre sotaque e identidade e homogeneidade da língua. Quanto à valorização da diversidade linguístico-cultural, os estudantes acreditam que a presença da diversidade de sotaques iria enriquecer o telejornalismo. É o que pensam, também, alguns profissionais entrevistados por Medeiros (2006), que defendem que há uma tendência contemporânea na televisão pela inserção de culturas diversas nos telejornais e telenovelas. Alguns colaboradores argumentam que essa variedade de sotaques teria um caráter educativo para a população, na medida em que o reconhecimento das diferentes variedades brasileiras promoveria a redução da intolerância e do preconceito linguísticos, conforme afirma o C23:

(4) Talvez, se esta variedade – utilizada em sua essência – estivesse ativa no jornal nacional de maior audiência, os telespectadores estivessem acostumados com tal diversidade de sotaques, excluindo o preconceito e fazendo abrir os entendimentos de que tal fator não é outra coisa senão uma virtude da nação.

É interessante destacar que a menção à presença das variedades linguísticas no telejornalismo é considerada como uma “virtude da nação”, ao mesmo tempo, tem-se que a

padronização da fala dos jornalistas seria um defeito. Essa crença se contrapõe àquela que identifica na padronização um valor democrático, pois o que é democracia nesse caso é exatamente apresentar as diferenças, ao invés de camuflá-las. Essas afirmações estão ilustradas no trecho a seguir: *“Então acho importante sim termos o sotaque de varias regiões, nos telejornais, principalmente os nacionais, mostrar que existe sim uma variedade linguística, para que todos nos possamos nos enxergar, ver que a variedade é respeitada.”* (C22). O excerto faz referência ao sentido da visão (“enxergar”) quando menciona à padronização da fala, que, por sua vez, está eminentemente ligada ao ouvir, para ressaltar a importância da representação das diferenças linguísticas regionais que deveriam estar presentes no telejornalismo com a finalidade de mostrar as diferentes faces do Brasil, o que foi observado também nos seguintes excertos de outros colaboradores, tais como: *“[...] é possível mostrar ao Brasil não só sua cara, mas suas línguas, que assim como ele são multicoloridas (C30), para mostrar as várias caras do Brasil.”* (C24).

Já a crença na vinculação entre sotaque e identidade apoia-se na ideia de que a padronização camuflaria as identidades regionais e forçaria o jornalista a negar suas raízes, ou seja, os estudantes enxergam a identidade linguística pessoal como parte fundamental da identidade profissional e que, por isso, não deve ser modificada nem neutralizada. Essa crença é consoante com a afirmação de Medeiros (2006, p. 71-72) sobre “[...] a questão da identidade coloca em confronto direto duas referências: a identidade regional e a identidade profissional. Ao mesmo tempo em que se vê como uma pessoa proveniente do lugar, o repórter local adota sempre uma entonação que é própria da TV”, como fica evidente nos trechos a seguir:

(5) O sotaque mostra de onde viemos e faz parte da nossa identidade cultural. Temos que garantir a manutenção das nossas tradições culturais a partir de ações como, por exemplo, não permitir que a padronização extermine nosso sotaque. (C15)

Não concordo com esse padrão linguístico da mídia, pois acredito que isso acaba destruindo toda uma construção cultural histórica e força o jornalista a esquecer sua própria identidade cultural e regional. (C24)

Identificamos, nesses excertos, o valor semântico de conflito quando o jornalista não é autorizado a utilizar seu sotaque, principalmente através da escolha lexical dos termos “exterminar”, “destruir” e “forçar”. Os colaboradores que evidenciaram essa crença demonstram o quanto essa integração profissional do jornalista à comunidade, a partir da

neutralização do sotaque individual, não é nada pacífica, ao contrário, se traduz em um rompimento com suas próprias origens. Por outro lado, a padronização da fala é vista por outros estudantes como uma atribuição do trabalho do jornalista, portanto, intimamente relacionada à sua identidade profissional, ao passo que o uso do sotaque regional está atrelado à sua identidade pessoal. Essa identidade profissional é construída pelas forças centrípetas que constituem a comunidade jornalística.

(6) É evidente que cada pessoa tem o direito de se expressar da forma que ela desejar. A presença do sotaque carrega consigo uma identidade, o que para mim é aceitável e interessante manter. [...] Eu acredito que uma padronização do sotaque seja necessária, primeiramente por ser normal de qualquer local de trabalho estabelecer regras. (C19)

Priolli (2000, p. 14-15 *apud* ALMEIDA, 2012, p.04), em um trabalho que busca marcar a identidade brasileira através da imagem televisiva, entende que considerar a unidade do sotaque como representação, mesmo que de uma categoria profissional, “[...] impõe uma determinada noção de identidade nacional e impede o acesso de outras identidades.” O autor ainda considera que o padrão adotado pelo telejornalismo brasileiro, em geral, é um “[...] recorte feito a partir do sudeste branco, que fala para o Brasil, [...] em nome do Brasil, como se fosse todo o Brasil”.

A terceira crença contra a padronização do sotaque no telejornalismo é a da homogeneidade do português. Alguns estudantes, a nosso ver, parecem acreditar na existência de um “sistema” que não é afetado pelas diferentes realizações da fala. Sendo assim, a presença de diferentes sotaques no telejornalismo não interferiria na compreensão das notícias, conforme exemplificado nos trechos abaixo:

(7) Minha opinião sobre a presença do sotaque no telejornalismo brasileiro é de que não deveria existir um padrão, porque se falamos a mesma língua é evidente que vamos entender o que pessoas que não falam com o mesmo sotaque estão querendo dizer. (C11)

A notícia será igualmente compreendida por qualquer que seja a naturalidade do repórter, afinal o português é o mesmo. (C31)

Vale lembrar que esses profissionais tem como base a gramática da Língua Portuguesa, onde todas as pessoas conhecem a estrutura geral das palavras,

mas de acordo com os lugares de nascimento e pronúncia se modifica, por motivos históricos. (C32)

Essa crença também se contrapõe àquela de que o sotaque desviaria a atenção do telespectador da notícia, pois a unidade da língua não é alterada, seja porque “*os profissionais tem como base a gramática da Língua Portuguesa*” (C32), seja porque “*o português é o mesmo*” (C31) ou porque “*falamos a mesma língua*” (C11).

Por fim, um pequeno grupo dos estudantes foram imprecisos quanto ao posicionamento frente ao uso de sotaques no telejornalismo. A indefinição deste grupo é marcada pelo concordância em relação à utilização ou não do sotaque a partir da veiculação de notícias locais ou nacionais, bem como a suavização em detrimento da padronização. Quanto ao primeiro fator, defendem o uso do padrão jornalístico, quando a veiculação da notícia se dá no âmbito nacional, apresentando argumentos do tipo: “*Os jornalistas dos noticiários nacionais devem sim procurar a neutralidade da voz, em contrapartida. Porque é a cobertura de todo um país. Seria incoerente, por exemplo, usar sotaque pernambucano para noticiar aos cidadãos do Rio Grande do Sul*” (C13). Já a presença do sotaque é defendida quando o jornalista atua no âmbito local, apresentando notícias da região. Para os estudantes que deixaram evidente essa crença, eles acreditam que o telespectador já está acostumado com o seu próprio sotaque e se reconhece ao percebê-lo na TV. O discurso do C21 ilustra essa crença: “*É possível continuar [com o uso do sotaque] no local, nos jornais locais, pois será natural para aqueles que falam da mesma maneira.*”. Quanto ao segundo fator, o da suavização em detrimento da padronização, marca um interesse pela harmonia entre a preservação de uma identidade e a veiculação da notícia sem “ruídos”, crenças já relatadas acima, no entanto se contrapondo, o que não é o caso do C29 que considera a possibilidade dessa relação harmoniosa:

(8) O sotaque deve estar presente no telejornalismo, mas não de uma forma “carregada”. O jornalista deve preservar como falar naturalmente, numa conversa cotidiana. E sem utilizar expressões características de sua região. Não deve haver uma padronização do sotaque, mas uma suavização no sotaque de cada profissional.

Outro ponto é que a utilização do sotaque na TV de forma muito carregada faz com que o telespectador preste mais atenção ao sotaque em si do que na própria notícia.

A nosso ver, a suavização proposta pelo colaborador caracteriza uma forma de padronização da fala e essa proposta mediadora acaba por favorecer um uso de uma “variedade” que não é característica de nenhuma região do país.

Em suma, a análise dos dados confirmou que a noção de Spolsky é profícua, visto que permite a investigação de diferentes dimensões da política linguística. Neste artigo, exploramos as crenças e ideologias dos estudantes de Jornalismo a respeito da presença do sotaque no telejornalismo brasileiro, revelando posições contrárias, favoráveis e imprecisas sobre a sua padronização. Nesse momento do percurso acadêmico dos estudantes pesquisados, os resultados indicam uma valoração negativa em relação ao sotaque padronizado (51%). Em contraposição, a manutenção do *status quo* da política de padronização é corroborada por 39% dos estudantes. Essa noção também permite relacionar essas crenças com as práticas de fato realizadas dentro de diferentes domínios, a exemplo da mídia, o que indica a inter-relação entre as dimensões (práticas, crenças e gestão) e o papel dos participantes na manutenção ou modificação das políticas linguísticas vigentes.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo investigar as políticas linguísticas percebidas dos estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em relação ao uso do sotaque no telejornalismo. Para tanto, utilizamos a noção teórica de política linguística desenvolvida por Spolsky (2004, 2009, 2012), enfocando a dimensão das crenças. A partir da escrita de um texto argumentativo pelos alunos do curso de Jornalismo da UFPB sobre a padronização do sotaque no telejornalismo brasileiro, foi possível identificar três posicionamentos: a favor, contra e impreciso.

As categorias de crenças identificadas a favor da padronização foram: desvio da atenção do telespectador, preservação do sotaque “natural” do jornalismo e padronização como valor democrático. Já as categorias contra a padronização identificadas foram: valorização da diversidade linguístico-cultural, vinculação entre sotaque e identidade e o português é o mesmo. Ainda percebemos crenças que variavam na aceitação/negação do sotaque no telejornalismo, considerando o âmbito de veiculação da notícia (local ou nacional) e crenças em defesa de uma suavização do sotaque em detrimento da padronização.

A análise e categorização das crenças nos permitiu, além de percebê-las separadamente, constatar que elas estão relacionadas, seja complementando diferentes crenças

ou contrapondo-as. Um exemplo da primeira situação é a relação da crença de que o sotaque desvia a atenção porque causa “ruído” e esse desvio de atenção acontece em virtude da crença que o sotaque foge da padronização natural da fala jornalística. Ou, ainda, como contraponto, a valorização da diversidade linguística rechaça a padronização por um valor democrático.

Com isso, destacamos que as políticas linguísticas percebidas em relação ao sotaque no telejornalismo são marcadas pelo papel social que cada colaborador ocupa. Ou seja, no papel social de alunos, no domínio acadêmico (universitário), muitos colaboradores posicionaram-se contra a padronização. No entanto, a convicção da necessidade de uma padronização como norma da profissão demonstra a influência que o domínio mídia já oferece aos seus futuros profissionais, pois a mídia constrói e fomenta crenças. É ainda válido expor que, como atividade seguinte da disciplina Redação e Expressão Oral II, os mesmos colaboradores entrevistaram jornalistas renomados no Estado da Paraíba e muitos daqueles que foram contra a padronização do sotaque mostraram-se condicionados a mudar seu posicionamento, demonstrando, assim, como as crenças não são estáveis.

Referências

ALMEIDA, V. E. Eu vi um Brasil na TV: diálogos entre representações sobre televisão e identidade brasileira. *EntreMeios*, v. 9, p. 1-12, 2012.

BONACINA-PUGH, F. Researching ‘practiced language policies’: insights from conversation analysis. *Language Policy*. v.11, n.3, p. 213-234, 2012.

CALVET, L-J. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

COOPER, R. L. *Language planning and social change*. New York: Cambridge, 1989.

CORMACK, M. J.; HOURIGAN, N. (Orgs.). *Minority language media: concepts, critiques and case studies*. Clevedon: Multilingual Matters, 2007.

JOHNSON, D. C. *Language policy*. New York: Palgrave Macmillian, 2013.

JOHNSON, E. War in the media: Metaphors, ideology, and the formation of language policy. *Bilingual Research Journal*, v. 29, n. 3, p. 621-640, 2005.

KELLY-HOLMES, H.; MORIARTY, M.; PIETIKÄINEN, S. Convergence and divergence in Basque, Irish and Sámi media language policing. *Language Policy*, v. 8, n. 3, p. 227-242, 2009.

LEITE, M. Q. *Preconceito e intolerância na língua*. São Paulo: Contexto, 2008.

LOPES, L. W. *et al.* Sotaque e telejornalismo: evidências para a prática fonoaudiológica. *CoDAS*, v. 25, p. 475-481, 2013

MEDEIROS, A. L. *Sotaques na tv*. São Paulo: Annablume, 2006.

OLIVEIRA, G. M. Prefácio. In: CALVET, L-J. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

RICENTO, T. Historical and theoretical perspectives in language policy and planning. *Journal of Sociolinguistics*. v. 4, n. 2, p. 196-213, 2000.

_____. (Org.). *An introduction to language policy: theory and method*. MA/USA: Blackwell, 2006.

SCHIFFMAN, H. F. *Linguistic culture and language policy*. London/New York: Routledge, 1996.

_____. Language policy and linguistic culture. In: RICENTO, T. (Org.). *An introduction to language policy: theory and method*. MA/USA: Blackwell, 2006. p. 111-126.

SCOPARO, T. R. M. T.; MIQUELETTI, E. A. Variação linguística: língua portuguesa e o preconceito na mídia. *Vocabulo*, v. VI, p. 01-21, 2014.

SHOHAMY, E. *Language policy: hidden agendas and new approaches*. New York: Routledge, 2006.

SPOLSKY, B. *Language policy: key topics in Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge, 2004.

_____. *Language Management*. Cambridge: Cambridge, 2009.

_____. What is language policy? In: _____. (Org.). *The Cambridge handbook of language policy*. Cambridge: Cambridge, 2012. p. 03-15.

Artigo recebido em: 29.04.2015

Artigo aceito em: 13.07.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

A CRIAÇÃO DE UM BANCO DE DADOS PARA PESQUISAS SOBRE APRENDIZAGEM VIA TELETANDEM INSTITUCIONAL INTEGRADO (TTDII)

Solange Aranha^{*}, Lidiane Luvizari-Murad^{**}, Augusto César Moreno^{***}

Resumo: O presente estudo se caracteriza como um relato de experiência a respeito da construção de um banco de dados de interações online por meio de ferramentas de áudio e vídeo, em contexto de ensino aprendizagem de línguas estrangeiras via Teletandem Institucional Integrado, bem como por textos escritos trocados entre os participantes deste contexto e demais documentos que compõem este ambiente de aprendizagem multifacetado. Ao descrever o processo de construção deste banco, pretendemos também discutir alguns dos elementos que distinguem as atividades de Teletandem Institucional não Integrado (TTD) e Teletandem Institucional Integrado (TTDii), oferecendo suporte para outras pesquisas nesse contexto. Espera-se também que o presente estudo possa permitir que outros pesquisadores saibam como acessar e utilizar os dados em questão.

Palavras-chave: Banco de dados. Teletandem Institucional Integrado. Teletandem Institucional não Integrado.

Abstract: This study is characterized as an experience report about building an online interactions database using audio and video tools in the context of foreign language learning via Institutionally Integrated Teletandem as well as written texts exchanged between participants, and other documents in this multi-faceted learning environment. In describing the database building process, we also intend to discuss some of the distinguishing points within Teletandem Activity (TTD) and Institutionally Integrated Teletandem Activity (TTDii), supporting further research initiatives in this context. It is also expected that the present article may help other researchers' access and use the mentioned data.

Keywords: Database. Teletandem. Institutionally Integrated Teletandem Activity.

Introdução

A aprendizagem de línguas via Teletandem (TELLES, 2006) se concretiza nas interações entre dois aprendizes de línguas estrangeiras que se ajudam mutuamente, por meio de recursos de vídeo conferência, a aprenderem e praticarem entre si, línguas nas quais são proficientes, ou seja, cada um ensina sua língua e aprende a do outro.

A aprendizagem de LEs via Teletandem possui um propósito didático explícito que a distingue de conversas informais entre usuários proficientes em línguas distintas. O

* Professora Doutora do Departamento de Letras Modernas, UNESP São José do Rio Preto – SP, Brasil
solangea@ibilce.unesp.br

** Professora Doutora da Fatec São José do Rio Preto; SP, Brasil –lidiane@fatecriopreto.edu.br

*** PROPG UNESP São José do Rio Preto– SP, Brasil – augusto.cesar.m@hotmail.com

Teletandem (doravante TTD) tem ocorrência regular e compromissada em oposição aos chamados *chats*, que ocorrem ocasionalmente, sem propósitos específicos ou preocupação com uma avaliação do desempenho dos participantes para direcionamento de ações futuras (TELLES & VASSALO, 2006). Com essa finalidade, os parceiros alternam o uso das línguas nas discussões em que estabelecem uma comunicação autêntica na língua-alvo.

Os temas das interações tanto podem ser pré-estabelecidos, quanto podem surgir de maneira espontânea a partir dos interesses dos interagentes. Frequentemente as interações possuem a dinâmica de uma conversa livre, nas quais os participantes podem refletir sobre o conteúdo e a estrutura das línguas utilizadas. Estudos revelam que os interagentes, além de conversarem sobre temas de interesse comum, também se empenham em saber mais informações sobre o parceiro e sua realidade, bem como narrar suas próprias histórias e experiências de vida (BRAMMERTS, 2003; TELLES, 2009; LUVIZARI-MURAD, 2011; BENEDETTI & LUVIZARI-MURAD, 2013).

Brammerts e Calvert (2003) chamam atenção para os benefícios que o contexto colaborativo de aprendizagem tandem representa para os participantes dessa atividade. Para os autores, os parceiros não se beneficiam apenas do conhecimento do outro, mas também das oportunidades de estruturar e avaliar seu próprio processo de aprendizagem.

O valor da parceria de aprendizagem é claro; cada participante tem acesso ao conhecimento do outro. Uma vez que ambos os aprendizes desejam aprender a língua do outro e usá-la para este propósito, a comunicação via tandem oferece oportunidades para que os parceiros avaliem seu próprio processo de aprendizagem, corrijam um ao outro e peçam e recebam ajuda do parceiro (BRAMMERTS & CALVERT, 2003:45).

Durante os anos de 2006 a 2010, a realização das atividades de aprendizagem de línguas estrangeiras via Teletandem, em torno do projeto temático *Teletandem Brasil: Língua Estrangeira para Todos*, ocorreram por meio da formação de “parcerias independentes”, recebiam o apoio de professores mediadores que, quando solicitados, ofereciam auxílio linguístico, teórico e técnico, conforme as necessidades relatadas (CÂNDIDO, 2010; SALOMAO, 2008, 2010). Os alunos se inscreviam no site do projeto (www.teletandembrasil.org) e eram aleatoriamente pareados com estudantes estrangeiros interessados em aprender português. Todo o processo de negociação para o início da atividade de TTD referente ao horário de realização das interações, temas, avaliação e oferecimento de feedback, entre outros, era de responsabilidade do par interagente.

O uso da expressão “parcerias independentes” se refere ao fato de que até o ano de 2010, no Laboratório da UNESP de São José do Rio Preto, os alunos brasileiros se ofereciam voluntariamente para aprender e praticar LEs via TTD e o faziam junto aos seus parceiros estrangeiros, no lugar e horário que julgassem mais conveniente. A partir do ano de 2011, contudo, as atividades de aprendizagem via TTD passaram a ter uma proposta organizacional diferenciada oriunda das necessidades de um convênio entre a UNESP e uma universidade norte-americana.

Essa nova proposta, denominada Teletandem Institucional Integrado (doravante TTDii) (ARANHA & CAVALARI, 2014; CAVALARI & ARANHA, no prelo), mantém os princípios teóricos que embasam a aprendizagem de LEs via TTD (separação de línguas, autonomia e reciprocidade), mas contempla um grande número de alunos desenvolvendo a atividade de aprendizagem de inglês e português de forma integrada às atividades da disciplina de língua inglesa nos cursos de Letras e Tradução. Da mesma maneira, no lado americano, a atividade se constitui como parte do conteúdo programático de cursos de línguas estrangeiras (português, neste caso), obrigatórios para alunos americanos.

As transformações sofridas por esse contexto vêm sendo vivenciadas pelos participantes desde o ano de 2011 e embora o contexto tenha ainda um pequeno número de publicações que o descrevem (ARANHA & CAVALARI, 2014; ARANHA, 2014; CAVALARI & ARANHA, no prelo) é possível perceber que se caracteriza por novas dinâmicas organizacionais, revelando alguns pontos convergentes e outros divergentes em relação às atividades de TTD, que até então era exclusivamente desenvolvida no contexto em questão.

Neste estudo, mencionamos os elementos teóricos compartilhados por ambas as práticas de aprendizagem de LEs (TDD e TTDii), mas temos como foco a atividade de TTDii e os componentes organizacionais que as diferenciam. Cumpre ressaltar que essas diferenças culminaram na necessidade de criação de um banco de dados das atividades de TTDii, cujo desenvolvimento envolveu uma reflexão por parte de todos os pesquisadores para criar uma maneira de organização e armazenamento de todos os dados nas modalidades escrita e oral que facilitasse as pesquisas, permitindo um olhar panorâmico e sistêmico a respeito desse contexto. Mais especificamente, o presente estudo tem como objetivo descrever a construção desse banco de dados para que outros interessados na atividade de TTDii possam utilizar esses dados em suas pesquisas futuramente, ou até mesmo ajuda-los a desenvolver seus próprios bancos de dados.

Pontos convergentes e divergentes entre as atividades de TTD e TTDii

Ambas as modalidades de aprendizagem de línguas estrangeiras, TTD e TTDii ocorrem por meio de interações entre dois sujeitos que conversam sobre suas realidades e histórias pessoais, expressando e discutindo os seus pontos de vista sobre os mais diferentes assuntos, com o objetivo de aprender e praticar uma língua estrangeira, na qual o parceiro é proficiente. Além do foco na comunicação autêntica na língua-alvo, os interagentes também refletem sobre aspectos linguísticos e culturais das LEs que se dedicam a aprender (BRAMMETS & CALVERT, 2003).

Segundo Vassallo e Telles (2009:21), a aprendizagem de línguas estrangeiras via tandem compreende um contexto colaborativo, autônomo e recíproco de aprendizagem fundamentado por regras e acordos comuns, cujas atividades são realizadas por meio de sessões bilíngues frequentes com finalidades didáticas. Os autores ressaltam ainda o caráter de socialização e individualização da atividade, uma vez que os aprendizes são responsáveis por determinar o que querem aprender de acordo com suas necessidades e objetivos particulares, mas o fazem em conjunto.

Nesse sentido, ao se engajarem na aprendizagem de LEs via TTD ou TTDii, os parceiros têm como objetivos: i) melhorar sua comunicação na língua alvo, ii) conhecer melhor o parceiro, iii) aprender sobre um novo contexto cultural e iv) beneficiar-se do conhecimento e experiência de seu parceiro. Para tanto, os praticantes de TTD devem se comprometer a respeitar três princípios norteadores desse contexto de aprendizagem, a saber: reciprocidade, bilinguismo e autonomia (TELLES, 2006).

Em ambas as modalidades, o princípio da reciprocidade diz respeito à interdependência mútua entre os parceiros que gera a necessidade de igual comprometimento para que ambos possam beneficiar-se de maneira semelhante da atividade. De acordo com Vassallo e Telles (2009) o referido princípio promove a autoestima dos aprendizes e os coloca em uma posição de simetria entre as funções de receber e oferecer auxílio em momentos alternados.

Brammerts (2003), Kotter (2003), Schwienhorst (1998) e Souza (2006) propõem que os parceiros devem manter o compromisso de disponibilizar a mesma quantia de tempo para a prática de cada uma das línguas envolvidas: “ cada participante da parceria tandem deve comprometer-se a usar a língua estrangeira, da qual ele é aprendiz, e sua língua materna, em proporções iguais” (Souza, 2006:259). Contudo, Brammerts e Calvert (2003) defendem que, apesar de a colaboração entre os parceiros tandem ser imprescindível, isso não implica terem

os mesmos objetivos de aprendizagem.

O segundo princípio direcionador das atividades de aprendizagem de LEs via TTD TTDii é o bilinguismo, que, por sua vez, propõe a separação das línguas para que sejam igualmente praticadas. Vassalo e Telles (2009) afirmam que esta diretriz se constitui em fator relevante para que os parceiros sejam desafiados a praticar a língua alvo, ainda que o uso da língua de proficiência resolvesse as dificuldades comunicativas de maneira mais rápida e fácil.

O terceiro e último princípio é a autonomia e se refere ao fato de que cada um dos parceiros é responsável pelo seu próprio desenvolvimento, ou seja, cada um dos interagentes decide o que, como e quando quer aprender e que tipo de auxílio necessita (BRAMMERTS, 2003). Segundo Vassalo e Telles (2009), cabe a cada um dos aprendizes assumir a responsabilidade pelo seu próprio processo de aprendizagem de língua estrangeira.

Diversos autores se empenharam em estudar a questão da autonomia em relação aos sentidos a ela atribuídos no contexto de aprendizagem tandem. Schwienhorst (1998) e Panichi (2002), por exemplo, relacionam autonomia à capacidade para reflexão crítica, tomada de decisão e ação independente dos aprendizes nesse contexto. Já Souza (2006), enfatiza a responsabilidade dos mesmos na delimitação dos objetivos e dos métodos para alcançá-los. Kotter (2003) e Little (2003) salientam a capacidade e o desejo de agir independentemente e em cooperação com o outro.

Vassalo e Telles (2009) e Brammerts (2003) afirmam que os interagentes são livres para decidir o que querem aprender da língua alvo via tandem e como querem fazê-lo. Os mesmos possuem a liberdade para tomar decisões sobre os encontros, sobre o processo de aprendizagem, de oferecimento de feedback e também sobre o assunto da interação. Cada parceiro é responsável pelo seu próprio processo de aprendizagem, ou seja, cada um dos dois membros da parceira decide o que quer aprender, de que maneira gostaria de fazê-lo e que tipo de suporte necessita para isso.

Assim como os princípios da reciprocidade e bilinguismo, o princípio da autonomia também é compartilhado entre as modalidades TTD e TTDii, mas pode sugerir diferentes interpretações conforme o contexto, uma vez que as atividades se diferenciam em relação aos tipos de amparo pedagógico aos participantes, atividades avaliativas e temas sugeridos ou livres para as interações. Na atividade de TTD os interagentes negociam todos os aspectos referentes à organização da parceria e podem ou não contar com o apoio de um professor mediador (SALOMÃO, 2010) se assim o desejarem. Nesse caso, cabe ao mediador discutir as dificuldades apresentadas pelos aprendizes e sugerir leituras teóricas para que juntos reflitam

sobre alternativas para solucionar os problemas encontrados. Já na atividade de TTDii, os discentes devem reportar-se ao professor da disciplina (língua portuguesa, no lado americano e língua inglesa, no lado brasileiro). Além disso, a assiduidade nos encontros é obrigatória, bem como a produção e correção de textos escritos vinculados aos temas estudados nas disciplinas presenciais.

Conforme discutido até o presente momento, é possível afirmar que as modalidades de TTD e TTDii compartilham suas bases teóricas, mas se diferenciam quanto a sua organização (ARANHA & CAVALARI, 2014; ARANHA, 2014; CAVALARI & ARANHA, no prelo). A modalidade de Teletandem Institucional Integrado, já contemplada em Brammerts (1996), se caracteriza como as parcerias realizadas dentro de instituições que as reconhecem como atividades que fazem parte do curso sendo, portanto, obrigatórias. Essa outra modalidade passou a ser adotada pelos professores do Laboratório de Teletandem de São José do Rio Preto a partir de 2011.

Segundo Aranha e Cavalari, (2014) e Cavalari e Aranha (no prelo) as características distintivas do contexto de TTDii em relação ao contexto de TTD envolvem em linhas gerais questões referentes ao local e horário de realização das interações, bem como a sugestão de temas e atividades a serem desenvolvidos pelos interagentes e avaliados pelos professores regentes das disciplinas.

Ao contrário das atividades de Teletandem realizadas por meio de parcerias independentes, que são desenvolvidas nos locais e horários considerados mais convenientes pelos parceiros, as sessões de Teletandem Institucional Integrado são realizadas no horário da aula de língua estrangeira. Para esta finalidade, os alunos brasileiros interagem no Laboratório Teletandem da UNESP-Rio Preto com a presença do professor regente da disciplina e com o apoio de monitores, responsáveis por ajudar a resolver possíveis problemas técnicos, além de orientar os aprendizes a respeito das formas de gravação dos arquivos gerados.

Dessa forma, os professores responsáveis pelos dois grupos de aprendizes organizam um calendário semestral de interações que em média tem a duração de oito semanas. Nesse período, cabe aos estudantes não somente a participação nas interações, como também a produção de textos escritos na língua alvo conforme temas determinados pelo professores regentes ligados aos seus programas de ensino. Esses temas elencados pelos professores regentes servem de “gatilho” para a interação e posteriormente para o trabalho escrito, que é enviado ao parceiro com antecedência, para que este possa detectar e corrigir os problemas linguísticos dos seus parceiros.

Se comparados, portanto, os contextos de TTD e TTDii pode-se observar que nas

parcerias independentes as responsabilidades dos interagentes são estabelecidas pelos próprios parceiros e podem ou não envolver temas e atividades previamente determinadas, bem como a avaliação das mesmas e oferecimento de feedback aos parceiros. Já no TTDii, esses elementos são componentes do processo em uma modalidade específica de aprendizagem de línguas estrangeiras via Teletandem.

Além dos elementos distintivos já mencionados entre as duas modalidades supracitadas, cumpre atentar para a questão da coleta de dados nos contextos de TTD e TTDii. Nas parcerias independentes de TTD, os dados eram coletados isoladamente apenas nas parcerias em que os aprendizes ou professores mediadores estivessem ligados às pesquisas nesse contexto. Para o estudo da atividade TTDii, por outro lado, as interações e os textos produzidos pelos interagentes brasileiros e americanos ao longo de oito semanas são armazenados, constituindo-se em um grande corpo de dados.

Justamente em virtude das diferenças entre as dinâmicas teóricas e organizacionais das atividades de TTD e TTDii, os dados gerados em ambas as modalidades possuem também alguns pequenos traços distintivos, em relação à i.) adoção das produções textuais de maneira sistemática como elemento inerente à atividade, e não opcional como nas parcerias de TTD; e ii.) coleta de dados realizada de maneira sistêmica entre todos os participantes de TTDii.

Acreditamos que discutir sobre esse aspecto seja bastante relevante não apenas para reforçar as diferenças entre as modalidades de TTD e TTDii, mas também para mostrar que a construção deste banco de dados se deu a partir dos desafios encontrados quando a atividade de TTDii passou a ser prioritariamente desenvolvida no contexto em que atuamos.

Tipos de dados coletados

O trecho subsequente tem o objetivo de discutir sobre a natureza dos dados coletados para posteriormente descrever como se deu a construção do banco de dados das atividades de TTDii no laboratório Teletandem de São José do Rio Preto.

Interações

A conversa entre os participantes da atividade de Teletandem, seja TTD ou TTDii, realizada por vídeo conferência e gravada em áudio e vídeo, atribuímos o nome de interações. Trata-se de uma fonte de dados de fundamental importância nas pesquisas sobre língua oral e aprendizagem mediada por videoconferência, pois permite que o pesquisador visualize todos

os elementos que contribuíram ou dificultaram as trocas linguísticas entre os aprendizes, como os mesmos se organizaram para fazê-lo, incluindo suas ferramentas e estratégias, além da linguagem que efetivamente utilizaram.

Questionários

Outra fonte de geração de dados, característica de ambas as modalidades, diz respeito aos questionários atribuídos aos interagentes em momento anterior e posterior a sua participação na atividade de Teletandem. Em geral, requer-se que os aprendizes reflitam sobre suas expectativas e objetivos para a atividade de Teletandem e, após a experiência, sobre as contribuições da mesma para seu desenvolvimento linguístico e cultural.

Diários

Há também a produção de diários das interações com a finalidade de refletir sobre as características e impressões de cada um dos encontros realizados, de maneira geral os mesmos são direcionados por roteiros reflexivos elaborados por professores e pesquisadores. Na atividade de TTDii, especificamente, os aprendizes são responsáveis por postar seus diários reflexivos em uma plataforma eletrônica, utilizada como uma ferramenta de apoio às atividades de TTDii, intitulada Teleduc¹, compartilhando-os apenas com os formadores, e não com todos os demais membros do grupo.

Chat

Os registros do uso de chat por aprendizes de línguas via Teletandem se constituem em ferramenta importante para verificar quais recursos os participantes usam quando as habilidades de produção e compreensão oral são insuficientes, ou seja, situações nas quais existem carências comunicativas e o chat é utilizado com o intuito de superá-las.

Especificidade dos dados coletados na atividade de TTDii: Produção de Textos

Os instrumentos de geração e coleta de dados apresentados na seção anterior são bastante semelhantes entre os contextos de TTD e TTDii, apresentando apenas a diferença de que a modalidade de TTDii contempla a coleta sistêmica que é realizada entre todos os

¹ www.teleduc.unesp.br

participantes do grupo. Há, no entanto, um instrumento que pode ser considerado um dos pontos distintivos entre as modalidades de TTD e TTDii e diz respeito à atribuição de tarefas aos interagentes de Teletandem. Salienta-se também que outros contextos podem gerar diferentes dados, mas a proposta aqui apresentada pode ser usada para armazená-los.

Na situação do Teletandem Institucional não Integrado, os participantes devem decidir juntos sobre a adoção ou não de tarefas, cuja realização se daria nos intervalos das interações, e sobre sua discussão durante as mesmas. Todavia no caso do contexto de Teletandem Institucional Integrado essas atividades não são opcionais, mas sim compulsórias. Os participantes produzem textos relacionados aos conteúdos das aulas de LE, previamente elaborados pelos professores dos grupos brasileiro e estrangeiro. Os interagentes são então encarregados de enviá-los aos seus parceiros que, por sua vez, são responsáveis por corrigi-los. As observações e correções desses textos são realizadas pelos interagentes no encontro subsequente. Essa atividade de produção textual na atividade de TTDii tem como objetivo não apenas o desenvolvimento da habilidade escrita, como também fornecer insumo para as discussões durante a interação. Nem sempre a correção linguística é o foco, mas também questões culturais advindas dos trabalhos escritos.

O quadro a seguir resume as discussões realizadas sobre os principais instrumentos de coleta de dados nos contextos de TTD e TTDii:

Instrumento de coleta de dados	Descrição	Contexto de ocorrência	
Interações	Conversa entre os participantes da atividade de Teletandem, realizada por vídeo conferência e gravada em áudio e vídeo;	TTD	TTDii
Questionários (Inicial e final)	Perguntas para que os aprendizes reflitam sobre suas expectativas e objetivos para a atividade de Teletandem e, após a experiência, sobre as contribuições da mesma para seu desenvolvimento linguístico e formação profissional.	TTD	TTDii
Diários	Relatos dos aprendizes refletindo sobre a experiência de aprender línguas estrangeiras via Teletandem.	TTD	TTDii
Chat	Espaço de apoio aos aprendizes quando as habilidades de produção e compreensão oral são insuficientes para a comunicação, situações nas quais se utiliza também a linguagem escrita.	TTD	TTDii
Textos escritos	Produção textual sistemática e obrigatória de conteúdos relacionados às aulas de LE, elaborados conjuntamente entre os professores dos grupos brasileiro e estrangeiro. Objetiva não apenas o desenvolvimento da habilidade escrita, como também fornecer insumo para as discussões durante a interação. Contempla também questões culturais advindas da interação entre os parceiros.	TTDii	

Quadro 1. Características e ocorrência de dados tipicamente gerados nas pesquisas sobre aprendizagem de LEs via TTD

Por fim, cumpre enfatizar que as considerações tecidas neste trabalho não presumem a uniformidade ou a homogeneidade das características dos dados coletados em TTD e TTDii em possíveis outros contextos, não tendo, portanto, o objetivo de normatizar os aspectos aqui apresentados. Trata-se tão somente da observação de aspectos característicos de cada uma dessas modalidades.

Dessa forma, diante da transição da realização prioritária das atividades de TTD para TTDii, nossa equipe de pesquisadores em aprendizagem de LEs via Teletandem identificou a necessidade de buscar formas alternativas de organizar e armazenar o grande volume de dados, envolvendo interações, questionários, diários, chat e textos escritos. As reflexões acima nortearam, portanto, o processo de construção desse banco de dados, cujo detalhamento metodológico será desenvolvido no item subsequente.

Relatando a experiência da criação de um banco de dados no contexto de TTDii

A coleta e organização dos dados foi desenvolvida pela equipe de pesquisadores do laboratório Teletandem de São José do Rio Preto, a saber: professores formadores, discentes de iniciação científica, mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos do programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos/ Linguística Aplicada, interessados na investigação sobre a aprendizagem de línguas estrangeiras neste ambiente de trocas linguísticas e culturais.

Na tentativa de organizar os dados, para que os atuais e os futuros pesquisadores interessados nos diferentes aspectos do contexto pudessem ter acesso, elaboramos uma estruturação arbórea, que pode ser entendida como uma categoria ontológica. Em linhas gerais, as categorias ontológicas são: “subdivisões de um sistema de classificação utilizadas para catalogar conhecimento, por exemplo, em uma base de dados” (ZAVAGLIA, 2009)

Consideramos, pois, a atividade de Teletandem como um sistema no qual são produzidos vários textos, que são subdivididos e classificados de acordo com sua natureza. Para que esses textos possam fazer sistematicamente parte de um banco, foi necessária a elaboração de uma ontologia, para que esses dados pudessem ser conceitualizados como tal.

Para Gruber (1993), ontologias compartilham e reutilizam o conhecimento de mundo. Com efeito, segundo o autor: “o termo ontologia significa uma especificação de conceitos, isto é, uma ontologia é uma descrição formal dos conceitos e das relações existentes entre estes em um determinado domínio” (apud Braga et al., 2002). Ainda segundo Gruber: “uma ontologia é uma especificação explícita de uma conceitualização” (1993, p.1). Dessa maneira, inferimos que “conceitualização” é a palavra chave para a representação do conhecimento de maneira formal. (ZAVAGLIA, 2009)

Como descrito acima, cada turma, de aproximadamente 15 alunos, interage com o parceiro durante 8 semanas ao longo do semestre. Após cada interação feita por Skype e gravada, atualmente, por meio de um programa instalado em todos os computadores do laboratório, o *Evaer*², cada aluno a coloca em uma pasta com seu nome na área de trabalho da máquina na qual interage. Toda semana o mesmo aluno usa a mesma máquina. Após a interação, é requisitado que cada aluno escreva um diário reflexivo sobre o que aprendeu durante a experiência, quais informações achou relevante, seu processo de compreensão da cultura do outro, entre outros inúmeros assuntos possíveis. Em seguida, é feito um *upload* desse diário na plataforma de aprendizagem TELEDUC (<http://prograd.ead.unesp.br>). Além disso, é solicitado aos alunos que façam o *upload* do primeiro texto enviado ao parceiro, das correções por ele feitas e da refacção do texto após discussão durante a interação.

Depois desse processo ao longo das oito semanas, estagiários do projeto são responsáveis por transferir todos os dados armazenados nos computadores do laboratório para um HD externo. Essa transferência é feita por meio de uma rede que conecta todos os computadores do laboratório. No HD externo encontra-se um conjunto de pastas (arquivos de texto, salvos em documentos de Word, documentos digitalizados e arquivos de vídeo, que consistem na gravação de áudio e vídeo das interações feitas por *Skype*), e dentro desse conjunto de pastas há uma divisão, que tem como objetivo organizar os diferentes tipos de arquivos gerados pelos interagentes durante as interações em Teletandem.

Os dados são armazenados de acordo com o ano no qual foram produzidos, ou seja, há um sistema de armazenamento específico para os dados gerados em cada ano. Por exemplo, durante o ano de 2011, os alunos não respondiam a um questionário referente à sua experiência com as interações em Teletandem, os diários eram a única forma pela qual era possível saber como se dava a experiência do aluno em ambiente Teletandem. Já os alunos que participaram do Teletandem no ano de 2012 respondiam a dois questionários, um no início do período de interações e um no final. Portanto, dizer que em cada ano há um sistema de armazenamento específico significa que, com o aperfeiçoamento do processo no qual as interações ocorrem, pode ser que de um ano para o outro sejam gerados alguns dados extras, o que explica a existência de uma pasta destinada aos questionários somente para o ano de 2012 dentro do banco de dados.

Após o gerenciamento ser feito de acordo com o ano no qual foram produzidos, esses mesmos dados passam por um processo de organização mais específico. Eles são

² www.evaer.com

armazenados em uma subpasta com o nome da universidade brasileira e da universidade estrangeira com a qual foi estabelecida a parceria, que possibilitou as interações entre os alunos e, conseqüentemente, a geração de tais dados. Posteriormente, todos os arquivos gerados pelos diferentes tipos de dados são divididos em categorias, cada uma delas com uma finalidade de registro.

As pastas *Interações* contêm somente arquivos de vídeo, que são resultantes de gravações das interações feitas por *Skype*. Nesta pasta temos algumas outras divisões, tais como: *Interações com aproveitamento* e *Interações sem aproveitamento*. São consideradas *Interações com aproveitamento* aquelas nas quais áudio e vídeo estão em perfeito estado, e aquelas nas quais os dois interagentes assinaram o termo de compromisso autorizando o acesso a esses dados. São consideradas *Interações sem aproveitamento* aquelas nas quais áudio ou vídeo estão prejudicados de alguma forma, como por exemplo, interações que contêm somente o vídeo, sem nenhum áudio, e também aquelas que não possuem termos de compromisso assinado por pelo menos um dos interagentes.

As pastas *Diários* contêm apenas arquivos de texto. Esses arquivos possuem como objetivo principal relatar as experiências dos alunos durante o processo de interação em Teletandem. Por meio dos Diários é possível saber sobre os temas que foram discutidos em cada interação, como se estabeleceram os contatos iniciais entre os interagentes e como eles se relacionaram durante o período de interação em Teletandem.

Os textos produzidos ao longo de oito semanas têm como objetivo não só verificar a produção escrita de cada interagente em língua estrangeira, mas também guiar as interações nas quais os interagentes discutem os textos. É importante dizer que todos os textos produzidos pelos interagentes são submetidos a uma correção, feita pelo seu parceiro, que é falante nativo da língua na qual o texto foi produzido, portanto, os interagentes brasileiros corrigem as redações em português dos interagentes norte-americanos, e os interagentes norte-americanos corrigem as redações em inglês dos interagentes brasileiros. As pastas *Redações* também contêm somente arquivos de texto. Esses arquivos de texto são referentes às redações produzidas pelos interagentes, tanto brasileiros como estrangeiros. Dentro das pastas *Redações* há um grupo de subpastas que indica em qual categoria cada arquivo deve ficar. As redações são divididas de acordo com o idioma na qual foram produzidas - Português ou Inglês - e após essa divisão, são novamente subdivididas de acordo com sua versão correspondente: *Redações originais*, *Redações corrigidas* e *Redações reescritas*. As pastas *Chats* também contêm apenas arquivos de texto. Tais arquivos possuem as informações referentes ao registro escrito de cada uma das interações, pois durante uma interação os alunos

têm como uma das ferramentas a opção de escrever uma mensagem ao seu parceiro. Já as pastas *Questionários* contêm arquivos de texto com informações sobre as impressões dos alunos sobre o processo de interação em Teletandem.

No início do período de interações, os interagentes recebem um documento que esclarece a finalidade do registro dos dados gerados no laboratório. Autorizar ou não o uso de tais dados é opcional e os alunos são devidamente orientados desde o início. As pastas *Informações/Termos de compromisso* contêm os documentos digitalizados que autorizam a utilização dos dados gerados durante as interações em Teletandem, tais documentos, como dito anteriormente, são devidamente assinados pelos interagentes.

Dentro de cada uma dessas pastas mais específicas, existe um conjunto de outras pastas que possui o número de cada usuário. Esse conjunto de subpastas é organizado em ordem crescente, no qual o interagente brasileiro que ocupar o computador de número 1 será o usuário unespripreto01 no Skype, e conseqüentemente, o usuário 1 dentro da organização dos dados.

Dessa forma, conforme mencionado anteriormente, é solicitado aos discentes que efetuem a gravação dos dados após cada interação. Para isso, os professores orientam como fazê-lo e essas instruções também são afixadas nas cabines ao lado dos computadores para que os alunos possam recordar os códigos para a nomeação dos diferentes tipos de arquivos, caso se esqueçam das instruções recebidas.

Os códigos para nomear os arquivos compreendem inicialmente o número da sessão de TTDii ou redação a ser armazenada. Posteriormente, pede-se que o aluno indique o tipo de dado em questão (gravação de interação, chat, redações originais, revisadas ou reescritas, diários reflexivos ou questionários). Finalmente, solicita-se o número do participante, que corresponde ao número do computador que utiliza. Ou seja, a notação 7GRAVIQUI se refere à sétima interação do interagente usuário do computador 1 pertencente ao grupo de TTDii de quinta-feira, conforme o quadro:

1. Número da sessão de TTDii ou da redação
2. Tipo de dado <i>GRAV</i> – gravação em áudio e vídeo da interação <i>CHAT</i> – transcrição do chat <i>REDO</i> – redação original (<i>REDOp</i> – redação em língua portuguesa / <i>REDOi</i> – redação em língua inglesa) <i>REDREV</i> – redação revisada <i>REDRE</i> – redação revisada

<i>DR – diário reflexivo</i>
<i>QI/QF – questionário inicial e final</i>
3. Número do participante (ou seja, o número do computador onde o mesmo interage + o dia da semana em que o faz).

Quadro 2. Nomenclatura adotada para padronizar a gravação e armazenamento de dados.

Essa organização, feita por meio de subpastas organizadas em ordem crescente, justifica-se pelo fato de que no laboratório Teletandem existem 18 computadores, e por uma questão de gerenciamento e manutenção dessas máquinas, a cada um dos computadores é atribuído um número. Logo, a cada semestre, temos uma quantidade de dados realmente abrangente para pesquisas em Linguística Aplicada.

Isso posto, a organização do banco de dados efetivamente se deu da seguinte maneira: de uma pasta inicial intitulada *Teletandem Institucional Integrado* partem subpastas, nomeadas conforme o ano de ocorrência das atividades de TTDii. Em virtude de dificuldades de espaço para ilustrar todo o conteúdo do banco de dados, apresentamos apenas a organização dos dados referentes aos anos de 2011 e 2012, como estrutura representativa de também dos demais anos 2013 e 2014 (em andamento).

Seguindo-se às pastas das atividades de 2011 e 2012, há a divisão de mais duas subpastas, referentes aos semestres 1 e 2. A partir da divisão semestral, são efetivamente apresentados os dados, conforme a natureza dos mesmos. Há, contudo, uma diferença relevante entre os dados do ano de 2011 e 2012. Em 2011 não há subpasta Chat, pois esses registros ainda não eram coletados. Assim, as subpastas das atividades de 2011 contemplam os diários, as interações, as redações e os termos de compromisso. Já as subpastas das atividades de 2012 incluem os mesmos dados, além dos registros do uso do *Chat*.

Observemos a organização ontológica dos dados:

1 -- Teletandem Institucional Integrado

1.1- Atividades desenvolvidas em 2011(UNESP-UGA)

1.1.1 Primeiro Semestre (2011/1)

1.1.1.1 -- diários

1.1.1.2 -- Interações

1.1.1.3 -- redações

1.1.1.4 -- termos de compromisso

1.1.2 -- Segundo Semestre (2011/2)

1.1.2.1 -- diários

1.1.2.2 -- interações

1.1.2.3 -- redações

1.1.2.4 -- termos de compromisso

1.2 - Atividades desenvolvidas em 2012(UNESP-UGA)

1.2.1 --Primeiro Semestre (2012/1)

1.2.1.1 -- diários
 1.2.1.2 -- interações
 1.2.1.3 -- redações
 1.2.1.4 -- chat
 1.2.1.5 -- termos de compromisso

1.2.2 -- Primeiro Semestre (2012/1)
 1.2.2.1 -- diários
 1.2.2.2 -- interações
 1.2.2.3 -- redações
 1.2.2.4 -- chat
 1.2.2.5 -- termos de compromisso

Ainda nos baseando no argumento de que nos faltaria espaço para explicitar a organização de todas as subpastas, nos propomos a apresentar apenas as organizações distintas, uma vez que algumas pastas (ainda que contenham dados de natureza distinta) possuem organização idêntica.

Mais especificamente, afirmamos que há dois tipos de organização das subpastas dos dados: a organização das subpastas *Diários /Interações/ Chat/ Termos de compromisso* (todas com organização idêntica) e a organização da subpasta de *Redações*, que se distingue daquelas. Dessa forma, apresentamos, a seguir, a organização da pasta *Interações* como exemplo das demais pastas do primeiro grupo, e a organização da pasta *Redações*.

Diários /Interações/ Chat/ Termos de compromisso	Redações
--	----------

Quadro 3. Categorias de dados separados por semelhante organização no interior de suas subpastas

Tomemos, por exemplo, a Subpasta Interações A mesma se divide em outras duas subpastas referentes ao grupo que realizou atividades de Teletandem às terças e ao grupo que as realizou às quintas-feiras. A partir desse nível, há uma subdivisão por cada um dos dezoito usuários de cada grupo. Finalmente dentro das pastas de cada usuário estão as gravações das interações de cada aprendiz realizadas ao longo do semestre em questão.

1.1- Atividades desenvolvidas em 2011(UNESP-UGA)

1.1.1 Primeiro Semestre (2011/1)

1.1.1.2 -- Interações

1.1.1.2.1 -- Grupo terça-feira

1.1.1.2.1.1 – Usuário 01
 1.1.1.2.1.2 – Usuário 02
 1.1.1.2.1.3 – Usuário 03
 1.1.1.2.1.4 – Usuário 04
 1.1.1.2.1.5 – Usuário 05
 1.1.1.2.1.6 – Usuário 06
 1.1.1.2.1.7 – Usuário 07
 1.1.1.2.1.8 – Usuário 08
 (E assim por diante)

1.1.1.2.2 -- Grupo Quinta

1.1.1.2.2.1 – Usuário 01
 1.1.1.2.2.2 – Usuário 02
 1.1.1.2.2.3 – Usuário 03
 1.1.1.2.2.4 – Usuário 04
 1.1.1.2.2.5 – Usuário 05
 1.1.1.2.2.6 – Usuário 06
 1.1.1.2.2.7 – Usuário 07
 1.1.1.2.2.8 – Usuário 08
 (E assim por diante)

As pastas redações, por sua vez, têm uma organização distinta das demais.

1 -- Teletandem Institucional Integrado

1.1- Atividades desenvolvidas em 2011(UNESP-UGA)

1.1.1 Primeiro Semestre (2011/1)

1.1.1.3 -- redações

1.1.1.3.1 -- Redações em Inglês

1.1.1.3.1.1 -- Redações Grupo Terça

1.1.1.3.1.2 -- Redações Grupo

Quinta

1.1.1.3.2 -- Português

1.1.1.3.2.1 -- Redações Grupo Terça

1.1.1.3.2.2 -- Redações Grupo

Quinta

Tomemos como exemplo apenas as redações em inglês do Grupo Terça, cuja subpasta é organizada de maneira idêntica nos demais grupos e nas subpastas intituladas em inglês e português. Como explicitado anteriormente, da pasta *Redações* partem duas ramificações referentes à separação dos textos em inglês e português. Dessas ramificações, por sua vez, há dois grupos: os que realizam atividades de TTDii nas terças-feiras e aqueles que o fazem nas quintas-feiras de um determinado semestre, no caso do exemplo ilustrativo apresentado a seguir, o primeiro semestre de 2011. A pasta *Redações Grupo Terça* é então subdivida nos seus dezoito usuários. Cada uma dessas dezoito subpastas de usuários é novamente subdividida para receber as redações originais, revisadas e reescrita de cada um dos participantes de TTDii, como é possível visualizar no esquema a seguir:

1.1.1.3 -- redações

1.1.1.3.1 -- Redações em Inglês

1.1.1.3.1.1 -- Redações Grupo Terça

1.1.1.3.1.1.1 – Usuário 01

1.1.1.3.1.1.1.1—Redações Originais

1.1.1.3.1.1.1.2—Redações Revisadas

1.1.1.3.1.1.1.3—Redações Reescritas

1.1.1.3.1.1.2 – Usuário 02

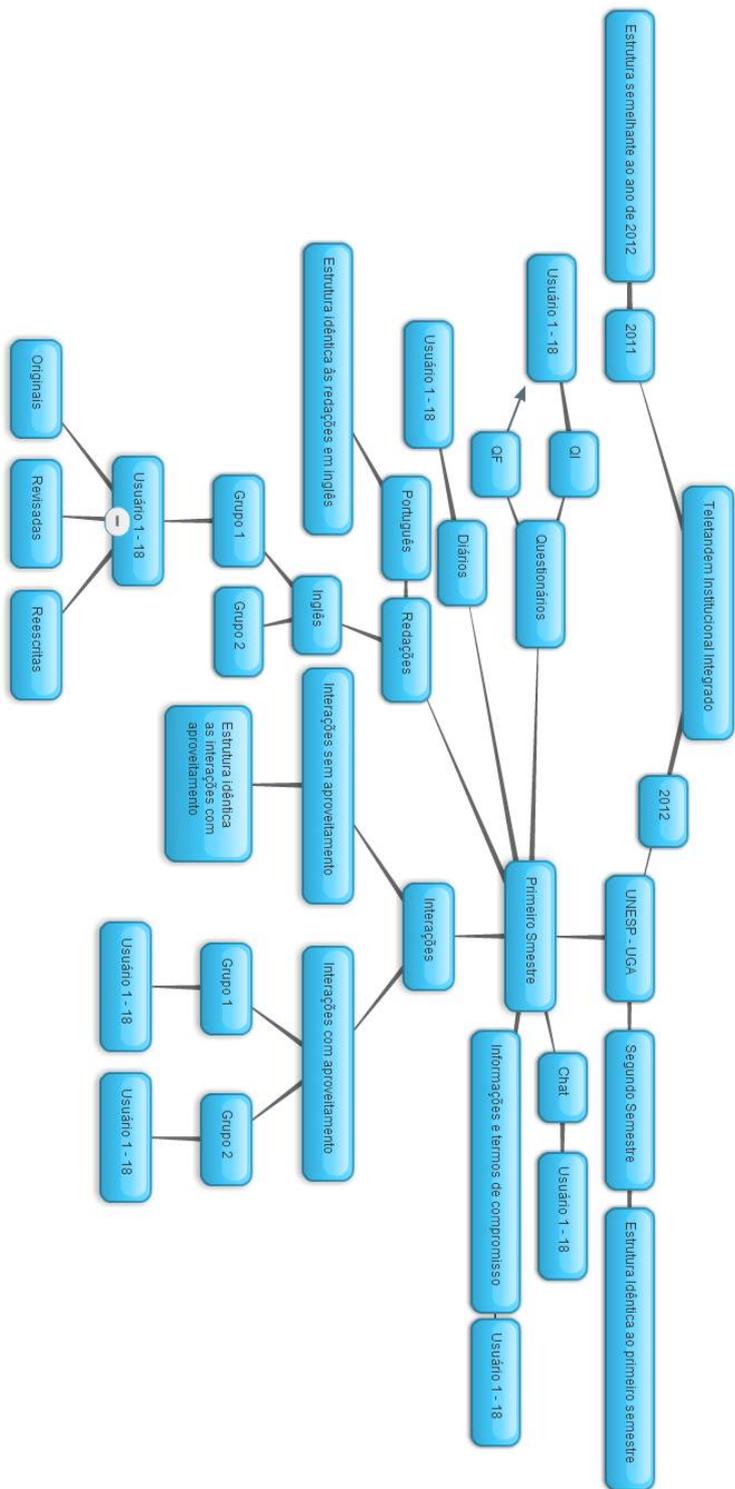
1.1.1.3.1.1.2.1-- Redações Originais

1.1.1.3.1.1.2.2-- Redações Revisadas

1.1.1.3.1.1.2.3 – Redações Reescritas

(E assim por diante).

Uma vez explicitados todos os elementos que compuseram a construção do referido banco de dados das atividades de TTDii nesse contexto, apresentamos, a seguir, a representação arbórea desses dados, disponíveis para pesquisas no Laboratório de Teletandem de São José do Rio Preto.



Considerações finais

A transição das atividades de TTD para TTDii se deu por necessidades advindas da parceria firmada entre a UNESP e uma universidade norte-americana para a prática das línguas portuguesa e inglesa via Teletandem e de forma integrada ao currículo. Esse novo contexto gerou dinâmicas organizacionais diferenciadas, que, por sua vez, criaram a necessidade de adaptação da equipe de pesquisadores e monitores em relação às ações de suporte a essas atividades, entre elas a organização e armazenamento de uma grande quantidade de dados gerados e estes, por sua vez, tendo algumas características distintas daqueles coletados da atividade de TTD que até 2010 era prioritariamente desenvolvida no contexto em que atuamos.

Nesse sentido, o presente artigo descreveu o processo de construção do banco de dados das atividades de TTDii, à luz das reflexões tecidas entre os pesquisadores de TTD/TTDii sobre as especificidades do novo contexto que justificaram e determinaram as características do banco de dados. Acreditamos que o presente empenho para a criação dessa base de dados permitirá que outros estudos sejam realizados, tendo como foco tanto elementos específicos do processo de aprendizagem de LEs via TTDii, como análises sistêmicas a respeito do funcionamento coletivamente sustentado de várias parcerias que realizam a atividade de aprendizagem de TTDii concomitantemente.

¹ Usamos aqui o termo “interação” como entendido no âmbito do Projeto Teletandem Brasil (Telles, 2006), ou seja, a troca por Skype (neste trabalho) de assuntos relacionados a determinados temas com propósito de aprendizagem da língua estrangeira.

² O Projeto Teletandem Brasil tem dois laboratórios de Teletandem em dois campi da UNESP: Assis e São José do Rio Preto.

³ As questões sobre autonomia no TTDII são pormenorizadamente tratadas em Cavalari e Aranha (2014)

⁴ Um dos problemas pertinentes a esta modalidade é o calendário escolar nos dois países, que precisa ser ajustado para atender às necessidades dos alunos de ambas as instituições.

Referências

ARANHA, S. **Os gêneros e as interações em Teletandem Insititucional Integrado: quais são,**

como são, o que são. Anais do VII Simpósio Internacional de Estudo de Gêneros Textuais: Os gêneros textuais/discursivos nas múltiplas esferas da atividade humana. Fortaleza: Edições UFC, 2014, v.1

ARANHA, S. Os gêneros na modalidade de Teletandem institucional integrado: a primeira sessão de interação In: **Gêneros de texto/discurso e os desafios da contemporaneidade.** 1 ed. Campinas : Pontes, 2014, v.1, p. 97- 120.

ARANHA, S; TELLES, J. **Os gêneros e o projeto Teletandem Brasil: relação entre compartilhamento e sucesso interacional.** In: Anais do SIGET, Natal, 2011.

ARANHA, S.; CAVALARI, S.M.S, **A trajetória do projeto Teletandem Brasil: da modalidade institucional não integrada à institucional integrada.** The Specialist (PUCSP). , v.35, p.70 - 88, 2014.

BENEDETTI, A.M., LUVIZARI-MURAD, L., Componentes e dinâmicas organizacionais de uma parceria para a aprendizagem de português e alemão via Teletandem. **Revista Norteamentos**, ed.12, 2013.

BRAMMERTS, H. **Language Learning in Tandem using the internet.** In: Warschauer, M. (ed) Telecollaboration in foreign language learning. Manoa: University of Hawai'i Press, 1996, pp 121-130.

BRAMMERTS, H. Autonomous language learning in tandem. In LEWIS, T.; WALKER, L. (Eds.) Autonomous Language Learning In-Tandem. Sheffield, UK: **Academy Electronic Publications.** pp. 27-36, 2003

BRAMMERTS, H., CALVERT, M. **Learning by communicating in tandem.** In: LEWIS, T., WALKER, L. (EDS.) Autonomous Language Learning In-tandem. Sheffield, UK: Academy Eletronic Publications, pp. 45-60, 2003.

CANDIDO, J. Teletandem: **Sessões de orientação e suas perspectivas para o curso de letras.** Dissertação de Mestrado. UNESP – Universidade Estadual Paulista, P.P.G. em Estudos Linguísticos. Orientador: Dr. João A. Telles, 2010.

CAVALARI, S.M.S; ARANHA, S., **Teletandem: integrating e-learning into foreign language classroom** (no prelo).

KOTTER M., Negociation and meaning and code switching in online tandems. **Language Learning and Technology**, v. 7, n.2, pp 145-172, 2003.

LITTLE, D. **Tandem Language Learning and learner autonomy.** In In: LEWIS, T., WALKER, L. (EDS.) Autonomous Language Learning In-tandem. Sheffield, UK: Academy Eletronic Publications, pp. 37-44, 2003.

LUVIZARI-MURAD, L., **Aprendizagem de alemão e português via teletandem: um estudo com base na teoria da atividade.** Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos). São José do Rio Preto: UNESP, 2011.

PANICHI, L. **Tandem learning and language awareness.** Materials from the ALA tandem Workshop, 2002

SALOMÃO, A. C. B. **Gerenciamento e estratégias pedagógicas na mediação dos pares no teletandem e seus reflexos para as práticas pedagógicas dos interagentes.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos. UNESP, 2008.

SALOMAO, A.C.B., **O Processo de mediação no Teletandem**. In: In: BENEDETTI, A.M., CONSOLO, D.A.; ABRAHAO, M.H.V, Pesquisas em ensino e aprendizagem no Teletandem Brasil: línguas estrangeiras para todos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

SOUZA, R. A., **Telecolaboração na aprendizagem de língua estrangeiras: um estudo sobre o regime de tandem**. In: FIGUEIREDO, F.J.Q., (Org.) Aprendizagem Colaborativa de Línguas. Goiânia. Ed da UFG, 2006. p255-276

SOUZA, R. A. **Aprendizagem em Regime Tandem: Uma Alternativa no Ensino de Línguas Estrangeiras OnLine**. In: ARAÚJO, J. C. (Org.) Internet & Ensino. Novos Gêneros, Outros Desafios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

SCHWIENHORST K., **Co-Constructing learning environments and learner identities-language learning in virtual realities**. In: Proceedings of the ED media/ ED telecom, Freiburg, 1998.

TELLES, J. A.; VASSALLO, M. L. Foreign language learning in-tandem: Teletandem as an alternative proposal in CALLT. **The ESPECIALIST**. v.27, n.2, 189-212. 2006.

TELLES, J.A. Teletandem Brasil inicia suas atividades. In: **Teletandem News Boletim mensal do Grupo de Pesquisas TELETANDEM BRASIL - Línguas estrangeiras para todos**. No. 1, maio/2006

TELLES, J.A. **Projeto Teletandem Brasil: Línguas Estrangeiras para Todos - Ensinando e Aprendendo línguas estrangeiras in-tandem via MSN Messenger**. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, 2006. Disponível em: <http://www.teletandembrasil.org/site/docs/TELETANDEM_BRASIL_completo.pdf>

TELLES, J.A., **Teletandem: Um contexto virtual, autônomo e colaborativo para aprendizagem de línguas estrangeiras no século XXI**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

VASSALO, M. L., TELLES, J. A., **Ensino e aprendizagem de línguas em tandem: princípios teóricos e perspectivas de pesquisa** In: TELLES, J.A., (org) Teletandem: Um contexto virtual, autônomo e colaborativo para aprendizagem de línguas estrangeiras no século XXI. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009

ZAVAGLIA, C. **Sistematização crítica em Lexicografia e Lexicologia**. São José do Rio Preto, 2009. 92f. Tese (Livre-docência em Lexicologia e Lexicografia) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

Artigo recebido em: 27.04.2015

Artigo aceito em: 08.07.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

O SIGNO EM TRANSFORMAÇÃO NA TRADUÇÃO DE *OS SERTÕES*

Zelina Márcia Pereira Beato *

Aryadne Bezerra de Araújo **

Resumo: Ao considerar com rigor os dois principais argumentos de Saussure: a arbitrariedade do signo e o processo de significação inserido na lógica da língua como sistema de diferenças, Jacques Derrida compromete o projeto tradutório com a noção de tradução como processo de transformação e não como equivalência de significados. Articulamos aqui uma reflexão que envolve a leitura derridiana do conceito saussuriano de signo e o exame de duas traduções para o inglês d’*Os sertões* de Euclides da Cunha: *Rebellion in the backlands*, de Samuel Putnam, lançada em 1944, e *Backlands: the Canudos campaign*, tradução feita por Elizabeth Lowe e publicada em 2010. Na tentativa de entender o argumento de Derrida que sustenta a noção de tradução como processo criativo, o foco recai sobre os dois títulos d’*Os sertões* em inglês, títulos estes que se diferenciam mesmo se tratando de traduções do que chamamos de um mesmo signo.

Palavras-chave: Signo. Tradução. Transformação. *Os sertões*.

Abstract: Jacques Derrida’s reading of Saussure’s linguistic sign concept brings about commitment of translation project to the concept of this activity as a process which involves changes. That translation notion is fostered in Derrida’s critical reading of two among Saussure’s main arguments: sign arbitrariness and signification process in the logic of language as a system of differences. In this paper we present a discussion on this reading of Saussure’s linguistic sign as well as an analysis on two translations into English of Euclides da Cunha’s *Os sertões* rendered by two different translators: *Rebellion in the backlands*, by Samuel Putnam, launched in 1944, and the new rendering by Elizabeth Lowe launched in 2010, *Backlands: the Canudos campaign*. In order to make clear Derrida’s thought in which the notion of translation as creative process is reinforced, this essay carries out a reflection on both English titles that significantly differ from each other even though they present translations of what is seen as one sign.

Keywords: Sign. Translation. Transformation. Backlands.

Este artigo articula uma reflexão envolvendo a leitura derridiana do conceito saussuriano de signo e as traduções para o inglês d’*Os sertões* produzidas por dois tradutores, Samuel Putnam em 1944, com o título de *Rebellion in the backlands* e Elizabeth Lowe em 2010 que decidiu dar à sua versão o título de *Backlands: the Canudos campaign*. Esse

* Professora Titular na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus-BA, coordenadora do PPG em Letras Linguagens e Representações. Doutora em Linguística Aplicada: Tradução pela UNICAMP. zell.beato@gmail.com.

** Mestranda em Letras: Tradução, Programa de Pós-Graduação Letras Linguagens e Representações, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus-BA. Bolsista Capes. aryadne.araujo@gmail.com

confronto textual é uma tentativa de entender o argumento derridiano que sustenta a noção de tradução como processo de transformação.

O comprometimento do projeto tradutório como processo de transformação proposto por Derrida parte de sua leitura rigorosa dos dois principais argumentos de Saussure: a arbitrariedade do signo e o processo de significação inserido na lógica da língua como sistema de diferenças, isto é, fora da expectativa do significado como presença positiva. Para elaborar essa noção da tradução como processo criativo, as reflexões serão tecidas em torno daqueles dois títulos diferentes que a obra *Os sertões* de Euclides da Cunha recebeu nas suas versões para o inglês. No horizonte da proposta saussuriana de significação inserida numa rede de diferenças em que o valor do signo resulta de sua relação com os outros signos com os quais se relaciona, a percepção de que alguma transformação deve necessariamente ocorrer nessa passagem de um título a outro lança uma questão intrigante: que efeitos de sentido são convocados pelo significante *backlands* ao considerarmos que algo deve necessariamente mudar na medida de sua posição relativa, seja com o termo *rebellion*, seja com a expressão *Canudos campaign*?

O princípio de arbitrariedade do signo e a possibilidade de tradução

O modelo saussuriano de signo é marco fundamental para considerar qualquer possibilidade da tradução, na eventualidade mesma da separação entre suas partes constituintes, significado e significante, dois elementos intimamente unidos, duas faces de uma mesma folha; precaução saussuriana que, paradoxalmente, pode colocar em cheque a possibilidade mesma de sua separação. Ainda assim, pelo princípio da arbitrariedade do signo, o linguista genebrino explica a existência de diferentes línguas e, por consequência, a própria possibilidade de tradução entre elas. Tal princípio sinaliza a ausência de um vínculo significativo no interior do signo; um liame natural que ligue o significante ao significado, ou seja, não há razão alguma que explique a escolha por tal porção acústica para representar determinada ideia. Vale lembrar que essa escolha, apesar de arbitrária, não é feita livremente pelos indivíduos de determinada comunidade linguística, o que inviabilizaria qualquer tentativa de comunicação, mas fruto de uma convenção social cuja data de nascimento não se pode precisar. Como argumenta Saussure, a prova dessa arbitrariedade reside nas diferenças entre as línguas e na própria existência de línguas diferentes. Assim, como adianta o exemplo do Curso de Linguística Geral, não haveria vínculo interior algum que justificasse a

preferência pela sequência sonora *m-a-r* para representar a ideia de *mar*. É nessa arbitrariedade que está a possibilidade de esse mesmo conceito psíquico ser representado pela imagem acústica *s-e-a* da língua inglesa. A tradução residiria, portanto, na permuta entre diferentes significantes de várias línguas representando um mesmo significado que deles permaneceria como referente.

Ao considerar a possibilidade da tradução pela troca de significantes sem uma contrapartida de mesmo valor em relação ao significado, aquele princípio da arbitrariedade acaba por sustentar a ideia da pré-existência de conceitos prioritários ao significante cuja função mais nobre seria meramente sua representação. Assim, no momento exato da troca, quando se apaga um significante e se inscreve outro, o significado permaneceria o mesmo, anterior e soberano ao novo representante. Afirmar a possibilidade de conceitos preexistentes seria legitimar a noção de língua como expressão de ideias originadas no pensamento, noção mesma da qual Saussure tenta marcar seu afastamento quando nega a existência de ideias preestabelecidas, pois “nada é distinto antes do aparecimento da língua” (SAUSSURE, 2006, p. 130).

A concepção de linguagem nessa tradição estruturalista não rompe com o modelo de representação nas entrelinhas do pensamento platônico, especificamente nas tentativas de delimitar o conceito de mimese como imitação das ideias transcendentais. A mimese em Platão funciona como uma imagem, isto é, uma semelhança que não reproduz todas as particularidades do objeto. O representado se apresenta ao mundo das formas, das ideias perfeitas e imutáveis para conhecimento verdadeiro. O mundo sensível, finito e sujeito a mudanças, o nosso mundo, tem acesso às ideias imutáveis através do movimento mimético, da representação por meio de uma imagem que falseia sua presença. Para o filósofo grego, a linguagem é mimese que produz imagens pelo discurso. Essas imagens tanto podem enganar, como o faz a linguagem poética, como podem representar fielmente as essências do mundo ideal. Mesmo que se queira admiti-lo como imagem fiel, qualquer discurso é imitação e, nesse sentido, não carrega em si o saber real, dele se aproxima sem, no entanto, tocá-lo.

Quando, nessa concepção de mimese, o nome é definido como uma imagem do objeto representado que com ele mantém não mais que uma relação de semelhança (CAIMI, 2002/2003), torna-se inegável que a ciência linguística recebeu sua herança da noção de linguagem e representação em Platão, principalmente quando retomamos o conceito de signo e a relação entre suas partes constituintes: significado e significante. O segundo como a imagem (acústica) do primeiro no mundo sensível, isto é, a mimese da face inteligível, a representação do conceito ou da ideia.

Nessa perspectiva, somos levados a considerar que qualquer discurso já supõe uma primeira tradução: a tradução em palavras de ideias presentes na inteligibilidade, na consciência, no *logos* ou, metaforicamente, no mundo imutável e perfeito das formas onde as ideias se guardam da contaminação do mundo sensível. Uma vez que toda tradução pressupõe um ponto de partida, o discurso – a própria língua em uso – e, conseqüentemente, a linguagem levariam a entender, de antemão, a existência de um significado anterior. Mesmo que Saussure negue a possibilidade de ideias pré-existentes à língua, a definição mesma de signo e o princípio da arbitrariedade que o rege apontam para uma concepção de linguagem que dialoga com a noção platônica de mimese, ou seja, relaciona-se com uma concepção que atribui à linguagem o papel de representar ideias, de se apresentar na forma de uma imagem (acústica) do significado que o traduz. O princípio de arbitrariedade reforça esse papel representativo da língua na medida em que justifica a existência de diferentes nomes em diferentes línguas para uma mesma ideia. O deslocamento desses nomes não produziria qualquer mudança na ideia que expressam.

É, portanto, a própria distinção que fundamenta o conceito de signo, a distinção entre seus dois elementos constituintes, que marca a sua herança logocêntrica, isto é, a herança de uma filosofia que tem como cerne a busca de um suposto conhecimento verdadeiro, de um sentido imutável que habita o *logos*, a razão. A dicotomia significado/significante, como lembra Derrida (2004), só pode ser conservada diante da distinção entre sensível e inteligível, essa distinção marcada na escrita filosófica de Platão. A linguística não foge de uma necessidade referencial a um significado originado antes da sua aparição na língua ou, nas palavras de Derrida (2004, p. 16), “referência a um significado que possa ‘ocorrer’, na sua inteligibilidade antes de sua ‘queda’, antes de toda expulsão para a exterioridade d’‘este mundo’ sensível”. Podemos ver em Derrida que a noção de signo linguístico não é, portanto, estranha a uma tradição logocêntrica, uma vez que

o logos do ser, “o Pensamento, dócil à Voz do Ser” é o primeiro e último recurso do signo, da diferença entre *signans* e o *signatum* [...]. é preciso um significado transcendental, para que a diferença entre significado e significante seja, em algum lugar, absoluta e irreduzível. (DERRIDA, 2004, p. 24, grifo do autor).

Sabemos que, no projeto saussuriano de fundar uma ciência da linguagem, a língua que se manifesta na voz recebe atenção privilegiada, enquanto a escrita é relegada à posição de desprestígio, à simples tarefa de “representar – imperfeitamente – os sons” (SAUSSURE,

2006, p. 47). O privilégio dado à fala revela o pertencimento a uma tradição fincada na época do *logos*, em termos derridianos, uma vez que não foi rompido o liame originário e essencial com a *phoné* cuja essência, nessa tradição, “estaria imediatamente próxima daquilo que, no ‘pensamento’ como *logos*, tem relação com o ‘sentido’, daquilo que o produz, que o recebe, que o diz, que o reúne” (DERRIDA, 2004, p.13).

A dicotomia hierárquica que se estabelece entre fala e escrita reafirma a primazia do significado em relação ao significante, uma vez que o privilégio da fala reside primeiramente na sua suposta proximidade com a consciência, onde se faz presente um significado transcendental necessário para que, retomando Derrida, a oposição entre significado e significante seja absoluta.

Esse fonocentrismo marcado na gênese da ciência linguística revela o seu pertencimento à tradição metafísica. Assim como o fez Saussure, Platão e Aristóteles já haviam condenado a escrita à posição de secundariedade. Para Platão, a escrita era um “órfão ou um bastardo, em oposição à fala, filha legítima e bem nascida do ‘pai *logos*’” (DERRIDA, 2001, p. 19.). Os sons emitidos pela voz, lembra Derrida (2004), eram definidos por Aristóteles como “símbolos dos estados da alma”. As palavras escritas por sua vez eram concebidas como “símbolos das palavras emitidas pela voz”, ou seja, símbolos dos primeiros símbolos, significantes dos primeiros significantes. Portanto, desde os primeiros rastros de um pensamento filosófico ocidental à era do *logos* que busca a fundação de uma ciência da linguagem, a escrita é relegada a função instrumental de traduzir uma fala plena e mais fiel ao sentido original.

Podemos entrever, em meio a essa noção fonocêntrica de linguagem, uma concepção de tradução como tarefa derivada e rebaixada. Como dito anteriormente, o significante em si já seria a tradução de um conceito. O significante fônico, emitido na e pela voz, como não é difícil supor de antemão a partir da sua definição como *imagem acústica*, é uma primeira imagem que se produz na voz, imagem que se fala e que se ouve. A língua escrita como segundo significante, isto é, como representação da fala, torna-se uma segunda tradução. Nesse sentido, o rebaixamento da escritura é também o rebaixamento da tradução. Esta, em seu sentido habitual de tradução entre línguas, estaria submetida a uma segunda queda: seria a tradução de um texto escrito que é em si a tradução de uma fala, a primeira tradução de um significado transcendental.

Entretanto, como aponta Derrida (2004), se a escrita é concebida como suplemento da fala, qualquer suplemento tem como tarefa suplementar uma suposta unidade já em falta. Assim sendo, essa unidade não é de modo algum plena em si na própria medida em que

demanda um suplemento. O que a escrita suplementa é a incapacidade da fala de permanecer presente, de não se apagar no tempo. De forma parecida, a tradução vem suplementar a incapacidade de um texto no original de ser lido e compreendido em outra língua. Portanto, é pertinente pensar a escrita e a tradução como sobrevidas. A primeira como sobrevida da língua manifestada na fala e a última, retomando um pensamento de Derrida (2002) em *Torres de Babel*, como sobrevida do texto de partida e da sua língua.

A concepção que rebaixa tanto a tradução como a escrita finca suas bases na definição linguística de signo e, conseqüentemente, na possibilidade de um significado imutável em sua essência e de uma imagem mutável na pele do significante. O princípio de arbitrariedade do signo permite não só justificar a diferença entre as línguas como também a possibilidade de tradução entre elas. A escolha arbitrária do significante não deve interferir na essência do significado, o que sustenta um modelo de tradução como troca de significantes. Definida em meio a essa oposição estanque entre significado e significante, em que o primeiro deve sobreviver e, de certo modo, transcender a simples troca de imagens acústicas, a tradução, por esse viés, vincula-se à descrição dessa atividade pelo ensaísta inglês, John Cunnison Catford (1980) em sua obra, *Uma teoria linguística da tradução*. O autor afirma que a “tradução é a substituição de material textual de uma língua por material textual equivalente em outra” (CATFORD, 1980, p. 22). Equivalente porque não altera o sentido original, apenas troca seu ornamento, seu material linguístico.

É possível perceber que na literatura sobre a tradução paira perene a questão da fidelidade apoiada em um ideal de níveis de equivalência entre as línguas, cujo alcance compreende uma das grandes dificuldades, ou melhor, a tarefa sempre impossível da tradução. A questão da fidelidade não se sustenta em outra coisa senão na concepção de tradução como repetição de um sentido supostamente guardado no texto original, em outras palavras, como transporte, de uma língua à outra, de algum sentido que não deve se perder pelo caminho. É pela troca de significantes que se dá tal transporte, como se esses fossem vestimentas trocáveis entre si para vestir o mesmo ser, o mesmo significado.

A significação na lógica da língua como sistema de diferenças e a impossibilidade de equivalência absoluta

O grande mistério no argumento de Saussure está na defesa que faz do funcionamento da significação na lógica da língua como sistema de diferenças. A preservação de um conceito

independente da sua imagem é colocada em cheque, na medida em que, para tanto, deveria possuir o caráter positivo do sentido. Desse modo, Saussure estaria confirmando a possibilidade de equivalência total entre as línguas. A palavra tomada isoladamente reafirma a relação entre os dois elementos do signo e tudo se passa entre os dois. Por outro lado, esse mesmo signo considerado dentro do sistema linguístico torna-se a contraparte dos outros signos da língua. Seu valor é resultado da mediação em presença dos outros signos, de sua (des)semelhança, isto é, das diferenças e semelhanças que há entre eles. Aqui, o que está em jogo não é o valor intrínseco dos signos, mas sim a sua posição relativa aos signos que o rodeiam. Falamos, pois das diferenças negativas entre eles. Uma vez que o valor intrínseco das palavras não encerra a significação, como lembra Saussure, vemos abalar-se a possibilidade das palavras de representarem conceitos preestabelecidos. Problematiza-se igualmente a possibilidade de correspondentes exatos em quaisquer outras línguas.

Ao afirmar que o signo tomado em sua totalidade, significante e significado, apresenta-se com seu valor positivo, Saussure fulmina seu próprio jogo da diferença, em que importam somente valores negativos, o valor de “ser o que os outros não são” (SAUSSURE, 2006, p. 136). No entanto, Derrida insiste no argumento de que o processo de significação não acontece fora dessa rede de diferenças e tomar o signo em sua totalidade, em seu valor positivo, intrínseco, encerraria, inevitavelmente, o processo de significação, desautorizando o movimento da linguagem em que o significado se apresenta desde o início como um significante que se liga a outro significante por uma relação de diferença. Nessa lógica, reafirma-se seu valor não como uma essência presente e fechada em si, mas como rastro de um significado ausente. Na zona específica deste rastro, como argumenta o teórico da Desconstrução, “as diferenças aparecem entre os elementos ou, melhor, produzem-nos, fazem-nos surgir como tais e constituem textos, cadeias e sistemas de rastros” (DERRIDA, 2004, p. 79). É nesse sentido que o filósofo antecipa: “não há significado que escape, mais cedo ou mais tarde, ao jogo das remessas significantes, que constitui a linguagem” (DERRIDA, 2004, p. 8).

Tal processo de significação que se dá na lógica da língua como uma rede de diferenças, problematiza a possibilidade de equivalência total entre as línguas e, portanto, a noção de tradução como equivalência de significados fundada na ilusão de um significado transcendental, de um conceito anterior à língua imposto por uma tradição metafísica a toda ciência semiológica. Segundo Derrida (2001, p. 26), o tema de um significado transcendental se constituiu “no horizonte de uma traduzibilidade absolutamente pura, transparente e unívoca”.

É inegável que na relação entre as línguas, entre sistemas de redes de diferenças, por meio da tentativa de se alcançar uma traduzibilidade absoluta, alguma coisa permanece não-traduzida, e algo novo acontece, corroborando a descrição derridiana do processo tradutório:

Nos limites em que ela é possível, [...], a tradução pratica a diferença entre o significado e o significante. Mas se essa diferença não é nunca pura, tampouco o é a tradução, e seria necessário substituir a noção de tradução pela de transformação: uma transformação regulada de uma língua por outra, de um texto por outro. Não se tratou, nem, na verdade, nunca se tratou de alguma espécie de ‘transporte’, de uma língua a outra, ou no interior de uma única e mesma língua, de significados puros que o instrumento – ou veículo – significante deixaria virgem e intacto (DERRIDA, 2001, P. 26).

A tarefa do tradutor não é, como se pode concluir dessa descrição, transportar significados previamente encapsulados nos significantes do texto que traduz e o processo tradutório não escapa de uma negociação ativa de sentidos a uma elaboração criativa da linguagem.

Como sinal da transformação que ocorre na tradução e da impossibilidade de abarcar toda a polissemia da palavra a ser traduzida, podemos resgatar de Derrida (2005) a dificuldade em traduzir economicamente a palavra *Posições*, título de um livro que reúne entrevistas ou trocas, como propõe o pensador, entre Derrida e Henry Rose, Julia Kristeva, Jean-Louis Houdebine e Guy Scarpeta. O livro *Posições* (2001) foi assim intitulado pela polissemia que se marca nessa palavra. A mobilidade desse signo em francês, como sugere Derrida (2005), passa pela posição sexual, a posição expressa em uma tese, posição ideológica etc. Todos esses sentidos não podem ser garantidos em certas línguas. Mesmo aquelas que utilizam essa mesma palavra – ou melhor, que dispõem de um termo que compartilha a mesma origem etimológica e o mesmo radical –, todos os sentidos dela em francês não permanecem intactos numa troca que se acredita ser equivalente. Situações como esta mostram a dificuldade de uma tradução econômica de uma língua à outra. Logo, como conclui o autor, o problema não é de uma intraduzibilidade absoluta, pois ela não existe, e sim a “impossibilidade de equivalência quantitativa, aritmética, econômica” (DERRIDA, 2005, p. 181).

Diante da impossibilidade de uma equivalência absoluta termo a termo para a qual sinaliza a estrutura do signo, a tradução encena uma certa intervenção no signo, nisso que chamamos de polissemia que marca os deslocamentos do significado no jogo de diferenças. Podemos afirmar, concordando com Ottoni (2005, p. 73) que “a questão da tradução é a questão da intervenção na língua” e, como acontecimento da linguagem humana, a tradução é

produto da perspectiva de um sujeito interpretante que, a todo o momento, faz escolhas na sua relação com as palavras, privilegiando “um ou outro sentido que em algum grau esvazia outras noções em reserva” (BEATO, 2009, p. 177).

Traduzindo o sertão: recriação e deslocamento

Nossa relação com as palavras é marcada por escolhas e estas, portanto, já são demandadas nas traduções no interior de uma só língua. Sendo assim, podemos pensar a obra-mestra de Euclides da Cunha como uma tradução em si, no interior do que se acredita ser uma só língua, uma tradução dos sertões brasileiros, dos sertanejos que lá habitavam, dos crimes cometidos pela campanha de Canudos, do “esmagamento inevitável”, nas palavras do autor, “das raças fracas pelas mais fortes” (CUNHA, 1952, p. 11). O livro constitui, como afirma o estudioso e tradutor da obra para o alemão, Berthold Zilly (1996, p. 334), “um passo decisivo na descoberta do interior do país, que até então mal se levava em consideração” (ZILLY, 1996, p. 334). Logo, não é difícil argumentar que Euclides assume um papel de tradutor quando se propõe a levar o sertão ao centro intelectual e “civilizado” do Brasil. A ideia de tradução se faz, assim, presente em *Os sertões*, na obra-mestra de Euclides que, citando Zilly, é “um viajante entre dois mundos, é mediador, explicador, intérprete, [...], barqueiro entre duas margens e também trasladador de mensagens entre duas linguagens e culturas” (ZILLY, 2000, p. 97).

Além da tradução inscrita já em si, *Os sertões*, como pontua Zilly (1997), pede para ser traduzido, demanda recriação em outros idiomas para que todo seu potencial rico de significados seja desdobrado – pelo menos no limite em que esse desdobramento é possível.

Podemos entrever nas palavras do tradutor alemão, quando diz que *Os sertões* demanda recriação em outros idiomas, uma concepção de tradução para além da noção tradicional de representação como cópia fiel. O termo recriação, ou melhor, o ato de recriar remete à ideia de criar novamente. Esse exercício de criação, primeiro no original e depois na tradução, em tese não impede o processo infinito da criatividade. As diversas traduções, nessa lógica, não neutralizam tal processo. Esse pensamento reverbera a concepção de tradução como transcrição, defendida por Haroldo de Campos e reforçada nas reflexões de Berthold Zilly (2000), especialmente em seu *O tradutor implícito. Considerações acerca da translíngua em Os sertões*. No seu texto, esse tradutor e crítico literário, além de apontar para a existência de uma tradução implícita já no texto original de Euclides da Cunha,

defende a ideia de que o tradutor é também um crítico, mesmo implícito, da obra que traduz, na medida em que todo processo tradutório envolve análise e interpretação.

Atual professor visitante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Berthold Zilly está incumbido de realizar uma nova tradução de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. A primeira tradução alemã, por Curt Meyer-Clason, data de 1964. Em palestra sobre a tradução desse romance, proferida em 05 de abril de 2013 na Faculdade de Letras da USP, Zilly (2013) aponta como um aspecto negativo da tradução de Curt Meyer-Clason o seu método assimilador, aquele que pretende aproximar a obra ao leitor da língua de chegada, na tentativa de apagar a diferença da escrita original, aquilo que causa estranhamento aos olhos dos novos leitores.

Berthold Zilly defende a necessidade de um trabalho de recriação, em vez de assimilação, do estilo de Guimarães Rosa, uma vez que, mesmo para leitores brasileiros, a linguagem do escritor manifesta, de forma mais performativa, a resistência a uma interpretação e tradução completa. Zilly menciona a versão para o holandês de August Willemsen como aquela que mais tem lhe inspirado no seu árduo ofício de traduzir a linguagem roseana, pela sua qualidade no que diz respeito a efeitos criativos. Entretanto, ele pontua como falha a escolha do título holandês por não demonstrar a intertextualidade presente entre o romance roseano e *Os sertões* de Euclides da Cunha, que também foi traduzido por Willemsen¹. Para Zilly, o tradutor deveria ter mantido a dialogicidade entre as duas obras no título, assim como em português que traz, em ambos os títulos, o signo *sertão* – um no singular e outro no plural – além de uma bipartição entre título e subtítulo².

Podemos perceber, nesse argumento de Berthold Zilly, um entendimento da tradução como um processo que não se desenrola apenas no nível linguístico, visto que, retomando o pensamento saussuriano, o processo de significação não se encerra no signo em si. Logo, os sentidos não estão enclausurados e fechados nas palavras, mas são ocasionados e atualizados na relação dessas palavras com fatores externos que as cercam. Nessa mesma lógica, os diversos significados que podem surgir do título *Grande sertão: veredas* serão certamente influenciados pela existência de uma obra anterior que traz, já em seu título, o signo *sertão*. A dialogicidade entre os títulos deixa marcas na polissemia desse signo. Tal relação entre os

¹ Os títulos das traduções feitas por August Willemsen de *Grande sertão: veredas* e *Os sertões: campanha de Canudos* são, respectivamente: *Diepe wildernis: de wegen* e *De binnenlanden*, que em português podem ser traduzidos por “deserto profundo: caminhos” e “as terras do interior”.

² No caso de *Os sertões*, grande parte das edições apresenta apenas o título na parte externa do livro, ou seja, na capa, enquanto o subtítulo aparece somente na contracapa.

dois sertões, o de Guimarães Rosa e o Euclides da Cunha, ficou esquecido no processo de recriação dos títulos em holandês.

Já nas versões para o inglês, essa dialogicidade se preserva. Nos títulos das duas traduções de *Os sertões – Rebellion in the backlands* (1944) e *Backlands: the Canudos campaign* (2010) – há o “mesmo” significante que representa a ideia de sertão na recriação em inglês do romance roseano, versão que foi intitulada: *The devil to pay in the backlands* (1963).

Nesse caso, parece não ocorrer deslocamento na intertextualidade entre as obras marcada nos títulos. Entretanto, não podemos dizer que mudanças não ocorreram já na tradução de *sertão* ou *sertões* por *backlands*, nisso que chamamos de troca de significantes, esse movimento que inevitavelmente provoca deslocamentos no processo de significação. Trataremos especificamente das traduções da obra de Euclides da Cunha.

D’Os sertões a Backlands: o signo em transformação

Nas traduções d’*Os sertões* para o inglês, uma produzida por Samuel Putnam e a mais recente por Elizabeth Lowe, há um trabalho de recriação e transformação de sentidos logo nos títulos dessas versões que, apesar de se tratarem de duas traduções de uma mesma obra para uma mesma língua, apresentam diferenças.

A tradução feita por Putnam em 1944 recebeu o título de *Rebellion in the backlands*. Nesse caso, já percebemos a elaboração criativa do tradutor pela intervenção que sua escolha faz no título do texto original: houve, sem dúvida, uma mudança na ênfase que antes incidia sobre a paisagem quase inabitável do sertão nordestino e seus escassos habitantes, ou sobre qualquer outro sentido que possa surgir das leituras do significante *sertões*. O elemento em destaque nessa primeira tradução aponta para o significante *rebellion*, enquanto que a palavra escolhida para traduzir *sertões*, *backlands*, aparece como um complemento a indicar o lugar onde se instalou a rebelião. Essa posição do significante *backlands* em relação aos outros elementos do sintagma indica a escolha eminente do tradutor por contemplar um dos sentidos envolvidos na palavra *sertões*: seu significado restringindo determinado espaço geográfico. As escolhas tradutórias privilegiam determinado campo semântico em detrimento de outros sentidos que poderiam, legitimamente, ser convocados no processo da tradução. A leitura da obra de Euclides permite-nos afirmar que seu título não está limitado à referência geográfica do sertão. Como prova, temos as duas primeiras partes do livro, *A terra* e *O homem*, que são

extensas descrições científicas e, ao mesmo tempo, poéticas do local e dos seus habitantes, e dão pistas do trabalho árduo de Euclides na tentativa de traduzir todos os sentidos que surgiram da sua leitura sobre aquela “terra ignota”, como diria o próprio autor.

Na introdução escrita por Ilan Stavans para compor a versão mais recente em inglês da obra-mestra de Euclides, há uma descrição de *sertões* como um termo que designa não somente o palco do “drama épico de Canudos”, mas também um personagem a quem é dedicada a primeira parte do livro, *A terra*, e é, como afirma Ilan Stavans, “retratada com entusiasmo como selvagem e abundante, traiçoeira e protetora, mortal e cheia de vida” (STAVANS, 2010, p. xviii, tradução nossa). Essa breve descrição revela uma tentativa de cercar e proteger todos os significados provocados pelo significante *sertões* que emergiram de sua leitura da obra euclidiana. Ao mesmo tempo, Stavans parece querer garantir que esses sentidos sejam recuperados pelos leitores na língua de chegada.

O fato de mencionar o título na introdução da retradução da obra pode indicar que Ilan Stavans vê a possibilidade de o título da versão de Putnam ser considerado um problema da sua tradução. A tradução mais recente para o inglês, intitulada *Backlands: the Canudos campaign*, considerando o nível puramente significante, apresenta um afastamento considerável em relação à versão de Putnam, na medida em que se aproxima mais do original no que diz respeito ao título. O foco no título de Putnam incide sobre o signo *rebellion*, atribuindo, assim, uma menor importância ao signo *backlands* em relação ao primeiro. Ao contrário do que acontece com a palavra que traduz sertões nessa versão, no título de Elizabeth Lowe ela aparece como o elemento principal, como a única palavra do título seguida de um subtítulo. Há, portanto, o deslocamento do foco que incidia sobre uma rebelião, uma revolta por parte dos sertanejos e passa a manifestar-se sobre uma campanha militar, um plano estruturado da civilização para atacar aqueles que eram vistos como bárbaros que habitavam aquela terra inóspita.

Para o leitor de *Os sertões* torna-se claro que a motivação para contar a história da guerra de Canudos parte da intenção de denunciar como crime a campanha militar engendrada pela república. Temos esse pensamento expresso no trecho que segue, destacado da nota preliminar escrita por Euclides da Cunha, bem como nas suas reescritas em inglês pelos tradutores:

Aquela campanha lembra um refluxo para o passado.
E foi, na significação integral da palavra, um crime.
Denunciemo-lo (CUNHA, 1952, p. XII)

The campaign in question marked a backward step, an ebb in the direction of the past. It was in the integral sense of the word a crime and, as such, to be denounced (CUNHA, 1944, p. xxx, tradução de Samuel Putnam).

The campaign looked at here was a regression to the past.
And, in the most basic meaning of the word, it was a crime.
Let us therefore call it to account (CUNHA, 2010, p. 2, tradução de Elizabeth Lowe).

Como observamos, o que Euclides escreve e o que dizem as traduções reforçam o caráter criminoso daquela campanha, bem como o fato de ser esta a razão principal pela qual o livro foi concebido. Isso é reforçado na relação estabelecida entre a nota preliminar e o título original – levando em conta o subtítulo. Essa relação, como é visível, foi estabelecida também na tradução de Lowe, enquanto que Putnam, tomando uma liberdade mais autoral, transformou o título de tal forma que essa relação não mais se sustentou.

Retomando o argumento saussuriano considerado com rigor por Derrida sobre o processo de significação no interior de um sistema de diferenças, o que está em jogo é o valor negativo do signo, o valor de ser a partir da identificação do que não é em uma relação de diferença com outros signos que o cercam. Esse argumento é reforçado na diferença entre as duas traduções para o inglês do título original de *Os sertões: campanha de Canudos*. No título *Rebellion in the backlands*, podemos entrever que ao signo “backlands”, na sua relação com os outros signos que o cercam, se anuncia como um lugar, escassamente urbanizado e pouco habitado, onde se instalou uma rebelião entre os sertanejos. É possível aqui, marcar a diferença entre o *backlands* de Samuel Putnam e aquele que se apresenta no título da segunda tradução, *Backlands: The Canudos campaign*. A posição do signo *backlands* nessa recriação indica sua importância na obra e dá pistas de uma polissemia que transgride o significado de mero palco de uma rebelião, significado este que Putnam escolheu contemplar. Portanto, na relação entre o signo em questão e os signos que o cercam nos títulos analisados, observamos a transformação no processo de significação disso que chamamos de “mesmo” signo, numa “mesma” língua.

Questionamentos certamente podem surgir acerca da escolha dos tradutores de traduzir *sertões* por *backlands*. É certo que ao procurar a definição dessa palavra em diferentes dicionários não será possível identificá-la com todos os sentidos que possivelmente são convocados pelo signo *sertões*. Na verdade, nem podemos garantir que nossa compreensão dessa palavra abarque todos os seus sentidos, nem que esses seriam passíveis de enumeração. Dado que o funcionamento da sua significação não escapa ao jogo da diferença, que sua

identidade – nunca definitiva, plenamente presente ou imutável – surge a partir da compreensão daquilo que ele (o signo) não é, como garantir que a escolha tradutória faria isso em qualquer língua, supondo que a escolha já é em si uma tentativa de delimitar um sentido positivo?

Uma vez compreendido que o valor do signo não é positivo e sim negativo, ou seja, é o que outros ao seu redor não são, é mais fácil entender quando Berthold Zilly descreve a tradução como “a arte do impossível” (ZILLY, 2000, p. 88). Nesse sentido, a tradução se mostra como atividade impossível e, paradoxalmente, necessária. Impossível ao levarmos em consideração seu objetivo final de falar a mesma coisa com outras palavras, outros significantes. Necessária porque é, desde o mito de Babel, demandada para possibilitar a comunicação entre nações, culturas e línguas diferentes. A tradução acontece nessa economia entre a tentativa incessante de aproximar as línguas e a distância insuperável marcada entre elas. Por isso,

[...] toda tradução implica esse endividamento insolvável e esse juramento de fidelidade para com um original dado - com todos os paradoxos de uma tal lei e de um tal compromisso, desse laço (*bond*) e desse contrato, desse compromisso, aliás impossível e dissimétrico, transferencial e contratransferencial, como um juramento destinado à traição e ao perjuro. (DERRIDA, 2000, p. 24, 25)

Na breve análise das traduções dos títulos de *Os sertões*, já percebemos esse caráter de dívida insolvável ao qual toda tradução está destinada. É dívida insolvável desde os primeiros passos, logo no título, de tentar deslocar o significante sem deslocar o significado, tentativa esta de fazer o impossível, uma vez que “a identidade a si do significado se esquiva e se desloca incessantemente” (DERRIDA, 2004, p. 60). De alguma forma, portanto, houve um deslocamento de sentido nessas traduções, corroborando com a concepção de tradução não como repetição de significado pela mera troca de significantes supostamente equivalentes, mas sim como uma atividade que, se envolve escolhas, inevitavelmente compreende transformações.

Referências

BEATO, Zelina. ... no começo, a palavra. In: PIETROLUONGO, Márcia Atálla (org.). **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2009. p. 175 – 179.

CAIMI, Claudia. A natureza flutuante da mimese em Platão. **Clássica**, São Paulo, v. 15/ 16, n. 15/ 16, p. 99-115, 2002/ 2003.

CATFORD, John Cunnison. **Uma teoria linguística da tradução**. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

CUNHA, Euclides da. **Rebellion in the backlands**. Tradução de Samuel Putnam. Chicago: The University of Chicago Press. 1944.

_____. **Os sertões**: Campanha de Canudos. 22ª edição. Rio de Janeiro: editora Paulo de Azevedo. 1952.

_____. **Backlands**: the Canudos campaign. Tradução Elizabeth Lowe. Nova York: Penguin Classics. 2010.

DERRIDA, Jacques. O que é uma tradução “relevante”?. Tradução Olivia Niemeyer Santos. **Alfa**, São Paulo, v. 44, n.esp., 2000. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4277>> Acesso em 10 fev. 2015.

_____. **Posições**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Torres de Babel**. Tradução Júnia Barreto. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. **Gramatologia**. Tradução Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. Fidelidade a mais de um: merecer herdar onde a genealogia falta. In: OTTONI, Paulo. **Tradução manifesta**: Double bind e acontecimento. Campinas: UNICAMP, 2005. p. 165-198.

OTTONI, Paulo. A tradução é desde sempre resistência: reflexões sobre teoria e história da tradução. In: _____. **Tradução manifesta**: Double bind e acontecimento. Campinas: UNICAMP, 2005. p. 71-81.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Tradução Antônio Chelini et al. 17 ed., São Paulo: Cultrix, 1993.

STAVANS, Ilan. Introduction. In: CUNHA, Euclides da. **Backlands: the Canudos campaign**. Tradução Elizabeth Lowe. Nova York: Penguin classics, 2010. p. vii-xxiii.

ZILLY, Berthold. Euclides da Cunha na Alemanha. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 329-350, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340141996000100027&script=sci_arttext> Acesso em: 19 mar. 2015.

_____. Um depoimento brasileiro para a História Universal– Traduzibilidade e atualidade de Euclides da Cunha. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 5-15 out. 1997: Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/nove/zilly9.htm>> Acesso em: 5 mar. 2015.

_____. O tradutor implícito. Considerações acerca da translingualidade de Os Sertões, **Revista USP**, São Paulo, n.45, p. 85-105, mar/maio 2000.

_____. **Grande sertão veredas em Alemão** - Palestra de Berthold Zilly. São Paulo: Faculdade de Letras - FFLCH – USP, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wr7im4vl-AU>> Acesso em: 3 abr. 2015.

Artigo recebido em: 27.04.2015

Artigo aceito em: 29.06.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015

REVISTA (CON)TEXTOS LINGUÍSTICOS

POLÍTICA EDITORIAL

- A Revista *(Con)Textos Linguísticos* publica artigos inéditos sobre fenômenos linguísticos de pesquisadores doutores brasileiros e estrangeiros.
- Os trabalhos são apreciados por dois membros do Conselho Editorial. Havendo divergência entre eles na indicação para publicação, o trabalho é submetido à avaliação de um terceiro parecerista, na qual a Comissão se baseará para decisão final sobre a publicação.
- A Comissão Editorial cientificará os autores sobre o conteúdo total ou parcial dos pareceres emitidos sobre o trabalho, garantindo o anonimato dos pareceristas, uma vez que os pareceres são de uso interno da Comissão. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa dos seus artigos.
- Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês.
- Os dados e conceitos contidos nos artigos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.
- Os direitos autorais referentes aos artigos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à revista *(Con)Textos Linguísticos*, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. O artigo deve ser digitado em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, sem numeração de páginas. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12, em espaçamento 1,5 entre linhas e parágrafos, com alinhamento justificado. Entre texto e exemplo, citações, tabelas, ilustrações, etc., utilizar espaço duplo.
2. Os artigos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências bibliográficas.
3. O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura:
 - **Título:** centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página.
 - **Nome do(s) autor(es):** por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita, com um asterisco que remeterá ao pé da página para identificação da instituição a que pertence(m) o(s) autor(es).
 - **Filiação institucional:** em nota de rodapé, puxada do sobrenome do autor, na qual constem o departamento, a faculdade (ou o instituto, ou o centro), a sigla da universidade, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do(s) autor(es).

- *Resumo*: em português e inglês (abstract) para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do nome do autor.
- *Palavras-chave* e *keywords*: no mínimo três e no máximo cinco; precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, fonte normal, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, logo abaixo do resumo.
- *Texto do artigo*: iniciado duas linhas abaixo das palavras-chave e *keywords*, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. Os subtítulos obrigatoriamente utilizados (**Resumo**, **Palavras-chave**, **Abstract**, **Keywords**, **Referências**) também se submetem a essa formatação. Deverá haver espaço duplo de uma linha entre o último parágrafo da seção anterior e o subtítulo. Todo destaque realizado no corpo do texto será feito em itálico. Exemplos aos quais se faça remissão ao longo do texto deverão ser destacados dos parágrafos que os anunciam e/ou comentam e numerados, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses, com adentramento de parágrafo.
- *Referências*: precedidas desse subtítulo, alinhadas à esquerda, justificadas, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto.
 - ✓ Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal), seguir a NBR 6023 da ABNT. Os *documentos eletrônicos* seguem as mesmas especificações requeridas para cada gênero de texto, dispostos em conformidade com as normas NBR 6023 da ABNT; no entanto, essas referências devem ser acrescidas, quando for o caso, da indicação dos endereços completos das páginas virtuais consultadas e da data de acesso a arquivos *on line* apenas temporariamente disponíveis.
 - ✓ Para citações, seguir NBR 10520 da ABNT. Ressalte-se que as referências no texto devem ser indexadas pelo sistema autor-data da ABNT: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.
 - ✓ No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: silDoulosIPA, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente por meio do *site*: http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download

- *Anexos*, caso existam, devem ser colocados após as referências bibliográficas, precedidos da palavra **Anexo**, em negrito, sem adentramento e sem numeração.
- Os artigos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.

O artigo (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser enviado online em dois arquivos digitais, em formato Word for Windows (versão 6.0 ou superior), conforme as normas aqui divulgadas. No texto do primeiro arquivo deverá ser omitida qualquer identificação de seu(s) autor(es). No texto do segundo arquivo com identificação, anexado em "Documentos suplementares", deverá constar ainda, em uma folha que anteceda o artigo, os seguintes dados: nome e endereço completo do(s) autor(es), com telefone, fax e e-mail; formação acadêmica; instituição em que trabalha; especificação da área em que se insere o artigo.

Serão devolvidos aos autores artigos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

REVISTA (CON)TEXTOS LINGÜÍSTICOS

COMISSÃO EDITORIAL

A/C Alexandro Rodrigues Meireles (Editor-gerente), Carmelita Minélio Silva Amorim (Editora de Seção, Estudos Analítico-Descritivos), Edenize Ponso Peres (Editora de Texto), Janayna Bertollo Cozer Casotti (Editora de Seção, Linguística Aplicada), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (Editora de Texto), Micheline Mattedi Tomazi (Editora de Seção, Texto e Discurso).

CCHN/ PPGEL – Pós-Graduação em Linguística
Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, nº 514

Campus Universitário – Goiabeiras

CEP 29075-910

Vitória – ES

Tel: 0 (XX) 27 4009-2801

email: contextoslinguisticos@hotmail.com